

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Versão Corrigida

OS AKWÊ-XERENTE NO TOCANTINS
território indígena e as questões socioambientais

Layanna Giordana Bernardo Lima

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia Humana sob orientação do Prof^o Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

São Paulo, 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

OS AKWÊ-XERENTE NO TOCANTINS
território indígena e as questões socioambientais

Layanna Giordana Bernardo Lima

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia Humana sob orientação do Prof^o Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo, 2017.



ATA DE DEFESA

Aluno: 8136 - 8187900 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa pública de Tese do(a) Senhor(a) Layanna Giordana Bernardo Lima no Programa: Geografia (Geografia Humana), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2016, no(a) Sala de Defesas, realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Layanna Giordana Bernardo Lima, apresentada para a obtenção do título de Doutora intitulada:

"Os Akwe-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Presidente	FFLCH - USP	Aprovado
Mirian Cláudia Lourenção Simonetti	Titular	UNESP - Externo	Aprovado
Marta Inez Medeiros Marques	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Valeria de Marcos	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Antonio Miranda de Oliveira	Titular	UFT - Externo	Aprovado

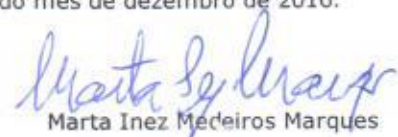
Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca destaca a qualidade da pesquisa de campo numa realidade de difícil acesso, a riqueza da análise da formação territorial e dos fundamentos e atualidade da questão indígena.

Eu, Marcos Aurelio Nogueira Lourenço , lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 20 dias do mês de dezembro de 2016.


Mirian Cláudia Lourenção Simonetti


Marta Inez Medeiros Marques

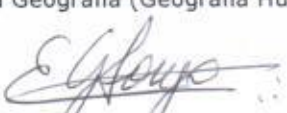

Valeria de Marcos


Antonio Miranda de Oliveira


Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 20/12/2016 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutora em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.


Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L732a Lima, Layanna Giordana Bernardo
Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais. / Layanna Giordana Bernardo Lima ; orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2016.
320 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Humana. 2. Povos Indígenas e Território. 3. Akwe-Xerente. 4. As questões socioambiental. 5. Monetarização . I. Oliveira, Ariovaldo Umbelino de, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

OS AKWÊ–XERENTE NO TOCANTINS
território indígena e as questões socioambientais

Layanna Giordana Bernardo Lima

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia Humana sob orientação do Prof^o Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

São Paulo, 2016.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L732a Lima, Layanna Giordana Bernardo
Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais. / Layanna Giordana Bernardo Lima ; orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2016.
320 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Humana. 2. Povos Indígenas e Território. 3. Akwe-Xerente. 4. As questões socioambiental. 5. Monetarização . I. Oliveira, Ariovaldo Umbelino de, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

A Maria Pereira Lima, minha mãe pelo exemplo de força, perseverança e carinho. Mãe e pai, em uma mesma pessoa, que lutou para nos manter, eu e meu irmão, na escola com dignidade, em tempos difíceis do nosso país que apenas quem estudava eram os filhos de ricos. A sua solidariedade para com as pessoas foi importante para minha formação como pessoa. Mãe você é meu orgulho.

A Victor Rodrigo Bernardo Lima, meu irmão, pelo carinho e apoio, e por simplesmente ser meu irmão querido.

A meu companheiro Josias Mascarenhas dos Santos, que ha três anos compartilha junto comigo o projeto de realização dessa pesquisa, sempre com apoio, compreensão, carinho e com a paciência que lhe é peculiar.

A minha filha Rebeca Lima Mascarenhas, que nos seus 2 aninhos de vida quando teve de ficar na casa da avó, tinha que responder aos curiosos que a perguntava, cadê sua mãe? Ela respondia: Tá estudando!! Te amo muito filha.

Aos Akwê-Xerente, povo indígena que me possibilitou outro olhar acerca do mundo.

À história da família “Pereira Lima”, em nome de Aurora Maria da Conceição, minha avó de 103 anos, meu exemplo de resistência e garra, que fugindo da seca do estado do Piauí em meados de 1950 tem as suas historias reais dos momentos vividos no confronto das fronteiras no norte goiano.

Agradecimentos

Ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que acreditou na proposta de pesquisa e pelo importante papel desempenhado nas orientações e nas conversas que sempre foram aprendizados.

Ao professor Ariovaldo agradeço a paciência, compreensão, solidariedade e a dedicação acadêmica sempre retratada nos seus estudos da geografia da realidade.

À minha mãe e a Maria Gabriela pelo apoio e cuidado com a minha filha Rebeca.

Ao meu companheiro Josias pelo apoio nos meses finais da tese que organizou os dados da pesquisa para apresentação nos textos, e em algumas idas às aldeias nos finais de semana, enfim pelo companheirismo e ajuda com nossa filha.

Aos meus amigos,

Aos que estão distantes e que não tenho contato, mas foram importantes em algum momento da vida.

Aos que estão próximos e que foram ao longo dessa caminhada sempre dando uma palavra amiga de força e de coragem.

Aos amigos que proporcionaram além das palavras apoio concretos principalmente depois do nascimento da minha filha Rebeca, as ajudas foram muita como leituras de textos, correção, empréstimo de livros, e cuidados com a Rebeca.

As amigas Cleivane, Cristiane, Betânia por sempre estarem presentes nos momentos mais importantes da minha vida e pelo carinho que vocês têm pela minha família. E especial a Cleivane e Josias que acompanharam as últimas semanas de produção dos textos da tese.

À Adriana e Carlos Henrique, pelo apoio quando cheguei em 2010 em Miracema-TO concursada e sozinha. Foi a família que encontrei sempre me hospedava em sua casa em Palmas, assim a solidão ficava menor.

À Jucy e Carlos pelo apoio e pelas inúmeras ajudas a minha família e pelo incentivo acadêmico.

À Irenilce e Brigitte pela amizade, que mesmo estando longe ajudaram de maneira importantes para a conclusão da pesquisa.

Ao colegiado do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Miracema/UFT pela dispensa das minhas atividades acadêmicas no último ano do doutorado. E em especial aos professores: Irenilce, Brigitte, Antonio Miranda e Marcio Antonio, estes sempre acreditaram no meu trabalho acadêmico e na conclusão da pesquisa.

A Coordenação de Transporte do Campus Universitário de Miracema/UFT, que mesmo em tempo de crise e de falta de recursos financeiros disponibilizaram algumas visitas com o carro da instituição. A todos os funcionários do Campus que de certa forma ajudaram, em especial ao motorista Sr. Damião pela sua paciência e disponibilidade em dividir seu almoço conosco.

Aos indígenas Akwê-Xerente que acompanharam e os que me receberam em suas casas nas visitas nas aldeias. Em especial a Manoel Moreno Xerente.

Aos alunos que algumas vezes me acompanharam em especial a Lilian que auxiliou nas transcrições de muitas gravações.

Aos amigos feitos neste percurso, pela solidariedade acadêmica em compartilhar materiais de referências dos Akwê-Xerente e dados.

Se as coisas são inatingíveis...
Ora! Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos se não fora
A mágica presença das estrelas!

(Mário Quintana)

RESUMO

Esta tese analisa os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena, as questões socioambientais e as transformações econômicas vivenciadas no território dos Akwê-Xerente. As análises sobre as fronteiras impostas pelo processo de colonização no Brasil e aquelas que perduram até os dias atuais nos colocam diante da questão indígena e de toda violência sofrida por esses povos, desde o momento dos primeiros contatos com os europeus. Por outro lado, ao ampliarmos o nosso horizonte de pesquisa e estudo, a chamada questão indígena nos apresenta novos elementos, muitas vezes ignorados nos estudos sobre os indígenas no que se referem à sua capacidade de recriação, de reorganização social e resistência. Em uma perspectiva marxista, considera-se a sociedade capitalista fundada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da classe trabalhadora que, despojada dos meios de produção, é compelida a vender, invariavelmente, sua força de trabalho. E que o papel primordial do Estado é defender os interesses da classe dominante sobre o conjunto da sociedade. Assim, a história de contato interétnico e a conquista do território dos Akwê-Xerente, no centro-oeste do estado do Tocantins, são marcadas por grandes conflitos com fazendeiros, grileiros e posseiros. A pesquisa de campo e as análises trazem os encaminhamentos de que os Akwê-Xerente estão em uma dinâmica de contradições sob o desafio da permanência da organização política e cultural, da língua entre os jovens indígenas e da sobrevivência econômica e social dentro e fora do seu território. Nessa problemática situa-se as interferências das políticas públicas federais, que incluem novas formas de se relacionarem com o Estado e as mudanças oriundas das pressões exercidas pela cultura de massa capitalista, o consumo invadindo o cotidiano dos Akwê-Xerente, as relações de trabalho e o uso do dinheiro, que são reorganizados dentro da cultura indígena que altera o modo de vida destes em um processo de monetarização das relações sociais e da vida. Entretanto, não entendida como relações capitalistas de expropriação e nem de acumulação de bens e de riquezas.

Palavras-chave: Akwê-Xerente; território; as questões socioambientais e monetarização.

ABSTRACT

This thesis analyzes the Akwe-Xerente in Tocantins: indigenous territory and environmental issues, social, economic and environmental changes experienced in the territory of Akwe-Xerente. The analysis of the borders imposed by colonization process in Brazil and those that persist to the present day provide us with the indigenous question and all violence suffered by these people, from the moment of first contact with Europeans. On the other hand, to expand our horizon of research and study, the so-called indigenous issues presents new elements often ignored in studies on indigenous, referred to its recreation capacity, social reorganization and resistance. In a Marxist perspective, it is considered that the capitalist society based on private ownership of the means of production and the exploitation of the working class, deprived of means of production, is compelled to sell invariably their workforce. And that the primary role of the state is to defend the interests of the ruling class on the whole of society and the interethnic contact history, and the conquest of the territory of Akwe-Xerente in the midwestern state of Tocantins, is marked by great conflicts with farmers, squatters and squatters. The field research and analysis bring referrals to Akwe-Xerente are in a dynamic of contradictions, where the challenge of the permanence of cultural political organization and language among indigenous youth and the economic and social survival within and outside its territory. In this problematic is the interference of federal public policies, which include new ways of relating to the state and the changes arising from the pressures exerted by the capitalist mass culture, consumption invading the daily life of the Akwe-Xerente, labor relations and The use of money, which are reorganized within the indigenous culture that changes their way of life in a process of monetarization of social relations and life. However, not understood as capitalist relations of expropriation or accumulation of goods and wealth.

Key Words: Akwe-Xerente; territory; the environmental questions and monetization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa Etnohistórico de Nimuendajú	129
Figura 2: Ilustração Valter Krãirdu Marinho Xerente e	139
Figura 3: Histórico estatístico da população Akwẽ-Xerente	148
Figura 4: Evolução do número de aldeias Xerente	148
Figura 5: Maquinário do Procambix abandonado na aldeia Rio Sono	166
Figuras 6, 7 e 8: Apresentação das formações das aldeias e ano de criação	179
Figura 9: Casa típica da Aldeia Funil	183
Figura 10: Roça de Toco com plantio de mandioca na Aldeia Funil	184
Figura 11: Casa da Aldeia São Bento	186
Figura 12: Aldeia São Bento	186
Figura 13: Casa da Aldeia Boa Esperança	189
Figura 14: Roça de Toco na Aldeia Kakakã	190
Figura 15: Rio na Aldeia Kakakã	191
Figura 16: Escola na Aldeia Cercadinho	192
Figura 17: Casa Típica Aldeia Karehú	193
Figura 18 – Casa com piso cerâmico e cobertura tradicional de palha na aldeia Karehú	193
Figura 19: Aldeia Piabanha	194
Figura 20: Frutíferas e plantação de mandioca em quintal da aldeia Piabanha	195
Figura 21: Margens do Rio Tocantins na Aldeia Porteira	196
Figura 22: Escola localizada na aldeia Porteira.	196
Figura 23: Indígenas da aldeia Salto em dia de festividade tradicional	198
Figura 24: Festa tradicional na aldeia Salto	198
Figura 25: Roça de mandioca na aldeia Salto, ao fundo o Rio Tocantins	209
Figura 26: Área de cerrado próximo à aldeia Serra Verde	200

Figura 27: Aldeia Serra Verde	200
Figura 28: Antiga escola na aldeia Varjão	201
Figura 29: Morcegos infestam poço que abastece a aldeia Varjão	202
Figura 30: Canoa usada para pesca no Rio Tocantins, aldeia Varjão	203
Figura 31: Casa em construção na aldeia Zekã	203
Figura 32: Crianças brincam em córrego na aldeia Zekã	204
Figura 33: Frutíferas na aldeia Brejinho. Ao fundo, escola da comunidade	205
Figura 34: Casas na aldeia Cabeceira Verde	206
Figura 35: Ponte sobre o Ribeirão das Cobras -Acesso à aldeia Cabeceira Verde	207
Figura 36: Aldeia Rio Preto	208
Figura 37: Placa indicativa de comércio de combustível na aldeia Rio Preto	208
Figura 38: Placa Solar para alimentação de sistema de comunicação a rádio na aldeia Rio Sono	209
Figura 39: Equipamentos agrícolas do Procambix abandonados na aldeia Rio Sono	209
Figura 40: Aldeia Sangradouro	211
Figura 41 -Plantação de milho na vazante, aldeia Sangradouro	211
Figura 42: Área limpa para a construção da aldeia Betânia Cerrado atingida pela queimada	212
Figura 43: Espécie de macaco do cerrado mantido em cativeiro na aldeia Betânia	213
Figura 44: Campo de futebol, muito comum nas aldeias. Aldeia Brupré	214
Figura 45: Casa de adobe na aldeia Brupré	214
Figura 46: Mata preservada e córrego na aldeia Jenipapinho	215
Figura 47: Igreja Evangélica na aldeia Jenipapo	216
Figura 48: Plantio de mandioca, banana e cana na aldeia Jenipapo	216
Figura 49: Ponte inacabada sobre o Rio Sono	218
Figura 50: Criação de galinha caipira na aldeia Novo Horizonte	219
Figura 51: Igreja evangélica na aldeia Novo Horizonte	219
Figura 52: Cavalos da aldeia Sítio Novo	221

Figura 53: Criação de gado em área de pastagem na aldeia Sítio Novo	222
Figura 54: Quintais com frutíferas na aldeia Aldeinha	223
Figura 55: Aldeia Aldeinha	223
Figura 56: Casas na aldeia Bom Jardim	225
Figura 57: Frutíferas na aldeia Bom Jardim	225
Figura 58: Casas na aldeia Brejo Comprido	227
Figura 59: Cemitério Indígena na aldeia Brejo Comprido	227
Figura 60: Igreja evangélica na aldeia Brejo Comprido	227
Figura 61: Aldeia Cabeceira da Água Fria.	228
Figura 62: Sala de aula em escola da aldeia Coqueiro	229
Figura 63: Mandioca sendo preparada para fazer farinha na Aldeia Coqueiro	230
Figura 64: Barracão na aldeia Fortaleza	231
Figura 65: Lixo acumulado na aldeia Fortaleza	231
Figura 66: Aldeia Macaúba.	233
Figura 67: Caixa D'água e igreja evangélica na aldeia Morrinho	235
Figura 68: Área de cerrado ao redor da aldeia Nova Jerusalém	236
Figura 69: Casas na aldeia Paraíso	236
Figura 70: Aldeia Recanto da Água Fria	237
Figura 71: Aldeia Serrinha	238
Figura 72: Antiga casa dos funcionários da Funai em ruína na aldeia Serrinha	239
Figura 73: Equipamentos agrícolas proveniente do Procambix abandonados na Aldeia Sucupira	240
Figura 74: Cerrado no período da seca na aldeia Suprawahã	240
Figura 75: Aldeia Suprawahã	241
Figura 76. Plantação de Banana no território indígena	248
Figura 77: Produção do artesanato	251
Figura 78: Indígenas que entraram na universidade	258
Figura 79: Problemas ambientais apresentados pelos indígenas	260

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dos movimentos da frente pioneira na Amazônia	82
Quadro 2: Aldeamentos na província de Goiás	96
Quadro 3: Povos indígenas do Tocantins	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de recursos do Procambix	161
Tabela 2: Proporção de hectares por família	164
Tabela 3: Renda mensal	263

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa de localização das T.I's Xerente	111
Mapa 2. Mapa do Território Indígena de 1958	127
Mapa 3. Aldeias antes da construção da Hidrelétrica	171
Mapa 4. Atual Território dos Akwe-Xerente	172
Mapa 5. Aldeias que receberam projetos do Procambix	173
Mapa 6. População indígenas nas aldeias do Território	174
Mapa 7. Rebanhos bovinos nas aldeias do Território	175
Mapa 8. Divisões das regiões das Aldeias	179

LISTA DE SIGLAS

ADAPEC	Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CCPY	Comissão pela Criação do Parque Yanomámi
CEB	Companhia Energética de Brasília
CELTINS	Companhia Elétrica do Tocantins
CF	Constituição Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CONORTE	Comissão de Estudos de Problemas do Norte Goiano
CPEE	Companhia Paulista de Energia Elétrica
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DNAEE	Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DSEI-TO	Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins
DSI	Departamento de Saúde Indígena
EDP	Energias de Portugal
EEPV	Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ERX	Expedição Roncador-Xingu
FAB	Força Aérea Brasileira
FBC	Fundação Brasil Central
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GERA	Grupo de Estudos da Região Amazônica

GTZ	Cooperação Alemã para o Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDAGO	Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
JK	Juscelino Kubistchek
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MPF	Ministério Público Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
OPAN	Operação Amazônia Nativa
OPAN	Operação Anchieta
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAT	Plano Anual de Trabalho
PBA	Programa Básico Ambiental
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PI	Posto Indígena
PIB	Produto Interno Bruto
PIB-CEDI	Programa Povos Indígena no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação
PIN	Plano de Integração Nacional
PIN	Programa de Integração Nacional
PKN	Projeto Kaiwá-Nhadéva
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCAMBIX	Programa de Compensação Ambiental Xerente
PRODECER	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PSD	Partido Social Democrata
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública

SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNI	União das Nações Indígenas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 - A QUESTÃO AGRÁRIA E A POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL	31
1.1 A Política indigenista no período colonial	34
1.1.1 As reformas de Marquês de Pombal	42
1.2 A Questão indígena no Império e a Lei de Terras	45
1.3 A política indigenista na República e o agravamento da questão indígena	51
1.3.1 A criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)	54
1.3.2 A geopolítica na Era Vargas (1930-1945) e a questão indígena	57
1.3.3. A política indigenista no contexto da Ditadura Militar e a Criação da FUNAI	63
1.4. A questão indígena a partir da Constituição Federal de 1988	68
CAPÍTULO 2 - AMAZÔNIA E NORTE GOIANO	74
2.1 A dominação dos territórios indígenas na Amazônia	74
2.1.1 A fronteira: expansão e pioneira	75
2.2 Formações territoriais da Amazônia Legal	80
2.2.1 Amazônia e Amazônia Legal	86
2.3 Reocupação do sertão goiano e os indígenas	89
2.3.1 As políticas dos governos militares no norte goiano	102
2.4 Criação do estado do Tocantins	113
CAPÍTULO 3 - A CONQUISTA DO TERRITÓRIO DOS AKWÊ-XERENTE	118
3.1 Alguns fatos históricos dos Akwê-Xerente e sociedade nacional	118
3.1.1 Conceitos de terras indígenas e território indígena	128
3.2 Conflitos de Terra	130
3.3 Os Akwê-Xerente	138

CAPÍTULO 4 - TERRITÓRIO DOS AKWÊ-XERENTE E SUA REORGANIZAÇÃO A PARTIR DO PROCAMBIX	144
4.1 O território dos Akwe-Xerente	144
4.1.2 UHE – Lajeado – da construção à compensação	150
4.1.3 PROCAMBIX – Programa de Compensação Ambiental Xerente	151
4.1.4 Tensões e Críticas ao Procambix	165
4.2. Histórico das aldeias que compõem o território dos Akwê-Xerente (2015-2016)	177
CAPÍTULO 5 - AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E O PROCESSO DE MONETARIZAÇÃO DA VIDA DOS AKWE-XERENTE	243
5.1 Fragilidades socioambientais no território indígena dos Akwê-Xerente	243
5.2 Obras de grande impacto e modos de exploração	245
5.3 O Procambix e as novas dinâmicas sociais e econômicas no território dos Akwê-Xerente	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A análise sobre as fronteiras impostas pelo processo de colonização no Brasil e aquelas que perduram até os dias atuais coloca-nos diante da questão indígena e de toda violência sofrida por esses povos, desde o momento dos primeiros contatos com os europeus. Por outro lado, ao ampliarmos o nosso horizonte de pesquisa e estudo, a chamada questão indígena nos apresenta novos elementos, muitas vezes ignorados nos estudos sobre os indígenas, que se referem à sua capacidade de recriação, de reorganização social e resistência.

A complexidade da questão indígena exige uma postura do pesquisador de buscar compreender a totalidade dos fenômenos que circunscrevem o debate sobre a questão indígena, nos diferentes espaços geográficos onde elas reaparecem.

A visão simplista da questão indígena não é resultado apenas do chamado “senso comum” que permeia o imaginário e as representações cotidianas sobre os indígenas, mas também de certas correntes de pensamento que consideravam as sociedades indígenas de forma isolada da sociedade como um todo.

Nesse sentido, procurou-se, a partir do método materialista dialético, buscar explicações que dessem conta da totalidade dos fenômenos que circunscrevessem uma dada realidade. Sem tratar de forma isolada elementos da realidade, mas, ao contrário, procurando empreender o esforço de articular os elementos particulares que compõem a complexa rede de relações que permeiam a questão indígena.

Desse modo, ao se realizar um recorte sobre o objeto de estudo sobre o qual nos debruçamos, “Os Akwẽ-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais” procurou-se não isolar os demais elementos, políticos, econômicos, sociais e culturais, que dão conformidade à questão indígena vivenciada pelos Akwẽ-Xerente na região central do Tocantins.

Partiu-se do pressuposto que afirmação de que os povos indígenas são autossuficientes e autônomos tem como consequência a separação da questão indígena dos demais problemas sociais, com destaque inclusive para a questão da terra, já tão bem tratada por autores como: Oliveira nas obras “Integrar para não Entregar” (1988); “A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro” (2013); “BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, Grilagem, Violência e Mundialização” (2005), e em Martins “O tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira” (1996); “Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo” (1989); e “Fronteira: a degradação do outro nos confins do

humano” (2012); entre outros autores e obras.

Buscou-se neste trabalho, a relação entre a questão indígena e a questão da terra, evidenciando que a simples demarcação das terras indígenas, enquanto uma medida de isolamento da questão indígena, não inibiu e não inibirá a existência de conflitos entre índios, pequenos e grandes proprietários de terras, grileiros, sem-terra, etc. Tampouco, a chamada proteção das terras indígenas pelo Estado conteria a existência de tais conflitos, uma vez que na prática a demarcação das terras indígenas, contraditoriamente, traz em si uma limitação dos territórios indígenas, que os tornam, de certa maneira, reclusos a determinadas áreas. Ademais, é preciso lembrar que o Estado capitalista e as suas políticas públicas não são institutos neutros.

Partindo de uma perspectiva marxista, considera-se que, na sociedade capitalista fundada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da classe trabalhadora que, despojada dos meios de produção, é compelida a vender, invariavelmente, sua força de trabalho, o papel primordial do Estado é defender os interesses da classe dominante sobre o conjunto da sociedade.

Contudo, é preciso ressaltar que o Estado capitalista se mostra como Estado de todos e não apenas de uma fração de classe ou classes. Ao negar as contradições inerentes e historicamente determinadas pela relação capital e trabalho, o Estado desempenha um papel estratégico no desenvolvimento, manutenção e conservação da sociedade capitalista, atuando como instrumento de opressão de classe sobre classe e frações de classe entre si.

O Estado comporta-se como instituição que representa os interesses de uma classe (capitalistas, proprietários fundiários) abraçando o projeto da mundialização e reprodução do capital, sobretudo no campo. Conforme Engels (1975), para que a classe dominante pudesse garantir a propriedade privada dos meios de produção e domínio sobre a classe trabalhadora, foi fundamental a organização de um instrumento de controle social, capaz de ocultar os conflitos de classe, uma instituição que não só perpetuasse a divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora.

Dessa forma, as ações promovidas por tal Estado podem ser compreendidas como uma ação política da classe dominante que impõe uma forma particular de dominação política definida pela manutenção, conservação e reprodução das relações econômicas e sociais da forma capital; pela criação e manipulação do poder de Estado pela burguesia ou por frações dessa burguesia, pela organização de uma burocracia estatal especializada que se apresenta como promotora do bem-estar comum e geral, institucionalizando a luta política em seu

interior e “amenizando” a relação de conflito entre as suas diversas frações. E, por fim, pela necessidade de reproduzir as relações capitalistas de produção e de dominação. Pode-se observar, por exemplo, no embate travado em torno do Projeto de Emenda Constitucional-215, cuja proposta transfere a exclusividade de demarcar terras indígenas do Executivo para o Legislativo, numa clara manobra política que beneficia a bancada ruralista e os grandes proprietários de terras atrelados ao agronegócio.

A respeito do papel do Estado e das relações contraditórias que demarcam tanto o campo de atuação do Estado capitalista, quanto as políticas públicas por ele desenvolvidas, partilha-se do entendimento de José de Sousa Martins (1994), quando afirma que há uma evidente contradição no conjunto dos questionamentos e tensões em relação à terra, em que num dado momento se trata da necessidade da demarcação urgente das terras indígenas e, até mesmo da recuperação de territórios que foram perdidos para os não índios. Em outro momento, evidencia-se o debate sobre a omissão dos órgãos oficiais. Para esse autor, a contradição residiria no fato de que proceder à recuperação das terras perdidas pelos povos indígenas perpassa necessariamente pelo questionamento da expropriação e reconhecimento da violência praticada contra esses povos e, ainda, pelo questionamento da legitimidade e do poder dos expropriadores, dos seus interesses de classe e da dominação que exercem através do estado. Por sua vez, a questão da omissão dos órgãos estatais, na mesma linha de raciocínio, Marx nos lembra de que no Estado moderno, a ordenação burocrática, dos órgãos estatais, é simples mandatária dos interesses expressos na aliança de classes que o configuram.

Todos esses elementos são importantes para que se possa ao longo desse estudo empreender as análises sobre o território indígena dos Akwê-Xerente no Tocantins e as questões socioambientais que vêm provocando mudanças significativas nos seus modos de organização da vida.

Para se entender as complexas relações que adentram o debate sobre as questões indígenas, de forma mais ampla, e os desafios vivenciados pelos Akwê-Xerente no Tocantins, é importante compreender que para os capitalistas, com a mundialização e a expansão do capitalismo avançando no campo, têm-se as possibilidades do aumento de seus lucros. Para os povos indígenas, por sua vez, a expansão do capitalismo implica a necessidade de reprodução da vida, apropriando-se do seu próprio trabalho.

Ocorre que, quando esses interesses antagônicos – os dos que detêm o controle do território, e os daqueles que se obrigam aos interesses do capital, entram em confronto por um

mesmo “pedaço de chão”, ocorre a luta pelo território. Por sua vez, o Estado se faz presente para defender os interesses da classe dominante, seja através da força repressora policial, do aparato das leis judiciais e seus mandatos de reintegração de posse. Ou por meio das políticas de desenvolvimento, que promovem integração ao capital pelo avanço do agronegócio, gerando uma dependência dos indígenas à indústria de insumos, concessão de créditos e outras políticas para essa população.

E é nessa direção que a abordagem acerca das lutas territoriais é imprescindível, porque no campo brasileiro elas expressam as diversas formas de resistência à força do capital, mostrando que ainda há terreno para a construção de outra história. O território, compreendido não como um substrato material, mas como algo produzido através dos conflitos entre as classes antagônicas, ajuda a desvendar as relações de poder, o papel do Estado, do capital, do mercado e dos indígenas na luta pela conquista do território, este que, para uma classe, representa a própria condição de existência e para outra significa apenas a expansão da riqueza.

Nesta perspectiva, a questão indígena está diretamente vinculada à questão agrária. A luta pela terra envolve o estado, os latifundiários, os posseiros, os grileiros, os garimpeiros, os indígenas e muitos outros. Alguns lutam pela terra para aumentar suas riquezas e outros lutam para conquistar um “meio de sobrevivência”.

É preciso destacar ainda, que o interesse pelo estudo das questões socioambientais no contexto do território indígena dos Akwê-Xerente se insere no contexto das minhas experiências profissionais, enquanto professora universitária do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema do Tocantins, bem como remete a uma infância e adolescência vivenciadas no Estado do Pará, onde inicialmente tive contato com as várias formas de exploração material e social dos trabalhadores e indígenas inseridos no contexto da povoação e “desenvolvimento” da região Amazônica.

Consciente que faço parte da totalidade que movimenta essa região e da responsabilidade como professora da Universidade Federal do Tocantins, a lecionar disciplinas na área da educação ambiental e das metodologias de ciências e de geografia, fui desenvolvendo alguns estudos, pesquisas e trabalhos de extensão, que permitiram uma maior aproximação com os alunos indígenas do Curso de Pedagogia do campus de Miracema. Areladas a estes estudos e ao trabalho docente, as questões trazidas por estes estudantes indígenas foram me instigando a compreender melhor o universo das relações políticas, sociais, econômicas e culturais em que estão inseridos.

A preocupação inicial referia-se à possibilidade de perda da identidade cultural da comunidade, à dificuldade de compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula e mesmo a dificuldade da participação nas atividades discentes. E o isolamento desses alunos foi a motivação que me levou a fazer as primeiras visitas às aldeias. Dessas visitas iniciais e da relação estabelecida com os alunos é que foi construída a temática e estudo em andamento.

Interessou-nos compreender como os Akwẽ-Xerente se relacionavam com o seu ambiente natural e social? Quais mudanças ou transformações estavam sendo vivenciadas pelas diferentes gerações dos Akwẽ-Xerente com a instalação de grandes obras próximas às suas terras? As políticas sociais? Que implicações tais mudanças teriam sobre os seus modos de vida?

As reflexões iniciais acerca dos modelos de desenvolvimento adotados pelos estados capitalistas e a lógica de expropriação que caracteriza as relações sociais, políticas, econômicas e ambientais estabelecidas dentro deste contexto, já haviam motivado a realização do Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia, realizado na Universidade Federal do Amazonas. Naquela oportunidade, uma nova racionalidade acerca da relação homem-natureza já começava a se apresentar como uma importante e necessária fonte de estudo e pesquisa.

Compreender como se dão estas relações e como sujeitos historicamente alijados de direitos e garantias, no contexto de desenvolvimento atual do capital, vão construindo suas estratégias de sobrevivência e organizando o território, onde estas relações vão sendo produzidas e reproduzidas, tornou-se um tema de pesquisa a ser perseguido, não apenas para uma simples fruição intelectual, mas principalmente pela possibilidade de poder contribuir para a construção de uma nova racionalidade acerca da questão indígena no contexto do Território Indígena Akwẽ-Xerente.

Nessa perspectiva é que foi desenvolvido este estudo, com intuito de conhecer o território e as estratégias de produção e reprodução da existência do povo indígena Akwẽ-Xerente, localizado na região do médio Tocantins, em Tocantínia-TO.

Daí a empreitada realizada no sentido de recuperar a história desse povo e a forma como se organizaram ao longo do tempo para se compreender o tempo presente, de articular o tempo histórico com o avanço do processo de mundialização do capital e suas implicações sobre as terras e territórios indígenas no Brasil, o papel do Estado, especialmente a partir dos modelos de desenvolvimento adotados e as diversas formas e estratégias de sobrevivência e reprodução social, adotadas por esse povo no contexto da luta pelo território.

A opção teórico-metodológica adotada para o desenvolvimento da pesquisa traz presente a concepção do materialismo dialético, por entender que a história é fruto de condições materiais concretas em que os homens vão construindo as suas subjetividades. Interessou-nos, pois, compreender o ser humano real “em carne e osso”, a base material e os sujeitos sociais envolvidos nestas relações (MARX, 2010).

Espera-se com este estudo possa contribuir com o povo Akwê-Xerente no sentido de construir um material que possa ajudá-los a refletir de forma crítica, a compreender as bases históricas em que foram se processando as mudanças em seus modos de vida e organização, bem como em seu território.

Para dar conta da proposta de estudo, realizou-se uma ampla pesquisa bibliográfica, com base especialmente na epistemologia do conhecimento que fundamenta a Geografia Humana, numa perspectiva crítica, em que a dialética marxista, desempenha um papel primordial para a compreensão da sociedade e das relações dinâmicas e contraditórias que as constrói, no contexto de hegemonia do capital. Empreendeu-se ainda, uma revisão bibliográfica na área da Antropologia, por entender que esse movimento era necessário para iniciar uma análise mais próxima sobre a cosmologia que culturalmente orienta a relação dos Akwê-Xerente com a natureza e o universo ao seu redor. Nesse sentido, foram importantes os trabalhos de: Georges Balandier, “As dinâmicas sociais sentido e poder” (1976); Marshall Shalins, “O pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I) (1997); Roberto Cardoso de Oliveira, “O índio e o mundo dos Brancos” (1972); entre outros. Os estudos acerca da organização política cultural dos Akwê-Xerente serviram de referências: Agenor José T. Farias, “Fluxos Sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre aldeias” (1990); Luís Roberto de Paula, “A dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais (2000); entre outros estudos que constam na bibliografia.

Desenvolveu-se ainda um árduo trabalho de campo, cuja riqueza não se encerra no tempo de produção desta tese, podendo se constituir ainda como um importante banco de dados para pesquisas e estudos posteriores, dado a riqueza do material coletado. Assim, no período entre 2014 a 2016 (concentrando-se as visitas no segundo semestre de 2015 a 2016): foram feitas 71 visitas a aldeias indígenas do território dos Akwê-Xerente; foram entrevistados mais de 80 indígenas, entre homens e mulheres, jovens, adultos e idosos; feitas entrevistas com sujeitos representantes de instituições de órgãos de apoio e representação dos indígenas, a exemplo do CIMI, com técnico e procurador federal do Ministério Público

Federal do Tocantins que possuíam relação com a questão indígena no Estado do Tocantins; foram buscados dados sobre o território indígena dos Akwê-Xerente em instituições do governo estadual e municipal, relacionados ao número de aposentados, servidores municipais e estaduais, etc.

Em um primeiro momento, o centro da pesquisa foi o conhecimento da totalidade do território indígena por intermédio das visitas e entrevistas realizadas nas aldeias. Para a compreensão da realidade utilizou-se de entrevista oral com roteiros semiestruturados que teve como objetivos as seguintes questões: história da aldeia, modo de vida, cultura, alimentação, natureza, projetos executados nas aldeias, a relação de trabalho, dinheiro e produção de alimento. Foram entrevistados lideranças como caciques, vice-caciques, anciões, professores, jovens e mulheres. Na maioria das vezes era o cacique que indicava quem nas aldeias sabia mais sobre os assuntos abordados.

Num segundo momento, as entrevistas foram direcionadas aos indígenas que possuíam renda mensal de assalariados como servidores públicos que em sua maioria são professores e agentes de saúde e saneamento; além de empregados do setor privado, empresas terceirizadas que oferecem serviços para saúde e associações indígenas. Entre os questionamentos para fins de levantamento de dados e informações, buscou-se apurar a renda mensal das famílias, a forma como o dinheiro é gasto por eles, a distribuição dessa renda na família, o número de pessoas que são beneficiadas com a renda, onde e como o dinheiro seria utilizado. Neste período, foram realizados retornos a 11 aldeias - consideradas as com maior número de população.

Buscou-se, ainda, levantar as representações indígenas na estrutura interna da sociedade Akwê-Xerente e na sociedade externa, bem como informações dos arquivos acerca da construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado e do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX) que foram disponibilizados pelo Ministério Público Federal, entre outros dados.

Assim, para dar conta do propósito inicial desta tese, conhecer e compreender as relações que se estabelecem dentro do território Akwê-Xerente e as questões socioambientais que vão se configurando dentro e fora desse território, é que o trabalho final foi organizado em cinco capítulos que se articulam e se interpenetram de modo a possibilitar uma compreensão histórica e dialética acerca do Território Indígena dos Akwê-Xerente e das questões socioambientais.

No primeiro capítulo, intitulado “A questão agrária e a política indigenista no Brasil”,

são apresentadas e analisadas as bases históricas da política indigenista no Brasil; e identificados os traços mais marcantes da afirmação do intervencionismo estatal em todos os níveis e aspectos da sociedade. No caso das políticas brasileiras voltadas para os indígenas, evidenciam-se, nas políticas atuais, traços de continuidade das práticas colonialistas e autoritárias que remontam ao Estado Colonial. A questão agrária será o pano de fundo de toda a contextualização histórica da questão indígena tratada neste capítulo, o qual considerou fundamental para a compreensão da complexa realidade vivenciada nos dias atuais pelos povos indígenas no Brasil e pelos Akwê-Xerente, no contexto do Estado do Tocantins.

Didaticamente os diferentes períodos históricos foram divididos em quatro fases, que não são totalmente lineares, mas que caracterizam as políticas indigenistas hegemônicas em determinados contextos político-econômicos vivenciados na história do Brasil, a saber: a política indigenista no período colonial, com destaque para as reformas do Marquês de Pombal; a questão indígena no Império e a Lei de Terras; a política indigenista na República e o agravamento da questão indígena, ressaltando-se nesse período a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a geopolítica da Era Vargas; a política indigenista no contexto da Ditadura Militar e a criação da Funai; e, por fim, a questão indígena a partir de 1988.

Toda a contextualização realizada permitiu-nos observar que os conflitos e a disputa pela terra, que se deram inicialmente entre os índios e os invasores europeus no período do Brasil Colônia, vão assumindo contornos distintos no período do Império e da República. E, a partir dos condicionantes e instrumentos jurídicos, políticos e econômicos de cada época, possibilitaram uma compreensão crítica acerca da questão agrária e dos conflitos e disputas Funai que se estabeleceram em torno das terras indígenas na atualidade.

O segundo capítulo que recebe o título de “Amazônia e norte goiano” traz o debate sobre as frentes: de expansão e a pioneira, trazendo a tona o movimento dialético e contraditório que foram sendo construídos nas fronteiras e conseqüentemente a dominação dos territórios indígenas na Amazônia. Este capítulo se subdivide em quatro partes que se inter-relacionam. Na primeira realiza-se uma análise à luz dos conceitos de frentes de expansões e frentes pioneiras, de todo o processo de dominação e expropriação dos territórios indígenas na Amazônia legal. Na segunda parte, retrata-se o processo de reocupação do sertão goiano e a questão indígena que se estabelece nesse território. Na terceira parte são apresentadas e discutidas as políticas dos governos militares no Norte Goiano e na quarta e última parte deste capítulo os meandros políticos, econômicos, sociais e culturais que culminaram com a criação do Estado do Tocantins, no final dos anos de 1980.

Já o terceiro capítulo, denominado “A conquista do território dos Akwê-Xerente”, são trazidos à tona os fatos históricos relacionados aos primeiros contatos dos Akwê-Xerente com a sociedade nacional bem como os conflitos de terra que vão se estabelecendo na disputa pelo território indígena. Faz-se neste capítulo uma distinção necessária entre os conceitos de terras indígenas, entendido como uma categoria jurídica administrativa, que diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, e de território indígena, enquanto espaço onde permanentemente é travada a luta da sociedade pela apropriação da natureza, em que as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas dão a configuração histórica específica do território.

No quarto capítulo, “O território dos Akwê-Xerente e a sua reorganização a partir do Procambix”, são trazidos elementos do trabalho de campo empreendido, que juntamente com a pesquisa bibliográfica realizada contribuem para que se possa compreender melhor o território dos Akwê-Xerente e o processo de mudanças e transformações que vêm ocorrendo nas suas formas de socialização e organização social, interna e externamente. São apresentadas nesse capítulo as 71 aldeias que foram visitadas e elementos de sua organização e reorganização social, que perpassam tanto pelas questões produtivas, como político-organizativas, e pelas questões socioambientais que vão emergindo no seio das transformações que os Akwê-Xerente vão vivenciando em seu território.

Neste quarto capítulo é dada voz aos sujeitos da pesquisa. Ao refletirem sobre as questões socioambientais atuais, os Akwê-Xerente vão fornecendo os elementos que evidenciam as transformações em seu território, que expressam ao mesmo tempo sua capacidade de se recriar e de se reorganizar frente os conflitos internos e externos que enfrentam.

Não há que se falar em processo de aculturação, suas entrevistas deixam claro que ao mesmo tempo em que sofrem a pressão do capital vão desenvolvendo estratégias de sobrevivência que negam a ordem capitalista instituída no sentido da acumulação, atribuindo um valor diferente ao dinheiro, ao recriarem novas formas de sociabilidade ainda pautadas no bem comum, relações coletivas de contribuição com alimentação das famílias nas aldeias.

Por fim, no quinto capítulo, “As questões socioambientais e a monetarização da vida dos Akwê-Xerente”, são analisadas as questões socioambientais desse território bem como os processos de monetarização da vida. Esses elementos são relacionados de modo especial às políticas sociais implementadas no território, enquanto resultado das conquistas sociais oriundas da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, com

destaque para as políticas de educação, saúde e assistência social. Ao adentrarem o território indígena, essas políticas representam por um lado uma captura dos indígenas ao modelo capitalista de produção e de circulação de mercadorias.

Tais processos são reorganizados pelos Akwê-Xerente, estrategicamente, provocando mudanças no seu modo de organização da vida, o que não significa, contudo, que a lógica que permeia a existência desse povo se pautar na lógica capitalista. O dinheiro fruto do trabalho como agentes públicos do Estado no território é dividido entre todos os membros da família ou mesmo da aldeia e não possui caráter de acumulação, mas de manutenção da vida, diante dos desafios colocados frente à redução de seu território original no processo de demarcação das terras e da pressão do capital mundializado - representado pelas grandes propriedades de terra e pelo agronegócio apoiado diretamente pelo Estado.

Neste capítulo discute-se também o papel do Procambix no processo de monetarização da vida dos Akwê-Xerente e a recriação do artesanato como uma nova estratégia de geração de renda para a manutenção e reprodução da vida dos Akwê-Xerente, que bravamente vão se recriando e resistindo às pressões externas a que estão/são sujeitos.

As considerações finais do trabalho vão apontar as mudanças e permanências na organização política dos Akwê-Xerente, na língua entre os jovens indígenas, e na sobrevivência econômica e social dentro e fora do seu território, a despeito de todas as previsões fatalistas sobre a possibilidade de sobrevivência cultural e econômica desse povo.

Espera-se com esta tese ter contribuído para uma compreensão mais objetiva da realidade dos Akwê-Xerente no Tocantins, apresentando de forma crítica as contradições que envolvem o território dos Akwê-Xerente e suas lutas e conflitos. A capacidade de se adaptar e de recriar suas formas de organização da vida, sem necessariamente sucumbir à lógica capitalista, nos indica que outra racionalidade social, baseada em valores mais solidários, é possível.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL

Hoje a população urbana do país, que sempre teve vergonha da existência dos índios no Brasil, está em condições de começar a tratar com um pouco mais de respeito a si mesma, porque, como eu disse aqui todo mundo é índio, exceto quem não é.

Eduardo Viveiros de Castro (2006)¹

Neste capítulo buscou-se, na história das políticas indigenistas no Brasil, identificar os traços mais evidentes da afirmação do intervencionismo estatal em todos os níveis e aspectos da sociedade. No caso das políticas brasileiras voltadas aos indígenas, é possível verificar certa continuidade nas práticas estatais colonialistas e autoritárias que remontam ao passado, ao Estado colonial Português. Assim, procurou-se desenvolver uma compreensão crítica acerca das diferentes formas assumidas pela política indigenista ao longo da história brasileira.

Considerou-se, pois, necessário o entendimento do Estado moderno em todas as suas especificidades e, sobretudo, da articulação dessas políticas públicas com as distintas fases de construção do capitalismo nos diferentes contextos da história do País, evidenciando os impactos das políticas indigenistas sobre os modos de vida e organização dos indígenas e os reflexos dessas intervenções na atualidade.

Os conflitos e a disputa pela terra, que se deram inicialmente entre os índios e os invasores europeus no período do Brasil Colônia, vão assumindo contornos distintos no período do Império e da República. Eles ocorreram a partir dos condicionantes e instrumentos jurídicos, políticos e econômicos de cada época, e possibilitaram uma compreensão crítica sobre a questão agrária e dos conflitos e disputas que se estabeleceram em torno das terras indígenas na atualidade.

Stédile (2011), ao trazer o debate da questão agrária no Brasil a partir de 1500, apontou questões importantes para situar, principalmente, a questão do uso da terra em diferentes períodos de nossa história. Assim, o autor apresenta quatro períodos da evolução do debate da questão agrária no Brasil. O primeiro: de 50.000 a.c. a 1.500 d.c.; o segundo: de 1500 a 1850; o terceiro: de 1850 a 1930; e o quarto: de 1930 a 1964.

Segundo esse autor, a primeira etapa de formação histórica está assentada na ocupação do território brasileiro pelas correntes migratórias que vieram da Ásia, cruzando o Estreito do

¹ Povos indígenas no Brasil-Instituto Socioambiental. Entrevista à equipe de edição, originalmente publicada no livro **Povos Indígenas no Brasil 2001/2005**. <<https://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 19 set. 2016.

Alasca e ocupando todo o continente Americano. Segundo pesquisas antropológicas, há sinais comprovados de existência humana no território brasileiro de 50 mil anos atrás. De acordo com Stédile:

Para efeito do estudo da questão agrária nesse período, sabe-se que esses povos viviam no modo de produção do comunismo primitivo. Organizavam-se em +agrupamentos sociais de 100 a 500 famílias, unidos por algum laço de parentesco, de unidade idiomática, étnica ou cultural. Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território – terra, água, rios, fauna, flora – eram, todos de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender às necessidades de sobrevivência social do grupo. E quando os bens da natureza se tornavam escassos em determinadas regiões, os grupos se deslocavam para outros locais, o que caracterizava a sua condição de vida nômade (STEDILE, 2011, p. 18-19).

No segundo período que a história oficial registrou a partir de 1500, ocorreu a invasão europeia comandada pelos portugueses e financiada pelo nascente capitalismo comercial europeu. Nesse processo de invasão e de colonização, “adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E assim conseguiram dominar todo o território e submeter todos os povos que aqui viviam” (STEDILE, 2011, p. 19).

Pelo visto, a burguesia brasileira aliada ao capital internacional aprendeu bem essa lição. Ela continua utilizando essa mesma tática com os meios modernos de que se dispõe hoje, para continuar dominando os povos indígenas em todo o Brasil.

Nesse segundo período (que compreende de 1500 a 1850), foi instituído como modelo de uso da terra “o monopólio da propriedade de todo o território pela monarquia, pela Coroa” (STEDILE, 2011, p. 21). Não havia nesse processo propriedade privada da terra, pois todo o território pertencia à Coroa. No entanto, para que esta terra fosse usada principalmente para gerar produtos para exportar, a Coroa instituiu o processo de “concessão de uso da terra” com direito à herança.

O que se viu, a partir daí, foi o território nacional, independentemente de quem nele estivesse vivendo muito antes desse momento, “ser entregue aos capitalistas-colonizadores, que dispunham de capital e se apoderavam de enormes extensões de terra, formando os grandes latifúndios para a exploração do pau Brasil, da cana de açúcar, dos minerais” (STEDILE, 2011, p. 21). Esse processo de entrega não tem fim e ocorre todos os dias de diversas formas, sob a proteção do estado.

De acordo com Stédile:

A concessão de uso era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração. Mas não lhe dava o direito de vender, ou mesmo de comprar terras vizinhas. Na essência, não havia propriedade privada das terras, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias (STEDILE, 2011, p. 22).

Todavia, no terceiro período, que compreende de 1850 a 1930, isso muda em razão das mudanças que foram ocorrendo no mundo e das “pressões que a Coroa Portuguesa veio sofrendo dos ingleses para substituir o trabalho escravo pelo trabalho assalariado e para impedir que com a abolição, esses trabalhadores livres ocupem a terra. A Coroa institui a primeira lei de terras do país, em 1850” (STEDILE, 2011, p. 22).

Qual a novidade dessa lei em relação à propriedade e uso da terra em nosso País? “A lei implanta a propriedade privada da terra no Brasil. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou a propriedade privada da terra” (STEDILE, 2011, p. 23).

De 1850 para cá há um longo debate acerca da questão da propriedade e uso da terra no Brasil. E inúmeros conflitos no campo e nas cidades foram ocorrendo, pois, sendo a terra uma mercadoria, somente quem tivesse dinheiro poderia ter acesso a ela, primeiro “comprando” da própria Coroa, depois das classes dominantes em cada pedacinho desse país.

Isto significou que os pobres, camponeses, populações negras e indígenas perderam o direito de uso desse bem natural transformado, a partir da lei, em mercadoria para ser vendida. É por isso que há um forte mercado de terras, inclusive fundado na ilegalidade, que coloca em risco os territórios dos povos indígenas e que mantém a luta pela terra no país.

Para Stedile (2011, p. 27), o quarto período (de 1930 a 1964) marca uma nova fase da história econômica brasileira:

Do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria. As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não detêm o poder político. As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder – fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social para ajudar a exportar máquinas para o setor rural em processo de modernização. O que gerou um ciclo de capitalismo dependente (STEDILE, 2011, p. 28).

Pois bem, nota-se que a terra nem sempre foi uma mercadoria. Porém, mesmo sendo habitada por povos tradicionais antes mesmo de 1500, tal situação não fez com que os povos indígenas se sentissem donos da terra. Terra essa que não precisava de cerca e nem de divisas, pois era de uso coletivo, para a existência da família, de acordo com os costumes de cada população.

1.1 A Política indigenista no período colonial

O encontro entre o Velho e o Novo Mundo, que a descoberta de Colombo tornou possível, é de um tipo muito particular: é uma guerra, ou melhor, como se dizia então, a Conquista. Um mistério continua ligado à conquista; trata-se do resultado do combate. Por que esta vitória fulgurante, se os habitantes da América são tão superiores em números a seus adversários, e lutam em seu próprio solo?

(TODOROV, 2010, p.73)

A conquista da América trouxe novos caminhos para os habitantes do Velho Mundo. A chegada ao novo continente possibilitou a esses homens um maior conhecimento do todo do qual faziam parte, visto que até aquele momento só vislumbravam parte dessa totalidade.

No que diz respeito aos primeiros habitantes do Brasil, pode-se afirmar que ao longo de sua história eles viveram inúmeras situações de conflitos, sejam políticos, sociais, ideológicos, territoriais e/ou culturais, cuja natureza conduziria a situações de engano, de escravidão, de massacres, de doenças e de muitas mortes. Tais conflitos se deram primordialmente pelo fato de que os povos indígenas procuraram defender suas terras, bem como seu modo de vida.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconheceu e assegurou aos indígenas os direitos originários das terras. Vale destacar que as questões indígenas foram reconhecidas na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) a partir das lutas realizadas pelos movimentos sociais indígenas, dispendo sobre a proteção e a preservação da natureza dos territórios indígenas.

Contudo, ainda que a ocupassem, competindo tradicionalmente à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, as discussões a que se assiste acerca dos direitos dos indígenas no Brasil têm demonstrado retrocesso, desrespeito e descaso com tais direitos. Em passagens mais recentes, pode-se verificar, de acordo com Lima (2013, p. 76-77), alguns exemplos que representam essas ameaças, a saber:

- a) As construções de hidrelétricas que impactam os territórios indígenas;
- b) Os conflitos agrários entre Estado, grandes latifúndios, e o monopólio da agricultura capitalista no país;
- c) As discussões do Projeto de Emenda Constitucional nº 215 (PEC-215) e da portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que preveem a retirada do poder de decisão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de demarcar e fiscalizar as terras indígenas para o Congresso Nacional;
- d) As discussões que envolvem a nova fronteira agrícola MATOPIBA - que constitui as terras produtivas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia; entre outros (LIMA, L.G. B 2013, p. 76-77)

Referente ao estudo das políticas indigenistas e das legislações vigentes no período colonial fica perceptível à constituição de relações contraditórias da Corte Portuguesa em

relação aos indígenas no que diz respeito à formulação e às aprovações de leis que oscilavam entre os interesses dos colonos e dos jesuítas. Para Chaim (1983, p.67), essa disputa configurava-se como uma “[...] luta por mais de dois séculos travada entre colonos e jesuítas, ambos interessados nas terras e no monopólio do trabalho indígena”. Em conformidade com a ideia anterior, Melatti (2007) acrescenta que,

Durante todo o período colonial, o governo português, no que concerne à legislação sobre os indígenas, oscilou entre os interesses dos colonos, que desejavam escravizar os índios, e os esforços dos missionários, que tinham por objetivo convertê-los ao cristianismo e ao mesmo tempo fazê-los adotar os costumes dos civilizados (MELATTI, 2007, p. 249, grifo nosso).

A este respeito, apresentou Perrone-Moisés (1992) um longo debate em relação à escravidão e liberdade dos índios na colônia, evidenciando que a questão fundamental estava relacionada aos domínios das terras e da mão de obra indígena. Ou seja, a principal preocupação da Coroa Portuguesa e dos seus administradores era como iriam lidar com os índios bravos, bem como legalizar as posses das terras. De modo especial é a partir desses interesses que se podem observar as oscilações na legislação indigenista nesse período. Desse modo, Perrone-Moisés (1992) descreveu que:

Debate-se a partir do fim do século XVIII até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “bravos”, “desinfetando”² os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão de obra (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 134).

Inicialmente, os indígenas foram utilizados como mão de obra nas lavouras de cana-de-açúcar. A esse respeito Chaim (1983), ressaltou que o século XVI foi marcado pelo trabalho escravo dos indígenas nas lavouras, pois existiam ainda poucos negros africanos no Brasil. De acordo com Gagliardi (1989), o mercado de escravos africanos no Brasil só se intensificou na segunda metade do século XVII.

Os indígenas também vivenciaram atividades de escambo com os invasores de suas terras, contribuindo para a formação econômica do País. Para Valadão e Azanha (1991), o pau-brasil foi a primeira atividade de exploração econômica em que se dedicaram os portugueses e os franceses que aqui desembarcaram. Esses europeus trocavam machados e facões por árvores abatidas.

² Após leituras realizadas acerca dessa temática, verificava-se que esse termo foi bastante utilizado em determinado período da história brasileira. Era uma forma de se expressar um pensamento preconceituoso, que estabelecia uma relação desumana com os Povos Indígenas, principalmente com os resistentes às políticas de escravidão e assimilação, considerados bravos ou selvagens.

A prática de escambo foi uma das muitas estratégias de comunicação que os invasores europeus utilizaram com os nativos para a exploração das riquezas naturais do Novo Continente/América. Atraídos pela curiosidade, esses nativos trocavam as bugigangas trazidas pelos europeus por árvores de pau-brasil (mesmo sem saber o valor da madeira comercializada), além de outras riquezas. Afinal as tais atividades econômicas não faziam parte de seu modo de vida.

Valadão e Azanha (1991) destacam que o escambo entre os europeus e os índios era evidentemente desigual, pois os índios trabalhavam nas derrubadas, carregavam os navios e recebiam em troca simplesmente os instrumentos de trabalho. Ainda a esse respeito, Oliveira e Freire (2006) descrevem que:

Nas primeiras décadas do séc. XVI, circularam pela costa brasileira traficantes de mercadorias europeus e comerciantes portugueses. Tais desbravadores tinham por objetivo estabelecer relações de escambo com os índios do litoral, trocando mercadorias e quinquilharias por uma madeira corante valorizada na Europa, o pau-brasil. O comércio intenso dessa madeira devastou muitas áreas do litoral brasileiro (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 38).

Durante as três primeiras décadas depois da invasão europeia, a Corte Portuguesa teve uma relação apenas de exploração de madeiras e de vigilância do território da costa litorânea com intuito de exercer o controle da posse das terras e das instalações de feitorias.

Sobre a exploração de pau-brasil pela Coroa Portuguesa, Prado Júnior (1984) ressalta que a exploração dessa madeira foi por muito tempo monopólio da Coroa Portuguesa, mas que, anos depois, muitos traficantes conseguiram explorar a madeira do pau-brasil, embora o declínio dessa exploração tenha ocorrido de forma rápida, uma vez que “[...] em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu seu interesse” (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 26-27).

Foi somente com a perda do domínio de Portugal da rota do comércio de especiarias das Índias para os holandeses que a Coroa iniciou o processo de colonização das terras da colônia brasileira. Gagliardi (1989) afirma que:

A opção viável à Coroa portuguesa, para ocupar as terras brasileiras e garantir a sua propriedade, foi o incentivo aos investidores particulares, através de doações, que por meio de seus próprios recursos monetários deveriam iniciar a exploração econômica. Assim surge a figura do donatário. [...] Os poderes desses régulos eram amplos. Além da posse de um vasto território, inalienável e transmitido hereditariamente, podiam ainda fundar vilas, nomear tabeliões, ouvidores, punir crimes, escravizar índios, conceder sesmaria etc. Em troca, deviam pagar à Coroa portuguesa o dízimo dos produtos da terra, o quinto dos metais preciosos e respeitar o monopólio sobre produtos naturais como o pau-brasil (GAGLIARDI, 1989, p. 26-27).

Acerca dessa discussão, Prado Júnior (1984) acrescenta que a divisão da costa brasileira foi feita em doze capitanias. Essas terras seriam doadas aos donatários responsáveis pelo transporte e estabelecimento do povoamento, sendo o interior da colônia ainda desconhecido pelos exploradores. Assim foram sendo constituídas as grandes fazendas, os povoamentos e a agricultura. A monocultura da cana-de-açúcar era o objetivo principal para a obtenção de lucros, pois as terras eram muito boas para o plantio e o clima favorável. As doações eram de extensas áreas de terras, afinal,

[...] sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. Além disso, e, sobretudo por isso, há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 34).

Para o árduo trabalho no cultivo da terra e para a agricultura de grandes lavouras precisava-se de trabalhadores, já que de Portugal não se conseguiria essa mão de obra. Nesse contexto histórico a escravidão indígena se fez necessária e justificada pelas guerras chamadas de justas, que tiveram sua origem na lei dos direitos originários de guerras medievais. Estas foram institucionalizadas no século XIV e davam direito à Coroa e à igreja de fazerem guerras contra os infiéis pagãos. Entretanto, no século XVI essa licença era limitada apenas à autoridade real (PRADO JÚNIOR, 1984).

No Brasil Colonial as autorizações para as guerras justas eram emitidas pelo rei ou governador-geral. As guerras eram contra os povos indígenas que não submetessem aos domínios de suas terras e à escravidão e dificultavam a expansão do comércio. E contra aqueles que se aliassem a outros europeus que não fossem os portugueses, além dos que resistissem ao cristianismo.

Conforme Valadão e Azanha (1991), documentos históricos da época evidenciavam a existência de mercado de compra de nativos cativos por meio do escambo. Os índios cativos de guerras tribais eram negociados por outros índios em troca das suas mercadorias³. Entretanto, contrapondo-se a essa ideia, Alencastro (2000) afirma que os indígenas não se firmaram como fornecedores regulares de índios cativos, até porque as guerras entre eles eram por vingança e com objetivo de morte do inimigo. O autor ainda menciona que “[...] para

³ Segundo Valadão e Azanha (1991, p. 14) o comércio de prisioneiros indígenas começou na capitania de São Vicente. Os europeus teriam feito alianças com algumas tribos canibais, incentivando a guerrearem com outras tribos para negociarem os prisioneiros em troca de mercadorias ao invés de comê-los. Os autores fazem referência às informações obtidas através de crônicas e cartas da época do início da invasão europeia nas terras atualmente brasileiras.

converter indígenas em fornecedores de índios, carecia transformar uma sociedade de coleta e de caça em uma sociedade de predadores de homens” (ALENCASTRO, 2000, p. 118).

Todavia, sabe-se que a escravidão indígena de fato existiu. As relações entre os índios e os europeus foram sempre conflituosas. Para os europeus, os nativos não tinham direitos, duvidavam até mesmo da humanidade dos índios. No contexto de escravidão indígena, os jesuítas já estavam presentes realizando o trabalho de tornar os selvagens índios em cristãos. Todavia, os religiosos não estavam tendo os resultados esperados. Valadão e Azanha (1991), assim descrevem como eram organizados os trabalhos dos jesuítas no início do processo de colonização do Brasil:

Nos primeiros tempos dos jesuítas no Brasil, a forma tradicional do trabalho dos missionários era a seguinte: um padre, ou um pequeno número de padres, se dirigia a cada uma das nações indígenas e nas suas aldeias fazia a pregação; batizava geralmente um grande número de indivíduos e se retirava, considerando cumprida ali sua tarefa. [...] Em pouco tempo de trabalho missionário, os jesuítas entenderam que os índios tinham suas próprias crenças e que dentro das aldeias destacavam-se pessoas respeitadas pelo seu saber tradicional (VALADÃO; AZANHA, 1991, p. 19).

Para os jesuítas existiam vários problemas nesta estratégia de catequização dos indígenas nas aldeias, umas delas era a presença dos pajés; uma vez que, como estes tinham o respeito da tribo, mantinha a liderança espiritual já que dominavam, entre outras coisas, o conhecimento das ervas medicinais entre os índios. Sendo assim, mesmo que os jesuítas pregassem e batizassem muitos indígenas, estes continuavam mantendo os costumes tradicionais ensinados pelos pajés.

Existia ainda para esses religiosos, o perigo do percurso até a aldeia e a incerteza de como seria sua recepção pelos índios. Diante desse quadro, os jesuítas viram, no projeto de colonização da Coroa Portuguesa, uma alternativa de reorganização de suas estratégias de dominação religiosa, cultural e também econômica.

Em Valadão e Azanha (1991) encontra-se um trecho de uma carta do padre Manuel de Nóbrega ao padre Miguel de Torres que ilustra as afirmações acima:

[...] Este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado e por isso se S.A. os quer ver todos convertidos mande-os sujeitar e deve fazer estender os cristãos pela terra dentro e repartir-lhes o serviço dos índios àqueles que os ajudarem a conquistar e senhorear em outras partes de terras novas [...], sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos muitos escrupulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerras justa e terão serviço e vassalagem e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S.A. terá muita renda nesta terra [...] A lei, que lhes hão de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, manter-lhes em justiça entre si e para com os cristão; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre

cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem e com estes padres da Companhia para os doutrinarem (M. Nóbrega, Cartas do Brasil ao Pe. Miguel de Torres, 8 maio de 1558, p.280-1, apud Valadão e Azanha 1991, p. 19-20)

Foram muitas as políticas indigenistas organizadas pela Coroa Portuguesa no período colonial, em especial na primeira fase do período colonial. É importante destacar alguns elementos desse contexto abordados por autores como Araújo (2006), Oliveira e Freire (2006), Valadão e Azanha (1991) e Alencastro (2000), a saber:

- a. Os Aldeamentos eram áreas destinadas a reunir os índios de tribos diferentes. Eram administrados por ordens religiosas, principalmente de jesuítas, que tinham como principal objetivo tornar os índios cristãos (ARAÚJO, 2006);
- b. Os Descimentos consistiam no deslocamento “forçado” ou “compulsório” de índios mansos ou aliados que eram trazidos de suas aldeias, e aldeados perto dos povoados coloniais. Nos aldeamentos, eles eram evangelizados. Para os jesuítas, essa era a forma encontrada para civilizar os nativos e transformá-los em “vassallos d’El Rei” (ALENCASTRO, 2000);
- c. Os Índios de Resgate, ou índios de corda, eram índios aprisionados em guerras intertribais e vendidos em troca de mercadorias para os europeus. Esses índios podiam ser objetos de regates pelos colonos. Os índios resgatados dessa forma viveriam em cativeiro por um período de 10 anos (ALENCASTRO, 2000).
- d. Os cativeiros eram para índios aprisionados nas “guerras justas”. Esses índios ficavam escravos por toda a vida (ALENCASTRO, 2000, p.119);
- e. Os Índios de Repartição, ou Aldeias de Repartição, eram formados por indígenas forros que recebiam salários para servir aos missionários, à Coroa portuguesa e aos colonos (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Alencastro (2000) destaca que as leis relacionadas à escravidão indígena permitiam três formas de aprisionamentos, a saber: os resgates, os cativeiros e os descimentos. A coroa, os religiosos e os colonos, utilizavam desses modos de escravidão indígena, cada um com interesses diversos de poder e de ambição.

O regime dos aldeamentos missionários foi organizado dentro da política de catequese dos jesuítas, sendo uma estratégia para a política indigenista da Coroa Portuguesa. Como mencionado, os aldeamentos consistiam em reunir os índios de diversas tribos com objetivo de evangelizar e de fornecer, de certa forma, proteção contra as ações dos colonos.

Para Oliveira e Freire (2006), os aldeamentos eram também empreendimentos econômicos e político-militares. Já Moura (2006) acrescenta que os aldeamentos tinham vida

curta devido às doenças trazidas pelos europeus e africanos, aos maus tratos e às fugas. Isso fez com que os missionários buscassem alternativas e, uma delas, foi organizar as entradas ou descimentos para capturar índios para os aldeamentos.

Os jesuítas recebiam críticas dos colonos que questionavam suas ações, pois para os colonos eles estavam tirando proveito da mão de obra indígena. Aliás, no processo de torná-los cristãos, os religiosos colocavam os indígenas para trabalharem em suas plantações, além dos trabalhos domésticos dentro dos aldeamentos. Porém, muitos dos indígenas, mesmo regidos por princípios éticos e religiosos, abandonavam com facilidade os ensinamentos que recebiam nos aldeamentos e retornavam às florestas ou invadiam os povoados.

A política de aldeamentos esteve presente em todo processo de colonização, assim como nas guerras justas. Segundo Valadão e Azanha (1991), no século XVII, com o domínio dos holandeses no mercado da mão de obra negra, os colonos intensificaram as atividades de captura de índios para o trabalho nas plantações e demais atividades. Nesse momento histórico é que foram organizadas as Bandeiras que, segundo Moura (2006), tiveram participação efetiva na expansão territorial do Brasil. Ao tratar sobre as Bandeiras, Moura (2006) explica que elas se tornaram, inicialmente,

[...] um empreendimento de caráter particular, que nasceram não só da necessidade de se descobrirem ouro e pedras preciosas, mas do propósito de obter mão de obra escrava para as fazendas e engenhos, sobretudo da região de Piratininga-São Paulo, onde se deu o início do movimento (MOURA, 2006, p. 31).

Para esta estudiosa, as Bandeiras, até a metade do século XVI, tiveram, perante os indígenas, uma postura defensiva apenas. Contudo, com o passar do tempo e a escassez de mão de obra, os bandeirantes se voltaram para os indígenas de maneira ofensiva em busca de capturar índios selvagens. Acerca dessa questão, existem registros de que organizados em bandeiras, os colonos portugueses começaram a invadir o sul do País, principalmente as reduções, que eram concentrações de índios em um espaço específico, assim como os aldeamentos. Gagliardi (1989) relatou que os jesuítas não conseguiam segurar os colonos e a captura se alastrou pelos sertões, atingindo os aldeamentos e reduções.

As reduções eram organizadas e administradas pelos jesuítas espanhóis. Estas estavam localizadas em uma área formada por três grandes rios: Uruguai, Paraná e o Paraguai, onde viviam os índios Guarani (VALADÃO; AZANHA, 1991, p. 21-22). Conforme estes autores, essas terras eram disputadas pela Coroa Portuguesa e Espanhola. Os autores registraram, ainda, as muitas resistências dos índios Guarani que guerrearam com os paulistas para

manterem seus territórios. Todavia, os números de massacres e de aprisionamento de índios para escravidão foram altos.

Assim como os Guarani resistiram à invasão europeia, outros povos indígenas espalhados pelas florestas, caatingas, cerrados e demais biomas que configuravam as riquezas naturais das terras brasileiras, também resistiram e guerrearam com os colonos e outros povos da Europa que disputaram com Portugal o domínio das terras onde viviam os povos indígenas. No decorrer desses conflitos foi organizada a primeira legislação que reconhecia a posse dos índios às suas terras, considerando-os como seus primeiros ocupantes. O Alvará Régio de 1º de abril de 1680 tratava das terras indígenas, entretanto, dava direito a religiosos e à Coroa de declarar guerras justas aos índios. Desse modo, o alvará determinou que,

[...] 1- aos que descerem do sertão sejam designados lugares convenientes para neles lavrarem e cultivarem, sem que possam ser mudados dos ditos lugares contra sua vontade; 2- esses índios nem serão obrigados a pagar foro ou tributo das ditas terras, ainda que sejam de sesmarias, a pessoas particulares, porque na concessão de sesmarias se reserva sempre o prejuízo de terceiro, e muito se entende, e quero que se entenda ser reservado o prejuízo e direito dos índios, primários e naturais senhores delas. [...] os prisioneiros assim tomados sejam tratados como pessoas que se tomam nas guerras da Europa (MENDES JR, J, 1988 APUD VALADÃO; AZANHA, 1991, p. 23).

Alencastro (2000) ratificou que a teoria do colonato ficou apenas no papel, pois a maioria dos textos que proibiam o cativo indígena não foi cumprida. No trecho abaixo, o autor apresenta qual foi o efeito das estratégias políticas e das invasões nos territórios indígenas no Brasil Colônia.

Acuadas pelas redes das entradas nas aldeias, e pelas pressões das autoridades civis e religiosas, as tribos do sertão foram “descidas” e aldeadas na vizinhança dos portos, das vilas e cidades. Mal alimentados, expostos a trabalho forçados num ambiente epidemiológico que lhes era particularmente hostil, os índios aldeados pereciam em grande número. Prática inscrita na legislação régia como o modo menos violento de intervir nas sociedades indígenas, o descimento acabou provocando uma mortandade mais lenta, porém mais extensa que os resgates e os cativos (ALENCASTRO, 2000, p. 120).

A força de trabalho indígena foi um fator importante para o desenvolvimento econômico da colônia, por isso as contradições nas leis, que ora proibiam a escravidão indígena, ora justificavam a escravidão por intermédio das guerras justas. Desse modo, a igreja foi uma peça fundamental para que a Coroa se beneficiasse do trabalho dos indígenas. Domingues (2000) atesta que:

A mão de obra indígena era tão imprescindível para o desenvolvimento econômico como para o próprio sistema colonial. Pensa-se poder com segurança que, no Estado do Grão-Pará, a verdadeira riqueza residia não na terra, na exploração agrícola, na recolha das drogas do sertão, na produção artesanal ou criação de gado, mas sim na força de trabalho que impulsionava essas atividades (DOMINGUES, 2000, p. 54).

Ao tratar das instituições responsáveis pelos assuntos relacionados aos povos indígenas, Domingues (2000) coloca que no século XVII e meados do século XVIII as Juntas das Missões⁴ se constituíram como instituições importantes, que tinham um grande poder decisório em relação aos destinos dos indígenas e das descidas para os sertões. As Juntas tinham acesso a todas as informações oriundas de relatórios de missionários, soldados, moradores espalhados pelo sertão, além de terem atribuição de decidirem sobre as guerras justas que eram encaminhadas para Cartório da Ouvidoria Geral.

Nesse sentido a igreja exercia fortes pressões ideológicas a fim de tornar os índios cristãos, trabalhadores braçais com viés do homem ocidental, entretanto como afirma Gagliardi (1989) isso só seria possível se esses povos abandonassem seus traços culturais, tarefa difícil de ser alcançada como demonstra a história de resistência dos povos indígenas.

Dessa forma, o poderio da igreja foi fortalecido neste período, já que os aldeamentos facilitavam a evangelização e auxiliavam na ocupação territorial, além de os religiosos terem o domínio da mão de obra indígena. A igreja, através da criação dos Regimentos das Missões, conseguiu ampliar o projeto de assistência religiosa e, com as atividades nas missões, foi ganhando uma dimensão econômica e política que incomodou a Coroa, fazendo com que, na metade do século XVII, os jesuítas fossem expulsos da colônia brasileira.

1.1.1 As reformas de Marquês de Pombal

A expulsão das ordens religiosas e o confisco de suas terras foram organizados pelo Marquês de Pombal, inspirado nos princípios do Iluminismo que tinha como objetivo a separação entre o estado e a religião. Assim, pelo Alvará de 6 de junho de 1755 foi decretada a liberdade irrestrita do índio. Em seu governo, o Marquês de Pombal instituiu o Diretório do Índio para estabelecer um programa de "civilização e de cultura" dos índios.

Na prática, esse documento tinha como diretriz os seguintes pontos: a) o combate aos costumes tribais mediados pela miscigenação, que acabaria com as distinções formais entre índios e brancos; b) a transformação das aldeias em vilas de povoações portuguesas; c) a liberação da mão de obra para que os índios cultivassem em suas roças, principalmente, produtos para o comércio; d) e o estímulo de casamentos de europeus com as índias. Aos

⁴ As Juntas das Missões eram compostas pelos jesuítas, carmelitas, mercenários, capuchinhos, da Piedade, pelo governador, ouvidor-geral e bispo.

vassalos do rei que casassem com estas nativas eram garantidas as terras para que se estabelecessem, segundo o Alvará de 04 de março de 1744.

No regimento dos Diretórios era proibido o uso da língua nativa e os indígenas recebiam ensino apenas na língua portuguesa. Havia, nesta política indigenista, uma clara intenção de incluir os indígenas no sistema econômico da época. Os diretores desses estabelecimentos eram funcionários do estado, que faziam o pagamento dos indígenas. Para Valadão e Azanha (1991),

Longe de abolir administração dos índios, o Diretório trocou a direção do missionário pela do diretor, funcionário civil do Estado. E ao invés de suprimir o sistema de repartição de mão de obra, tornou-o mais duro e isento de limites. Os índios trabalhariam por salários, mas esses salários deveriam ser entregues pelos moradores ao diretor da povoação: este daria 1/3 da paga ao índio, guardando 2/3 no cofre para ser recebido no fim do trabalho ou devolvido ao morador caso o índio desertasse do serviço (VALADÃO; AZANHA; 199, p. 27).

Pode-se observar que as políticas de Pombal tinham por objetivo organizar a colônia, dando unidade política a ela e, ainda, tentar resolver as questões relacionadas aos indígenas, uma vez que a Coroa os considerava um problema, mas sem que fosse usada a violência (GAGLIARDI, 1989).

O Marquês de Pombal conduziu a ocupação territorial da colônia brasileira estrategicamente. Procurou incorporar os indígenas na sociedade colonial transformando as aldeias em vilas, o que estimulou a formação da nacionalidade brasileira. Considera-se que essa foi a primeira “[...] tentativa de solucionar o problema indígena sem o recurso da violência armada, dentro do quadro institucional da época” (GAGLIARDI, 1989, p.29).

Entretanto, com a morte de D. José I, rei de Portugal, foi inevitável a queda do seu ministro no Brasil, o Marquês de Pombal. A legislação pombalina foi abolida através da Carta Régia de 02 de março de 1798, de D. João VI, dando fim aos aldeamentos dos Diretórios.

Contudo, conforme destacam Oliveira e Freire (2006, p. 69), o modelo de colonização desenvolvido pelo Marques de Pombal não foi totalmente abolido. Mesmo com a extinção dos Diretórios dos Índios, foi mantida a figura do Diretor de Índios que continuou existindo até meados do século XIX em várias regiões do País. Nesse sentido, afirmam Oliveira e Freire (2006),

[...] os índios, “primários e naturais senhores” das terras que habitavam ou que foram aldeados por missionários, segundo o Alvará de 01/04/1680, tiveram esses direitos reafirmados na lei de 06/07/1755 e no Diretório dos Índios. Entretanto, a política de aldear índios tinha por objetivo, na prática, transformá-los em uma força de trabalho habilitada e espoliá-los de grandes extensões de terras. Em todo esse período, até final do século XIX, buscava-se concentrar e sedentarizar os índios, torná-los produtivos, mão de obra de agentes do Estado, de missionários e colonos

que os instruíriam nos ofícios e os submeteriam às leis (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.74).

Apesar de todo esse processo de expropriação, os indígenas não se submeteram sem oferecer resistência da sua integração à sociedade colonial. Ribeiro (2006) afirma que,

Frente à invasão europeia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. [...] neste conflito de vida ou morte, os índios de um lado e os colonizadores do outro punham todas as suas energias, armas e astúcias. Entretanto, cada tribo, lutando por si, desajudada pelas demais, exceto em umas poucas ocasiões em que se confederaram ajudadas pelos europeus que viviam entre elas, pôde ser vencida por inimigo pouco numeroso, mas superiormente organizado, tecnologicamente mais avançado e, em consequência, mais bem armado (RIBEIRO, 2006, p. 44).

Diante dessa realidade de guerras entre colonos e indígenas, bravamente os índios defenderam o seu modo de ser e de viver. Contudo, ainda que para os indígenas, os inimigos fossem em número relativamente inferior, estes possuíam estratégias de guerras, aliados e tecnologias superiores para vencer. Uma das armas mais utilizadas foram as leis e os decretos que o poder monárquico, juntamente com a igreja, criou para subjugar as populações indígenas e o seu modo de organização da vida.

Ao tratar da economia do Brasil colonial, Prado Júnior (1994) afirma que ela ainda não tinha se constituído com uma economia nacional, pois estava direcionada à exploração dos recursos naturais para exportação internacional, baseada no interesse do comércio europeu, principalmente Portugal que tornava-se em,

[...] um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada; mas ficara-se, modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 102-103).

A independência do Brasil foi resultado das lutas da Inglaterra com a França, pois Napoleão invadiu Portugal para impor que a Coroa Portuguesa aderisse ao bloqueio continental da Inglaterra. A Família Real portuguesa saiu de Portugal às pressas e instalou-se no Brasil e logo declarou a independência da colônia brasileira. Acerca desse processo político, Hobsbawm (2012) atesta que o Brasil não sofreu repressões econômicas e demográficas nos primeiros anos do Império, pois foi um ato pacífico com um Imperador local.

Com abertura dos portos brasileiros, o Brasil passou a interagir com outros mercados europeus. Vale ressaltar que, estrategicamente, isso contemplou os interesses da Inglaterra, contudo, ficou evidente nesse momento o ganho do Brasil, já que passou a fazer parte do

intercâmbio internacional. Foram muitas as mudanças nas infraestruturas oriundas dos investimentos do capital estrangeiro para este país. Hobsbawn (2012) analisa que,

[...] foi neste período que América Latina conseguiu ter um padrão de produtos para exportação que trouxe modificações estruturais no âmbito das infraestruturas de países como Brasil, além do aumento da imigração europeia. Essas mudanças de infraestruturas traz a construção de [...] estradas de ferro, instalações portuárias, e utilidades públicas (HOBSBAWN, 2012, p. 192).

A vinda da Família Real portuguesa e a independência mudaram por completo a vida intelectual e cultural dos brasileiros, pois as necessidades desta família foram estruturando a cidade do Rio de Janeiro que se tornou um centro administrativo do poder no Brasil.

No Império, a economia teve momentos de altos e baixos. Um dos grandes entraves foi a força produtiva, tendo em vista que, com abolição dos escravos, era preciso pagar o preço da mão de obra nas lavouras. Nesse período, o colonato foi implantado no Brasil para enfrentar a crise do fim do trabalho escravo.

Os imigrantes europeus que vieram para o Brasil em busca de terras foram trabalhar nas fazendas de café e canaviais no regime do trabalho livre. Ao tratar do colonato, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) destaca que,

No entanto, se nesse particular o trabalhador livre diferia do escravo, no outro extremo eles eram idênticos, pois a mudança ocorrida na forma de produzir, baseada no colonato, na grande propriedade fundiária, visava preservar e ampliar a economia historicamente voltada para a exportação de mercadorias tropicais (café) para a Europa capitalista (OLIVEIRA, 2007, p.25).

Em conformidade, Prado Júnior (1984) destaca que essa alternativa resultou em relações de trabalho com a mesma concepção do regime abolido (escravidão). Foi uma das principais fontes de contradições econômicas e sociais firmadas na exploração do trabalho humano, mesmo quando este passou a ser pago.

1.2 A Questão indígena no Império e a Lei de Terras

Após a proclamação da Independência em 1822, as forças liberais que atuaram nesse processo sentiram a necessidade de definir uma política indigenista para o Império. O projeto elaborado por José Bonifácio de Andrada e Silva foi considerado o documento mais expressivo desse período. Bonifácio acreditava que mudando a abordagem de atração dos indígenas seria possível integrá-los pacificamente à sociedade brasileira.

Segundo Gagliardi (1989) entre os meios a serem utilizados para civilizar o indígena, José Bonifácio apontava: a) o comércio como uma maneira de aproximação entre os brancos e os índios; b) os casamentos mistos, entre brancos, mulatos e índios, a fim de unir os interesses

de todos a uma só nação; c) o trabalho catequético, que para José Bonifácio deveria permanecer a cargo de um colégio de missionários; e, d) a agricultura, na qual os índios deveriam ser instruídos, com o objetivo de produzir alimentos, tanto para o autoconsumo como para a comercialização. Propôs, ainda, José Bonifácio, um Tribunal Superior, que teria por finalidade supervisionar a administração tanto civil como eclesiástica das aldeias de cada província.

O “Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios”, que estabelecia as normas para administração dos indígenas no Brasil, foi proposto pelo Conselho de Estado ao governo imperial e aprovado pelo Decreto n. 426 em 24 de julho de 1845. Incluída em todas as províncias brasileiras nesse mesmo ano, essa lei permitiu ao governo recuperar para si os rumos da política indigenista nacional, que desde o Ato de 1834, encontrava-se sob responsabilidade das províncias. Dessa maneira, a presença do Estado na questão indígena tornou-se efetiva (CUNHA, 1987).

Para autores como Manuela Carneiro da Cunha (1992) e Carlos Moreira Neto (1971) a legislação indigenista do Império, que vigorou até a Proclamação da República, em 1889, tinha caráter mais administrativo que político. Ela tratava do estabelecimento de regimentos através dos quais os grupos étnicos, indígenas e não indígenas, seriam reunidos, através de aldeamentos, e apresentados aos costumes civilizatórios que deveriam ser absorvidos.

O Regulamento de 1845 abarcava 11 artigos e 70 parágrafos destinados a orientar a criação de aldeamentos indígenas por território e a atribuir funções aos diretores de índios, diretores de aldeias, missionários, tesoureiros, almoxarifes e cirurgiões. O diretor geral dos índios para cada província era indicado pelo Imperador. Já os outros cargos eram de atribuição do presidente da província, com a anuência do diretor geral.

Dentre as atribuições administrativas do diretor geral, estava a de compor as aldeias com a remoção, reunião e ocupação de terras por particulares; criar escolas de primeiras letras; incentivar o trabalho e acompanhar os contratos trabalhistas; garantir a tranquilidade das aldeias e o acesso de comerciantes nesses espaços; e dar continuidade ao contato com indígenas não aldeados. Aos missionários cabia a catequese e educação dos índios, sob o acompanhamento das autoridades leigas.

Patrícia Sampaio (2003) ainda chama atenção para o fato de que a política indigenista, entre 1798 e 1845, manteve seus respectivos governos sempre bem informados sobre as demandas locais. Bem como sobre a autonomia provincial, que seguiu garantida pela nova estrutura administrativa imperial, possibilitando a emergência de propostas pontuais muito

distintas umas das outras: desde a reativação do Diretório até a criação de novas leis, como o corpo de trabalhadores criados no Pará pós-Cabanagem, passando, inclusive, pela guerra ofensiva igual à deflagrada contra os Botocudo. Observa-se aqui uma imbricada relação entre a política institucional indigenista e a política territorial favorecida pela criação dos aldeamentos e chancelada pelo Decreto de 1845.

A partir de 1840, segundo Hobsbawm (2012), além das perspectivas do liberalismo, que influenciaram o processo de independência na América Latina, o socialismo utópico e o positivismo de August Comte penetraram nesses países (tendo o positivismo uma influência forte no Brasil). Entretanto, o liberalismo dominou nas políticas de desenvolvimento econômico e nas questões relacionadas às terras.

Observa-se, desse modo, que não houve uma política indigenista desarticulada de uma política de terras, compreendida aqui no contexto global de cada período histórico. A política indigenista desde o Período Colonial deu origem a situações patrimoniais diversas entre os índios assimilados ou em processo de assimilação, sendo tais circunstâncias condicionadas pelo momento histórico-social de incorporação desses povos à sociedade dominante.

No Brasil colônia as terras estavam sob o regime de sesmarias, que se constituía em doações de títulos de concessões de terras pela Coroa para colonos que objetivassem o cultivo de terras. A premissa era a ocupação de terra pelo trabalho. Os sesmeiros perdiam o direito as terras se deixassem de pagar os tributos à Coroa e/ou de plantar nas terras que se tornavam terras devolutas. De acordo com Martins (1996, p. 44) “[...] nele, o domínio estava separado da posse. O domínio era da Coroa”. As terras eram todas da Coroa incluindo as ocupadas pelos povos indígenas. Nesta concepção de propriedade de terra foram desconsideradas as ocupações feitas pelos povos indígenas que tinham outra relação como as terras e com a agricultura.

Marés de Souza Filho (2012) descreve que quando Martin Afonso de Souza chegou ao Brasil em 1530, trouxe três cartas régias, sendo uma de apresentação do seu cargo de capitão-mor, outra declarando que as terras eram da Coroa Portuguesa, e a última se tratava da distribuição de terras a quem quisesse plantar e produzir.

Aprovado o Alvará de 1680 que questionava que sendo os índios os senhores originais das terras, não haveria a necessidade deles terem título de posse de sesmarias. Entretanto, na verdade como menciona Souza Filho (2012), isso persiste até os dias atuais. Exemplo disso foram as demarcações de terras que precisariam ser aprovadas pelo Governo Federal, mas que deixaram os povos indígenas reféns da política econômica e das mudanças de governo.

Diante da expansão territorial do Império, outro instrumento jurídico importante criado, ainda no Período do Império, foi a chamada Lei de Terras de 1850 (Lei nº601, de 18/09/1850), considerada pelos representantes governamentais como necessária para a legalização territorial do Brasil.

Através da Lei de Terras de 1850, regulamentada pelo Decreto 1.318, de 30/01/1854, o governo imperial considerava todas as terras devolutas, abertas para a colonização. Acerca desta questão, Manuela Carneiro da Cunha (1992) atenta para o fato de que essa lei significou o esbulho das terras indígenas, uma vez que o Império incorporava aos Próprios Nacionais as terras dos índios que viviam dispersos e confundidos com a massa da população civilizada. Após ter favorecido a presença de estranhos nos territórios das aldeias, em século anterior, o governo usou o duplo critério da presença de não índios e de uma aparente assimilação para usurpar as aldeias de suas terras.

Nessa mesma linha de entendimento, Oliveira e Freire (2006), colocam que:

A promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei nº601, de 18/09/1850) e sua regulamentação em 1854 (Decreto 1.318, de 30/1/1854) tinham por objetivo, entre outros, a regulamentação das posses de terras dispostas por particulares e o estabelecimento de uma política pública para as terras devolutas. A lei surgiu para regular conflitos de interesses entre o Estado brasileiro e os proprietários de terras, defensores do sistema colonial, que agiam para impedir medidas modernizadoras (antiescravagistas). Essa Lei irá apressar a espoliação das terras dos índios (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 74).

Dessa maneira, a Lei de Terras deu plena abertura para que o Estado brasileiro e os proprietários de terras solicitassem o confisco das terras dos índios assimilados. Assim, a partir dela, passaram a existir aquelas terras de domínio privado (a legitimar e revalidar) e as de domínio público (devolutas).

O termo devoluto perdeu seu sentido original de doação ou apropriação. Com a Lei de Terras, quando estas não estavam ocupadas eram devolvidas ao Rei, passando a ser consideradas terras públicas (MOREIRA, 2002).

De acordo com o art. 3º Lei de Terras de 1850, era considerada terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

Evidencia-se na Lei de Terras, a negação do direito originário sobre as terras indígenas. Conforme assinalam Oliveira e Freire (2006, p. 75), “[...] na prática, a Lei de Terras reduzia o direito indígena aos territórios dos aldeamentos”. A política indigenista do Império, fortemente atrelada à política de expansão territorial no país, foi construída através de mecanismos legais e por decisões político-administrativas que resultaram em grandes perdas patrimoniais para os índios.

Ainda de acordo com Oliveira e Freire (2006):

No século XIX, a questão indígena tornou-se parte importante da política territorial do Estado brasileiro. Os índios considerados “assimilados” sofreram grandes perdas patrimoniais. A garantia dos direitos indígenas dependia da atuação dos dirigentes públicos. As sesmarias e as terras de aldeamentos já tituladas deviam ser revalidadas. Estas terras começavam a dificultar o desenvolvimento das regiões litorâneas, sendo muitas vezes identificadas como devolutas apenas como uma etapa de sua transferência ao domínio privado, tornando-se de imediato objeto de projetos colonizadores. Muitos índios que tinham títulos legítimos de terras foram expulsos de suas propriedades. Descendentes de indígenas perderam direitos de herança territorial (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 75-76).

Nos anos que se seguiu à Lei de Terras, o Império continuou a relação com as populações indígenas tendo como base o Decreto 7, do Governo Provisório. Este decreto definia como atribuição dos governos estaduais a administração dos índios e de suas terras, mantendo a orientação quanto à catequese e à civilização dos índios GUIMARÃES (2002).

Diante disso, nota-se que a Lei de Terras instituiu, no Brasil, o cativo da terra, pois apenas poderia ter terras quem tivesse como comprá-las (MARTINS, 1982). Portanto, foram sendo constituídos os grandes latifúndios de terras pelos burgueses e empresários que eram donos de escravos e que, mesmo com a abolição, continuavam a explorar a força de trabalho, mas agora de homens livres. Sendo assim, a terra passa a ser uma mercadoria de negociação, transformando-se em propriedade privada.

Ainda de acordo com a Lei de Terras, Stédile (2011, p. 24) afirma que esta lei “[...] é também a ‘mãe’ das favelas nas cidades brasileiras”. Após a abolição, em 1888, houve uma situação que se tornou presente na sociedade da época, a saber: os homens que antes eram escravos, embora tenham ficado livres, encontravam-se sem terras, pois não podiam pagar à Coroa o valor exigido pelas terras e tornavam a ser usados pelos patrões como mão de obras assalariadas, sendo explorados novamente pelo fazendeiro. Além disso, havia outros índios libertos que, como não tinham terras para cultivo, foram para as cidades e se instalaram nas periferias; posto que, no meio urbano, as melhores localizações tinham valores exorbitantes, diferente de sua realidade financeira. Tal acontecimento conduz à formação de uma massa

social às margens das cidades. No entanto, esse evento culminou com o início da luta pelos direitos sociais.

Para compreensão desse processo de mudança nas estruturas das cidades brasileiras, precisa-se entender como estava organizada a economia mundial neste período. Hobsbawm (1996) explica que nos meados de 1880 o mundo era uma totalidade de contradições econômicas e sociais; e que se distinguia entre primeiro e segundo mundo com diferenças culturais e desigualdades territoriais e econômicas. Na verdade, a totalidade do mundo era dominada pelo desenvolvimento capitalista da Europa, que mantinha sobre os seus domínios políticos e econômicos o Segundo Mundo ainda em formação,

[...] estamos menos diante de um mundo único do que de dois setores que, combinados, formam um sistema global: o desenvolvido e o defasado, o dominante e o dependente, o rico e o pobre. Mesmo esta descrição é enganosa. Enquanto (menor) Primeiro Mundo, apesar de suas consideráveis disparidades internas, era unido pela história e por ser portador conjunto do desenvolvimento capitalista, o Segundo Mundo (muito maior) não era por suas relações com o primeiro mundo, quer dizer, por sua dependência potencial ou real. [...] O Segundo Mundo não era unido por sua história, cultura, estrutura social nem instituições, nem sequer pelo que hoje consideramos a característica mais marcante do mundo dependente: a pobreza em massa. Pois a riqueza e a pobreza, como categorias sociais, se aplicam apenas a sociedades estratificadas de um certo modo e a economias estruturadas de uma certa maneira, e algumas partes do mundo dependente não tinham nem uma nem outra (HOBSBAWM, 1996, p.33).

Por todo o exposto, considera-se que, em verdade, a política indigenista, desde o início da colônia brasileira, bem como nos demais períodos da história do Brasil, sempre esteve direcionada à questão agrária, ou seja, à apropriação de terras onde, inicialmente, viviam os indígenas. Para os invasores, em toda a extensão territorial brasileira havia terras desocupadas, isso porque desconsideravam os indígenas, tendo-os como empecilho, mediante o desenvolvimento econômico da colônia. Com a colonização, vieram os limites territoriais e a apropriação da natureza como mercadoria; a exploração do trabalho humano para o enriquecimento e o acúmulo de terras por famílias. Os políticos e as empresas foram-se tornando cada vez mais frequentes e os povos indígenas, frente ao desenvolvimento econômico, continuaram sendo desrespeitados.

Para Marx (2008),

As formas pela qual os homens produzem seus meios de vida dependem, sobretudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve, porém, considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de uma forma determinada de atividade dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com *o que* produzem como com o *modo* como produzem. O que os

indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção (MARX, 2008, p. 45).

Nota-se que no processo de colonização das terras brasileiras, o modo de vida dos indígenas não foi considerado. Na verdade, o que se evidenciou foi várias normas de leis e violências contra eles que, por sua vez, estrategicamente, aprenderam a lidar e a se defender dos crimes cometidos pela sociedade que se formava no entorno de suas terras, principalmente, do poder do Estado. Por outro lado, isso não quer dizer que eles saíram vencedores, pois vivem lutando até os dias atuais por suas terras e para que seus direitos sejam reconhecidos.

A luta dos indígenas por seu território está relacionada à perpetuação do seu modo de vida e da existência histórica, social e cultural do seu povo. As relações de contato pelos indígenas, junto à nossa sociedade, foram construídas em um “[...] processo extremamente contraditório, ambíguo e diferenciado em cada grupo e região, na medida em que se aprofundam as relações com a sociedade nacional” (ARRUDA, 2001, p.59).

Nesse sentido, é possível relacionar a constituição do monopólio fundiário e o fortalecimento da agricultura capitalista na atualidade, como produtos resultantes inicialmente da conquista e destruição dos territórios indígenas. Muitos desses indígenas ficaram sem suas terras e perdidos pelas cidades que foram se formando no entorno das vilas e aldeamentos.

Segundo Marés (2003, p. 50), para os povos indígenas “[...] a terra sempre foi um bem coletivo, generosamente oferecido pelos antepassados que descobriram seus segredos e legados necessários aos herdeiros que perpetuariam”. As terras foram, sobretudo, o centro dos conflitos entre europeus e índios.

1.3 A política indigenista na República e o agravamento da questão indígena

Mesmo com o fim do Império, em 1889, e com a Proclamação da República, as relações sociais, ideológicas e políticas, atinentes aos indígenas, ainda continuavam em sua maioria como antes, na época da colonização. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

O período imperial terminou em 1889 desmoronando com ele, a estrutura jurídico-política que sustentava a monarquia. No entanto, a reorganização da sociedade não alterou a forma de relacionamento que envolvia o indígena e o colonizador. Os conceitos de catequese e civilização continuaram orientando o trabalho de incorporação do indígena à sociedade dominante, e a mediação entre Estado e os grupos indígenas permaneceu um privilégio da igreja Católica (GAGLIARDI, 1989, p.37).

Todavia, ressalta-se que, com a Proclamação da República, em corolário, novas ideias no campo político foram se formando. Grupos de intelectuais e lideranças políticas a favor dos povos indígenas aumentavam, mas não tiveram forças suficientes para, na Constituição de 1891, incluir os direitos indígenas (que nem chegaram a serem mencionados). Esse grupo de positivistas defendia a concepção de que os povos indígenas deveriam ser organizados em estados, bem como ter autonomia em relação às suas terras. Porém, esta proposta foi considerada utópica, uma vez que as forças contrárias alegaram que os indígenas não teriam capacidade para administrarem seu território. Derrotados em sua proposta, os positivistas continuaram a insistir que o Estado deveria encarregar-se do cuidado e da proteção do índio.

A forte expansão das frentes colonizadoras no Brasil, ao final do século XIX e início do século XX, resultou em uma série de conflitos entre indígenas e colonos. Segundo Gagliardi (1989):

Nesse período havia no país vários focos de tensão social, gerados pelo contato entre índios e colonizadores. A expansão econômica, que ampliava as fronteiras de atuação do capital, começava a ocupar - através das fazendas de café, da pecuária e da borracha, do telégrafo e das ferrovias, das vilas e dos povoados - territórios assinalados nas cartas geográficas como desconhecidos. Nessas áreas habitavam grupos indígenas que haviam resistido obstinadamente ao contato com a civilização, e que naquele momento, se achavam encurralados. Nessas circunstâncias, a saída natural era a luta armada, porque os índios, donos inquestionáveis das terras, atacavam os colonos que nelas se estabeleciam; os colonos, convencidos da ideia de que eram os agentes do progresso, contra-atacavam criando um estado de pavor que se alastrava pelo sertão (GAGLIARDI, 1989, p. 174).

Durante a realização do XVI Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em Viena, em 1908, já se denunciava essa situação de guerra. Ainda, segundo Gagliardi (1989), tais denúncias repercutiram no Brasil reforçando o debate entre aqueles que defendiam uma solução pacífica na tratativa com as populações indígenas e outros que abertamente pregavam seu extermínio.

Naquele período, três posições políticas em relação à questão indígena se destacaram: a primeira preconizava o extermínio dos índios⁵, em detrimento do progresso econômico que

⁵ Herman Von Ihering, Diretor do Museu Paulista, expressou em uma publicação científica em 1908 a ideia de que, para resolver os impasses em relação às resistências dos indígenas em não permitir a invasão de seus territórios, o estado brasileiro deveria exterminá-los. A publicação gerou revolta dos positivistas que refutaram a proposta de extermínio. Entre os positivistas destacam-se: Sílvio de Almeida, que escreveu um artigo no jornal, O Estado de São Paulo, intitulado “Divagações”, em 12/10/1908; Luís Bueno Horta Barbosa que publicou no Jornal do Comércio, “Em defesa dos indígenas brasileiros”, em 11/11/1908; e Cândido Rondon que escreveu no Jornal do Comércio “Telegrama”, em 11/02/1908. H.Von Ihering fez outras publicações defendendo-se das críticas e protestos sofridos. Elaborou uma proposta com uma concepção antiindígena que tinha o objetivo de solucionar na sua visão os problemas enfrentados pelo estado em relação aos índios bravos dos sertões que resistiam à subordinação, sendo assim um entrave para o progresso. Para aprofundamento acerca do assunto consultar a obra de José Mauro Gagliardi, O indígena e a república, de 1989.

não poderia parar diante do selvagem, considerado um obstáculo ao avanço da civilização; a segunda, ligada à Igreja Católica, defendia o direito exclusivo de civilizar os índios através da catequização, afirmando que apenas os apóstolos cristãos possuíam as qualidades para desempenhar essa atividade; e a terceira, que tinha uma perspectiva integralista dos indígenas, defendia a demarcação dos territórios indígenas e a proteção do governo para impedir que novos massacres fossem praticados.

Gagliardi (1989) considera que certas condições históricas foram bastante importantes para o rumo da política indigenista no Brasil. Elas impregnaram um caráter humanista e secular, ligado ao Apostolado Positivista, pois buscavam a integração das populações indígenas junto à sociedade nacional pelo amparo e tutela estatal. Entre essas condições históricas, Gagliardi destaca a atuação dos positivistas em defesa dos grupos indígenas, o idealismo republicano e os trabalhos da Comissão Rondon na pacificação de índios chamados *hostis*.

Mereceu destaque, ainda, o fato de que logo após a proclamação da República o Governo Provisório atribuiu aos Estados o poder de decisão sobre a questão indígena através do Decreto nº. 7, parágrafo 12, de 20 de novembro de 1889. Esta descentralização deu ainda mais poder às oligarquias locais que, vinculadas diretamente à classe política dos Estados, buscaram agir como bem entendessem em suas ações a fim de garantir a expansão das frentes colonizadoras, mesmo em territórios ocupados por grupos indígenas.

A Constituição de 1891 não tratou devidamente a questão das terras indígenas. No artigo 64º, a referida Constituição passou para o domínio dos Estados o direito de decidir sobre as terras existentes em seus respectivos territórios. Manteve, ainda, pelo artigo 83º, o conceito de terras devolutas assegurado pela Lei de Terras de 1850, omitindo do texto constitucional o legítimo direito dos povos indígenas sobre as áreas que habitavam. Dessa forma, as terras dos índios por serem consideradas devolutas pertenciam ao poder público e não às populações indígenas. Nenhuma via dos debates sobre o caminho da política indigenista no Brasil defendia o respeito à autonomia dos territórios indígenas.

Vale destacar também que, a despeito da Proclamação da República, a política indigenista permaneceu ambígua e contraditória:

[...] Com a proclamação da República, a estrutura jurídica (Decretos 285/1843, 373/1844, que oficializaram o trabalho de catequese dos capuchinhos; o Decreto 426/1845, que estabeleceu as normas de administração das aldeias indígenas; e outros) foi extinta. Mas isso ocorreu apenas no plano formal, uma vez que o sistema de catequese posto em ação no regime anterior iria permanecer intacto. O sistema de catequese atendia plenamente aos interesses dos grandes fazendeiros que, através das missões religiosas que administravam as aldeias, apropriavam-se das terras e do braço indígena. Esse sistema também possibilitava às missões religiosas receberem

subvenções do Estado e espaço político necessário para o trabalho ideológico, por meio do qual o índio se metamorfoseava em colonizado. Com o ingresso do país no regime republicano, as instituições foram secularizadas e as leis do Império abolidas. Porém o sistema de catequese permaneceu em ação, revelando os traços contraditórios do Estado moderno. Os positivistas, que acompanhavam com atenção as decisões do governo, aproveitaram essa contradição para exigir nos anos que antecederam a fundação do Serviço de Proteção aos Índios, uma política indigenista adequada aos pressupostos republicanos (GAGLIARDI, 1989, p. 173).

Todo o contexto acima exposto não permitiu que se implantasse uma política indigenista condizente com a realidade dos índios, sendo praticamente omitida da legislação nacional. Dois decretos podem ser destacados: o Decreto nº. 4.956 de 1903, que oficializou a desapropriação das terras de necessidade ou utilidade pública, estabelecendo que, se as terras habitadas por grupos indígenas fossem consideradas úteis aos objetivos do governo, os índios seriam obrigados a abandonar tal local e ir viver em outras áreas; e o Decreto nº. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, que criou o Ministério da Agricultura – órgão subordinado ao governo da União – que, entres outras funções, ficou responsável de tratar a questão indígena.

1.3.1 A criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)

Em 1910, através do Decreto nº 8.072, e em razão das repercussões dos graves conflitos entre indígenas e colonos, a União criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e nomeou como seu diretor o Marechal Rondon⁶. Em 15 de dezembro de 1911, através do decreto no. 9.214, foi baixado o Regulamento que descrevia os objetivos do SPILTN. Até a criação deste do Serviço de Proteção aos Índios, a ação oficial face ao indígena orientava-se totalmente para a satisfação dos interesses econômicos e sociais dominantes, que usurpavam dos índios suas terras e sua força de trabalho.

Tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios, nômades ou aldeados, o SPILTN procurava afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo o preceito

⁶ O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi criado a partir de redes sociais que ligavam os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio (MAIC), do Apostolado Positivista e do Museu Nacional. Desde sua criação, o MAIC previa na sua estrutura a instituição de um serviço para catequese e civilização dos índios. Cândido Rondon e outros militares positivistas vinham integrando redes de relações políticas regionais e nacionais vinculadas a instituições civis e a aparelhos governamentais sediados na Capital Federal. Os positivistas ortodoxos, envolvidos nos debates públicos sobre as várias frentes de institucionalização da República, participaram ativamente da polêmica relativa à capacidade ou não de evolução dos povos indígenas que, a partir de 1908, fundamentou a discussão dos projetos indigenistas no Brasil. O convite a Rondon para dirigir o SPILTN estava relacionado à sua habilidade no trato com os índios, evidenciada nos trabalhos das Comissões de Linhas Telegráficas e das ideias positivistas sobre os índios, convergentes com os projetos de colonização e povoamento definidos na criação do MAIC (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

republicano de separação Igreja-Estado. Contudo, as visões assimilacionista e integracionista em relação ao indígena perduraram, não mais por meio da conversão religiosa, mas pela tentativa do ideal civilizador, pelo trabalho nas lavouras no interior das terras indígenas ou nas fazendas vizinhas. Assim, a ideia de um futuro sem índio no Brasil permanecia, seja pela eliminação física propriamente dita ou pela eliminação cultural e incorporação à sociedade nacional.

De acordo com Oliveira e Freire (2006):

Para realizar os objetivos de integrar populações e territórios, o SPI adotou uma organização administrativa semelhante a outros aparelhos estatais: as unidades eram diferenciadas conforme a fase de intervenção (atração e pacificação, civilização, regularização da posse). Existiram diferentes tipos de postos indígenas (de atração, de criação, de nacionalização etc.), assim como povoações e centros agrícolas, estes até 1918, quando o SPI deixou de se responsabilizar pela localização de trabalhadores nacionais (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 114).

O SPI apresentou algumas contradições que merecem destaque. Ao mesmo tempo em que propunha respeitar as terras e a cultura indígena, sua ação transferia os índios, liberando territórios indígenas para a colonização. Os métodos e técnicas educacionais adotados estabeleciam mecanismos de homogeneização e nacionalização dos povos indígenas. Reprimiam práticas tradicionais e impunham uma pedagogia que alterava o sistema produtivo indígena. As investidas do Marechal Rondon e seus comandados na tentativa de pacificar os índios ditos arredios eram uma forma de garantir o avanço das frentes colonizadoras, sem ameaças de conflitos e ações belicosas por parte dos grupos indígenas. A atuação do SPI representava também uma resposta às populações urbanas do país que haviam se comovido com a questão indígena retratada na imprensa da época.

Além disto, a atuação do SPI enfrentava alguns limites jurídicos importantes, haja vista que a Constituição de 1891 declarava que as terras devolutas pertenciam aos Estados. Gagliardi (1989) diz que quando o órgão indigenista procurava legitimar uma área aos índios, há anos por eles habitadas, ficava-se na dependência de acordos entre governo federal e estadual. Acordos que nem sempre chegavam a um consenso, seja por rixas políticas, seja pela ligação do governo estadual com as elites locais que desejavam as terras.

Nesse sentido, observa-se que a ação do SPI junto às populações indígenas representa o tutelamento oficial dessas populações pelo Estado, cuja administração impôs a necessidade e uma definição legal de índio formalizada no Código Civil de 1916 e no Decreto nº 5.484 de 1928 (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Conforme Pacheco de Oliveira (2001),

As terras ocupadas por indígenas, bem como seu próprio ritmo de vida, as formas admitidas de sociabilidade, os mecanismos de representação política e as suas relações com os não índios passam a ser administradas por funcionários estatais; estabelece-se um regime tutelar do que resulta o reconhecimento pelos próprios sujeitos de uma ‘indianidade’ genérica, condição que passam a partilhar com outros índios igualmente objeto da mesma relação tutelar (OLIVEIRA, 2001, p. 224).

Para Lima (1995) o principal papel do órgão indigenista, enquanto uma ação estatal era apaziguar, educar e territorializar os grupos indígenas, abrindo os sertões à iniciativa dos particulares. A integração das populações indígenas a uma comunidade dita nacional era, na verdade, um projeto de extinção dos povos nativos enquanto populações portadoras de uma historicidade diferencial e de autodeterminação política. O poder tutelar agia para destituir o indígena de uma vivência cultural e politicamente diferenciada e de uma territorialidade específica, forçando-o a reconhecer um território alheio que lhe era imposto.

Lima (1995) destaca ainda que a Lei nº. 5.484 de 1928, que trouxe a definição jurídica do índio⁷, foi a complementação do “cerco de paz”, através da qual o SPI tornou-se legalmente tutor das populações indígenas, interessado no controle do espaço ocupado pelos índios, suas riquezas naturais e a própria terra imaginada como mercadoria.

Para esse autor, a Lei nº 5.484 de 1928 limitou a capacidade participativa dos grupos indígenas. Foi necessário um órgão mediador para organizar as diretrizes de seu suposto pertencimento a uma comunidade política, enquadrando-os como mão de obra dentro de uma economia de mercado, e buscando a incorporação da língua, vestuário, religião e outros costumes do povo conquistador.

Contudo, é preciso destacar que, embora mais uma vez a política indigenista não contemplasse os interesses dos índios, estes não aceitaram tudo de forma passiva essas imposições sobre seu povo e seus territórios. Entendendo as transformações em cada contexto histórico, as populações indígenas elaboraram ações estratégicas na defesa dos seus interesses, sobretudo de suas áreas ocupadas.

A despeito de toda a importância e das contradições presentes na atuação do SPI no contexto acima referido, a decadência do órgão começou a se acentuar a partir de 1930,

⁷ De acordo como o art. 6º do Código Civil de 1916, o indígena foi enquadrado juridicamente nos seguintes termos: “art. 6º. São incapazes, relativamente a certos atos (art.141, nº1), ou à maneira de os exercer: I – Os maiores de 16 e menores de 21 anos (art. 154 a 156). II – As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal. III – Os pródigos. IV – Os Silvícolas. Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida em que se forem adaptando à civilização do país.

quando Rondon foi afastado da chefia do órgão pelo fato de não ter participado do processo que implantou um novo governo no país.

1.3.2 A geopolítica na Era Vargas (1930-1945) e a questão indígena

De modo especial, a partir da implantação do Estado Novo, as políticas de colonização e ocupação foram incentivadas como estratégia da econômica para consolidar o desenvolvimento do país através da exploração dos recursos naturais e do uso das terras produtivas nos estados do Centro-Oeste, visando, também a Amazônia brasileira.

Na década de 1930, Oliveira (1988) atesta que Vargas objetivou a promoção do desenvolvimento industrial do Brasil. Muitas foram as ações para que se assegurasse o fortalecimento desse processo, como a criação de leis e as mudanças na constituição, além da criação de órgãos e de programas federais que foram pensados como estratégias para o desenvolvimento econômico do país. Aqui estavam sendo vinculadas as novas formas de exploração de recursos naturais, vislumbrados com a abertura de estradas, além de outros meios de integração da Amazônia Legal na perspectiva de crescimento do Brasil.

Com a mudança na Constituição Federal, em 1934, as terras indígenas passaram a ser patrimônio da União, coincidindo com a criação do código de mineração no mesmo ano. Para Oliveira (1988), o código de mineração,

[...] iniciava a preparação desta nova estratégia sob a falsa bandeira do “nacionalismo”. Ele previa que, a partir de então, a propriedade do subsolo estava definitivamente separada daquela do solo e dependente da concessão do Estado, a exploração das minas. Estava iniciando o percurso que, aliando nacionalismo e estatismo, desembocaria na “santa tríplice aliança” dos anos pós-64 (OLIVEIRA, 1988, p.14).

Becker (2007) chama a atenção para o fato de, com a implantação do Estado Novo, ocorrer o primeiro planejamento regional para ocupação da Amazônia. Todavia, a autora sinaliza que esse processo foi mais de cunho discursivo que efetivamente ativo, posto que existia uma grande preocupação com o conhecimento do patrimônio nacional e com a defesa do território amazônico.

Pode-se destacar, ainda, outro aspecto político desse processo de ocupação territorial, o qual Davis (1978) destaca: a aproximação e os acordos entre Estados Unidos e Brasil logo após a II Guerra Mundial. Algo que resultou no apoio financeiro do governo americano ao Programa de Saúde Pública, Serviço Especial de Saúde Pública –SESP, e ao desenvolvimento da aviação no país. A respeito do programa do SESP, esse pesquisador afirma que “[...] foi

importante, pois começou a transformar as condições sanitárias e médicas das populações humanas na Bacia Amazônica” (DAVIS, 1978, p. 52). Muitas doenças foram controladas, inclusive com a ajuda do governo americano que forneceu 16,8 milhões de dólares ao programa. Ressalta-se, também, que chegaram ao Brasil mais de 200 técnicos e conselheiros americanos para prestarem serviços de saúde pública.

O Centro-Oeste e a Região Norte, por estarem distantes dos grandes centros que haviam sido formados no sul do país, não tinham as mesmas condições estruturais. As muitas cidades que surgiram eram provenientes das estratégias de ocupação dentro do programa de desenvolvimento que foram implementadas ao logo do período militar que seguia uma lógica geopolítica de dominação territorial, uma vez que partiam do princípio de que o Centro-Oeste e o Norte consistiam em “espaços vazios” ou “terras sem donos”.

Becker (2007) considera que a Amazônia, no século XX, sofreu impactos ambientais em grandes proporções, principalmente originadas por mudanças estruturais que transformaram as realidades geradas nas fronteiras. A abertura de rodovias e a implantação de redes de telecomunicações possibilitaram a conectividade regional na Amazônia e a expansão da estrutura econômica da região, resultando na aceleração do processo de urbanização.

No entanto, a abertura de rodovias contribuiu tanto para o avanço da região, como para a degradação dos recursos naturais. Por outro lado, essa ação ocasionou o crescimento desordenado dos povoamentos regionais que se encontravam ao longo das rodovias, o aumento dos conflitos de terras e a apropriação de territórios indígenas. O processo de desenvolvimento e de criação de núcleos urbanos, na Amazônia Legal, caracterizou-se por uma penosa mobilidade espacial na região, com forte e contraditória migração; além da contínua apropriação e expropriação de terras, prevalecendo à formação territorial de grandes propriedades privadas de terras.

É importante destacar que, ainda no Estado Novo, sob administração de Vargas, foi aprovado o decreto-lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943. Tal lei deu base para a organização da Expedição Roncador-Xingu, que consistiu na realização da viagem dos irmãos Villas Boas⁸ a Serra do Roncador e ao vale do Xingu. Menezes (2000) descreve que esta expedição foi organizada em 06 de junho de 1943, e oficializada pela Portaria de nº77, de 3 de junho do mesmo ano.

⁸ Os Sertanistas irmãos Villas Boas: Orlando, Claudio e Leonardo, eram filhos de uma família de classe média do estado de São Paulo. Em 1943 juntaram-se à Expedição Roncador-Xingu, e percorreram terras inexploradas do Brasil Central, fizeram contato com povos indígenas tidos como bravos, e foram responsáveis pela criação do Parque Nacional do Xingu.

Para administrar a Expedição Roncador-Xingu (EXR), o governo criou a Fundação Brasil Central-FBC, pelo decreto-lei nº 5. 878 de 04 de outubro de 1943. A Expedição era composta por grupos de cientistas, médicos sanitaristas, sertanistas, fotógrafos, geógrafos e demais profissionais importantes para o trabalho da Expedição. Com o discurso abaixo, Vargas inicia o programa de governo destinado à interiorização, colonização e à defesa das fronteiras do país,

O programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de culturas. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo! (VARGAS, 1938, p. 124).

O desbravamento dessas terras e o interesse de ligar Amazônia ao Centro-Oeste abririam a oportunidade e o aprofundamento do conhecimento do potencial da natureza para extração de minerais e outras possibilidades de exploração. Havia a preocupação também com a defesa do território brasileiro nas fronteiras, “[...] alguns nacionalistas temiam que uma das consequências da II Guerra Mundial fosse um grande deslocamento de colonos europeus para o interior do Brasil [...]” (DAVIS, 1978, p. 74).

O projeto de Vargas era composto de objetivos amplos relacionados a interesses militares e civis. Nesse período foi criado o Plano de Aviação que fortaleceu a aviação brasileira, entre outras vias de comunicação, estradas e rios navegáveis para o desenvolvimento econômico. Davis (1978) apresenta como um dos resultados dos trabalhos da Expedição quando finalmente chega a Manaus, a construção em 1953 da rota aérea entre norte e o sul do Brasil e a rota Manaus-Miami.

Seguindo os propósitos de consolidação econômica do país por meio da produção industrial e da exploração da natureza, Vargas neste período do Estado Novo organizou o aparato estatal, criando órgãos federais, empresas, leis, e decretos. No contexto desta discussão destaca-se a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e o Conselho de Imigração e Colonização, Código das Águas e das Minas, Plano Nacional da Aviação, FBC, Conselho Federal do Comércio, Ministério do Trabalho, Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Fábrica Nacional de Motores, Ministério da Educação e Saúde Pública.

As ações do projeto de interiorização do país no Governo de Vargas consistiriam na criação de agrovilas ao longo das estradas abertas e dos campos de pouso para induzir a formação de povoamento e de cidades. Isso movimentou os espaços tidos como vazios pela

sociedade brasileira, e assim possibilitou a defesa das linhas de fronteiras com os demais países da América Latina.

O roteiro inicial correspondia com a saída a partir de Aragarças no Goiás sobre o rio Araguaia até cruzarem o rio das Mortes no Mato Grosso, de onde seguiriam para noroeste rumo a Santarém no estado do Pará. O objetivo era formar um centro de colonização em áreas estratégicas ao longo da Serra do Roncador até Xingu. Neste contexto,

[...] chegou ao final da ERX, bifurcada em dois roteiros e dois interesses diferentes: de um lado, a rota aérea Rio-Manaus-Miami; de outro lado a futura base aérea de Cachimbo e a atração de novos grupos indígenas, que, mais tarde, seriam incorporados ao território do Parque Nacional do Xingu (MENEZES, 2000, p. 37).

Ao longo da Expedição, muitas questões foram sendo reveladas, como a polêmica envolvendo a criação do Parque Nacional do Xingu. Essa ideia foi defendida pelos irmãos Villas Boas que encontraram dificuldades na sua realização, principalmente quando a Fundação Brasil Central passou a administrar as ações da Expedição Roncador – Xingu.

De acordo com Menezes (2000), o Estatuto da Fundação aprovado pelo Decreto nº17.274⁹ dava direito aos estados a concessão de terras acima de 500 hectares por um período de 10 anos. Nesse processo, a Fundação poderia organizar criar empresas, contratá-las e compartilhar os lucros obtidos nos seus empreendimentos. O governo dava o suporte legal para essas ações.

Com efeito, verifica-se a dificuldade de garantia dos povos indígenas de seus territórios, frente ao avanço do desenvolvimento capitalista legitimado pelo governo federal, em que a Fundação Brasil Central transformou-se em uma interventora da União nos estados.

Por essa razão, neste período a FBC, manteve uma postura contrária à ideia de criação do Parque Nacional do Xingu, pois tinha interesse nas vendas de terras e noutros

⁹ O Decreto nº 17.274 de 30/11/1944. **Art. 20.** Distribuição de lucros. Os lucros apurados no balanço serão distribuídos 15% para fundo de depreciação; 10% para fundo de reserva; deduzidas as importâncias consignadas a esses fins, os lucros líquidos serão assim repartidos: a) uma percentagem para fundos de reserva especiais criados a critério do Conselho Diretor e por ele fixada; b) outra percentagem, fixada pelo Conselho Diretor para gratificação à administração e ao pessoal; c) uma quantia, que não excederá de 10% dos lucros líquidos, para estudos técnicos do interesse da Fundação e concernentes a seus fins, e para propaganda. **Parágrafo único.** O saldo que se apurar será transferido para o exercício seguinte. **Art. 21.** Distribuição de lucros. Os lucros apurados no balanço serão distribuídos 15% para fundo de depreciação; 10% para fundo de reserva; deduzidas as importâncias consignadas a esses fins, os lucros líquidos serão assim repartidos: a) uma percentagem para fundos de reserva especiais criados a critério do Conselho Diretor e por ele fixada; b) outra percentagem, fixada pelo Conselho Diretor para gratificação à administração e ao pessoal; c) uma quantia, que não excederá de 10% dos lucros líquidos, para estudos técnicos do interesse da Fundação e concernentes a seus fins, e para propaganda. **Parágrafo único.** O saldo que apurar será transferido para o exercício seguinte. **Art. 21.** Participação em empresas. Sempre que a Fundação prestar o seu concurso para a organização das empresas a que se refere o art. 7.º, parágrafo 1.º, da administração destas deverão participar representantes da Fundação, tirados dentre os membros da sua administração que não o sejam da Junta de Controle.

empreendimentos na região. Destaca-se que durante aproximadamente 20 anos a Fundação foi ligada diretamente à Presidência da República e responsável por boa parte da apropriação de terras e formação dos territórios capitalistas na Amazônia Legal. Certamente a instituição,

[...] serviu aos interesses do poder estatal, demonstrando que sua feição de “camaleão” é meramente o espelho de como o Estado deve ser percebido, considerando-se a configuração política que lhe dá sustentação e, logicamente, a que interesses defendem (MENEZES, 2000, p. 47).

No final dos anos de 1950, um novo grupo composto pelo exército e por funcionários públicos partidários chegou ao poder e à direção do SPI. Os anos seguintes foram marcados por corrupção, tendo como foco a invasão e o roubo das terras indígenas, dando origem ao aumento de violência, seja física ou psicológica, de todas as formas contra esses povos. Para Davis (1978), a corrupção na administração e as ações do SPI colocaram mais uma vez os indígenas imersos na pobreza material, social e em risco de morte.

Eram numerosas as práticas criminosas exercidas por funcionários do SPI contra os povos indígenas e os cofres públicos. Acerca desse ponto, Souza Lima (2010) adverte que o SPI, no final dos anos de 1950, caracterizava-se como,

[...] espaço de barganhas políticas, sua presidência sendo alocada de acordo com a troca de apoio político por nomeação de cargos tão comum na vida republicana brasileira, numa forma de clientelismo e de enredamento social muito própria aos processos de formação de Estado em nosso país. O resultado foi uma escalada de corrupção e desmandos, com a participação de indigenistas até mesmo em massacres de indígenas (SOUZA LIMA, 2010, p. 18).

Ribeiro (1954) avalia que o SPI, não conseguiu garantir a posse das terras aos indígenas, e estes foram em muitos casos marginalizados em pequenas parcelas de terras e muitos de sua população morreram pelas doenças. Nota-se que, à medida que o avanço das frentes de expansão e pioneira seguia, os povos indígenas ficavam em risco social. Mesmo com as mediações e as pacificações, muitos grupos indígenas desapareceram em todas as partes do Brasil. Davis (1978) ressalva que em relatório elaborado por Ribeiro em 1957, ficou demonstrada a violência das frentes e o desbravamento do sertão movido pelo domínio dos territórios e pela ocupação das terras onde viviam os índios com sua cultura e sua relação com a natureza, diferenciada da sociedade nacional. Aqui, cabe destacar que essa ocupação deu-se pela ideologia de ocupação dos “espaços vazios” ou de “vazios demográficos”.

O referido relatório afirmou que, entre 1900 e 1957, mais de 80 tribos brasileiras tiveram contato com a sociedade nacional, e que muitas estavam em risco de sobrevivência. Segundo análises de Ribeiro (1954), nesse período, vários povos indígenas foram integrados à sociedade nacional, e outros exterminados pela fome, doenças e contaminação.

As análises detalharam que, à proporção que o contato permanente com a sociedade nacional foi se efetuando, houve uma diminuição da população indígena; uma vez que ela foi perdendo os traços culturais, como a organização social e a vida cerimonial. Dessa forma, esses indígenas começaram a depender da sociedade nacional, desfazendo a lógica social de sua cultura que era comunitária.

Seguindo na mesma lógica, Ricardo (2001) afirma que a política das pacificações, na perspectiva de integração dos indígenas com a sociedade nacional, resultou, historicamente, nas imposições de nomes arbitrariamente aos povos indígenas e ao controle social, além das demais ações do estado brasileiro que submeteram as populações indígenas brasileiras à,

[...] concentração espacial da população – com a conseqüente contaminação por doenças e a de população pós contato –, implantação de sistemas paternalistas e precários de assistência social, confinamento territorial e exploração dos recursos naturais disponíveis. Tudo em nome da “integração dos índios à comunhão nacional” (RICARDO, 2001, p. 69).

Com o avanço de uma grande parcela da população nacional que almejavam terras para cultivo, e de investidores que contemplavam empreendimentos lucrativos no interior do Brasil, é que o advento da Marcha para o Oeste, o SPI passou a receber nova atenção por parte do Governo de Vargas. Nesse sentido, “[...] reinstalam-se os postos indígenas abandonados havia anos; e reiniciam-se as atividades de pacificações” (RIBEIRO, 1996, p.167). Contudo, como afirma Ribeiro (1996), no contexto da política nacionalista do Estado Novo, o funcionamento do SPI ficou comprometido, tendo em vista a postura burocratizada e padronizada da administração federal da época. Ao tratar da atuação do SPI nos postos indígenas e demais trabalhos de proteção aos índios, esse estudioso destaca que:

[...] dentro de poucos anos vê-se o serviço invadido não nos postos instalados no interior, mas nas cidades, por burocratas incapazes de compreender ou de se identificar ideologicamente com a obra a que ele se ligava. Nestas condições postas vão sendo entregues a agentes recrutados a esmo, inteiramente despreparados para as tarefas que são chamados a desempenhar e dirigidos por funcionários citadinos que entendem menos ainda do problema indígena, só atentos a normas burocráticas formais, frequentemente inaplicáveis a uma atividade tão singular como a proteção aos índios (RIBEIRO, 1996, p. 167-168).

Entretanto, vale destacar que foi ainda na vigência do governo de Vargas, que o SPI fez novas contratações. Sob a administração de José Maria da Gama Malcher, vieram novos antropólogos e médicos, os quais incentivaram novas práticas na política indigenista. Esses novos ideais estavam sendo influenciados pela ciência moderna no âmbito da antropologia social mundial. Os direitos humanos universais eram pauta de movimentos e discussões de uma nova sociedade pós II Guerra Mundial.

Estas ações políticas priorizavam a elaboração de leis e de normas mundiais para o combate ao racismo, bem como a toda e qualquer forma de exploração humana. Como exemplo, pode-se citar a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em 1945, e a elaboração da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948.

Assim, concernente ao pensamento moderno de mudança de paradigma e de ruptura de fronteiras culturais, a proposta da nova equipe do SPI, formada por antropólogos e médicos, para os povos indígenas era de que estes pudessem permanecer em suas terras, vivenciando seus costumes, sem a obrigatoriedade de mudanças no seu modo de vida, ou sem a ideia de integração à sociedade nacional. Porém, tratava-se de uma proposta utópico-idealista, haja vista o desenvolvimento econômico capitalista que estava em curso no País.

Essa equipe era formada por intelectuais como Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão, Roberto Cardoso de Oliveira e o médico Noel Nutels que, juntamente com outros médicos e antropólogos, vivenciavam as novas discussões. Ribeiro (1996, p. 168) afirma que “[...] a experiência revelou-se altamente fecunda e permitiu ao SPI alcançar outra fase alta de sua história”. Vê-se, pois, que o Brasil buscava agora se firmar na perspectiva de exploração industrial do seu grande potencial de recursos naturais, de minérios, energia e muitas terras para agricultura e pecuária. Os projetos políticos econômicos de desenvolvimento do país eram que determinavam as ações da política indigenista, fazendo com que o SPI fosse apenas o executor.

As inconstâncias e a funcionalidade deste órgão, dentro dos Ministérios dos governos militares, foram muitas e isso fez com que o SPI passasse por algumas alterações. Criado em 1910, este órgão foi, inicialmente, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; já em 1930, ligou-se ao Ministério do Trabalho; em 1934, ao Ministério da Guerra; e de 1934 a 1939, retornou ao Ministério da Agricultura até a sua extinção, em 1967.

1.3.3. A política indigenista no contexto da Ditadura Militar e a Criação da FUNAI

Com o golpe militar de 1964, o Brasil continuou o processo de desenvolvimento econômico voltado para a exploração da vasta natureza concentrada na Amazônia Legal. Em 1967, as denúncias de maus tratos que aconteciam pelos próprios agentes do SPI chegaram à esfera internacional, fazendo com que o governo iniciasse uma investigação acerca de tais acusações. A responsabilidade de apurar os fatos de corrupção entre os funcionários do SPI foi dada ao Procurador-Geral, Jader Figueiredo, pelo Ministro do Interior, General

Albuquerque Lima. No final das investigações, foi elaborado um relatório que veio ao conhecimento público em 1968, por meio de uma entrevista, e que ficou conhecido como “Relatório de Figueiredo”. Esse relatório continha relatos de atrocidades cometidos aos povos indígenas pelos militares.

Conforme Davis (1978), os jornalistas deram mais ênfase aos atos de crueldade contra os índios realizados por muitos integrantes do SPI. O mais assustador era a afirmação de que os agentes do SPI tinham se juntado com os latifundiários para exterminar as tribos indígenas, usando armas biológicas. Foram introduzidas no território indígena, propositalmente, vírus da gripe, varíola, tuberculose e sarampo. Depois de várias publicações sobre essas ações criminosas de agentes do SPI, o governo, por intermédio de Albuquerque Lima, resolveu extinguir o Serviço de Proteção do Índio e criar a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Prometeu, também, punir todos os envolvidos nos crimes contra os índios.

Embora tenha sido projetada para superar os antigos impasses do SPI, a FUNAI acabou por reproduzi-los. Sua criação foi inserida no plano mais abrangente da ditadura militar (1964-1985), que pretendia reformar a estrutura administrativa do Estado e promover a expansão político-econômica para o interior do País, sobretudo para a região amazônica.

As políticas indigenistas foram integralmente subordinadas aos planos de defesa nacional, construção de estradas e hidrelétricas, expansão de fazendas e extração de minérios. Sua atuação foi mantida em plena afinidade com os aparelhos responsáveis por implementar essas políticas: Conselho de Segurança Nacional (CSN), Plano de Integração Nacional (PIN), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A ação da Funai durante a ditadura foi fortemente marcada pela perspectiva assimilacionista. O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001), aprovado em 1973, e ainda vigente, reafirmou as premissas de integração que permearam a história do SPI. Passou-se a regular a situação jurídica dos índios e das comunidades indígenas, legislando os direitos civis e políticos, terras, bens, rendas, educação, cultura, saúde etc. Por um lado, pretendiam-se agregar os índios em torno de pontos de atração, como batalhões de fronteira, aeroportos, colônias, postos indígenas e missões religiosas. Por outro, o foco era isolá-los e afastá-los das áreas de interesse estratégico.

Para realizar este projeto, os militares aprofundaram o monopólio tutelar: centralizaram os projetos de assistência, saúde, educação, alimentação e habitação; cooptaram lideranças e facções indígenas para obter consentimento; e limitaram o acesso de

pesquisadores, organizações de apoio e setores da Igreja às áreas indígenas (M. Santilli, 1991).

Oliveira e Freire (2006) colocam que:

Se as reservas indígenas demarcadas pelo SPI eram sobretudo reservas de mão-se-obra, o Parque Índigena do Xingu rompeu com essa perspectiva ao possibilitar, desde 1961, garantir a posse de um território comum a vários povos, definindo seus limites territoriais a partir da cultura indígena (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 134).

A despeito da aprovação no Congresso Nacional do Estatuto do Índio em 1973, somente a partir de meados da década de 1970 é que se iniciou uma política de regulamentação das terras indígenas. Vale destacar que as terras ocupadas pelos índios haviam sido transferidas para a União pela Constituição Brasileira de 1967, impedindo qualquer intervenção dos governos estaduais nessa definição. Nesse contexto, especialmente a partir da Emenda Constitucional de 1969, que passava a considerar as terras indígenas como inalienáveis, a Funai, na condição de tutela, deveria voltar sua atuação para a demarcação das terras indígenas (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

O Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, foi sancionado em 19 de dezembro de 1973 e passou a ser o arcabouço jurídico tutelar de garantia dos direitos civis e políticos, das terras, educação, cultura, saúde e das penalidades.

No âmbito da educação, Guimarães (2002) analisa que o estatuto traz um fundamento assimilacionista por meio do conceito de integração que tornava uma lei ambígua. Este estatuto do índio que ainda está em vigor, trouxe em seu texto, no TÍTULO V, a garantia dos direitos à Educação, Cultura e Saúde. Notoriamente pode-se observar a prevalência de uma concepção política de integração e assimilação dos indígenas no convívio pleno com a nossa sociedade,

Art.47º É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de exploração.

Art.48º Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País.

Art.49º A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertencam, e em português, salvaguardado o uso da primeira.

Art.50º A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

Art.51º A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quando possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.

Art.52° Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com seu grau de culturação.

Art.53° O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas nomeadas.

Art.54° Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional. Parágrafo único. Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse destinados. Art.55° O regime geral da previdência social será extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas (Estatuto do índio, 1973, grifo nosso).

O artigo 47° assegurou aos povos indígenas o respeito ao patrimônio cultural, porém os demais artigos do 48° a 53° referem-se ao processo de adaptação deles à nossa sociedade para a realização de uma comunhão nacional. Em nenhum momento se tratou de possibilitar uma autonomia, ou de respeito cultural. O que é apresentado é a necessidade de ensiná-los a viver entre nós.

Ainda a respeito da aprovação do Estatuto pelo governo militar, Ivani Ferreira de Faria (1997) afirma que,

[...] foi uma tentativa de melhorar sua imagem, calando os protestos externos, em face das constantes denúncias de violação dos direitos humanos, como massacres de índios, divulgados pela imprensa internacional, que acusava o Estado brasileiro de omissão e de práticas etnocidas. Pretendia mostrar uma fase positiva do governo, preocupado em acatar as convenções internacionais e os direitos dos indígenas (FARIA 1997, p. 37).

Como hoje a questão indígena ainda permanece latente na sociedade brasileira, é possível afirmar que a Funai foi concebida em bases semelhantes às do SPI. Até 1991 se manteve vinculada ao extinto Ministério do Interior, que sempre exerceu grande ingerência sobre suas ações. Os presidentes nomeados entre as décadas de 1970 e 1980 eram, em grande maioria, militares ou políticos de carreira pouco ou nada comprometidos e até mesmo contrários aos interesses indígenas. A administração foi centralizada em Brasília. Os postos indígenas foram mantidos e as inspetorias transformadas em delegacias regionais. Outras instâncias – ajudâncias, superintendências, administrações executivas, núcleos locais de apoio – foram criadas e extintas ao longo do tempo. Apesar destas modificações, a Funai se estruturou nos moldes do SPI, de modo mais ou menos centralizado, com grande rigidez burocrática, em três níveis espaciais: nacional, regional e local (SOUZA LIMA, 2001).

Apesar das irregularidades que levaram à extinção do SPI, seu quadro funcional foi transferido para a Funai. Com recursos escassos e mal contabilizados, a Funai continuou a operar, assim como o SPI, com profissionais pouco qualificados. Não se concretizou a proposta de se realizar planejamentos antropológicamente orientados, conduzidos por profissionais de formação sólida, bem pagos e comprometidos com o futuro dos povos indígenas. O órgão foi permeado, em todos os níveis, por redes de relações pessoais, clientelistas e corporativas, que remetem ao paternalismo e ao voluntarismo que dominaram o velho SPI. A criação da Funai foi marcada pela ineficiência, desinteresse e dificuldade de operação, o que levou o órgão a limitar sua intervenção a favor dos índios a situações altamente críticas, conflituosas e emergenciais, consequentes dos planos de colonização e exploração econômica que chegavam aos extremos do país (OLIVEIRA, 2006; SOUZA LIMA, 2002).

Na verdade, a política indigenista permaneceu com a mesma concepção de integração e de assimilação dos indígenas a sociedade brasileira. As relações de contato interétnicas, sejam nas fronteiras de desenvolvimento capitalista ou nas políticas de projetos de desenvolvimento agrícolas e outros dentro dos territórios indígenas, resultaram em uma dinâmica social de intensificações culturais, econômicas e políticas que fizeram com que as populações indígenas reorganizassem o seu modo de vida em função dessa nova realidade.

Com efeito, nos estados brasileiros as populações indígenas tiveram processos sociais diversos, mas sempre com agravo a sua existência cultural. Como menciona Martins (1996), mais do que a perda de territórios, os povos indígenas perderam vidas e elementos culturais. Em alguns casos saíram das aldeias e foram viver nas vilas e cidades formadas no entorno dos seus territórios tradicionais.

O caso dos índios do Nordeste foi estudado por Pacheco de Oliveira (2004) que utilizou em suas análises o termo de etnogênese. Ele explica cautelosamente sua intenção científica,

Ao utilizar o termo etnogênese, portanto estou me referindo de um modo abrangente ao processo de emergência histórica de uma fronteira socialmente efetiva entre coletividade, distinguindo-as e organizando a interação entre sujeitos sociais que se reconhecem - e são reconhecidos - como a elas pertencentes (Oliveira, p.31.).

As políticas de aldeamento, as frentes de expansão e pioneira, e/ou o contato fizeram com que alguns povos submetidos à destruição/construção e reorganização territorial fossem transformados em caboclos pescadores. Fora dos seus territórios, nas cidades, por serem

índios não encontravam uma posição na sociedade. Mas, com advento da nova constituição em 1988, iniciou-se um movimento indígena em busca do reconhecimento e da efetivação dos direitos garantidos na carta magna.

1.4 A questão indígena a partir da Constituição Federal de 1988

Os direitos indígenas antes de 1988 no Brasil tiveram como fundamento e fim garantir e facilitar o processo de integração dos índios à chamada comunhão nacional, ou menos a sua eliminação física, para abrir caminho aos projetos de expansão territorial e econômica do poder colonial (BANIWA, 2012, p. 207).

O processo histórico dos movimentos sociais em prol dos direitos indígenas resultou da conquista dos direitos sociais na CF: 88 marcados por um longo período de lutas e de políticas de indigenismo do Estado contraditórias, agindo a favor dos projetos de desenvolvimento econômico capitalistas do país, mediados pelas muitas fronteiras de expansão agrícolas, pecuaristas, industrial e de empreendimentos de empresas internacionais na exploração de minérios, e produção de energia entre outros.

Tendo em vista este processo, BANIWA (2012) destaca três períodos importantes para a consolidação dos direitos indígenas na promulgação da carta Magna de 1988. Afirma que as políticas e os movimentos sociais indígenas tiveram características específicas em períodos diferentes: *Indigenismo Governamental Tutelar*, *Indigenismo Não Governamental*, e *Indigenismo Governamental Contemporâneo*.

O primeiro período caracterizou-se pelo o Indigenismo Governamental Tutelar. Este iniciou-se com o Serviço de Proteção do Índio que na época de sua criação predominava a ideia de que os povos indígenas eram incapazes de responder por si mesmo. Com a extinção do SPI e criação da Funai, continuou-se a tutela dos povos indígenas. “[...] o SPI e a Funai desde a concepção que os originou, sempre conviveram com essa contradição: proteger e tutelar para dominar, integrar e emancipar” (BANIWA, 2012, p. 208).

O segundo foi o movido pelo Indigenismo Não Governamental. A partir de 1970, esse período foi influenciado pelos trabalhos desenvolvidos por parte progressista da Igreja Católica e de organizações civis e intelectuais progressistas das universidades existentes na época. Os movimentos sociais e as entidades civis e filantrópicas que não aceitavam as políticas indigenistas assumidas pelo governo ganharam força. A luta era na verdade por uma nova constituinte e pelo fim do governo militar.

E assim nasceram as entidades de apoio aos índios, a saber: as Comissões Pro-Índios (CPIs), e as Associações Nacionais de Apoio ao Índio (ANAÍs). Essas comissões eram

formadas por cientistas sociais que divergiam das estratégias do governo das quais chamavam de tramas anti-indígenas.

Outras entidades foram importantes nas mobilizações sociais e com propostas alternativas de indigenismo não oficiais, tais como: o Centro de Trabalho Indigenista- CTI-SP, o Projeto Kaiwá-Nhadéva, PKN-MS, a Operação Anchieta-OPAN, ligada à igreja católica; a Comissão pela criação do Parque Yanomámi-CCPY-SP, o Programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação-PIB- CEDI, de São Paulo. Além disso, havia o Conselho Indigenista Missionário-Cimi, ligado à Igreja Católica e a União das Nações Indígenas-UNI. Essa última representada pelos indígenas que buscavam autonomia e autodeterminação para decidirem por si mesmos o seu futuro e destino.

É necessário destacar que assim como índios, outros grupos marginalizados estavam na luta pelo fim das desigualdades sociais e por uma democracia no país. A luta por melhores condições de vida, saúde, educação, respeito e por reforma agrária foi o que uniu afrodescentes, camponeses, mulheres, sem-terras, homossexuais, favelados, operários e outros grupos que viviam em risco social, assim,

As reflexões sobre os direitos identitários dos povos indígenas faziam parte de um amplo conjunto de reivindicações postas pelos segmentos historicamente excluídos da sociedade, que se aglutinavam de modo mais ou menos organizado em torno da oposição à ditadura e à ideologia da homogeneidade que esta representava (LACERDA, 2008, p. 31).

Após as discussões e reivindicações, foi aprovado o texto da lei que reconhecia aos povos indígenas os direitos sobre as suas terras. Com a aprovação da nova Constituição de 1988, eles tiveram esse direito reconhecido, sendo, também, superada a ideia de integração e de assimilação à sociedade brasileira. Depois de 1988, o governo realiza demarcação de Terras Indígenas, contudo, os povos indígenas continuam convivendo com as oscilações das leis e das políticas públicas do país, pois as sociedades indígenas,

[...] têm sido campo fértil para as mais diversas projeções, balizadas ao longo da história do Brasil por duas visões contraditórias: a do índio como metáfora de liberdade natural e a do índio como imagem de “atraso” a ser superado. Porém, apesar de opostas, essas perspectivas compartilham até bem pouco tempo a convicção sobre a fatalidade de extinção dessas sociedades (ARRUDA, 2001, p. 45).

A tese de que os povos indígenas seriam extintos não foi concretizada, demonstrou-se que o contato interétnico tornara-os sujeitos da luta pelos direitos à perpetuação de sua cultura e de serem respeitados em seu modo de vida. Entretanto, a conjectura atual da política do Brasil tem ameaçado esses direitos conquistados, a exemplo os projetos de leis e emendas

parlamentares que trazem propostas devastadoras aos direitos indígenas, principalmente no que diz respeito aos seus territórios.

O período atual, como descreve Baniwa (2012), chamado de Indigenismo Governamental Contemporâneo, pós-1988, é caracterizado pela participação dos indígenas nos conselhos federais, estaduais, e municipais com intuito de discutirem juntos com não indígenas as políticas nacionais como, por exemplo, saúde, educação e de gestão territorial elaborada para os povos indígenas.

Foram significativos os ganhos sociais no texto da lei. Atualmente os povos indígenas têm conseguido a sua emancipação e articulação política em muitos estados brasileiros. A população indígena aumentou significativamente com a melhoria do acesso à saúde e educação. Ressalva-se que ainda há problemas sérios de atendimento e de qualidade como muitos dados e estudos nestas áreas apontam.

Entretanto, muitos são os desafios para a efetivação dessa participação social dos povos indígenas nos conselhos, e na política dos estados e municípios, pois são evidentes as relações políticas e práticas ainda colonialistas do Estado. Nesse processo de contradições ideológica e econômica que estes indígenas estão inseridos, supostamente teriam autonomia para decidir, afinal não seriam mais tutelados. Contudo, para os indígenas a dificuldade não se limita apenas ao entendimento de como funciona a política do não indígena, mas também à reorganização das novas lideranças que vão se formando nessa relação interétnica. Eles vivenciam processos contraditórios quando de forma,

[...] concorrente e complementar, convivem imbricados e conflitantes as divisões clânicas, a exogamia de metades, o sistema de camadas de idade, “os velhos” e a “nova geração”, as chefias de aldeia e os novos papéis sociais. Novas organizações como, por exemplo, de professores indígenas ou cargos de representação externa, ocupados por homens mais jovens, contrapõem-se a hierarquia das camadas de idade, atribuindo novos *status* a uma geração mais nova [...] (ARRUDA, 2001, p. 57).

Para além dessa discussão que retornará ao longo desse estudo, o reconhecimento dos direitos indígenas foi um avanço pertinente, pois possibilitou participação social, a identidade cultural, território, saúde e a garantia da educação, mas esses direitos devem sempre ser questionados quanto a sua efetivação e qualidade. Na recente história do nosso país, jovens indígenas, camponeses e quilombolas vêm ocupando espaços políticos e acadêmicos, que antes seria impossível. A Constituição de 1988 trouxe em seu art. 231, no parágrafo 1º, o direito às terras e não aos territórios indígenas:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a

sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988, p.).

Nesse artigo foi subtraída a ideia do modelo de política indigenista que dominou durante anos no Brasil, o de “assimilação e integração dos índios à sociedade nacional”. Encontra-se em Araújo (2006, p. 45), uma sistematização que demonstrou objetivamente o que a Constituição Federal estabeleceu como direitos e diretrizes a serem observados e cumpridos:

- Direito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições;
- Direitos originários e imprescritíveis sobre as terras que tradicionalmente ocupam consideradas inalienáveis e indisponíveis;
- Obrigação da União de demarcar as Terras Indígenas, proteger e fazer respeitar todos os bens nelas existentes;
- Direito a posse permanente sobre essas terras;
- Proibição de remoção dos povos indígenas de suas terras, salvo em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população ou interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido o direito de retorno tão logo cesse o risco (ARAÚJO, 2006, p. 45).

Entretanto, a Constituição não permitiu a autodeterminação dos povos indígenas, pois o Estado teve o intuito de não perder o controle do uso da natureza nas terras indígena, como minérios, e etc. Quando convém, ele utiliza o que está previsto na lei, “o direito de interferência nessa exclusividade quando for interesse da União”. Um exemplo claro que aconteceu com as construções de hidrelétricas e estradas, sempre com a justificativa do desenvolvimento do país, um desenvolvimento econômico que garante quase sempre a supremacia das empreiteiras, empresas multinacionais e do latifúndio no Brasil.

No contexto da legislação indígena em 2012, o Congresso Nacional aprovou o texto do documento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho -OIT¹⁰. O documento gerou polêmicas pelo uso dos termos povos indígenas e território. Foi feita uma emenda solicitando que retirasse os termos do texto pelo senador Romeu Tuma (PMDB-SP), pois afirmava que colocavam em risco a integridade da soberania nacional que definia as terras indígenas como propriedade da União e com usufruto dos povos indígenas. Entretanto, o texto foi aprovado sem a ressalva do senador.

Araújo (2006) destaca alguns princípios estabelecidos na Convenção 169 da OIT para os povos indígenas: a) a necessidade do conceito de povos indígenas no âmbito do direito interno; b) o princípio da autoidentificação como critério de determinação da condição de

¹⁰ Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT foi um dos primeiros instrumentos legais que incorporaram em seu texto a discussão digna dos direitos coletivos dos povos indígenas em uma lógica de respeito à diversidade cultural desses povos.

índio; c) o direito de consulta sobre medidas legislativas e administrativas que possam afetar os direitos dos povos indígenas; d) o direito de participação dos povos indígenas, pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, nas instituições eletivas e nos órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que os afetem; e) o direito dos povos indígenas de decidirem suas próprias prioridades de desenvolvimento nacional e regional que os afetem diretamente; f) o direito dos povos indígenas de serem beneficiados pela distribuição de terras adicionais, quando as terras de que dispõem sejam insuficientes para garantir-lhes o indispensável a uma existência digna ou para fazer frente a seu possível crescimento numérico; e g) o direito a terem facilitadas a comunicação e à cooperação entre os povos indígenas através das fronteiras, inclusive por meio de acordos internacionais.

A efetivação dos princípios da Convenção tem sido mais um caminho de luta de reivindicações de movimentos indígenas. As dificuldades maiores estão na aprovação no legislativo federal das pautas dedicadas a garantir esses direitos.

As demarcações de terras indígenas são lentas e proteladas, com vistas às ameaças constantes de modificação dos direitos fundamentais dos povos indígenas. No Congresso Nacional, a ameaça está a cargo da bancada ruralista que tem incitado ódio e violência contra as populações indígenas. Os interesses estão voltados para desenvolvimento de uma agricultura capitalista e de empreendimentos econômicos que almejam a exploração das terras indígenas. Como agravantes muitos desses políticos são grandes proprietários de terras e juntam forças com os empresários e parte da sociedade brasileira que buscam retroceder os ganhos constitucionais do direito às terras das populações indígenas.

Tendo em vista essa discussão, Cleber César Buzatto (2015), secretário do Cimi, descreve, no Relatório de Violência contra os povos indígenas no Brasil (dados de 2015), a realidade atual:

[...] Na esteira da tramitação da PEC 215/00 e de outras proposições legislativas anti-indígenas, parlamentares da bancada ruralista e dirigentes de sindicatos rurais patronais e de associações de produtores de commodities agrícolas espalharam o ódio e o terror contra os povos e as suas comunidades. [...] A tentativa de criminalizar lideranças indígenas, profissionais de antropologia, organizações e pessoas da sociedade civil que atuam em defesa dos projetos de vida dos povos indígenas no Brasil também foi intensificada pelos ruralistas em 2015. Neste sentido, duas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI) foram criadas e postas em funcionamento sob o controle de deputados representantes do agronegócio. Uma na Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul, denominada CPI do Cimi, e outra na Câmara dos Deputados, denominada CPI da Funai/Incr (BUZATTO, 2015, p. 13-14).

Vive-se em tempos de contradições de posturas e de atuações políticas do governo federal que demonstram omissão nos conflitos agrários, e que se prevalece os interesses do

agronegócio. Nas construções de empreendimentos em áreas indígenas a lei garante a participação dos indígenas com direito a voz nas audiências públicas, porém, o que se vivencia com as construções das Hidrelétricas (a exemplo de Belo Monte na bacia do Rio Xingu, na cidade de Altamira no estado do Pará), demonstra que a autonomia e o direito indígena de decisão ainda são processos que precisam ser político e pedagogicamente construídos. É fundamental que se questione a tutela e a autonomia dos povos indígenas,

Qualquer reivindicação de autonomia só vem à tona quando esses povos tomam consciência da complexa cadeia de dependência que mantêm com a sociedade envolvente. Seus discursos são uma exigência de diálogo, visando alcançar condições de igualdade nos diferentes níveis de relações que mantêm com a nossa sociedade. Ora, tanto a legislação vigente como a prática indigenista das instituições protecionistas oficiais no Brasil negam a possibilidade de um diálogo em busca de igualdade (GALLOIS, 2001, p. 177).

Nota-se que as ações do Estado e de suas instituições demonstram atitudes contrárias à autonomia indígena, pois quando negam o direito de diálogo nas construções de políticas voltadas para eles, estão afirmando que os mesmos não são capazes de decidirem acerca das questões que envolvem o seu modo de vida. Como sempre têm sido tratados neste texto, os avanços das participações dos indígenas nos conselhos, ONGs e associações, requerem maior abertura para o fortalecimento do diálogo e do respeito à diversidade cultural desses povos. Assim para estas situações de participação e autonomia deve-se,

[...] habilitar as lideranças e as organizações indígenas no seu papel de protagonistas na luta pela defesa primordial dos direitos dos povos indígenas e humanos, além da luta pelo aperfeiçoamento e ampliação desses direitos e seus mecanismos de efetividade (BANIWA, 2012, p. 227).

A participação social dos indígenas não é fácil, pois é dificultada pelos conflitos e contradições de políticas públicas do Estado. Outro agravante é o número reduzido de representações nesses espaços de debates. A concepção muitas vezes dessa participação também se configura em um conflito conceitual e político, pois, afinal, tem-se claro o que se quer ouvir deles? É preciso estar atento às próprias contradições de como se vê esta população, conseqüentemente “[...] - por trás da retórica que aprenderam a utilizar para serem ouvidos -, não se limitam à preservação das florestas, mas à reivindicação de um espaço de relações sociais e políticas mais justas com o seu entorno” (GALLOIS, 2001, p. 187).

As discussões apresentada ao longo desse capítulo evidenciaram que os conflitos e a disputa pela terra assumem diferentes contornos, em que os condicionantes jurídicos, políticos e econômicos assumem um importante papel para a compreensão da questão indígena na atualidade. Daí a importância de se analisar os processos de dominação e expropriação dos territórios indígenas na Amazônia.

2 AMAZÔNIA E NORTE GOIANO

O propósito deste capítulo foi o de aprofundar as discussões entorno das políticas desenvolvimentistas adotadas pelo Estado-Nação, sendo justificativa para as invasões dos territórios indígenas e de camponeses. Para a compreensão da formação territorial que se conhece atualmente no estado do Tocantins, coube uma breve análise das dinâmicas sociais construídas na Amazônia brasileira e no norte goiano (apresentado nos textos históricos como o sertão goiano).

Nesta lógica serão apresentadas as relações sociais entre os indígenas, sujeitos históricos da luta por seus territórios. A complexidade dos movimentos contraditórios da existência humana na fronteira das frentes expansão e pioneira na Amazônia brasileira; e o conjunto de articulações de poder do Estado neste contexto histórico político de formação do norte goiano, atualmente estado do Tocantins.

2.1 A dominação dos territórios indígenas na Amazônia

[...] O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas.

Lá, o fluir da história está contado pelo passar das "luas" e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e seus mitos. Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais.

A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos "filhos do sol" em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido.

A marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/ construídos.

Esta luta das nações indígenas e a sociedade capitalista europeia primeiro, e nacional/internacional hoje, não cessaram nunca na história do Brasil. Os indígenas, acuados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações.

A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas a sociedade brasileira capitalista, internacionalizada, insiste na sua capitulação. O Banco Mundial acena com recursos para a demarcação de suas "prisões". As "reservas" indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, são demarcadas para não serem respeitadas.

Novamente espaços e tempos distintos são produtos da luta desigual do e no território. O espaço liberto e o tempo cíclico da vida indígena são novamente sacudidos pelo tempo do relógio e pelo espaço-prisão, do capital.

Tal qual no passado, esta luta continua, com um único derrotado: o índio, e com ele uma fração da humanidade (OLIVEIRA, 1997, p. 8-9).

A escolha de incluir no texto esta citação deveras longa justifica-se pela realidade transmitida nestas palavras. A Amazônia brasileira em sua totalidade foi edificada em um processo contraditório na sua formação territorial, pois foi firmado na destruição/reconstrução de territórios, na espoliação e apropriação de terras na lógica capitalista de produção da agricultura e na exploração dos recursos naturais.

Esse modelo de desenvolvimento e formação territorial que afirmou Oliveira (1997) ser desigual deixou de fora os camponeses, quilombolas e populações indígenas à mercê de uma acumulação do capital na perspectiva da ampliação da propriedade privada de terra no Brasil e de um monopólio de uma agricultura capitalista. É por esse viés analítico que se seguiu na apresentação de fatos históricos de políticas governamentais e conflitos agrários entre os sujeitos envolvidos num processo contínuo de contradições que se desenhou na formação territorial da Amazônia brasileira, a Amazônia Legal.

2.1.1 A fronteira: frentes de expansão e pioneira

Dialeticamente a humanidade mantém com a natureza uma relação de contradição, pois fazendo parte dela, luta para ter o seu domínio, apropriação para produção de sua existência,

[...] Por meio de sua própria atividade, os indivíduos humanos entram assim em relacionamentos determinados, que são os *relacionamentos sociais*. Os seres humanos não se podem separar desses relacionamentos: sua própria existência depende deles, assim a natureza de suas atividades, de seus limites e de suas possibilidades (LEFEBVRE, 2011, p. 65).

As relações fundamentais de toda a sociedade “[...] são, portanto, as relações de produção [...] as relações dos homens com a natureza e dos homens uns com os outros durante o trabalho” (LEFEBVRE, 2011, p. 65). Dialogando com Marx e Engels (2008) entende-se que são essas relações sociais e de trabalho que irão definir o indivíduo. “[...] O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção” (MARX E ENGELS, 2008, p 49).

Nesta parte do texto buscou-se o entendimento dessas relações sociais de produção e de trabalho que os sujeitos envolvidos no chão da fronteira foram construindo ao longo dos tempos históricos na luta material pela terra e existência humana.

No artigo “O tempo da Fronteira”¹¹ publicado em 1996, José de Souza Martins traz a presente e atual discussão que elucidou os processos dialéticos de relações sociais e culturais que foram sendo construídos nos limites e no interior das fronteiras.

Martins (1996) esclarece as distinções do uso dos conceitos de frente pioneiras e frente de expansão, na perspectiva do tempo de encontros e desencontros dos tempos históricos.

¹¹ MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e frente de pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S.Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

Dessa maneira, Martins (1996)¹² apresenta que quando os geógrafos mencionam a frente pioneira, estão significando a fronteira econômica, e os antropólogos utilizam o conceito de frente de expansão para fronteira demográfica. Tais observações¹³ resultavam de desencontros de perspectivas e em produtos de observações construídas em lugares sociais desiguais na fronteira. A realidade construída contraditória entre os sujeitos envolvidos neste cenário de luta pela existência, que foram e são significadas por tempos históricos diversos em que,

É possível fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avançam a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está à frente de expansão, isto é a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que, ou estão no *limite da História*, como é o caso das populações indígenas; ou estão inseridas diversamente na História, como é o caso dos não índios, sejam eles camponeses peões ou empresários (MARTINS, 1996. p. 31, grifo nosso).

Para Martins (1996), as análises que tentaram utilizar tais conceitos como totalidades podem reduzir as realidades por não conseguirem demonstrar o lugar de cada uma. Dessa forma, neste estudo buscou-se o conhecimento dos distintos processos da fronteira de expansão e da fronteira pioneira na compreensão da formação territorial da Amazônia Legal e conseqüentemente as dominações dos territórios indígenas¹⁴.

Ao tratar das frentes de expansão, Ribeiro apud Melatti (2007) destaca três frentes: extrativista, agrícola e pastoril. A extrativista, com base na exploração da borracha e da coleta da castanha, ele caracteriza esta como um,

[...] bando móvel de homens que tendem a desalojar qualquer grupo indígena que por acaso venham a encontrar, tratando de aproveitar suas mulheres como amásias ou produtoras de alimentos, enquanto atraem homens para o trabalho de remeiros, carregadores e outros. Como os bandos de trabalhadores civilizados são pequenos e

¹² [...] os geógrafos que falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria [...] os antropólogos estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que exploram índios ou camponeses (MARTINS, 1996, p. 30).

¹³ Observações com objetivos profissionalmente de diferentes vínculos de pesquisas científicas.

¹⁴ Entende-se que outros sujeitos que também tiveram territórios invadidos nesse processo de formação territorial como os camponeses, posseiros, quilombolas, seringueiros e pequenos agricultores, entretanto para esta discussão o enfoque será os territórios indígenas.

muitos espalhados, é possível a uma sociedade aguerrida resistir a sua penetração (RIBEIRO, 1957, p. 23 apud MELATTI, 2007, p. 246)¹⁵.

A frente agrícola de acordo com Ribeiro apud Melatti (2007) era constituída por grupos de pessoas que tinham apenas interesses nas terras ocupadas por indígenas com intuito de aumento de lavouras, que modificavam rapidamente a natureza, e forçavam as populações indígenas “[...] a se adaptar rapidamente às novas condições para poderem sobreviver” (RIBEIRO, 1957, p. 23 apud MELATTI, 2007, p. 246).

A frente pastoril foi apresentada por criadores de gado que em busca da expansão dos seus rebanhos avançaram nos territórios indígenas. Os indígenas acabavam sendo empurrados pelos invasores para outros lugares. Como as atividades pastoris não exigiam muitos trabalhadores e com poucos vaqueiros podia-se cuidar de muitas cabeças de gado, aos sertanejos não interessava aproveitar os índios no trabalho pastoril (MELATTI, 2007). Um claro exemplo foram os conflitos que tiveram os Timbira¹⁶ com os criadores de rebanhos que invadiram os seus territórios,

[...] Sobre os campos dos Timbira avançaram criadores e rebanhos vindos de várias direções: dos sertões de Pernambuco e da Bahia, através dos rios São Francisco e Parnaíba, numa lenta expansão que levava dois séculos para atingi-los; de Goiás, descendo pelas margens do rio Tocantins, do Maranhão mesmo, avançando ao longo do vale do Itapicuru¹⁷[...] (RIBEIRO, 1996, p. 72-73).

A respeito da conceituação destas três frentes extrativistas, Melatti (2007) mencionou que, em 1957, Darcy Ribeiro ainda não podia prever as outras formas de avanço sobre os territórios indígenas como,

[...] a motivada pela realização de grandes projetos de engenharia, como a construção de rodovias, hidrelétricas e hidrovias. Assim, a abertura da Transamazônica levou à atração de certos grupos indígenas isolados que estavam nas vizinhanças do traçado da estrada, e à sua transferência de indígenas que viviam na área a ser inundada, como aconteceu com os Paracanãs. O represamento do rio Uatumã pela hidrelétrica de Balbina impôs a perda de parte de suas terras aos índios uaimiris-atroaris, também afetados pela abertura da rodovia Manaus-Boa Vista. A perspectiva de construção de eclusas para juntar os trechos navegáveis do rio

15 Melatti (2007) destaca que nem sempre foi conflituoso esse contato na frente extrativista e utiliza como exemplo a extração do pau brasil que se estabeleceu um comércio de troca entre europeus e os índios pelo “escambo”.

16 De acordo com Melatti (2007), Timbira é o nome que designa o conjunto de povos: Apinayé, Canela Apanyekrá, Canela Ramkokamekrá, Gavião Parkatejê, Gavião Pykopjê, Krahô e Krinkatí. Os Timbira encontram-se no sul do Maranhão, leste do Pará e norte do Tocantins, continuam lutando pela sobrevivência (ver notícias acerca das lutas dos Timbira atualmente : <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=busca&qry=timbira&x=0&y=0>; <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/timbira/>).

¹⁷ Leste do estado do Maranhão, na divisa com estado do Piauí no nordeste brasileiro.

Tocantins, permitindo as embarcações vencer os desníveis encachoeirados, também supõe a inundação de áreas de interesse para índios que vivem em suas vizinhanças (MELATTI, 2007, p. 249).

Este movimento destacado pelo autor remete à frente pioneira que avançou sobre a frente de expansão e os territórios indígenas em que discutia Martins (1996). Ele esclareceu que as populações na frente de expansão foram formadas por homens e mulheres ricos e pobres que buscavam terras para desenvolvimento de suas atividades econômicas. Este movimento de ocupação territorial no interior do país dominou por um longo período. Por outro lado, os deslocamentos da frente pioneira sobre os territórios formados pela frente de expansão trouxeram os grandes projetos de engenharias, agrícolas e de exploração de minérios na lógica do Estado-Nação de desenvolvimento econômico capitalista.

Entretanto os tempos de encontros e desencontros e os diferentes interesses e culturas foram confrontados na fronteira, visto que a noção da frente pioneira era de negação dos processos históricos de ocupação das populações locais, pois, segundo Martins, (1996, p.113) “[...] O “pioneiro” tem sido aquele que reconhece nessas características e só nelas a própria condição humana [...]”.

Roberto Cardoso de Oliveira (1972, p. 30) indica que a frente de expansão colocou as populações indígenas em situação de contato contraditórias, “[...] as sociedades em oposições, em fricção, possuem também dinâmicas próprias e suas próprias contradições [...]”. Neste sentido, Oliveira Cardoso (1972) evidencia que as dinâmicas sociais no processo de expansão da sociedade brasileira sobre os territórios indígenas, resultaram na desagregação e dispersão das populações tribais. E que mesmo com a sobrevivência de algumas sociedades tribais, bem que descaracterizadas, não foi suficiente para esconder o sentido destruidor do contato. E, em oposição aos segmentos nacionais – representados por indivíduos expostos, como os seringueiros na Amazônia, que muitas vezes contra a sua vontade, diante de grupos tribais hostis – foram obrigados a enfrentá-los a fim de sobreviver.

Em 1988, Chico Mendes, em uma palestra realizada no Departamento de Geografia da USP e AGB-SP, contou a dinâmica e a experiência do nordestino tendo que desbravar a Amazônia impulsionada pelo governo da época. Mendes iniciou o relato mostrando como chegaram a Amazônia, e apresentou os conflitos que foram obrigados a travar com os donos originários das terras da Amazônia.

[...] o desbravamento da Amazônia começou a partir de meados do século XIX, ou seja, a partir do ano de 1877, quando começaram a chegar as primeiras levas de nordestinos na Amazônia. Agora se perguntamos se Amazônia era desabitada? Não, a Amazônia tinha seus verdadeiros donos, que eram os índios. [...] começa então uma vida difícil para nordestino, quando milhares de famílias se deslocaram para a

região e de repente essas pessoas tiveram que entrar em confronto com os verdadeiros donos da terra que eram os índios. Armados pelos patrões, estes companheiros foram obrigados a entrar em guerras com os índios; muitas tribos foram dizimadas [...] (MENDES, 1990, p. 10).

Ainda de acordo com Martins (2012, p. 9), as frentes de expansão significam, “[...], sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte”. Em sua análise acerca dessa relação de expropriação e de exploração da terra e do humano, ele reafirmou que a fronteira não era apenas geográfica, mas era,

[...] fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora (MARTINS, 2012, p. 9).

Essa definição de fronteira remeteu a uma relação desumana de dominação do outro pelo poder. O poder que, para Raffestin (2011, p. 52) “visa ao controle e à dominação sobre os homens e sobre as coisas”. Foi nesse processo conflituoso de relações que as sociedades indígenas no Brasil foram criando estratégias para permanecerem vivas e lutarem pelos seus territórios.

Para Little (2002, p. 4), a análise dos processos diversos das frentes de expansão¹⁸ no Brasil perpassou o entendimento de como “cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos indígenas e escravos africanos”.

Esse autor ainda ressaltou que, para se entender como se deram as formações de territórios desses povos, era preciso analisar dialeticamente o conjunto de contradições nas ações e nas estratégias de combate que foram sendo criadas pelos povos indígenas e demais grupos tensionados pela ocupação destas terras e pela lógica de acumulação da produção capitalista. Essas relações contraditórias trouxeram novos conhecimentos e visões diferentes de mundos que se confrontavam nas relações entre indígenas, negros, brancos e sertanejos, formando o que Martins (2012) definiu como “fronteira cultural”.

¹⁸ Paul E. Little, no texto: Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade, trabalha com os termos de Expansão de Fronteiras e Frente de expansão utilizado na antropologia. Interessa para o estudo em questão, abordagem estudada por Martins (1995) acerca das dinâmicas na fronteira e as distinções discutidas pelo autor acerca das frentes de expansão e a pioneira.

Os povos indígenas, mesmo apreendendo a língua, cultura e manuseio das ferramentas dos “civilizados”, não tiveram como se proteger das leis criadas para detê-los, além das moléstias trazidas em seus corpos, que dizimavam tribos inteiras. Muitos eram separados das suas famílias para morar junto aos colonos, quase sempre como escravos. Mas, entre os povos indígenas, como Prado Junior (1984) destaca, existiram outras estratégias de contato com a sociedade envolvente,

[...] os índios, que no seu estado nativo já praticavam alguma agricultura, embora muito rudimentar e seminômade, encontraram neste abastecimento dos colonos brancos um meio de obter objetos e mercadorias que tanto prezavam. Muitos deles foram se fixando em torno dos núcleos coloniais e adotando uma vida sedentária. Mestiçando-se depois aos poucos e adotando os hábitos e costumes europeus, embora de mistura com suas tradições próprias, constituirão o que mais tarde se chamou de “caboclos” e formarão o embrião de uma classe média entre grandes proprietários e os escravos (PRADO JUNIOR, 1984, p. 42).

Little (2002, p. 5) detalhou que os contatos dos grupos indígenas e negros junto às frentes de expansão resultaram em “[...] resistências, acomodações, apropriações, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas”. Somou-se a isso, segundo o autor, a constituição de territórios que são criados e recriados na perspectiva das relações sociais e históricas que esses grupos vivenciam, e na constituição evidente da formação da população brasileira que teve sua gênese nos conflitos de terras. Esse contexto de conflitos e dominação dos povos indígenas foi encontrado nas literaturas histórica, geográfica e indigenista.

2.2 Formações territoriais da Amazônia Legal

O conceito de território tem sido ampliado e discutido criticamente para além das concepções naturalistas na geografia, que traziam uma definição apenas como espaço físico determinado para sobrevivência humana e sobre o controle/ou proteção do Estado. Frederic Ratzel, antropólogo e geógrafo alemão que em 1882 publicou uma das suas principais obras, *Antropogeografia: fundamentos da aplicação da Geografia à História*, segundo Moraes (1990) funda a Geografia humana. Nesta obra as discussões foram elaboradas com base nas ideias deterministas que tiveram como enfoque as questões naturalistas e as influências das teorias do evolucionismo de Darwin e Lamarck e do expansionismo.

Para Ratzel a constituição do território correspondia a uma determinada porção terrestre apropriada por um grupo que para manter a posse do território cria a necessidade da ideia de Estado. Desse modo suas teorias centrais eram as relações entre Estado e o espaço. Outra característica do pensamento de Ratzel era a sua ligação com o projeto imperial alemão bismarckiano.

Na perspectiva do expansionismo, justificava que o progresso traz o desdobramento da necessidade de aumento do território, conquista de novas áreas. Foram estas afirmações que possibilitaram a Raztel a elaboração do conceito de espaço vital, que “[...] este representaria uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais”. Cabe ressaltar que a sua visão do Estado como protetor coloca-o como um defensor da proposta do “[...] Estado prussiano, onipresente e militarizado” (MORAES, 1990, p. 56-57).

Em uma análise marxista da publicação de 1993 intitulada “A geografia e o processo de valorização do espaço”, os autores Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa descrevem que “[...] para Marx a categoria precipuamente geográfica seria a de território (nem momento paisagem, região, habitat ou área) que apareceu em toda sua obra como sendo o processo de apropriação de determinadas porções do globo terrestre [...]” (MORAES E COSTA, 1993, p. 121). Para esses autores o entendimento da dialética valor-território, ou seja, a valorização do espaço foi o que alcançou a compreensão histórica da formação do território.

Na concepção de Marx “[...] o que faz com que uma região da terra seja território de caça é o fato das tribos caçarem nela; o que transforma o solo num prolongamento do corpo do indivíduo é agricultura [...]” (MARX, 1985, p. 87). Diante dessa relação apresentada, os autores concluíram que logo o território nesta interpretação ultrapassou o entendimento de potencialidade enquanto riqueza natural, ele seria o resultado do trabalho humano.

O conceito de território para Oliveira (2010) foi as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório do desenvolvimento das forças produtivas que deram a configuração histórica específica ao território; ou seja, o território é o espaço onde permanentemente é travada a luta da sociedade pela apropriação da natureza.

Em seu estudo Raffestin (2011) tratou acerca do poder destacando a tríade: população, território e recurso. Ele afirmou que neste processo dialético de relações sociais, o território não é menos indispensável uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar uma estratégia.

A respeito da noção de territorialidade, Raffestin (2011) reconheceu que a mesma adquiriu importância, pois reflete em sua dinâmica territorial o vivido pelos homens, junto

com sua coletividade, ou seja, por sociedades. Ratificando essa concepção de território, ainda afirmou que:

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se tratem de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interações entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 2011, p. 142).

Em face deste conceito de território, Oliveira (2010) afirma que a análise desse processo dialético deve ser apreendido como,

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (política, ideológica, simbólicas etc.). [...] o território é assim produto de luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 2010, p. 74).

Ressalta-se que as análises deste estudo tem como base conceitual o entendimento de Oliveira (2010) de que o território é o espaço onde permanentemente é travada a luta da sociedade pela apropriação da natureza, e onde está presente população e Estado.

Assim, no Brasil o Estado sempre manteve o poder do território nacional mediado pelas políticas de desenvolvimento econômico e territorial. Na ocupação (reocupação) dos territórios da Amazônica, Oliveira (2000) descreve que ação do Estado na formação territorial desigual da região, uma vez que, foi constituído o monopólio da propriedade privada do solo e o monopólio sobre os recursos minerais do subsolo.

Podem-se destacar os seguintes tempos e acontecimentos históricos do movimento da frente pioneira na Amazônia de acordo com Martins (1996) e Oliveira (2005). Os seguintes períodos podem ser conferidos no Quadro 1:

Quadro 1: Dos movimentos da frente pioneira na Amazônia

Períodos	Frente pioneira
Anos de 1940	Marcha para Oeste; Expedição Roncador-Xingu e FBC.
Anos 1950	Criação de Brasília; construção da Rodovia Belém-Brasília.
A partir dos anos 1960	Política de incentivo fiscais da ditadura militar e projetos agropecuários.

Fonte: Martins (1996);Oliveira (2005). Organizado pela pesquisadora, 2016.

Em Davis (1978), encontra-se registrado um discurso proferido por Getúlio Vargas na cidade de Manaus em outubro de 1940. Ele representava o poder e a satisfação da dominação

em conquistar o território amazônico, um discurso movido por ideais unilaterais de poder maquiado de desenvolvimento econômico. Aqui uma das partes do discurso:

Nada nos deterá neste movimento que é, no século XX, a maior tarefa do homem civilizador; conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e extraordinária fertilidade em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impacto de nossa vontade e de nosso trabalho, deixará de ser um simples capítulo na HISTÓRIA do mundo e, assim como outros grandes rios, se tornará um capítulo da civilização (Davis, 1978, p. 46).

O poder segundo Raffestin (2011) visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas. No Brasil as decisões sobre a vida dos indígenas tinham por objetivos a dominação dos territórios indígenas, “da terra” para acumulação de riquezas e monopólios, não existia uma preocupação com questões sociais, mas com o desenvolvimento econômico. Esse era o fundamentado na expropriação dos territórios indígenas - reconhecidos como donos originários das terras que ocupavam. Revestido do poder e das propostas de progresso e desenvolvimento econômico capitalista, o Estado instituiu políticas de formação territorial em novas terras da Amazônia.

A Marcha para Oeste de 1943, mencionado no capítulo anterior, constituiu no avanço da frente pioneira sobre os territórios ocupados originalmente pelos povos indígenas, e pelas populações que foram formando-se com a frente de expansão (fazendeiros, posseiros, seringueiros, castanheiros e agricultores).

No Brasil, na década de 50 a 60¹⁹, uns dos acontecimentos que tiveram destaque foi o processo de especulação, alienação, e venda de terras promovidas pelo governo do Mato Grosso. Algo que gerou conflitos agrários à medida que as terras indígenas que haviam sido destinadas para a criação do Parque do Xingu eram negociadas com a iniciativa privada sob alegação de que essas terras eram devolutas e sob o domínio do estado. A venda de terras neste estado tornou-se notícia e os escândalos foram denunciados. Essa tentativa do governo do Mato Grosso de fornecer concessões de terras indígenas a Companhias de colonização, entre outras empresas, foi investigada pelo SPI em 1954. E, de acordo com Davis (1978),

[...] revelou que mais de 6 milhões de hectares de terras já haviam sido transferidos desse modo, e que a propriedade sobre mais de 75% da área separada para o Parque passara a outras mãos. Através de uma campanha pela imprensa, mobilizada pelos irmãos Villas Boas e por um pequeno grupo do SPI, divulgou-se a extensão dessa usurpação de terras, e o governo federal pressionou o Estado do Mato Grosso para que anulasse os títulos anteriormente concedidos. Por sorte, essa rápida intervenção

¹⁹ Na década de 1950 iniciaram-se as discussões entorno da criação do Parque Nacional do Xingu, mas sua criação veio apenas em 1961 com uma área menor da proposta inicial.

do Governo federal teve sucesso, e a integridade territorial do Parque Nacional do Xingu foi preservada na época (DAVIS, 1979, p. 77).

Nesta época, de acordo com Davis (1978), o proprietário da grande fazenda Suiá-Missú (localizada em Mato Grosso e aprovada pela SUDAM), com aviões da FAB, transferiu 263 indígenas Akwê-Xavante²⁰ que viviam nessas terras para São Marcos²¹, um aldeamento administrado por uma missão salesiana ao sul do estado. Logo após a chegada dos indígenas, teve uma epidemia de sarampo em que morreram 83 pessoas. José de Souza Martins relatou em um artigo “Marãiwatsédé, Terra Xavante” publicado no Jornal Estadão em 2012, sobre a formação da fazenda e as condições das pacificações realizadas no período exposto,

[...] A Fazenda Suiá-Missu, com meio milhão de hectares, no epicentro da crise até hoje, fora aberta, nos anos 1950, em território xavante, por Ariosto Da Riva - um especialista no desbravamento de áreas virgens, abrindo fazendas, formando cidades, removendo índios e posseiros pobres e sem título de propriedade, vendendo terra. Fazia a famosa limpeza de área, que valoriza títulos de terra e gera uma peculiaríssima renda fundiária. Em 1961, Da Riva associou-se ao grupo Ometto, de São Paulo, especializado no cultivo de cana e na produção de açúcar. A área da Suiá-Missu, em território Xavante, saltou para 800 mil hectares, na época, o maior latifúndio brasileiro.

Atravessei-o em três ocasiões, viajando de pau de arara e ônibus pela BR-158, aí por 1978, e mais tarde, nos anos 1980. O cenário era de desolação: árvores que haviam sido poupadas na derrubada da mata, mortas na queimada subsequente, testemunhavam, no resquício do negror que lhes ficara do fogo, a devastação apocalíptica. Um pasto ruço recobria agora a terra arenosa.

Numa viagem de um dia inteiro, de ônibus, pela estrada poeirenta de Barra do Garças a São Félix, viajava a meu lado um sujeito carrancudo e calado. Puxei conversa, quis saber se morava na região, o que fazia. Disse-me que era fazendeiro. Vinha tentar localizar as terras que comprara no papel. Pela descrição que fazia, o que comprara ficava no território dos índios. Perguntei-lhe se iam querer que abrisse fazenda em suas terras. Respondeu-me seco: "E lá índio tem querer?"

Da Riva não perguntara aos índios se o queriam por lá. Perguntou ao Departamento de Terras do Mato Grosso, que não fez objeções e lhe concedeu títulos de largas extensões de terreno. Os índios foram ficando quando ele resolveu abrir a Suiá-Missu. Como as árvores, eles também seriam derrubados. Havia sido atraídos, antes, pelo indigenista Francisco Meirelles. Contraíram varíola, em 1956, de roupa contaminada, recebida de moradores de Xavantina.

No dia 2 de janeiro de 1957, numerosos Xavante, liderados pelo grande cacique Apoena, se aproximaram de Meruri, um aldeamento de índios Bororo, seus inimigos, ali abrigados pelos padres salesianos. Pediam socorro. Havia sido atacados pela varíola e pelo sarampo. Entravam famintos e doentes de doenças de

²⁰ Os Akwê-Xavante residiam em Goiás, junto com os Akwê-Xerente, em um momento da história mudaram-se para terras onde atualmente estado do Mato Grosso. Existem afirmações entre estudiosos de que a mudança de certa forma uma alternativa de se afastarem do avanço das frentes de expansão, e outros mencionam que foi motivada por razões da própria organização política cultural dos dois povos indígenas. Para aprofundamento consultar: LOPES DA SILVA, Aracy. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CUNHA. **Carneiro Manuela** (Org.). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. pág. 357-379.

²¹ Terra Indígena São Marcos no município de Barras de Garças em Mato Grosso com uma área de superfície de 188.478, 2600 ha.

branco, para as quais não estavam protegidos, no ano-novo de suas vidas. O ano de uma nova era Xavante, de morte, mas de resistência e luta. Só pela época da chegada de Da Riva a pacificação se completou.

Em 1961, ele pediu aviões da FAB para remover os índios da fazenda, na verdade da Terra Indígena Marãiwatsédé, para onde seria depois a aldeia Parabubure. Nessa migração forçada, verdadeiro sequestro, 63 morreram de gripe.

Em 1972, os expulsos da Suiá-Missu estavam exilados nas reservas de São Marcos, Merure, Sangradouro, Areões e São Domingos. Um destroçamento da organização do grupo tribal dali originado. Aldeia, para eles, não é apenas um lugar em que se mora. Aldeia tem unidade orgânica e uma dinâmica peculiar, marcada por obrigações rituais, trocas matrimoniais, normas de reciprocidade. A fazenda seria vendida para a italiana Liquifarm, mais tarde Agip. Pressionada, durante a Eco-92, a empresa decidiu devolver aos índios mais 165 mil hectares de terras. A simples notícia dessa transferência desencadeou uma onda de invasões das terras Xavante, estimuladas por prefeitos da região [...] (MARTINS, 2012)²².

Evidencia-se, assim, a resistência desse povo indígena as invasões dos seus territórios e as estratégias de dizimação. A década de 1960 foi marcada pelos muitos conflitos entre os indígenas e os fazendeiros de gado no Mato Grosso. Em 1972, como relata Martins, foram demarcadas pelo governo as terras indígenas Sangradouro, São Marcos, Areões, Pimentel Barbosa e Couto Magalhães. Entretanto, as ameaças e invasões dos fazendeiros continuaram, pois alegavam ter os títulos das terras. Em 2004 os indígenas retornam ao antigo território, mas esse retorno não foi tranquilo, pois ainda os não índios buscavam o domínio das terras da fazenda. E em 2012 inicia-se o processo de desintrusão²³ da Terra Indígena Marãiwatsédé, finalizado em 2013.

Assim foram inúmeros os casos de povos indígenas que perderam suas terras para o desenvolvimento econômico mediado sob a proteção e controle do Estado. Financiado pelo capital estrangeiro foram realizados grandes projetos agrícolas em terras invadidas, empreendimentos de empresas privadas construídas em territórios indígenas, e ampliação do monopólio da agricultura capitalista. Assim, Oliveira (2013) explica que a apropriação da terra na lógica capitalista de produção,

É gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra). É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital

²² Fonte: MARTINS, José de Souza. Jornal Estado de São Paulo.Suplementos: Por invios caminhos. Marãiwatsédé, Terra Xavante. Em 17 de dezembro de 2012. Acesso em: 13 out. 2016. (<http://www.maraiwatsede.org.br/content/por-%C3%ADnvios-caminhos>)

²³ Desintrusão, medida legal tomada para concretizar a posse efetiva da terra indígena a um povo, depois da etapa final do processo. É um instrumento jurídico para garantir a efetivação plena dos direitos territoriais indígenas, por meio da retirada de eventuais ocupantes não indígenas. Ver (<http://www.maraiwatsede.org.br/content/o-que-significa-desintrus%C3%A3o>)

conformando as regiões. Trabalhamos com o princípio de contraditório de que ao mesmo tempo em que o capital mundializou-se, mundializando o território capitalista, a terra nacionalizou-se (OLIVEIRA, 2013, p. 75).

Desta maneira, a terra nacionalizou-se ao se mundializar o território capitalista, colocando em risco a existência dos povos indígenas. À medida que a política agrária inexistente para o pequeno produtor e para as populações que lutam pelo direito a terra, as políticas governamentais quase sempre estão voltadas para incentivos do agronegócio. O mesmo ocorre com as construções de empreendimentos, a exemplo das hidrelétricas que modificam o meio natural e o modo de vida de populações ribeirinhas, indígenas e outras, pois não têm retornos sociais e nem financeiros.

2.2.1 Amazônia e Amazônia Legal

A mata amazônica criou assim verdadeira obsessão para os estadistas e planejadores brasileiros, pois tendo permitido a penetração até o âmago do continente, através de sua vasta rede navegável, assegurando o domínio luso-brasileiro na maioria da bacia fluvial, por outro lado isolou quase totalmente essa região do resto do Brasil, embora adjacente a este, porque os trechos encachoeirados dos afluentes e subafluentes interrompiam a continuidade da navegação. Isto se fazia sentir particularmente nas bacias do Tocantins, do Madeira e do Tapajós, principais tributários do Amazonas que davam acesso ao Planalto Central. As comunicações fluviais eram possíveis durante as cheias, mas nas águas baixas interrompiam a navegação, obrigando a transbordos, que tornavam antieconômicas as linhas regulares de embarcações (VALVERDE E DIAS, 1967, p.65)

Cabe aqui, um esboço para a distinção entre os conceitos de Amazônia e Amazônia Legal. Para entender é necessário o retorno aos anos 1950 quando o Estado-Nação organizou a política de desenvolvimento da Amazônia. Assim foi instituída a criação da Superintendência e o Plano de Valorização da Amazônia, pela lei de nº1806 de 06 de janeiro de 1953. Na mesma redação da lei foi instituída a composição da Amazônia Legal,

Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.

Art. 2º A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º. (BRASIL. Lei nº1806 de 06 de janeiro de 1953)

A respeito do entorno de uma ideologia de segurança nacional e de acordos internacionais, Oliveira (1988) explica que este processo era objetivado pela consolidação do plano dos governos militares de segurança com desenvolvimento,

Nessa estratégia, coube lugar de destaque para a geopolítica da integração nacional, onde o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras – Centro-Sul, Nordeste e Amazônia- era visto sob o ângulo de estratégias diversas: o Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste” via industrialização e da ocupação, via “Operação Amazonas” da região Norte do país. Muitos foram os planos para a consecução desses objetivos (OLIVEIRA, 1988, p. 29).

Acrescenta Lira (2011) que,

[...] a Amazônia legal é uma região criada pelos governos militares e/ou paramilitares, com intuito de reafirmar a soberania nacional na região e desenvolvê-la de maneira “segura”. Tudo isso sobre o patrocínio do capital estrangeiro (liberalista) encontrando neste “novo” tipo de parceira, uma brecha para apropriar-se das riquezas minerais e vegetais da verdadeira Amazônia brasileira (LIRA, 2011, p. 29).

A propósito, esse autor chama atenção para a geopolítica do “desenvolvimento com segurança”. Assim como Oliveira (1988), ressalta que os governos idealizadores da Amazônia Legal buscavam, além do desenvolvimento econômico, combater por meio do controle do Estado os movimentos políticos no Brasil com bases nas ideias do comunismo, já que mobilizavam e discutiam com os trabalhadores rurais, camponeses, posseiros, e populações indígenas e quilombolas. As consequências foram conflitos políticos e fundiários com mortes de homens, a exemplo dos conflitos de Trombas no estado do Goiás nos anos 1950 e da Guerrilha do Araguaia no final da década de 1960 a 1970. Militantes que lutavam contra a ditadura militar se instalaram em regiões da Amazônia entre os estados de Goiás, Maranhão e Pará.

Desse modo, a principal preocupação com os investimentos do governo era em ocupar de maneira que pudessem explorar as riquezas naturais com atividades produtivas que gerassem lucro para país, sem nenhuma preocupação com as populações que existiam nessas localidades, e as que viriam como os nordestinos,

[...] os discursos que se referem ao o *aménagement*²⁴ do território em termo de harmonia de melhores equilíbrios a serem encontrados, serve, sobretudo para mascarar as medidas que permitem as empresas capitalistas, principalmente as mais poderosas, aumentar seus benefícios. É preciso perceber que o *aménagement* do

²⁴ *Aménagement* (tradução): planejamento, arranjar de novo (rearranjar).

território não tem como único objetivo maximizar o lucro, mas também de organizar estrategicamente o espaço econômico, social, político, de tal forma que o aparelho de Estado possa estar em condições de abafar os movimentos sociais (LACOSTE, 1988, p. 30).

Lacoste expôs de forma objetiva e clara o que estava por traz de discursos ideológicos e políticos de desenvolvimento econômico capitalista que, utilizando de estratégias e princípios de geopolítica do Estado, buscavam o controle e domínios dos territórios de populações indígenas, camponeses, quilombolas e posseiros. Nessa perspectiva, o projeto do governo de Castelo Branco, “Operação da Amazônia”, contemplou os objetivos de ocupação viabilizando a integração da Amazônia.

De acordo com Lira (2011) a Amazônia brasileira caracteriza pelos aspectos geográficos e modo de vida das populações existentes ao logo de sua extensão,

[...] uma região que não necessite de instrumentos técnicos e/ou ideologias para definir seus contornos. [...] é esse território, onde seus caracteres estão ligados especificamente ao meio natural, entendo que esta Amazônia esteja intrinsecamente ligada ao modo de vida das comunidades amazônicas (LIRA, 2011, p. 29).

No governo de Juscelino Kubitschek de 1956 a 1961 o Brasil viveu tempos de otimismo e de obras grandiosas como a construção da capital brasileira Brasília e da rodovia Belém-Brasília. A política de desenvolvimentista de JK tinha como lema “50 anos em 5” uma renovação da ideia da “Marcha do Oeste” do governo Vargas.

A respeito da construção de Brasília a “[...] versatilidade de JK permitiu que ele vencesse o maior desafio da história republicana no Brasil, mudar a capital federal para o (interior) uma região central do país pertencente ao estado de Goiás, hoje distrito federal” (LIRA, 2011, p.41).

Na publicação “A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional” do ano de 1967, Orlando Valverde e Catharina Vergonilo Dias descreveram que a construção de Brasília representou historicamente [...] uma interiorização audaciosa da capital do Brasil, e seu plano urbano, uma realização arrojada, com traçado em forma de avião, à beira de um lago artificial” (VALVERDE e DIAS, 1967). Contudo, não apenas os aspectos da construção de Brasília deve observados, mas analisar o que representou para os povos indígenas, e para população que viviam nesta parte do país este advento.

Nesse contexto o entendimento da constituição política da Amazônia Legal e a construção de Brasília no governo de Juscelino Kubitschek possibilitam articulação dos processos em curso neste período histórico das políticas de desenvolvimento do estado capitalista na formação territorial do Norte Goiano, e da criação do estado do Tocantins.

2.3 Reocupação do sertão goiano e os indígenas

O extenso território goiano – “este continente” como chamam com frequência os documentos do século XVIII – alongado de sul a norte, apresenta-se como uma continuidade de planalto central brasileiro, com uma suave inclinação na metade norte para a bacia amazônica, com a qual se comunica através de seus grandes rios, Tocantins e Araguaia. Sem grandes obstáculos naturais, o território goiano oferecia-se aberto à penetração pelo leste partindo de São Paulo – ou também do Rio e Bahia, pelo norte, remontado a corrente dos rios amazônicos. Os grandes obstáculos haveriam de ser as enormes distâncias, os desertos de vida, longos trechos do sertão, na viagem por terra, os rápidos e cachoeiras na vencida das águas; os índios hostis em ambos os casos. Dificuldades graves, mas não insuperáveis havendo uma força motivadora (PALACIN, 1972, p. 16).

A Reocupação²⁵ do sertão goiano provém de um processo sócio-histórico e político que remontava os séculos XVII e XVIII. A análise deste processo de reocupação baseava-se, entre outros, nos estudos de Bertran (1972); Carneiro (1988); Palacin (1972); (1990); e Aguiar (2003). No âmbito das literaturas relacionadas aos povos indígenas dos sertões de Goiás, Farias (1994) ao longo de sua pesquisa relata a dificuldade de aportes de caráter históricos como documentos e registros que auxiliassem no conhecimento da existência de números de povos indígenas que habitavam o atual estado do Tocantins.

As dificuldades de acesso de registro justificavam-se nas dinâmicas de formação territorial, pois foram apenas conhecidas através dos colonizadores que faziam parte das expedições itinerantes, que tinham como propósito encontrar minas que pudessem ser exploradas de ouro, pedras preciosas, e principalmente a caça aos indígenas para o comércio de mão de obra escrava.

Atualmente existem números significativos de bibliografias a serem consultadas que trazem contribuições para este tema tais como a de Farias (1994); Lopes da Silva (1992); Perrone-Moisés (1992); Apolinário (2006); Lira (2011); Moura (2006). Nesta parte da pesquisa tem como intuito trazer informações acerca da literatura revista sobre os povos indígenas que são partes da história e da formação do território e da população do norte goiano, atual estado do Tocantins.

O norte de Goiás tem uma história complexa que não é diferente da ocupação da Amazônia como um todo. A ocupação do norte goiano tem em sua gênese um longo processo de exploração, isolamento, pobreza e descaso do poder público. A ocupação das terras do

²⁵ O termo Reocupação justifica-se por considerar que o sertão goiano era ocupado por populações indígenas antes das invasões das Bandeiras e das demais Frentes Pioneiras de Expansão.

norte goiano foi marcada pela exploração de ouro e de apropriação de terras de indígenas e demais populações que viviam nos sertões.

O interesse de desbravamento do Brasil em busca de riquezas levou as organizações das bandeiras adentrarem os sertões atrás de minas de pedras preciosas e de índios para mão de obra escrava. Esta última foi durante muito tempo a grande força motivadora que levaram os paulistas aos sertões do Brasil Central.

Aqui, uma explicação acerca das palavras “sertão” ou “sertões” que, na literatura estudada, aparecem em muitos escritos fazendo referências as terras do Brasil Central. Para além dos aspectos geográficos do sertão, é encontrada em Russell-Wood²⁶ (1999 apud APOLINÁRIO, 2006, p. 30) uma definição de sertão como, “[...] terra de ninguém, não cristão, não civilizado e ocupado por seres hostis, despossuídos de valores e princípios da justiça, cristandade e estabilidade, ou melhor, [...] a civilização e a ortodoxia acabavam onde o sertão começava”.

Em Pacheco de Oliveira (2004, p. 50) encontra-se a afirmação de como eram vistas as terras para além do litoral em quase todo o processo de colonização e os anos seguintes: “[...] o sertão era representado como lugar onde imperavam o caos, a desordem, o conflito, a violência, a lei do mais forte”.

Assim, simbolicamente, no princípio da formação do povo brasileiro foi se organizando junto com a miscigenação essa ideia muitas vezes colocada de forma preconceituosa acerca das populações que residiam nos sertões. Não raro, nos dias atuais, as ausências de políticas públicas e sociais, a exploração ilegal dentro de territórios indígenas e conflitos de terras principalmente na Região Norte demonstram que antigas ideias coloniais de exploração e desrespeito perpetuam no tempo.

Entretanto, os sertões foram sendo povoados e mediados pelas relações sociais e econômicas contraditórias dos sujeitos envolvidos nos processos de ocupação territorial e de comércio. Índios, negros e brancos foram responsáveis pela dinâmica política, social, econômica e cultural dos sertões.

O bandeirismo, ironicamente, como menciona Chaim (1983), foi tido como um ato heróico de desbravamento pela sociedade da época. No entanto, Farias (1994) destaca que

²⁶ RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Fronteiras no Brasil colonial. *Oceanos*, n. 40, p. 8-20, out./dez. 1999.

essas invasões de bandeirantes na região do Brasil Central foram marcadas pela perseguição e captura de indígenas para serem escravos nas lavouras e pela exploração de ouro.

A respeito das bandeiras, Apolinário (2006) constrói um levantamento histórico das que adentraram aos sertões do norte da capitania de Goiás. Lembrando que as autorizações para descidas aos sertões teriam que serem dadas pela Coroa Portuguesa. As principais expedições paulistas que se têm notícias na história do Goiás foram às de Martim Rodrigues Tenório de Aguiar (1608-1613); André Fernandes (1613-1615); Pedro Alvarenga (1618), Sebastião Pais de Barros (1670-1674); e Bartolomeu Bueno da Silva (1682).

De acordo com Apolinário (2006), os primeiros arraiais do norte goiano iniciam-se por volta de 1730 a 1750. Estes foram sendo organizados e povoados em consequência das descobertas de minas de ouro, todavia apontou Ravagnani (1986) que em 1750 as minerações na capitania já estavam reduzindo, sinalizando a escassez dos recursos minerais da região que tivera ampla exploração. Os achados não eram mais tão significativos, desse modo as bandeiras que anteriormente eram organizadas por particulares começam a receber financiamentos e serem organizadas pelo governador. Assim a procura “[...] se estenderá ainda por muitas décadas, declinando acentuadamente após 1780, mas não se extinguindo totalmente. Também não partem mais da província de São Paulo. As expedições são organizadas nos próprios arraiais goianos” (RAVAGNANI, 1986, p.121).

A história do norte goiano não se dissociava das lutas das populações indígenas na defesa de seu território e cultura. Os processos de ocupação e avanço das bandeiras de mineração e, posteriormente, das frentes de expansões agrícolas e pecuárias cruzam-se com a questão dos direitos indígenas que vão sendo instituídas nos sertão goiano. Nesta perspectiva, Farias (1994) menciona que,

[...] o território goiano acabou sendo vasculhado. Durante o séc.XVIII, teve início, efetivamente, sua “ocupação populacional” pela população não nativa. Os garimpeiros, mineradores, e seus escravos, foram os primeiros a invadir o território que até então era habitado por índios Karajá, Xavante, Xerente, Acroá, Xacriabá, entre outros. Esses povos indígenas ainda não tinham experimentado nenhum contato com esse processo efetivo de ocupação estrangeira (Farias, 1994, p. 26).

Assim, foram implantadas também na capitania de Goiás as políticas de aldeamentos. Sabia-se que a lógica da política de aldeamento no sertão goiano seguia os mesmos objetivos da dominação e conquista dos territórios dos povos indígenas do litoral da Colônia brasileira.

Entretanto existem alguns estudos que apresentaram registros históricos da situação dos índios no Centro-Oeste do Brasil, principalmente nos aldeamentos do Goiás de 1749 a 1811. Este fato ajudou a registrar o contato dos não índios com os indígenas existentes no

norte goiano (atualmente estado do Tocantins). O relato de Pohl (1976) com relação às situações de contato da população indígena com as invasões de suas terras, traz informações de como o governo da colônia tratava estas situações tidas como problemática para o povoamento e expansão da mineração, tendo em vista que nos sertões os indígenas eram resistentes à pacificação.

Os registros demonstraram que os grupos indígenas que residiam nos sertões eram aguerridos e não se deixavam dominar sem lutarem pelas suas vidas e territórios. Ficaram conhecidos na história por serem povos indígenas resistentes e guerreiros e que organizavam ataques aos seus inimigos invasores,

[...] as bandeiras cometeram intensas “Razzias”²⁷ de apresamento no século XVII, tanto no Tocantins como no Araguaia, em um espírito de retaliação indígena certamente formou-se. Também os Xavante foi terrível inimigo, controlando área do médio e baixo Araguaia. A geografia do índio goiano deverá certamente observar entre tribos agrícolas e coletoras o sequestro rápido das últimas nas regiões de cerrado. Já o índio agricultor e caçador como o Xavante, tático guerrilheiro, tinha em domínio o mato alto e grandes caudais de onde por um século perturbou a conquista branca [...] (BERTRAN, 1972, p.21-22).

Em outros relatos históricos, outros povos indígenas no sertão de Goiás são identificados,

[...] a população desta Capitania, por longo tempo, em luta constante com as tribos primitivas de índios que, expulsos de seu solo, havia jurado eterno ódio e vingança contra os intrusos. Os Caiapó ao sul, os Xavante, os Acroá e Xacriabá ao norte faziam guerra encarniçada. De ambos os lados, nas mutuas incursões, procedia-se com a máxima brutalidade. O governo esforçava-se para acertar esse estado de coisas que tão desfavoravelmente influía sobre a jovem colônia. Foram dadas ordens de tratar os índios com afabilidade e brandura. A maior parte da renda do dízimo sobre os gêneros era destinada à civilização para construção de aldeias. Os jesuítas deviam ser trazidos, sem consideração de despesas, e todo o apoio lhes foi prometido, para serem empregados como missionários. Foram abertos inquéritos (aliás, sem resultados algum) contra os indivíduos que houvessem praticado grandes crueldades contra os índios. Como nada disso adiantasse, declarou-se guerra aos Caiapó e Acroá (POHL, 1976, p. 130-131).

No estudo de Jézus Marco de Ataídes, “Documenta indígena do Brasil Central”, de 2001, encontram-se os registros históricos de comunicações oficiais entre os funcionários e administradores públicos que residiam no Brasil Central. Na publicação, havia referências de situações de conflitos entre a população colonial e os povos indígenas. Desses são citados:

²⁷ Razia s.f.1.Invasão de território inimigo em incursão rápida, seguida de saques e roubos.2.fig. Emprego de violência e malefícios perpetrados contra grupo ou uma coletividade.

Akroá²⁸, Apinayé²⁹, Araxá³⁰, Avá Canoeiro³¹, Borôro³², Javaé³³, Karajá³⁴, Kayapó do Sul³⁵, Kayapó do Norte³⁶, Krahô³⁷, Tapirapé³⁸, Xacriabá³⁹, Xambioá⁴⁰, Xavante⁴¹, e Xerente⁴².

²⁸ Povo indígena extinto.

²⁹ Povo Indígena Apinajé. Autodenominação: Apinayé. Família linguística Jê. Terra indígena no estado do Tocantins. População de 2.277 pessoas em 2014. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/apinaye/61>

³⁰ Povo indígena extinto.

³¹ Povo indígena de tronco linguístico tupi e família linguística tupi-guarani. Existem dois grupos dos Avá-Canoeiro. Os Avá-Canoeiro do Alto do Tocantins e Avá-Canoeiro do Araguaia. O primeiro encontra-se na Terra Indígena Ava-Canoeiro, no estado de Goiás nos municípios de Colinas do Sul e Minaçu com uma pequena população de aproximadamente 5 pessoas em 2004. Os Avá-Canoeiro do Araguaia uma população de aproximadamente 6 pessoas na Ilha do Bananal no estado do Tocantins, a espera de demarcação de terra indígena. De acordo com notícias do Cimi de julho de 2016 a demarcação da Terra Indígena Taego ãwa está sendo ameaçada pelo pedido feito em maio de 2016 do senador Ronaldo Caiado (DEM/GO) que questiona e solicita uma reanálise da portaria declaratória da TI Taego ãwa. Fontes: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/ava-canoeiro>; <http://www.cimi.org.br/ava-canoeiro>.

³² Borôro. Autodenominação: Boe. Família linguística Borôro. Terra Indígena no estado Mato Grosso. População em 2014 de 1.817 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/239>

³³ Povo indígena Javaé. Autodenominação: Itya Mahãdu. Família linguística Karajá. Terra Indígena na Ilha do Bananal nos estados de Tocantins e de Goiás. População em 2014 de 1.484. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/javae/627>

Os Povos indígenas Javaé e Karajá, que residem na Ilha do Bananal mesmo sendo de grupos étnicos diferentes possuem importantes proximidades e afinidades culturais, reconhecendo-se mutuamente como Iny. Ver artigo para aprofundamento CALAFATE; Jaqueline Silva N.GRÁCIO, Héber Rogério, e DA SILVA, Reijane Pinheiro. Suicídio: **Apontamentos e Caminhos percorridos para a compreensão do fenômeno junto ao povo Javaé**. In: Povos indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos. Palmas: Nagô, 2015. p. 236.

³⁴ Povo Karajá. Autodenominação: Iny. Família linguística Karajá. Terra Indígena na Ilha do Bananal localizada ao oeste do estado do Tocantins e na margem direita do Araguaia no Mato Grosso. População em 2014 de 3.7868 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/karaja/366>.

³⁵ Povo Kayapó do Sul. Habitavam as terras do Brasil Central desde São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Atualmente são conhecidos como Panará. Família linguística Jê. Terra Indígena Serra do Cachimbo nos estados de Mato Grosso e Pará. População em 2014 de 542 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/panara/587>

³⁶ Povo Kayapó do Norte. Autodenominação: Mebengokre. Família linguística Jê. Terra Indígena norte do Mato Grosso e Sul do Pará. População em 2014 de 11.675 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo>

³⁷ Povo Krahô. Autodenominação: Mehin. Família linguística Jê. Terra Indígena centro norte do estado do Tocantins. População em 2014 de 2.992 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kraho>.

³⁸ Povo Tapirapé. Autodenominação: Apyãwa. Família linguística Tupi-Guarani. Terras Indígenas nos estados de Tocantins e Mato Grosso. População em 2014 de 760 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapirape>.

³⁹ Povo Xacriabá. Família linguística Jê. Terra Indígena no estado de Minas Gerais. População em 2014 de 8.867 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xakriaba>.

Os indígenas que habitavam nestas terras, de acordo com Moura (2006) em seu artigo “Aldeamento Carretão: ‘marco zero’ da história das relações interétnicas dos Tapuio”⁴³, eram denominados como Tapuio⁴⁴ por viajantes, missionários, linguistas, pesquisadores envolvidos nos estudos dessas sociedades indígenas.

A distinção elaborada tinha como princípio “os Tupi os índios do litoral” e os Tapuio que viviam no interior da colônia brasileira nos sertões (Brasil Central). Para Chaim (1983) tais distinções utilizadas nos registros da época do Brasil colônia são explicadas como tentativas de sistematização etnológicas “[...] distinção, ainda que imprópria, pois como veremos na chave geral Tapuia incluíram-se todos os grupos não Tupi, permanece até os dias atuais” CHAIM (1983, p. 44-45).

Essa autora ainda comenta que existem afirmações teóricas que indicam que o povo Jê, antes da invasão européia, viveu em uma parte da região costeira e que foi expulso pelos Tupi do litoral vindos para as terras do planalto brasileiro,

[...] A este grupo pertence a maioria das tribos goianas, e no século XVIII destacam-se entre os mais hostis os Akroá, Xacriabá, Xavante, Kayapó, Javaé e outros. Foram estas as tribos que mais frequentemente entraram em choques sucessivos com os povoadores e foram posteriormente instaladas nos aldeamentos formados às custas da Fazenda Real, os quais tanto colaboram para que se acelerasse a marcha do povoamento da região (CHAIM, 1983, p.48, grifo nosso).

Sobre essa descrição da autora, é necessário esclarecer o uso da palavra *hostil*. Acredita-se que o seu uso seja para qualificar a bravura dos indígenas, pois as hostilidades realmente eram cometidas pelas políticas indigenistas e sociedade colonial.

As populações defendiam-se atacando também, como fizeram os povos indígenas ao longo da história de colonização e povoamento do Brasil. Os aldeamentos colaboraram de acordo com afirmação da autora para o povoamento, pois eram presídios em que os indígenas eram explorados e catequizados. Os aldeamentos foram umas das ações mais eficazes e

⁴⁰ Povo Xambioá. Autodenominação: Karajá do Norte. Família linguística Karajá. Terra Indígena no norte do estado do Tocantins. População em 2014 de 287 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/karajado-norte>.

⁴¹ Povo Xavante. Autodenominação: A'uwe. Família linguística Jê. Terras Indígenas no estado do Mato Grosso. População em 2014 de 18.380 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xavante>.

⁴² Povo Xerente. Autodenominação: Akwe. Família linguística Jê. Terras Indígenas na região central do estado do Tocantins. População em 2014 de 3.509 pessoas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xerente>.

⁴³ MOURA de. Ossami Castro Marlene. Aldeamento Carretão: marco zero da história das relações interétnicas dos tapuios. DIMENSÕES. vol. 18 – 2006.

⁴⁴ Tapuia, termo de origem Tupi, significando “gentio bárbaros ou inimigo” (CHAIM, 1983, p.45).

contraditórias da política indigenista, da mesma maneira como a participação dos religiosos nesse processo de colonização.

As ações das bandeiras foram a primeira política indigenista em Goiás como mencionou Perrone-Moisés (1992), contudo foram extraoficiais, sem autorização da Coroa Portuguesa. As invasões dos bandeirantes deram-se pelo sul e confrontaram os índios Goyá e Crixás⁴⁵. Já as missões jesuítas, que vinham de Belém explorando o rio Tocantins, instalaram-se no norte. A Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera⁴⁶, foi dado as honras de descobridor de Goiás. Segundo Moura (2006), o bandeirante tinha sob suas ordens um grupo numeroso de homens que atravessaram o sul do Goiás até chegarem ao Araguaia e aprisionavam indígenas para serem vendidos como escravos.

É preciso considerar as reocupações feitas pelo norte/nordeste, essas não foram caracterizadas somente pelas missões religiosas, mas por trabalhadores pobres de várias regiões do nordeste, que chegaram aos sertões em busca de terras e nas relações com os outros que foram encontrando neste processo, foi dando origem a formação da população sertaneja (campesina) que existe hoje em nesta região, que embora o capitalismo insista em destruir, eles teimam em reinventar e continuam existindo de diversos modos, assim como as populações indígenas têm feito também.

As políticas e as legislações indigenistas eram as mesmas aplicadas no sul da colônia, que oscilavam conforme os interesses dos poderes da monarquia, colonos e da igreja (missões). Contudo, no sertão, assim como nas Capitânicas do litoral, essas legislações não eram obedecidas. Essa realidade conjugada com a ideia de que nas terras do sertão “não existiam leis” e que era “terra de ninguém” fez com que os ataques aos índios e quilombolas fossem intensos e cruéis por logo tempo na história de formação de Goiás, principalmente no norte goiano.

Conforme Perrone-Moisés (1992) e Moura (2006), os aldeamentos eram investimentos altos e os resultados não demoravam muito, pois os indígenas fugiam e atacavam os povoados no entorno desses empreendimentos. Mas, as fugas dos indígenas estavam diretamente ligadas, na verdade, aos maus tratos dos colonos que não concordavam com a política das

⁴⁵ Povos indígenas extintos. Dos Goyá têm-se referências que habitavam na Serra Dourada nas proximidades de Vila Boa. E os Crixá nas regiões do Rio Tesouras em Goiás.

⁴⁶ Apelido dado pelos índios Goyá.

missões religiosas e também realizavam invasões aos aldeamentos para captura de mão de obra,

Os colonos viam no índio um trabalhador aproveitável, a metrópole portuguesa, sobretudo, um povoador para as extensas áreas a serem ocupadas, com elemento participante do processo de colonização. Em Goiás o antagonismo dessas posições resultou em conflitos. O elemento nativo, provocando choques intermitentes com o colonizador, veio a obrigar o governo central a tomar providências. Como solução para o problema, grandes somas foram gastas para aldear o gentio e pacificá-lo (CHAIM, 1983, p. 43).

A política de aldeamentos na província de Goiás teve dois grandes períodos divididos entre 1741 a 1872. Para Moura (2006), a descrição desse primeiro período, a partir de 1741, estava relacionada à corrida pelo ouro, *sacra auri fames* (maldita fome de ouro), que originou povoamentos da região. E o segundo período, a partir de 1755, foi marcado pelo declínio da mineração que em 1780 consolidou o fluxo econômico ligado à agropecuária. A seguir o Quadro 2 dos aldeamentos nestes períodos da história dos povos indígenas goianos.

Quadro 2: Aldeamentos na província de Goiás

PRIMEIRA FASE		
ALDEAMENTOS	ANO DE CRIAÇÃO	DESCRIÇÃO
Rio das Pedras	1741	No atual estado de Minas Gerais (região do Triângulo Mineiro, que então pertencia à Província de Goiás), junto à rota São Paulo-Goiás, conhecida como “estrada do Anhanguera”. Lá, foram aquartelados índios Bororo, trazidos do Mato Grosso para colaborar nas expedições contra outros povos indígenas. Possivelmente também foram lá aldeados os indígenas aprisionados, como os Kayapó.
Lanhoso	1748	Localizado próximo ao Rio das Pedras, também serviu para alojar os Bororo.
Piçarrão	Desconhecida	Alguns autores o localizam no Triângulo Mineiro, próximo ao Rio das Pedras.
Sant’Ana do Rio das Velhas	1750	Igualmente na região do atual Triângulo Mineiro. Foi inicialmente construído para os índios Araxá, que não chegaram a ser aldeados. Outros índios ali aldeados foram: Bororo, Gurumarê, Tapirapé, Karajá, Javaé, Xakriabá.
São Francisco Xavier do Duro (ou Formiga)	1750	Localizado no nordeste da província de Goiás (hoje, Tocantins), serviu para alojar os Xakriabá e Akroá.
São José do Duro (ou Duro)	1751	Também no atual Tocantins, recebeu os Akroá e Xakriabá.
SEGUNDA FASE		

São José de Mossâmedes	1774	Construído a cinco léguas de Vila Boa, para os Akroá, mas recebendo ainda os Xavante, Karajá, Javaé, Kayapó, Carijó, Naudoz e Xakriabá.
Nova Beira	1774-1775	As margens do rio Araguaia, para os Karajá.
Maria I	1781	Construído treze léguas a sudoeste de Vila Boa, às margens do rio Fatura, para os Kayapó.
Carretão ou Pedro III	1788	Junto ao rio Carretão, 22 léguas ao norte de Vila Boa. Para os Akuên-Xavante. Depois foram para lá os Karajá, Javaé, Kayapó e Xerente.
Salinas ou Boa Vista	1788	Entre os rios Crixás e Araguaia, distavam quarenta léguas do aldeamento Carretão. Construído para os Xavante. Depois, para lá foram levados os Javaé, Karajá e Xerente.
Estiva	Desconhecida	Localização imprecisa. Serviu para abrigar os índios que foram transferidos do Piçarrão. Estiveram lá Xavante, Xerente, Karajá, Canoeiro.
TERCEIRA FASE		
Carolina	1824	No norte da província, à margem esquerda do Tocantins. Para os índios Apinajé, Otajé e Afotijé.
Graciosa	1824	Na margem direita do Tocantins, para os Xerente.
QUARTA FASE		
Boa Vista	1841	Na extremidade da península formada pelo encontro dos rios Araguaia e Tocantins, mais próximo desse último. Para os índios Apinajé, Gradahús, Caraó (Krahó) e Afotijé.
São Joaquim do Jamimbú	1845	A margem direita do rio Araguaia, perto de Salinas. Para os Karajá. Depois foram para lá Xavante, Xerente e Canoeiros.
Pedro Afonso ou Aldeia do Rio do Sono	1849	Norte de Goiás, hoje Tocantins. Para os Krahó.
Teresa Cristina ou Piabanha	1851	A margem direita do Tocantins, no norte da província. Para Xerente e Xavante.
São José do Araguaia	1863	Também às margens do rio Araguaia. Para abrigar as populações transferidas dos aldeamentos Salinas: Estiva (Xavante e Karajá).
Xambioá	1872	Às margens do Rio Araguaia para os índios Xambioá. (subgrupo Karajá)

Fonte: Organizada pela pesquisadora em outubro de 2016 com bases nos estudos de Moura (2006)

Perrone-Moisés (1992) faz uma descrição de documentos históricos quando apresenta a crítica de um funcionário público que escreveu em 1801 para a Contadoria Geral do Rio de Janeiro sobre os gastos de 245 mil empenhados na política de civilização dos índios do sertão.

E que, ao longo de trinta anos, não tinham resultados positivos, pois os indígenas continuavam selvagens. Esse funcionário sugere, assim, mudanças na estratégia para pacificação desses povos. E destaca que toda a complicação em Goiás era pela ausência de população de colonos e mineiros luso-brasileiros, e que deveriam seguir o modelo do barão de Mossâmedes.

A mudança proposta era oferta de condição de vassalos do rei “[...] fazendo-lhes conhecer o uso das nossas ferramentas e adotar nossos costumes de modo que em vez de ‘homens selvagens’ sua majestade tivesse ‘vassalos’ que pudessem ser úteis no futuro [...]” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 401). Em conformidade com esta informação, Moura (2006) ressalta que os aldeamentos de São José de Mossâmedes e de Maria I eram modelos da política indigenista que deveriam seguir.

Assim, os povos indígenas do sertão goiano foram conhecendo diferentes formas de ocupações dos seus territórios, as legislações que davam poder aos colonos, as instituições religiosas e as expedições para interior do Brasil. Do mesmo modo, as frentes de expansão extrativista, agrícola e pastoril, lideradas muitas vezes pelos bandeirantes e criadores de gado, foram ocupando os sertões.

Este processo de contato, apesar de conflituoso, possibilitava aos indígenas no cotidiano e no convívio com os colonos aprendizagens que lhes serviam como estratégias nos acordos ou mesmo na guerra. No contato interétnico, os indígenas aprendiam principalmente a manusear as ferramentas e a fala da língua dos não índios para facilitar as relações. Porém, como afirmou “[...] o valor do índio como mercadoria não permitia o estabelecimento da paz” (RIBEIRO, 1996, p. 73).

Iniciava-se no período de 1770 a política pombalina no Goiás com o objetivo de assimilação dos povos indígenas com a sua inserção nas rotinas dos povoados e com tratados de paz. Lopes da Silva (1992) informa que essa nova concepção política trouxe a liberação das rotas do rio Araguaia para navegação, o que foi primordial para o desenvolvimento de outras atividades de produção, agricultura, agropecuária e comércio.

O primeiro povoamento de Goiás foi criado em 1739 com o nome de Vila Boa⁴⁷. Anos mais tarde conquistou sua independência como capitania em 1744. Assim como as demais vilas e arraiais, Vila Boa teve sua origem na mineração aurífera e apresentava características urbanas, e não rurais, pois a concentração da população na época era nos arraiais. Os arraiais e

⁴⁷ Atual capital do estado Goiás, a cidade de Goiânia.

vilas funcionavam como centros dos mineradores e atuavam como polos comerciais e administrativos.

Segundo Palacín (1990), com a decadência da mineração, no final do século XVIII e durante o século XIX, as populações dos arraiais e vilas direcionam-se para fazendas e sítios. A intenção era a de desenvolver outras atividades econômicas, como agrícola e pecuária, ainda sem muito valor neste período. Em consequência dessa dinâmica, aconteceu uma diminuição da vida urbana nos centros comerciais e administrativos. Todavia, a capital Vila Boa conseguiu manter o movimento urbano em virtude de sua continuidade com administração e com as correntes ideológicas do liberalismo e iluminismo que estavam influenciando as políticas e demais áreas de conhecimento no Brasil,

[...] na Capital não se deu a ruralização dos costumes, que submergiu os antigos centros urbanos da mineração. O gosto pela literatura – principalmente no cultivo da poesia –, pela música, pela cultura e vida social conservam-se na Capital apesar do isolamento econômico e político (PALACIN, 1990, p. 40).

Essa ligação possibilitou com que a Capital conseguisse institucionalizar partidos políticos. Aguiar (2003) menciona que insistentemente o Goiás lutava para a integração da política econômica e social no contexto nacional. Entretanto, a formação política na Capital faz-se com os membros da elite, que conseguiam estruturar organizações partidárias, “[...] mas, este foi o milagre da Capital, que em virtude disso passou a dominar de modo absoluto a política partidária do Estado durante décadas; o interior vivia outro ritmo social e político” (PALACIN, 1990, p.40).

A predominância do poder do coronelismo foi uma característica da política no norte goiano que se prolongou por anos. A prática do coronelismo neste período estava presente nas comarcas, já que todas as indicações do governo passavam pelo as observações e autorizações dos coronéis. Essa prática ainda é atual, aliás, a formação sócia histórica do território do norte goiano foi fundada na relação entre pões e fazendeiros, e consequentemente a constituição do estado do Tocantins e as políticas do governo estadual e dos municípios trazem ainda características de coronelismo.

Segundo Aguiar (2003) a população que residia no norte goiano tinha uma relação mais próxima com as províncias do Maranhão e Pará, pois as realidades sociais, políticas e econômicas se fundiam. Afinal as distâncias da Capital e os descasos com esta região fortaleceram ao longo dos anos a formação do ideário de independência do Norte em relação ao Sul de Goiás. Além disso, o comércio de gado no norte goiano foi fortalecido principalmente pelos caminhos que ligavam a Bahia,

[...] a melhoria dos caminhos, mesmo para facilitar a saída do ouro, ajudou a diminuir o tempo de viagem, mas a distância e a precariedade das ligações com os centros mais dinâmicos permeiam a história econômica, social e política de Goiás, tanto na fase colonial como no império. Entretanto, ainda no Séc. XVII, já estavam interligadas todas as localidades onde houve ocorrência de ouro, como também havia ligações com as capitanias fronteiriças: Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso e Pará. O acesso ao Pará e Maranhão se fazia pelo rio Tocantins, a partir de Porto Real (AGUIAR, 2003, p. 20).

Em viagem pelo interior do Brasil, o viajante Johann Emanuel Pohl⁴⁸ fez uma caracterização de como era a situação social da capitania de Goiás por volta de 1817-1821 que demonstra uma leitura social bastante europeia. Pela sua narrativa, a vida na capitania era precária e simples,

Esta capitania divide-se em duas comarcas: a Comarca do sul ou Vila Boa, que além de Vila Boa, compreendem os arraiais de Crixá, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz e outras, e a Comarca do Norte, ou Vila de São João da Palma, a que pertencem os arraiais de Porto Real, Natividade, Conceição, Traíras, Arraias, São Félix, Calvacante, Flores, e outros. Contam-se toda a Capitania apenas 50.133 habitantes [...] A maior parte da Capitania de Goiás encontra-se inculta e, por isso, é improdutiva, achando-se entregues às tribos de índios selvagens e aos animais bravios. [...] Em relação à assistência médica, os habitantes são dignos de dó. Vivem quase inteiramente sem medicamentos. Em toda Capitania, mesmo na capital faltam casas de saúde e os doentes são abandonados ao deus-dará (POLH, 1976, p. 121-124).

Entretanto, o norte goiano não tinha apenas essas características que foram descritas acima, como Palacin (1990) definiu o norte, para além de uma denotação apenas geográfica, mas como uma população de oposição política contra os descasos, exploração, atraso social e econômico que sofriam. Os impostos pagos aos governos não retomavam em melhorias para a qualidade de vida da população nortista.

Entre os fatores que contribuía para a decadência do Norte é preciso contar também com a cessação, em 1850, da corrente de escravos importados da África. Abalado já pela conjuntura internacional desfavorável e pelo esgotamento de suas reservas naturais, o Norte sofrerá consideravelmente com este novo golpe que o privava da mão-de-obra fácil e relativamente barata. O Sul seria menos atingido porque se encontrava em fase ascendente de progresso e se refará mais rapidamente. Poderá mesmo resolver momentaneamente o seu problema importando escravos do Norte depauperado, embora agravando assim ainda mais a situação deste. E recorrerá afinal à imigração europeia, o que o Norte não pode fazer porque nem as condições econômicas, nem o seu clima acentuadamente tropical ofereciam atrativos suficientes para esta nova corrente de colonos (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 159).

No período da mineração houve discórdias relacionadas às explorações das minas do norte goiano. Lira (2011) esclarece que foram travadas disputas entre portugueses, paulistas e

⁴⁸ Johann Emanuel Pohl era um dos renomados cientistas da Missão Austríaca. Percorreu durante três anos as Capitanias de Rio de Janeiro, Minas e Goiás, nos anos de 1817-1821. Descreveu toda viagem em um diário. Era médico, mineralogista e botânico.

os governos do Maranhão e Pará. Neste período a capitania do Goiás era administrada pela capitania de São Paulo.

O contrabando de ouro gerou problemas e como alternativa para inibir essas ações aumentou-se a fiscalização e proibiram as rotas de navegação pelo rio Tocantins, deixando apenas um fluxo para a saída dos carregamentos de ouro, que eram as rotas dos bandeirantes paulistas, prejudicando mais ainda o movimento econômico da região que durou meio século. “[...] Oficialmente os caminhos que demandam o exterior serão os mesmos dos primeiros tempos, orientados para o Sul, através de São Paulo ou de Minas Gerais, rumo ao Rio de Janeiro e a rota fluvial pelo Norte permanecia interdita até 1782” (DOLES, 1972, p. 30).

Em especial, Lira (2011) acrescenta que as intervenções e as irracionalidades na administração das explorações das minas auríferas do Tocantins foram os fatores estruturais para a decadência na produção. Nesta perspectiva, Pova apud Lira (2011) descreve as principais causas da decadência do ouro,

a) o natural esgotamento das Minas ou as dificuldades de sua exploração; b) os contrabandos; c) a necessidade de produzir alimento. [...] as minas, à medida que se tornavam mais profundas, dificultavam os trabalhos dos escravos que não tinham como esgotar as águas que brotavam com abundância. Quando George Gardner passou por Conceição em fevereiro de 1840 ali encontrou muitas escavações abandonadas e menciona essa dificuldade [...] ele disse também que os escravos empregados na mineração não davam aos senhores todo o ouro que extraíam [...] (POVOA, 1990, p. 45 apud LIRA, 2011, p.81).

Tais questões foram reveladoras das relações de dominação e exploração que a capitania de São Paulo teve com a de Goiás. No início do século XVII ocorreu a emancipação da capitania de Goiás. Diante dos problemas de gestão do território do norte goiano, alternativa política encontrada pelo governo imperial foi a criação de uma comarca nesta região. Para viabilizar essa ideia, foi criada em 1804 a comarca de São João das Duas Barras. Coube ao desembargador Joaquim Teotônio Segurado a implantação jurídica.

Com efeito, com o intuito de estar mais próximo da mineração, Teotônio Segurado transferiu a sede da nova comarca que era Natividade, para Barra da Palma situada na foz do rio Palma, atualmente cidade de Paranã no sul do estado do Tocantins. Devido à crise das minas de ouro, a implantação da nova comarca aconteceu de forma precária. A saída para implantação dessa comarca foi o incentivo da criação de gado e a produção agrícola. Lira (2011) afirma que tais atividades possibilitaram a reabertura da navegação no rio Tocantins viabilizando as atividades comerciais com as cidades desta região. Ainda de acordo com esse autor, a atividade pastoril não foi suficiente para resolver a situação de isolamento da maioria dos povos da região.

Ademais a falta de interesse e de condições de incrementar a economia da região favoreceram a emergência de grupos que lutavam pela autonomia da região. A primeira iniciativa em prol da emancipação política do norte goiano deu-se em 1821, momento de constituição de um governo independente da cidade de Goiás. Tal experiência não logrou êxito. Outros movimentos dessa natureza tomaram vulto ao longo do século XX e são objeto de análise posterior.

2.3.1 As políticas dos governos militares no norte goiano

O estado do Goiás no século XX tinha a sua economia baseada na pecuária, principalmente nas regiões sul e norte, e como nos séculos de sua criação continuava de difícil acesso e com pouca densidade demográfica. Barbosa (1996) comenta que a construção da capital de Goiás, Goiânia, e o projeto de implantação da Colônia Agrícola de Ceres (CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás) ocorreram no período da Era Vargas e do seu plano de governo “Marcha para Oeste”. Nesta ocasião, houve uma valorização das terras no entorno da capital constituindo a expansão do modelo capitalista no âmbito fundiário.

No final da década de 1950, o governo do presidente Juscelino Kubitschek tinha como metas a interligação do país por intermédio de rodovias com eixos centrais para possibilitar os fluxos migratórios para povoamento e desenvolvimento econômico do centro-oeste e norte do país. A ideia de desenvolvimento deste governo estava pautada na descentralização das atividades econômicas do país, tornando-o integrado para melhor competir e entrar no mercado externo.

O lema do governo de JK como relatado anteriormente era “50 anos em 5”, ideia entusiástica de aceleração do progresso e de nacionalismo pelo viés da interiorização do território brasileiro. Esse período ficou marcado pelas obras de construção da capital Brasília, das rodovias BR-153-Transbrasiliana e da BR de Cuiabá-Santarém, eixos de ligação do norte ao sul, estas antigas pretensões políticas da Era Vargas que,

No tempo da ditadura Vargas (1937-45), procurou-se influir o povo para que fosse instalar-se no Brasil Central. A iniciativa ficou no "slogan". Só depois que se criaram condições atrativas - colonização do Mato Grosso de Goiás, construção de Brasília e abertura da BR-14 - a migração se fez espontaneamente. Nada também se modificou nas áreas de emigração (VALVERDE E DIAS, 1967, p. 78).

A construção da rodovia Belém-Brasília/Transbrasiliana foi iniciada a partir de 1950, sendo que em 1960 foi inaugurada e, na metade da década de 1970, teve completada sua pavimentação. Este empreendimento trouxe mudanças cruciais para o norte goiano e o seu

principal engenheiro foi Bernardo Sayão. Porém, é preciso ressaltar que a especulação, venda, e invasão de terras tornaram-se intensas, culminado com uma série de conflitos agrários,

[...] com abertura da rodovia Belém-Brasília, as terras no norte goiano (atual Tocantins), grandes partes devolutas, ocupadas por alguns posseiros e de território indígena, começaram a ser incorporadas pela iniciativa privada de forma fraudulenta, inaugurando os conflitos pela posse da terra que, a partir desse momento passa a ser um equivalente de mercadoria (BARBOSA, 1996, p. 13).

Afinal, segundo Sader (1986) em seu estudo acerca dos conflitos agrários no Bico do Papagaio, as construções das estradas neste período eram ações concretas de um planejamento governamental de desenvolvimento econômico de produção capitalista. Estas obras não eram construídas com um cunho social para garantir mobilidade para população e qualidade de vida, elas foram planejadas e construídas, sobretudo, para escoamento da produção da agricultura e da pecuária que foi aumentando, além das melhorias na infraestrutura atraírem os investidores.

Como esclarece Oliveira, ao longo dos governos brasileiros o “[...] processo de internacionalização da economia brasileira tem revelado, então, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela sua industrialização” (OLIVEIRA, 2013, p. 77).

Em virtude do advento da construção da rodovia, como afirmou Antonio Miranda de Oliveira (2013), as principais cidade da região do norte de Goiás passaram por movimentos sociais e econômicos contraditórios. Isso ocorreu porque as principais cidades da região norte de Goiás estavam particularmente localizadas às margens do rio Tocantins. Eram estas que detinham o privilégio de centralizar o transporte de produtos e de pessoas via rio Tocantins, como ocorria com Pedro Afonso, Miracema do Norte. Com a construção da rodovia, tais cidades acabam perdendo,

[...] parte de sua população para os novos centros urbanos que se instalaram com o movimento de construção da rodovia. É o caso de cidades como Miranorte, Paraíso, Colinas, Guaraf, Gurupi e outras todas localizadas nas margens da rodovia Belém-Brasília (OLIVEIRA, 2013, p. 81).

Ainda a esse respeito, Valverde e Dias, pela natureza de detalhes históricos da relação da população com os povos indígenas da região e pelas características apontadas na formação do poderio fundiário e político no norte goiano, por meio de grilagens e espoliação de terras, descrevem a narração do Sr. Benjamim Rodrigues, um dos fundadores da cidade de Gurupi. A transcrição dos textos desses autores pode contribuir para elucidar os acontecimentos naquele período:

Em 1932 o Sr. Benjamin Rodrigues, natural de Pedro Afonso, trabalhava em Peixe. Tomando conta de 40 e tantos burros, tendo posto fogo num pasto, os burros se espantaram e 12 desapareceram. Mais tarde, procurando os animais, ele os descobriu no lugar onde é hoje Gurupi, área então coberta de cerradões. Naquele tempo ninguém gostava de ir ali, porque nas redondezas viviam os Xerente, cujas taperas, em ruínas, ainda hoje subsistem. Assustados com as vizinhanças dos brancos, que traziam rifles e levavam vantagem nas lutas contra suas flechas, os indígenas se retiraram e, após cruzarem o Araguaia, foram-se reunir aos Xavante.

Em setembro de 1951, sabedor de que se abria uma estrada do Mato Grosso de Goiás em direção a Belém, veio esperar a chegada da mesma, no local onde encontrara as mulas. Construiu o primeiro rancho em 1952, onde montou uma venda, hoje transformada em loja de tecidos e nesse mesmo ano abriu a estrada para Peixe, que bifurca da BR-14 ao sul de Alvorada.

Ele pretendia abrir uma fazenda, na região em que se instalara, mas os "grileiros" da Companhia Nacional de Tecidos, com fábrica em Goiânia, tomaram-lhe as terras, em 1954. Já em 1953 resolvera o Sr. Rodrigues lotear a terra que efetivamente ocupava, fazendo arruamentos. De 100 em 100 metros rasgou avenidas de 25 metros de largura. Em 1955, começaram a construir casas, em grande número, em Gurupi, embora a rodovia estivesse aberta somente até o trecho entre Uruaçu e Porangatu. A ela se chegava, porém, através de caminho carroçável.

De acordo com o nosso informante, o nome de Gurupi foi tirado de uma lagoa das vizinhanças, onde os caboclos costumavam ir pescar. Em agosto de 1957, as máquinas que abriam a BR-14 chegaram à cidade. A maioria da população que ocupa as proximidades de Gurupi veio do Piauí e do Maranhão, viajando a pé ou a cavalo.

O Sr. Joaquim Gomes de Oliveira, atual coletor municipal, por exemplo, veio a pé de Correntes, no Piauí, num grupo de 33 pessoas, viajando 40 dias. Migravam, assim, em magotes formados de famílias e grupos de amigos por questão de segurança.

Dos 200.000 alqueires de terra que compõem a área do município, somente 5.000 são titulados. Justamente estes não produzem, pois seus proprietários aguardam valorização. Este é o caso, por exemplo, dos 3.000 alqueires da Companhia Nacional de Tecidos, sediada em São Paulo. Existem posseiros na região que ocupam a terra há onze anos e ainda não têm título de propriedade. Ocorre também aí um tipo de apropriação, segundo informaram, que poderia chamar-se de "grilagem política": quando um partido vem para o poder, escorraça os outros posseiros e, nessas terras, instala seus adeptos (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 247, grifo nosso).

A política no norte goiano seguiu a lógica dos interesses dos latifundiários e das antigas oligarquias que detinham o poder na região. Em sua pesquisa acerca dos conflitos agrários de Formoso e Trombas, em 1988, Maria Esperança Fernandes de Carneiro descreve de forma objetiva como eram essas relações políticas no estado do Goiás. Situação que ainda são vivenciadas nos dias atuais no contexto das políticas partidárias, tanto no estado do Tocantins, como nas articulações políticas partidárias com o governo federal.

Assim, segundo essa autora, historicamente em Goiás,

Os sucessivos governos que se seguiram após 1945 representavam os interesses dos grandes proprietários de terras. Historicamente estes grandes proprietários distribuíam-se em grupos partidários, cuja formação originou-se das divergências locais. Esses dois grupos partidários após 1945 aglutinaram-se a dois principais partidos, o PSD cujo chefe incontestado foi Pedro Ludovico Teixeira e a UDN cujo chefe absoluto foi o Senador Antônio de Ramos Caiado. [...] Ambos os grupos partidos continuavam a manobrar a massa de trabalhadores através de mecanismos tradicionais como compadrio, o agradecimento de empregos e principalmente através da força e da repressão (CARNEIRO, 1988, p. 57).

Ao final da década de 1950, o governo goiano criou o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO, órgão responsável pelas vendas e titulações de terras devolutas do estado para colonização. Contudo, Oliveira (2013) menciona que este apenas beneficiava os grandes fazendeiros, comerciantes, prefeitos, vereadores, representantes de cartórios, juízes, e polícias. Tratava-se de um grupo grande de poderosos de Goiás que tomavam as terras dos pequenos trabalhadores, chamados de posseiros, que eram injustiçados por não receber os mesmos tratamentos e acessos a financiamentos. Assim, os posseiros quando não perdiam as terras logo vendiam para os especuladores das terras.

Essas relações sociais são conturbadas e contraditórias no sentido da exploração da condição humana em favor de um modelo de desenvolvimento econômico que desumaniza, dialeticamente quem sofre a exploração e quem oprime, tendo em vista que,

Quem conhece a fronteira sabe perfeitamente que nela, de fato essas “faixas” se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos históricos em que vivem. A recente expansão da fronteira mostrou isso de maneira muito clara. Práticas de violência nas relações de trabalho, como a escravidão por dívida, próprias da história da frente de expansão, são adotadas sem dificuldade por modernas empresas na frente pioneira. Pobres povoados camponeses da frente de expansão permanecem ao lado de fazendas de grandes grupos econômicos, equipadas com o que de mais moderno existe em termo de tecnologia (MARTINS, 1996, p. 40).

Com o advento do estabelecimento da ditadura militar no golpe de Estado de 1964, Martins relata que a Amazônia foi transformada “[...] num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida” (MARTINS, 1996, p. 25). Este processo de movimento demográfico de expansão organizado pela concepção de que terras da Amazônia eram desocupadas ou ocupadas insuficientemente, desconsiderou as terras ocupadas pelas populações indígenas, seringueiros, e camponeses dentre outros.

Assim, pode-se afirmar que, de fato, o que ocorreu foi uma reocupação dessas terras promovida pelo Estado brasileiro por ações de espoliação e invasão dos territórios indígenas, como resultados de séculos de políticas de povoamento e de integração da Amazônia. O dito desenvolvimento, ocorrido a partir do golpe de 1964, trouxe consigo muitas contradições e um alto custo para as populações pobres do país.

No norte goiano, ainda no governo de JK, Lira (2011) indica que com a proposta de nova redefinição territorial com a mudança da capital federal para o Planalto Central, a população do norte goiano e o movimento separatista vislumbraram a efetivação da criação do estado do Tocantins. Entretanto, grupos políticos aproveitaram o movimento popular para marginalizar as questões da luta do povo. Esses grupos justificavam o discurso para o viés dos

projetos desenvolvimentistas regionais, fazendo com que toda a década de 1960 tivesse um silêncio formal sobre as questões relacionadas à separação do estado. Esse autor explica que,

Esse discurso foi respaldado pelo golpe de 1964 que, recriando a Amazônia legal, incluía as terras de Goiás acima do paralelo nº 13 (“coincidindo” com os limites do estado do Tocantins) como área de prioridade para investimento federal, portanto o norte goiano passa a viver (teoricamente) sobre o guarda chuva de projetos desenvolvimentistas – PIN, PNDs, PROTERRA, GETAT, PRODIAT, etc – comandados pela SUDAM e SUDENE, instituições criadas estrategicamente com o objetivo específico de orientar, vigiar, e punir o desenvolvimento regional na Amazônia. (LIRA, 2011, p. 106)

Ainda, neste contexto de mudança, a agricultura na década de 1960 vivenciou,

[...] um processo de modernização que supõe a articulação do trabalho no campo com a produção industrial baseada nas novas tecnologias, máquinas, fertilizantes, defensivos químicos como base para a nova agricultura brasileira. Esse processo de modernização não se desenvolveu igualmente em todas as regiões do país e não contribuiu para romper com o latifúndio (OLIVEIRA, 2013, p. 84).

Em 1966 foi anunciado outro projeto governamental no governo de Castelo Branco, “Operação da Amazonas”. Com isto houve mudanças estruturais no governo, sendo que uma delas foi a criação da autarquia da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que substituiu a SPVEA e a reestruturação da SUDENE. Tais reestruturações tinham como justificativas a viabilização de novas estratégias de desenvolvimento regional. A respeito da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966 que discorria acerca do Plano de Valorização da Amazônia e da criação da SUDAM, Oliveira afirma que,

As justificativas baseavam-se no princípio de que a solução para área de tensão social (nordeste) estava no estímulo ao processo migratório para a “área vazia”- a Amazônia. A estratégia do desenvolvimento passava a ser concebida como necessariamente concentrada, polarizada, sendo que a tarefa geopolítica da ocupação das fronteiras do país ficaria por conta das populações regionais (OLIVEIRA, 1988, p. 30).

Na década de 1970 os projetos desenvolvimentistas foram intensificados para ocupação da Amazônia. Os índios para o governo militar não iriam evitar o desenvolvimento da Amazônia. Em 1970 o governo do Presidente Emilio Garrastazu Médici anunciou a construção da Rodovia Transamazônica. A abertura desta estrada cortava muitas áreas indígenas, mas isso não era empecilho para que crescesse o número de investidores internacionais interessados em desbravar as terras brasileiras situadas na Amazônia.

Nessa época o governo queria evitar conflitos com os índios por causa das repercussões internacionais, e atribuiu aos novos empresários das terras a responsabilidade de

resolução dos problemas de disputa de terra entre posseiros, índios e donos de fazendas. Segundo Valadão e Azanha (1991), esses empresários resolveram o problema contratando pistoleiros e fazendo crescer a violência no campo. A esse respeito, Oliveira (1988, p. 64) coloca que “[...] migrantes retirantes, os posseiros têm aberto a terra de trabalhadores em todos os cantos do país. Por isto têm estado no centro da luta pela terra. Têm estado em confronto com grileiros”.

Os grileiros eram pessoas que falsificavam títulos de terras, sejam terras de índios ou de posseiros, para expulsá-los, tornando-os invasores. Este foi mais um dos mecanismos de roubo de terras na Amazônia e no norte do Goiás. O IDAGO, no norte goiano, viabilizou muito desses processos, pois segundo Mauro e Oliveira (2010) este órgão não encontrou muitas dificuldades em efetivar essas fraudes,

[...] os posseiros e indígenas além de não possuírem títulos, não se preocupavam até então com a delimitação das terras que ocupavam. Para eles pouco importava um papel escriturado, pois o que legitimava o seu domínio sobre a terra eram a ocupação e o trabalho desenvolvido nela. A percepção dos proprietários da justiça local, contudo, era diferente e em desacordo com os interesses dos antigos ocupantes da região (MAURO; OLIVEIRA, 2010, p. 110).

Foram muitos os crimes cometidos, fraudes, mortes, exploração da força de trabalho. Contudo, o mais escandaloso foi o governo federal ter incentivado tais disputas quando criou políticas de reforma agrária para a formação de monopólios das empresas internacionais e nacionais nessas regiões. Portanto, as inserções das práticas de produção capitalista foram sendo construídas, de acordo com Oliveira (2005), por alguns passos que culminaram com essa formação territorial,

- Primeiro refere-se aos caminhos do acesso à titulação da terra, o comércio desses títulos e o conseqüente envolvimento dos segmentos sociais que ocupavam o poder no Estado. Assim foram desenhados os mecanismos de grilagem e corrupção que envolviam as diferentes rotas de acesso à terra.
- Em seguida, os projetos agropecuários e agroindustriais incentivados pela Sudam, que, em grande parte, se constituíram em golpes contra o erário público.
- A contrarreforma agrária com a implantação dos projetos de colonização privados e públicos, e, ironicamente, o processo de implantação da reforma agrária do I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária – de 1985. E, finalmente, a grande expansão madeireira e a chegada da agricultura dos grãos do agronegócio. Por esse processo todo passa a violência contra os povos indígenas, posseiros, garimpeiros, colonos, peões e, sobretudo, contra a natureza (OLIVEIRA, 2005, p 68).

Em conformidade, Mauro e Oliveira (2010, p. 105) apresentam que “[...] Os governos federal e estadual protegiam os grandes latifundiários, ao invés de priorizar, por exemplo, as políticas de reforma agrária e a regularização das terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas”. Desse modo, em 1973 o ministro do Interior do governo de Médici informava o

Jornal do Brasil que “[...] o desenvolvimento da Amazônia não pararia por causa dos índios. E por que eles não de ficar sempre índios? Eles devem ser integrados e aculturados para colaborar no crescimento nacional” (VALADÃO E AZANHA, 1991, p. 56).

Todas as propostas tinham como princípio a integração por intermédio das construções das rodovias. Com isso, desde a década de 1960, com a Belém- Brasília, ocorreu o aumento demográfico promovido pela imigração de populações de outros estados para o centro-oeste e norte do Brasil. Vale lembrar que não foram construídas estruturas nas localidades em que essas populações chegavam. As estruturas se limitavam às rodovias, e a vinda dos imigrantes retirantes, na verdade, foi estratégia de manter a segurança nacional do território do Estado-Nação nas fronteiras.

Os estudos de Oliveira (2005) afirmam que a formação territorial da Amazônia brasileira ocorreu pela lógica da apropriação privada da terra e pelo compromisso ilusório e ideológico criada pelos governos ditatoriais de uma reforma agrária marcada apenas pela promessa aos camponeses da “conquista da terra liberta”.

Portanto, os nordestinos são inseridos como mão de obra para os projetos de mineração e de agroindústria. Mas a proposta vinculada ao programa de colonização era a de implementar a reforma agrária almejada pelos nordestinos que sofriam nos seus estados com a política do coronelismo, de oligarquias, e com as secas que multiplicavam os números de homens sem terras e alimentos: “[...] Era necessário então fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia”. Ou, como preferia o General Médici, “vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia” (OLIVEIRA, 1988, p. 74).

Neste caso, sobretudo, foram os nordestinos, mais tarde chamados de seringueiros, os que iriam para o trabalho na extração da borracha. Segundo Mendes (1990), eles, os nordestinos, foram traficados para aquelas terras. Afinal eram também vítimas da seca e das expropriações das suas terras pelos coronéis. Esse autor em sua palestra menciona que o nordestino “[...] é usado como escravo para desbravar a Amazônia, atendendo interesses de grupos internacionais e dos patrões” (MENDES, 1990, p.12).

As políticas e os projetos de desenvolvimento econômico foram muitos. Um deles foi o Programa de Integração Nacional-PIN, que consistia na construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Outros eram projetos de desenvolvimento agrícola e pecuário de caráter industrial desenvolvidos pela Sudam. Tem-se também o Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoroeste. Todos foram implementados sem a preocupação com as terras dos indígenas e/ou de outras populações que viviam e tinham construído, mesmo que

pequenas benfeitorias. Tais terras eram almeçadas pela iniciativa privada e pelos diferentes governos do país. Ainda que não seja objeto desse estudo, para o aprofundamento dessas políticas considerou-se importante uma rápida descrição de suas proposituras para uma melhor compreensão de suas implicações para os povos indígenas. A seguir, são descritas algumas dessas políticas.

PIN – Programa de Integração Nacional – Planejamento político consolidado no governo de General Médici pela Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1971. Teve como principais obras a construção das rodovias: Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, sendo que o traçado da primeira integrava o nordeste e a Belém-Brasília a Amazônia ocidental, Rondônia, Acre. E a segunda, integrava Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém no rio Amazonas.

Ainda informa Oliveira (1988) que o desdobramento desta política foi a implantação de programa de colonização e de reforma agrária na faixa de 10 km de cada nova rodovia, e os incentivos fiscais do abatimento do imposto de renda do país para aplicação no programa. Faz-se necessário esclarecer que na lógica da geopolítica dos militares, a ideologia proposta era de “Integrar para não Entregar”. Ela teve uma implicação na política de articulação com os EUA, que combatiam a expansão das ideias comunistas da antiga União Soviética em outros países.

Existia neste período um falso nacionalismo do governo, que por intermédios de discursos ideológicos, utilizava-se de campanhas de mídias de TV, jornais e rádios para transparecer uma ordem e progresso no país. Na verdade, porém, foi com as políticas de incentivos fiscais que o capital estrangeiro penetrou nas instalações dos projetos agrícolas e de outros mencionados. No Brasil, tensões envolvendo a liberdade política ideológica, no contexto do norte goiano, como já expostos, resultaram no conflito armado entre os militares e os membros da guerrilha do Araguaia.

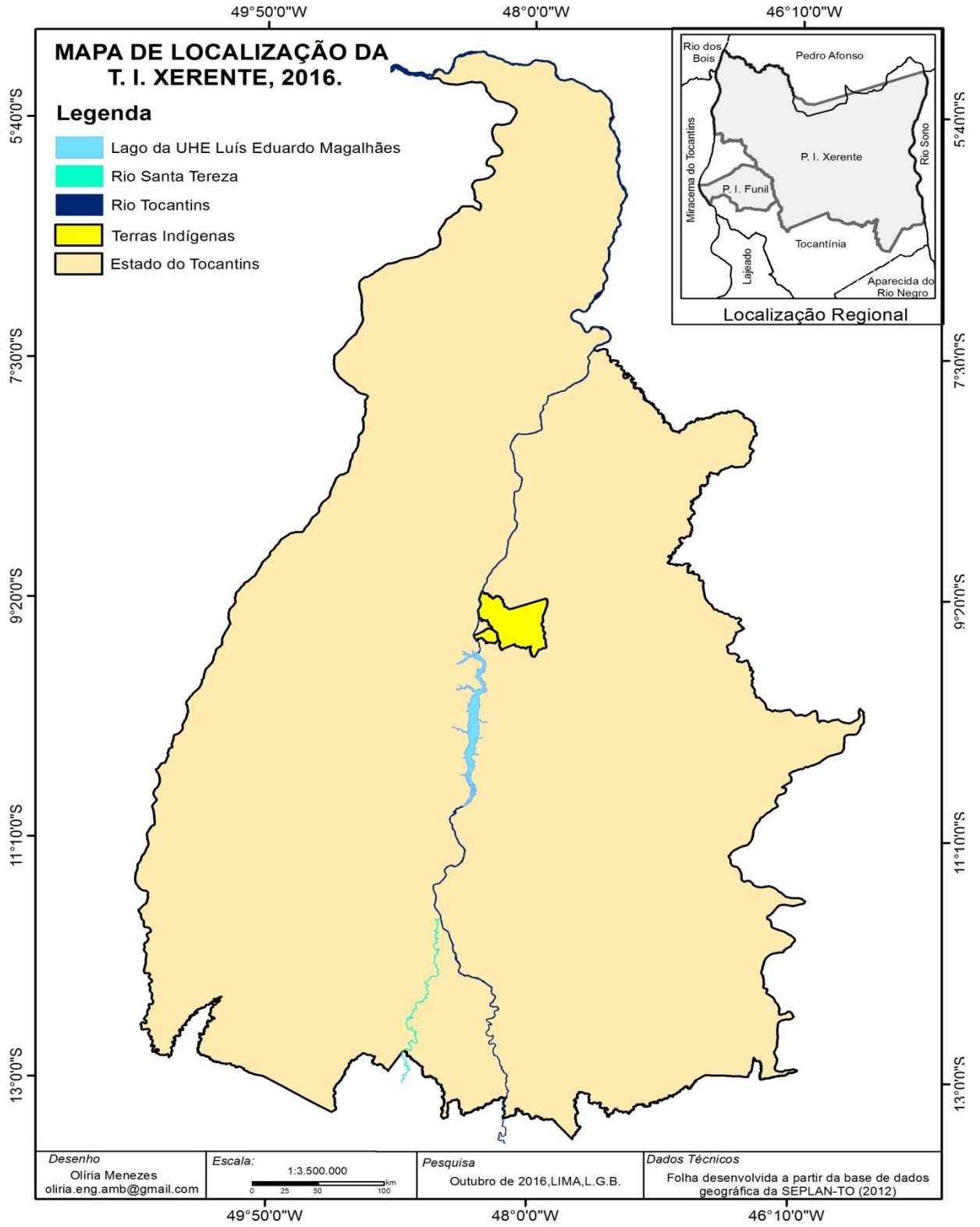
A criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, pelo Decreto-Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970, representou a criação de mais um órgão federal para dar suporte ao Projeto “Operação Amazônia”. Sua atuação era voltada para tratar da migração de nordestinos para a região norte e centro-oeste, com a ideia falsa de colonização e reforma agrária.

O Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, foi instituído pelo decreto-lei nº. 1.179, de 06 de julho de 1971, no governo

do General Médici. Era uma estratégia de planejamento geopolítico do militares para promoção da agroindústria de reforma agrária.

O Polamazônia – Projeto instituído, em 1974, pelo presidente Geisel, que destinou 15 polos de desenvolvimento na Amazônia. Davis (1978) faz menção que a proposta era para cumprir metas do PIN. A base de apoio foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, criado pelo Decreto-Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970. Ao contrário de sua atuação ligada para resolver os problemas agrários da migração dos nordestinos, tornou-se o grande aliado de apoio aos projetos de agroindústria na Amazônia, como projetos de empresas madeireiras e de pecuária. Neste mesmo ano de anúncio dos projetos do Polamazônia, o governo informava que estava desativando o programa de colonização camponesa às margens da Transamazônica. O objetivo era o de incentivar “[...] os grandes projetos de fazendas de gado já estabelecidas no Brasil Central [...]” (DAVIS, 1978, p. 142). Pode-se afirmar desse momento que o governo assumiu de forma definitiva o modelo de desenvolvimento da agroindústria de produção em larga escala.

Nos meandros destas políticas desenvolvimentistas, a Funai em 1974 começou a ser dirigida pelos militares e por grupos ligados a eles e que tinham como objetivo a política indigenista e o desenvolvimento com a segurança nacional. Os governos nos anos de 1975 e 1979 e 1984 e 1985 demarcaram um número significativo de áreas indígenas. Segundo Valadão e Azanha (1991), essas demarcações aconteceram não por pressões de grupos indígenas, mas porque o governo precisava saber a quantidade de terras públicas que poderiam ser oferecidas para os novos empresários da Amazônia, no seu plano de desenvolvimento da região. Destacou-se nesse período a demarcação da Terra Indígena Área Grande Xerente, em 1972, e da Terra Indígena Funil dos Akwẽ-Xerente, em 1982. Conforme Mapa 1 que apresenta a localização das T.I’s Xerente.



Todavia, segundo Davis (1978), com a construção da Transamazônica, os índios passaram a desaparecer das páginas dos jornais nacionais e internacionais. E as atenções voltaram-se para “o milagre econômico do Brasil”, tratando de forma superficial a questão indígena. Ribeiro apud Davis (1978) faz algumas considerações a esse respeito:

Muito mais do que as garantias da lei, é a falta de interesse econômico que garante ao índio a posse do nicho em que vive. A descoberta de qualquer coisa que possa ser explorada é sinônimo do dia do juízo final para os índios, que são pressionados a abandonar suas terras, ou chacinados dentro delas. E as descobertas econômicas não precisam ser excepcionais para que os índios sejam saqueados (RIBEIRO, 1962, p. 101 APUD DAVIS, 1978, p. 41).

Oliveira (1988) ressalta que outros grandes projetos, de interesse internacional e nacional, foram: o Polonoroste, que teve como intuito o desenvolvimento regional integrado para ser implantado nas áreas cortadas da pela BR-364 – Cuiabá-Porto Velho, financiado pelo Banco Mundial; e o Polocentro - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, instituído pelo decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975, cujo desenvolvimento ocorreu, sobretudo, nas terras goianas e mato-grossenses cobertas pelo cerrado. De acordo com Oliveira (1988), os principais objetivos desse programa eram,

[...] a instalação nessa região de obras de infraestrutura, sobretudo armazenagem, estradas, et., além da pesquisa de sementes para promover o plantio em massa de soja no cerrado. Ele funcionava como uma espécie de alternativa geopolítica da necessidade de abrandamento das tensões na estrutura fundiária do sul do Brasil, colocando os colonos a alternativa da migração, que passou a dar-se em direção a Mato Grosso, Goiás, Triângulo Mineiro e oeste baiano (além – São Francisco) (OLIVEIRA, 1988, p. 94).

A formação territorial do desenvolvimento organizado pelos governos militares para a Amazônia legal foi responsável pela caracterização do Centro-Oeste e Norte por grandes projetos agropecuários. E “[...] por área de posseiros regularizada ou não pelo INCRA, por projetos privados de colonização e pelas terras indígenas” (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

As características de desenvolvimento econômico foram as mesmas apresentadas na proposta encaminhada em 1988, a que culminou com a efetivação da criação do Estado do Tocantins. Após a criação deste estado, rapidamente obras como a construção da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, Hidrovia Araguaia - Tocantins e os Projetos Agrícolas do PRODECER, Rodovia Norte-Sul, e demais projetos de monoculturas no estado, foram implementados e/ou estão em processo de implementação.

Assim, considera-se fundamental ressaltar que muitos desses projetos tiveram suas propostas elaboradas na década de 1970. Para este estudo, são importante os seguintes marcos: a criação do estado do Tocantins; a instalação da Usina Hidrelétrica de Lajeado; e

ainda a implantação do projeto PRODECER III, no município de Pedro Afonso. Estes fatos históricos trazem implicações diretas nas relações socioambientais do povo indígena Akwê-Xerente.

2.4 A Criação do estado do Tocantins

O Estado do Tocantins, criado pela Constituição Brasileira de 1988, é fruto de um longo movimento separatista iniciado no século XVII. Entretanto, o ato de emancipação política ocorreu no contexto de redemocratização da sociedade brasileira. Desse modo, Cavalcante (2003) expressa que o projeto que se viabilizou em 1988 não pode ser reduzido ao desfecho de uma experiência vitoriosa do projeto político, pois o movimento separatista deixou suas marcas na história que remonta o ano de 1821. Foi neste período que Teotônio Segurado e Felipe Cardoso formalizaram uma ação de separação do norte goiano, na medida em que “[...] as condições de 1988 são inéditas no plano das relações sociais, econômicas e político-administrativas” (CAVALCANTE, 2003, p. 13).

Assim, nesta construção discursiva o sujeito histórico da figura do cidadão tocaninense foi primordial para justificar o movimento de emancipação política desse estado. No trabalho de Cleivane Peres dos Reis, “Estado, luta de classes e políticas públicas de educação para o campo no Tocantins”, de 2014, acrescenta-se ainda que este movimento de emancipação representava, principalmente, os anseios de grupos políticos e econômicos locais em relação ao descontentamento da administração de Goiás que não atendia às suas reivindicações. Vale ressaltar que o discurso em defesa do desenvolvimento do norte goiano, foi o principal argumento para a emancipação do mesmo, atribuindo o atraso econômico e social associado aos poucos investimentos financeiros na região. Com a criação do estado, tal situação seria revertida com a instalação de um governo próprio.

O movimento político da União Democrática Ruralista-UDR, criado em agosto de 1985 com a bandeira objetiva contra a reforma agrária, teve participação política na aprovação da criação do estado. Esse movimento demonstrava o interesse do grupo de grandes proprietários de terra na criação do estado do Tocantins para manter o poder das antigas oligarquias. Fato que Lira (2011, p. 119) questiona por considerar que,

Dizer que o estado do Tocantins é resultado de aliança entre as últimas lideranças do movimento, com facções ideológicas partidárias, como UDR, Centrão etc, é uma análise cheia de meias verdades e uma grande injustiça ao povo tocaninense, este, é sabedor da centenária luta, de seus verdadeiros heróis, e do pensamento libertário dos seus jovens. Enfim, o Estado do Tocantins é resultado da luta do povo que sempre habitava as terras banhadas pelas águas do rio Tocantins e Araguaia (LIRA, 2011, p. 119).

O autor enfatiza que a luta das populações do norte goiano teve início muito antes do projeto constitucional apresentado em 1988 e no passado por Teotônio Segurado. A luta dos indígenas foi constante, junto com outros sujeitos: mineiros, posseiros, retirantes, escravos libertos e ribeirinhos que formaram a identidade do norte goiano. Palacin (1990) atribui a uma revolução dos mineiros contra as cobranças abusivas da capital da Província de Goiás, em Boa Vista, como um desses momentos históricos de separação do norte do sul de Goiás.

[...] oposição política norte-sul teve suas origens já nos primeiros anos das minas. Ao instituir-se um imposto de capitação em 1735, as minas do norte, que então surgiram sob a denominação das minas do Tocantins, levantaram-se contra a taxa mais alta por escravos, que lhes fora imposta [...] (PALACIN, 1990, p. 9).

No artigo de Reijane Pinheiro da Silva, de 2015, intitulado “O índio negado e o índio desejado: a pacificação dos indígenas na construção da identidade do Tocantins” foi feita uma análise do material de divulgação da história e cultura do estado do Tocantins, nos períodos de 1988-2002. Esse material atribui ao primeiro governador, Siqueira Campos, a condição de herói do norte goiano, assim como Teotônio Segurado, e coloca os povos indígenas como símbolos de coragem e bravura.

Tal formulação foi carregada de ideologia, pois, na verdade e contraditoriamente, os povos indígenas eram considerados pela população do sul de Goiás um empecilho para o desenvolvimento socioeconômico do norte goiano. Na realidade, como afirma Silva (2015), a exploração dessa região foi constituída por relações de intensos conflitos agrários em que,

[...] A ocorrência na maioria das vezes [...] também pode ser atribuída, entre outros motivos, à ausência do Estado na fiscalização e no cumprimento das leis. A grilagem de terras, o trabalho escravo e a violência, mantidos em silêncio imposto pela distância da capital, fizeram da região do norte de Goiás uma terra sem lei e sem Estado, submetida às regras do jaguncismo a serviço dos “coronéis” locais. As narrativas oficiais desconsideram esse contexto ao inventar os heróis oficiais da autonomia e ao idealizarem as populações nativas da região (SILVA, 2015, p. 16).

Considera-se que essas perspectivas analíticas sejam importantes para compreender a gênese e o processo sócio histórico, bem como o desenvolvimento atual do Estado do Tocantins. Ressaltando-se que em 1980 foi fortalecida a organização dos camponeses⁴⁹ no Brasil e no Tocantins. A luta pela posse da terra se fortaleceu com a chegada da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e com a vinda de missionários dessa entidade para a região. De

⁴⁹ A formação das ligas camponesas ocorreu na década de 1950. De acordo com Oliveira (1996), foi em 1954, próximo a Recife, no Município de Vitória de Santo Antão, na ocasião o movimento do Engenho da Galileia, “ a luta dos galileus”, era contra a elevação absurda do foro, ou seja, dos arrendamentos.

acordo com Reis (2014), um dos símbolos desta resistência foi padre Josimo, que organizou a luta pela terra com os trabalhadores rurais, num processo de conscientização em uma época de acirrados conflitos na região do Pico do Papagaio (Guerrilha do Araguaia). Referido líder foi assassinado por pistoleiros encomendados a mando de fazendeiros e grileiros das terras dessa região.

Ainda na década de 1980, deve-se ressaltar o papel da Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano-CONORTE, criada em 1981, em Brasília, por um grupo de intelectuais apoiados por fazendeiros. Esta comissão tinha o objetivo de produzir um diagnóstico do potencial político e econômico da região. Também realizaram movimento de formação política junto à população local, demonstrando a importância e os aspectos positivos da criação do Estado do Tocantins.

No processo político de apresentação da emenda constitucional junto à Câmara Federal, o papel da CONORTE foi significativo, pois, além da mobilização da sociedade civil, essa entidade produziu em 1987 um documento com as assinaturas de 80 mil pessoas, o qual foi anexado ao projeto de lei do deputado federal José Wilson Siqueira Campo.

Após embates de natureza política sobre a criação do Tocantins, a Constituição de 1988 instituiu o novo estado da federação brasileira. Por decisão do primeiro gestor, a capital provisória seria a cidade de Miracema do Norte. Em 1990 foi instalada a capital permanente em Palmas, no centro geográfico do estado, próximo dos municípios da região central de Porto Nacional e de Miracema do Norte.

Decorridos 28 anos de sua criação, as políticas de desenvolvimento econômico e social conduzidas pelos seus governos priorizaram o agronegócio. Seguindo a lógica do desenvolvimento nacional para o eixo Araguaia-Tocantins, proposto pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo estadual encaminhou projetos nas áreas de energia, transporte e plantio de monocultura. Esse planejamento foi concretizado pela construção da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e pelo PRODECER III, no município de Pedro Afonso, que está diretamente ligado às questões socioambientais dos Akwẽ-Xerente. Como avalia uma das lideranças indígenas,

[...] com relação à construção da hidrelétrica a gente não sabia que impacto daria para população indígena, o impacto veio depois. Todos os rios e Ribeirões abaixo da ponte do Rio Tocantins, começam a secar nos meses de maio e junho. Antes não tinham esse problema de córrego secar, não tinha problema. O problema que a hidrelétrica causou está relacionado ao volume de água dos córregos e a Vazante do Rio Tocantins. Meu pai até hoje não sai da beira do rio. Antigamente era a enchente do rio que fazia a limpeza para podemos plantar nos meses de março a abril (Liderança indígena Akwẽ-Xerente, novembro de 2014).

Os povos indígenas do Tocantins vivem a intensificação de políticas públicas do governo federal de desenvolvimento econômico voltado para agronegócio. Por sua vez, com as ausências de políticas públicas não foi possível contemplar as demandas indígenas e nem respeitar o modo de vida tradicional desses povos.

No plano político, a partir de 2006, o governo federal, como apresenta Reis (2014), sob a presidência de Lula, apresentou para a sociedade brasileira o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa era ambicioso e destinava meio trilhão de reais para investimentos na melhoria da infraestrutura do país e nas condições de vida do povo brasileiro. Nesse contexto, foram retomados no estado do Tocantins os projetos de integração do eixo Araguaia-Tocantins, resgatando um conjunto de grandes projetos que já haviam estado na agenda dos governos anteriores.

Foi neste contexto que os povos indígenas do Tocantins foram inseridos. A população indígena do estado estava representada pelos povos Javaé, Karajá, Xambioá Karajá, Ava-Canoeiro, Krâho Canela, Krahô, Apinajé, Akwê-Xerente, como descrever o Quadro 3.

Quadro 3: Povos indígenas do Tocantins

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Apinayé	Apinayé	TO	Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins, Tocantinópolis	141.904,21	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Funil	Xerente	TO	Tocantínia	15.703,80	Regularizada	Tradicionalmnte ocupada
Inawebhona	Javaé, Karaja	TO	Pium, Lagoa da Confusão	377.113,57	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã)	Javaé	TO	Formoso do Araguaia, Sandolândia		Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Krahó-Kanela	Krahô-Kanela	TO	Lagoa da Confusão	7.612,77	Regularizada	Reserva Indígena
Kraolandia	Krahô	TO	Itacajá Goiantins	302.533,40	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Maranduba	Karajá	PA/TO	Araguacema, Santa Maria das Barreiras	375.1538	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Parque do Araguaia	Ava-Canoeiro, Javaé, Karajá e Tapirapé	TO	Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium	1.358.499,48	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Taego Āwa	Ava-Canoeiro	TO	Formoso do Araguaia	28.510,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna	Karajá, Javaé	TO	Pium	177.466,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Xambioá	Guaraní, Karaja	TO	Santa Fé do Araguaia	3.326,35	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Xerente	Xerente	TO	Tocantínia	167.542,11	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Dados da FUNAI

O crescimento econômico vivenciado pelo estado do Tocantins certamente representou alguns avanços para parcela significativa da população. Contudo, a despeito dos dados oficiais da Funai apresentarem uma expressiva área indígena demarcada, nesse estado as expansões do agronegócio, com a construção da UHE, de obras e rodovias, ameaçam e impactam as populações indígenas, colocando em risco as condições para sua sobrevivência e reprodução social.

Os conflitos de terra estabelecidos na disputa pelo território indígena vão retornar na atualidade desses indígenas de diversas formas. Os fatos históricos das intervenções das políticas indigenistas, econômicas, e do poder das missões religiosas relacionados aos primeiros contatos dos povos indígenas com a sociedade nacional, é possível de ser visualizado no território dos Akwẽ-Xerente a exemplo da criação do gado, igreja, escola, emprego, dinheiro, dentre outros fatores, ou seja, existe uma reorganização resultante das dinâmicas sociais destes com a sociedade envolvente, e é acerca este aspecto que segue as discussões .

3 A CONQUISTA DO TERRITÓRIO DOS AKWĒ-XERENTE

Nesta parte do trabalho, buscou-se a história de conquista do território dos AkwĒ-Xerente, no estado do Tocantins, na apresentação de estudos bibliográficos e de informações orais dos indígenas que participaram da pesquisa de campo realizada no período de 2014 a 2016. Nessa ocasião, foram visitadas 71 aldeias⁵⁰ dentro do território indígena. As leituras e a experiência de conhecimento do território dos povos indígenas em questão possibilitaram a construção das análises das evidências do importante papel desempenhado pelo Estado nas diferentes fases de expansão da fronteira agrícola moderna, bem como do movimento de luta e conflitos em Tocantins com destaque para o município de Tocantínia.

Para tratar das descrições históricas dos conflitos de terra em que estão envolvidos a população não indígena e os AkwĒ-Xerente, tomaram-se por base os estudos de Agenor Faria, “Fluxos sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre aldeias”, de 1990; de Luís Roberto de Paula, “A dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos e internacionais”, de 2000; e de Ivo Schroeder, “A Política e parentesco nos Xerente”, de 2006.

3.1 Alguns fatos históricos dos AkwĒ-Xerente e sociedade nacional

Objetivou-se aqui construir uma síntese da descrição histórica do contato dos AkwĒ-Xerente (habitantes do norte goiano de acordo com os registros históricos) com a sociedade nacional. De como foram sendo construídos tais contatos interétnicos com os vários sujeitos que vão sendo incluídos no movimento histórico deste povo. Nos estudos de Darcy Ribeiro (1996), os AkwĒ são mencionados como umas das tribos do Brasil Central, e conforme o Mapa Etnohistórico de Nimuendajú (1942), os AkwĒ-Xerente, AkwĒ-Xavante e outros Povos Indígenas viviam nos sertões do interior do Brasil, como traz o recorte deste mapa na Figura 1.

⁵⁰ Atualmente 74 aldeias, dados DESEI-TO, de outubro de 2016. Entretanto, no período da pesquisa de campo (finalizada em setembro de 2016) existiam 71 aldeias. Assim, três aldeias novas que foram criadas no decorrer de 2016 não foram informadas a sua existência formal, apenas no final da pesquisa e com tempo avançado para término que se teve acesso aos dados de outubro de DESEI-TO. Neste estudo contém informações obtidas em entrevistas com indígenas e mapa de localização das aldeias visitadas.

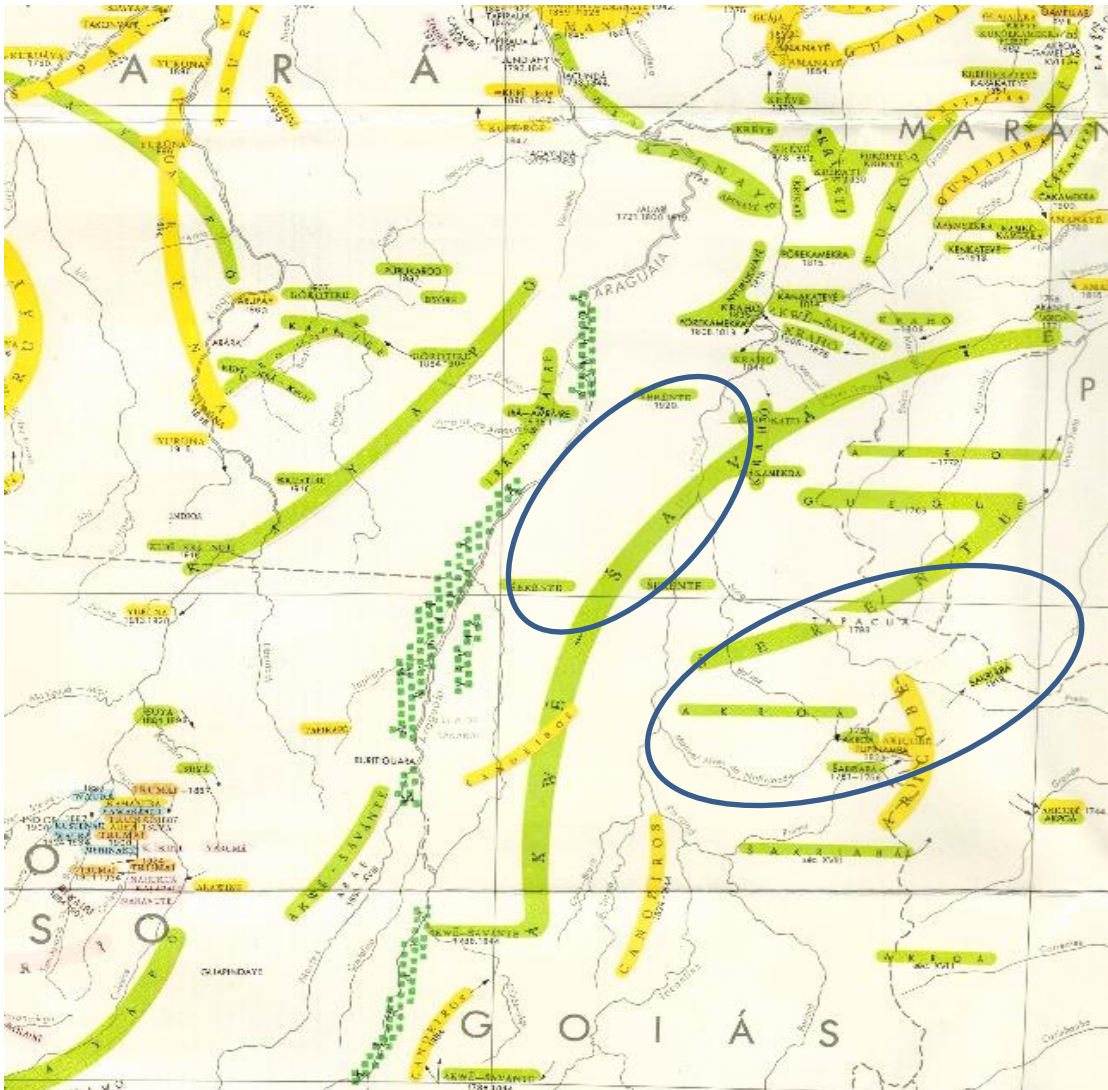


Figura 1. Mapa Etnohistórico de Nimuendajú (1942) adaptado pela pesquisadora, 2016

De acordo Ribeiro (1996), os Akwẽ tiveram contato com a população não indígena por volta de 1785, sendo suas relações pacíficas com o governo da capitania de Goiás. Estiveram no aldeamento de D. Pedro II ou Carretão. Eram numerosos, em torno de cinco mil e tinham contato com a "vida civilizada", ou seja, com os cristãos. Entretanto, Ribeiro (1996) menciona que:

[...] ali os Akwẽ tiveram a oportunidade de conviver intimamente com guarnições militares e de experimentar uma vida civilizada. [...] logo depois começaram a escapar rumo ao norte, para o antigo território tribal. [...] um grupo que denotavam maior aversão ao convívio com civilizados e que passou a ser conhecido como Xavante, começou a se deslocar-se para a margem esquerda do rio Tocantins (1824), depois para Araguaia (1859), acabando por se estabelecer nos campos do rio das Mortes. [...] os Akwẽ, que voltaram a se fixar no seu antigo território, à margem direita do Tocantins, passaram a ser conhecidos como Xerente. Estes grupos revelaram maior disposição para conviver com os civilizados (RIBEIRO, 1996, p 80-81).

A respeito dessa afirmação de Ribeiro, existem outras literaturas que mencionam os Akwẽ-Xerente em constantes lutas junto com os demais povos indígenas de Goiás na resistência de seu modo de vida e contra os invasores de suas terras. Nos registros dos livros de correspondência no século XIX, encontram-se os Akwẽ-Xerente quase sempre com os Xavante. São citados em situações de constante luta e fuga dos aldeamentos e em invasões a povoados e vilas no início do povoamento de Goiás. A seguir, uma correspondência que descreve os ataques dos indígenas em questão contra a população de Porto Imperial, Carmo e Pontal.

“O Exmº Conselho do Governo resolveu, que se à Câmara Municipal da Vila de Porto Imperial com a quantia de hum⁵¹ conto de réis... decretada para a civilização e catequese dos indígenas pela Lei de 24 de outubro de 1832, incluindo nesta quantia a de cento sessenta e nove mil seiscentos e oitenta réis que se acha em poder do Alferes Francisco José Campos, restante da de quinhentos mil réis que em ano passado se depara uma Expedição em defesa dos habitantes de seu Município, que dentro deste ano tem sido por três vezes acometidos pelos índios Cherentes, com notável prejuízo de suas vidas e bens.” (Livro catequese – Diretoria Geral dos índios, Ordens e Deliberações – Despesas com os índios, Agricultura. A.M.B.-Goiás (manuscrito), v.1682. Ata da sessão do Exm Conselho do Governo de 15/05/1832).

“Estragos feitos pelos índios Chavantes e Cherentes nas vilas e fazendas dos habitantes das províncias que Vª Exª obre o que entender melhor a fim de precaver a continuação de tais maldades, lançando mão ao princípio dos meios brandos, a ver se possível chamá-los a nossa amizade, mas no caso de necessidade empregando então as forças para ao menos os fazer afugentar para o interior, e por termo deste modo as hostilidades que tem impunemente praticado. Deus Guarde a Vª. Exª. Palácio do Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1831. José Lino Coutinho” Ano 1831- Correspondências diversas do Palácio do Rio de Janeiro ao Governo de Goiás. A.H. E – GO (manuscrito) (ATAÍDES, 2001, p.139).

No período das políticas de Aldeamentos no Brasil, os Akwẽ-Xerente estiveram presentes em alguns aldeamentos da Capitania de Goiás. Acerca dos aldeamentos, Chaim (1983) apresenta como eram organizados os aldeamentos goianos:

Os colonos viam no índio um trabalhador aproveitável, a metrópole Portuguesa, sobretudo, um povoador para as extensas áreas a serem ocupadas, com elemento participante do processo de colonização. Em Goiás o antagonismo dessas posições resultou em conflitos. O elemento nativo, provocando choques intermitentes com o colonizador, veio a obrigar o governo central a tomar providências. Como solução para o problema, grandes somas foram gastas a aldear o gentio e pacificá-lo (CHAIM, 1983, p.43).

A política dos aldeamentos conhecida neste trabalho era organizada para manter os índios pacificados e catequizados. Eram descritos os aldeamentos sempre com altares e capelas. Na verdade, os indígenas não ficavam muito tempo nos aldeamentos, pois estavam

⁵¹ Escrita de acordo com a época referenciada da correspondência.

acostumados à liberdade e aos seus territórios. Nos aldeamentos tinham que viver conforme as regras da religião e da sociedade civilizada, além do trabalho nas plantações e maus-tratos. Como consequência, assim que tinham uma oportunidade, fugiam e invadiam os povoamentos e outros aldeamentos.

Sabe-se que na perspectiva do governo real os inúmeros conflitos com os índios da região dificultavam o avanço dos povoamentos e o desenvolvimento econômico da Capitania de Goiás. As alternativas utilizadas para lidarem com os indígenas arredios, como expressos nas citações das correspondências acima, eram apenas duas: pacificar os indígenas e subjugar sua identidade cultural e liberdade. No caso de recusa, organizar guerras. Em alguns desses conflitos foram feitos registros⁵² dos reforços de outros povos aliados dos invasores não índios. O que marca a contradição do encontro.

[...] o encontro, portanto, para esses grupos, se deu em momentos dramáticos, acrescentando um inimigo de certo modo inesperado aos inimigos conhecidos. Compreende-se que várias dessas tribos tenham aceito e até procurado a sujeição aos brancos. E tenham imediatamente se disposto a colaborar na atração e contato de tribos inimigas. Frequentes vezes, no fundo, os índios imaginavam que estavam envolvendo os civilizados em seus próprios conflitos. Só recentemente diferentes grupos indígenas se deram conta do que estava de fato acontecendo e passaram a se aliar a seus antigos inimigos para enfrentar os brancos (MARTINS, 1996, p. 39).

Como afirma Martins (1996), para estes indígenas, em algum momento, a alternativa teria sido aceitar a catequese, os brindes dados no processo de pacificação. Afinal, eram tempos conflituosos, em que de todos os lados estavam chegando mineradores, criadores de gado e agricultores. A esse respeito, Doles (1972) ressalta que,

Os índios da região norte da capitania impediam o avanço das comunicações fluviais e, conseqüentemente, impossibilitavam a expansão do povoamento nesta região. Imponente para “pacificar” as relações entre índios e colonizadores através de contatos regulares, o governo real, por carta Régia de 5/9/1811, reitera a necessidade de se “pacificar” os Xerente, Xavante, Apinayé, Karajá e Canoeiro, informando que, se tal não fosse possível, a guerra seria legal (DOLES, 1972, p. 30).

Pode-se afirmar que os Jê-Akwẽ tinham, geograficamente, o domínio do sertão goiano, que constituía seu território, sobre aqueles de outras etnias. Para Farias (1994), a identificação nacional dos Jê-Xerente tornou-se conhecida a partir do momento que estes começaram a defender seu território contra o avanço do colonizador. Este, por sua vez, foi

⁵²Livro: Correspondência do Governo Providencial com a Corte (1823-1825). A.H.E-GO (manuscrito), p.62. “Para desafrontar os habitantes dos Arraiais do Carmo e de Pontal, que se acham quase destruídos pelos índios selvagens Xavantes e Xerentes, tinha eu ordenado a marcha de 400 guerreiros Apinagés [...]” (ATAÍDES, 2001, p.137).

invadindo as terras que habitavam esses indígenas. De acordo com Farias (1994)⁵³, a literatura histórica registrou que o território onde habitavam os Akwẽ-Xerente no século XIX compreendia,

[...] entre as terras do médio Tocantins e o rio Manuel Alves [...] os principais marcos do território Xerente, em direção leste, são rumo às cabeceiras do rio do Sono. [...] aldeia formada pelo Taggia recebeu o nome de Pedro Afonso, e transformou-se em um centro agro-pastoril. Obviamente com a expulsão dos indígenas [...] em 1850 o aldeamento Carretão possuía 60 pessoas, descrita como descendentes dos Xerente e Xavante. A aldeia Teresa Cristina, localizada a 12 léguas de Pedro Afonso, na confluência do rio Piabanha com o rio Tocantins, registrava a presença de 3800 pessoas, também apontados como sendo Xerente e Xavante (FARIAS, 1994, p. 30).

Em relação aos indígenas Xavante, autores como Nimuendajú (1942), Maybury-Lewis, (1984); Ravagnani (1991); Farias (1990), Lopes da Silva, (1992), afirmam que os Xerente e Xavante atuais compuseram, no passado, o mesmo grupo etnolinguístico auto denominado Akwẽ. Ainda acrescenta Oliveira-Reis (2001) que as primeiras menções aos Xavante são datadas aproximadamente na metade do século XVIII, quando iniciaram as políticas pombalinas de aldeamentos.

Segundo Ribeiro (1996):

[...] os Akwẽ igualmente como os Timbira falam a língua da família Jê. Têm uma organização social complexa, baseada num sistema de metades e clãs. [...] ocupavam originalmente a bacia do Tocantins, desde o Goiás até o Maranhão, estendendo-se do rio São Francisco ao Araguaia (RIBEIRO, 1996, p. 80).

Ressalta-se que quando Ribeiro mencionou os Akwẽ, estava se referindo não apenas aos Xerente, mas fazendo também referência aos Xavante; pois, esses dois grupos tiveram que enfrentar os criadores de gados, garimpeiros que estavam à procura de ouro e de diamantes no norte da capitania de Goiás. A exploração das riquezas desta região, principalmente a da exploração de ouro e a apropriação de terras.

Segundo Oliveira-Reis (2001), citando o estudo de Nimuendajú (1942) entre 1732 e 1738, os arraiais de Crixás, Traíras, São José do Tocantins, Água Quente e povoados que foram destinados ao assentamento de garimpeiros já faziam fronteiras com o território ocupado pelos Xerente e Xavante às margens do Tocantins. Os Xavante estão, atualmente, no estado do Mato Grosso.

⁵³ Fontes referenciadas pelo autor: Sampaio (1927, p. 204); Moreira Neto (1971, p. 210, 211, 750); Alencastro (1864) e Taggia (1845, p. 119).

Os Xavante e Xerente são denominados *Akwẽ*, que significa, *Gente/Povo*. Junto com os Xacriabá, são do tronco linguístico chamado Jê Central. Entretanto, em relação a essa composição, De Paula (2000) e Farias (1990), em seus estudos afirmaram que existia uma semelhança linguística e cultural não apenas com Xerente e Xavante, mas entre os dois grupos e os Xacriabá e Acroá.

Em conformidade com Apolinário (2006), que em seu estudo busca pelos registros dos povos indígenas que ocuparam as terras do norte goiano, encontra-se que:

[...] antes de ser ocupado por aventureiros ávidos por descobertos auríferos, o norte goiano já fora habitado por grupos étnicos, em sua maioria pertencentes ao tronco linguístico Macro – Jê, dentre os quais destacaram – se os Akroá, Xakriabá, Xavantes, Xerente, Javaé, Xambioá e Karajá. Somente os Avá – Canoeiros, citados na documentação⁵⁴, pertencem ao tronco linguístico Tupi (APOLINÁRIO, 2006, p. 31).

Para esclarecimento dessa questão sobre os Jês, descreve-se as observações detalhadas por Farias (1994) em que referenciar os estudos de Steinen apud Farias (1994), que classificou os grupos indígenas denominados Jê que viviam neste período no sertão goiano.

Assim de acordo com Steinen (1940), existiam: 1) os Gês do noroeste; Carajás, Suyas, Apinayes, Aponejicram, Caiapos e Carahos (sigo a grafia utilizada por seu tradutor Capistrano de Abreu); 2) os Gês do Centro: Acroa Mirim, Cherente, Chavante e os Chacriaba; 3) e para ficarmos apenas na região centro oeste, os Gês do leste: Cotoxos, Camacas, Manari, Botocudos e Goiatacas. [...] Ressaltava-se, ainda, uma forte proximidade destes com os Acroá, e com os Xacriabá. Os Acroá parecem ocupar uma posição intermediária entre Cherente, Chavante e Chacriaba de um lado e os Gês setentrionais de outro (STEINEN 1940, p. 316-317 apud FARIAS, 1994, p. 30).

No entanto, em relação aos Akwẽ-Xerente e Xavante encontra-se em Nimuendajú (1942) a descrição de que os dois grupos tinham a mesma língua e os mesmos costumes, mas, as diferenças estavam relacionadas ao âmbito da organização política e territorial. O etnólogo indicou em seus escritos que a separação entre os dois grupos pode ter acontecido por volta de 1850, levando os Xavante a seguirem para oeste, atravessando o rio Araguaia, e os Akwẽ-Xerente permanecerem em ambas as margens do rio Tocantins, pois os registros de 1859 já distinguem os Xerente dos Xavante.

Em relação aos Xavante e Xerente, identificou Oliveira-Reis (2001) que pode ter acontecido uma separação geográfica dos dois grupos devido ao contato com as frentes de expansão agropastoris que vinham em sentido NE-SO. Lopes da Silva (1992), por sua vez,

⁵⁴ Documentação do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

compreendeu que a cisão “não violenta”, não teria resultado em uma imediata separação geográfica.

Para esses autores, os Xavante foram migrando para oeste, em direção ao rio Araguaia, e, posteriormente, para o rio das Mortes. Já os Xerente teriam permanecido na bacia do médio Tocantins.

Na década de 1940, o povo Akwẽ-Xerente foi apresentado como uma população pequena e desintegrada em colapso a ponto de extinção (Nimuendajú, 1942; Pasternostro apud Farias (1994). Nimuendajú (1942) descreve as aldeias, Castello, Porteira, Carro, Paineiras, Boqueirão e Exgoto (estas à margem direita do rio Tocantins), e as aldeias Pedra Pedra e Sucuriju.

Existe também a informação escrita por Farias (1990) de que Lopes da Silva apud Farias (1990) obteve a descrição que em 1939 o SPI fez três aldeias, “[...] estavam localizadas na margem esquerda do rio Tocantins e foram transferidas para margem direito do rio. Eram as aldeias das Providências, Pedra Hume e Sucupira [...]” (LOPES DA SILVA, 1984 apud FARIAS, 1990, p. 47).

No final da década de 1950 os Akwẽ-Xerente foram mencionados por Maybury-Lewis (1990) que junto com sua esposa passou uma temporada com os indígenas. Recebido por um funcionário do SPI da época, este relatou que a assistência do governo ao posto indígena era insuficiente e que a relação com os indígenas com a maioria dos regionais de Tocantínia, principalmente os fazendeiros, era de total aversão aos índios: “[...] todos ficariam felizes em banir os difíceis e briguentos Xerente para algum tipo de limbo, de onde eles parariam de atrapalhar seus vizinhos e de preocupar o governo [...]” (MAYBURY-LEWIS, 1990, p. 54).

Entretanto, o mesmo funcionário afirmou que os indígenas viviam espalhados do leste da margem do rio Sono, ao sul do outro lado de Tocantínia e ao norte do rio Tocantins abaixo.

Destaca-se a informação de que os Akwẽ-Xerente já estavam separados dos Xavante. No livro tem uma narrativa de Wakuke, que contou ao antropólogo na Cosmovisão dos indígenas sobre os velhos tempos que os Xavante viviam juntos com eles.

“Os Xavante tinham videntes muitos poderosos”, disse-nos ele. “Isso foi antes da chegada do homem branco. Antes que o imperador nos mandasse seus missionários. Então não havia ninguém que se comparasse aos *sekwa*⁵⁵. Até os chefes os tratavam com respeito porque eles podiam fazer coisas estranhas”.

⁵⁵ Sekwa: pajé. De acordo com Barroso (2009, s/p) os Akwe são um povo que passou por muitas mudanças, no entanto, não perderam o fio que os liga à cosmovisão.

“Uma vez os Xavante e os Xerente se juntaram para fazer um festival. Durante dias os homens se sentaram no sol. Eles não bebiam e não tomavam banho. Suas peles tornaram-se negras e seu cabelo estava emaranhado como os cipós na floresta. Mas eles ficavam lá sentados e à noite dançavam e o *sekwa* os chefiava”.

Daí uma manhã os videntes Xavante levantaram-se e apanharam suas flechas negras. Dançando em torno da aldeia, eles gritavam ‘Ui, Ui, Ui’; as flechas zuniam em suas mãos e todos os homens estavam com medo. Eles escondiam a cabeça na areia de medo. Só os *sekwa* Xerente levantaram-se para ver o que ia acontecer. Do céu veio um enorme jacaré. Quando ele abriu sua grande mandíbula os homens puderam ver que seus dentes eram do tamanho dos da onça e que cada um era tão afiado como os de uma piranha. Mas nossos videntes não tiveram medo. Eles apanharam pelo rabo e o atiraram na floresta.”

Seus ouvintes prenderam a respiração, admirados.

“Agora os *sekwa* Xerente dançavam em torno da aldeia. ‘Ui, Ui, Ui!’, gritavam. Suas flechas zuniam e todos os homens estavam com medo. De repente uma enorme jibóia veio do céu. Ela assobiou para os Xavante e seus videntes pensaram: ‘Os Xerente são fortes. Seus curandeiros são poderosos’. Daí eles dançaram outra vez e chamaram e centenas de cascavéis responderam ao seu canto. Mas o *sekwa* Xerente não tiveram medo. Eles apanharam suas flechas negras e gritaram ‘Ui, Ui, Ui!’ para que seu povo não pudesse ouvir o terrível chocalhar das cobras. Depois eles cantaram e uma nuvem de vespões pretos apareceu, zumindo tão perto da aldeia que esconderam o sol.”

“Os Xavante souberam então que os Xerente eram fortes demais para eles e fugiram para as colinas. É por isso que nós os chamamos de Sakrikwa, povo que subiu.”

“Os Xavante nunca voltaram?”, Perguntei.

“Não, nunca voltaram. Eles se foram, em direção ao sol poente e os Xerente nunca mais os viram.”

“Alguns homens nos visitaram. Diz-se que eles ainda falam a nossa língua e lembram-se dos velhos tempos. Aqui os homens não se reúnem mais em suas sociedades, porque esqueceram para que elas servem e dos nomes pelos quais nossos antepassados as chamavam. Mas diz-se que os Xavante ainda as possuem e é por isso que eles são fortes.”

Wakuke teve um de seus raros momentos de seriedade.

“Talvez se nós também tivéssemos lutado contra os brancos e nos recusados a aceitá-los... então talvez nós também agora fôssemos fortes como os Xavante. Teríamos nossas terras e os homens brancos nos temeriam e nos respeitariam. Mas nós fizemos a paz com eles e olhe para nós agora” (MAYBURY-LEWIS, 1990, p.54).

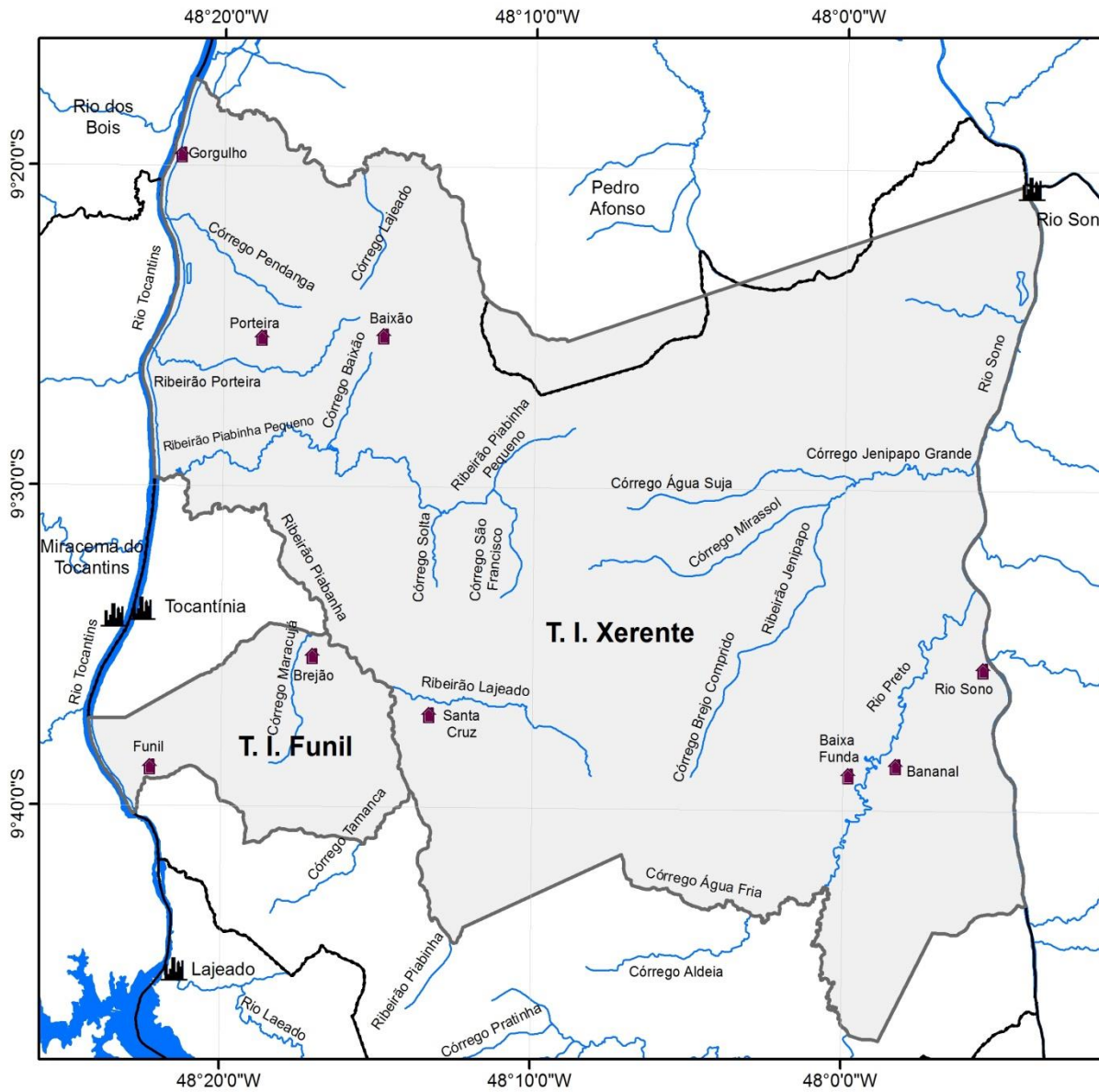
De acordo com relato do ancião Severo da aldeia Porteira em 2012⁵⁶, houve conflitos entre os dois grupos (Xavante) e que os Akwẽ-Xerente ficaram na região do Morro Perdido, hoje município de Guaraí-TO, e foram se afastando dessa região, por causa das “invasões”. Eram os colonizadores, aventureiros e posseiros que vinham ocupar/invasão as terras do sertão goiano. Os indígenas, fugindo desses grupos de invasores, foram se afastando e chegaram até a região da cidade de Miracema do Tocantins à margem do rio do mesmo nome, onde ficaram por um tempo. Mas, pelas mesmas razões anteriores, atravessaram o rio para região de Tocantínia, local onde residem até os dias atuais.

⁵⁶O depoimento do ancião Severo foi extraído do Trabalho de Conclusão do acadêmico Antônio Samuru, e da entrevista concedida ao acadêmico Pedro Xerente e à sua orientadora Prof^a Layanna Giordana, em 2012, e, em 2013, apenas ao acadêmico Pedro Xerente.

Nos anos de 1950 chegaram ao território os missionários da Missão Batista que tinham como objetivo alfabetização e evangelização dos indígenas. Prestavam serviços de saúde e de assistência. Desse grupo de missionários batistas, ainda moram entre os Akwê-Xerente os pastores Rinaldo Mattos e sua esposa Gudrun Korber de Mattos, e Guenther Carlos Krieger e sua esposa Wanda Braidotti⁵⁷. As missões católicas também estiveram presentes entre os Akwê-Xerente por intermédios da política indigenista dos aldeamentos.

Os autores estudados não relataram informações dos Akwê-Xerente nos anos 60. Na literatura, eles voltaram a ser mencionados na década de 1970 em conflitos com as velhas e novas formas de invasões de terras, principalmente promovidos pelo Estado. E com o avanço das frentes pioneiras no do Brasil Central, depois que reconquistaram parte de seu território, e mais tarde pela criação do estado do Tocantins, Mapa 2. Aldeias do Território Indígena em 1958 a seguir;

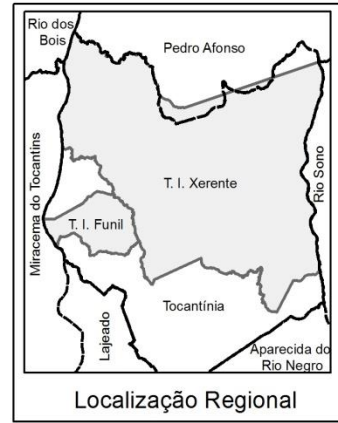
⁵⁷ Os indígenas alfabetizados traduziram junto com Pastores a Bíblia para *Akwe* e organizaram um dicionário da língua *Akwe*.



MAPA DAS ALDEIAS ANTES DA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS, 1958.

Convenções Cartográficas
Legenda

 Aldeias 1958 Limites Municipais
 Sedes Municipais Terras Indígenas



Dados Cartográficos
 SISTEMA DE PROJEÇÃO
 SAD 69 / Fuso 22 L
 Escala 1:300.000

Dados Técnicos
 Folha desenvolvida a partir da base de dados geográfica da SEPLAN-TO (2012) e dados levantados em campo.

Fonte
 Dados da pesquisa 2015-2016 por Layanna Giordana B. Lima.

Desenho
 Olíria Menezes
 oliria.eng.amb@gmail.com

Pesquisa
 Outubro de 2016, LIMA, L.G.B.

3.1.1 Conceitos de terras indígenas e território indígena

Para a apresentação do breve histórico da conquista dos Akwê-Xerente ao território, faz-se necessário entender os conceitos de Terras indígenas e de Território Indígena. Na constituição brasileira, está presente o direito dos indígenas a ocuparem as terras tradicionalmente onde viveram seus antepassados,

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costume, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§1 São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos e tradições (BRASIL, 1988).

Desse modo, Gallois (2004) coloca que terra indígena não é o mesmo que território indígena. Estudos antropológicos afirmam que a diferença entre terra e território reside nas diferentes perspectivas e sujeitos envolvidos no processo de demarcação da terra,

[...] a noção de terra indígena diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sobre a égide do Estado, enquanto a de território remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial (GALLOIS, 2004, p. 39).

Entende-se que no Brasil assim como em toda América Latina, de acordo com Souza Filho (2003, p. 48), as políticas agrárias dos governos brasileiros desde a colônia até os dias atuais transformaram a terra em propriedade privada, com prejuízos para os povos indígenas, pois a “[...] inadequação da transformação da terra em propriedade fica evidenciada quando se olha para as populações indígenas, para quem o Direito e o Estado até hoje procuram soluções impossíveis para a assimilação privatista”.

As inadequações referidas estão relacionadas à concepção entre o conceito de terras indígena e território. No estudo publicado em 1997, “Território Indígena: direito imemorial e o devir”, Ivani Ferreira de Faria refere-se à perspectiva dos indígenas, colocando que para eles a concepção do Estado de terra indígena,

[...] é uma concepção que não considera o significado sociocultural e sua importância na perpetuação da cultura e da vida. A terra é simplesmente um pedaço da superfície do território, um bem que adquiriu o valor de troca, uma mercadoria (FARIA, 1997, p. 263).

Little (2002) aponta que o conceito jurídico de reconhecimento fundiário do Estado de certa forma tende a se confundir com os conceitos político e etnográfico. Considerando que as categorias territoriais utilizadas pelo Estado,

[...] têm finalidades de controle social dessas populações, a luta em torno das categorias jurídicas territoriais tornou-se uma luta de mão dupla, já que as categorias utilizadas para a dominação política também podem servir para a reafirmação social e territorial, processo em que passam a agir como fonte de novas identidades sócio-culturais (LITTLE, 2002, p.13).

Diante desta questão, as populações em processo de etnogenese têm uma fundamentação legal para requerer seus territórios. Mas, no âmbito do conceito de território, para os povos indígenas, está relacionada, sobretudo, à história cultural. Nesse sentido, Ramos (1986) coloca que “[...] cada sítio de aldeia está historicamente vinculado a seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais” (RAMOS, 1986, p. 19-20).

De modo especial, entre os povos indígenas não existe a concepção de individualidade da terra. A terra sempre é um bem coletivo e comunitário, mas existe uma organização cultural específica para cada povo. Acrescenta Little (2002) que as diferentes formas que cada grupo constrói a sua memória coletiva dependeriam em parte dos processos históricos das vivências e das migrações que o grupo realizou no passado. Porém a memória espacial nem sempre se refere a um lugar primordial de origem do grupo, mas pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos, a exemplo da descrição oral dos indígenas que menciona que foram se movendo conforme a invasão das frentes de expansão agrícola e pecuária,

[...] As etnias viviam juntos, Xavante, Gavião, Krahô, Kaiapó, Xerente, e Morcego, e um dia todos resolveram se espalhar, cada grupo, uns foram para mata fechada e assim aconteceu. Os Xavante e Xerente viveram uns tempos junto e alguns tempos os Xavante deixaram os Xerente aqui no Morro Perdido. Porque aconteciam os conflitos com os Xavante e os Xerente, e nós ficamos morando no Morro Perdido e depois os invasores das terras tomaram o local, e viemos afastando até que chegamos aqui nesse lugar. Uma vez fui com antropólogo e não reconheci o lugar, estava limpo, os não índios desmataram, acabou com as árvores. Essa é a história dos Xerente com os Xavante. A terra era nossa, hoje estamos morando na reserva [...]” (Relato do Ancião da Aldeia Porteira, Severino Sôware, 2012).

É preciso destacar que embora os grupos envolvidos no contato interétnico não ficam livres das influências sociais, isto não quer dizer que percam a sua identidade

cultural; pois no movimento dinâmico dessas relações reorganizam as características culturais de todos os grupos sociais.

Para compreender como se dão essas relações e como sujeitos são historicamente alijados de direitos e garantias no contexto de desenvolvimento atual do capital, é necessária articulação das formas sociais de pensar o mundo. E ter como proposição entendê-las historicamente, bem como sua geograficidade. Os sujeitos envolvidos nesse processo dialético de produção e reprodução de sua existência vão construindo suas estratégias de sobrevivência e organizando o território, onde essas relações vão sendo produzidas e reproduzidas.

3.2 Conflitos de terra

A história dos Povos Indígenas brasileiros, como descrito nos capítulos anteriores, foi marcada pela invasão dos europeus e por constantes conflitos entre os muitos sujeitos envolvidos nas frentes de expansões e nas pioneiras nos séculos mais recentes. As frentes de expansão agropastoris, de extrativismo e agrícola dos séculos passados deixaram marcas de conflitos. Seja por motivos políticos ou religiosos, todos traziam em sua busca a dominação e a apropriação de terras.

De Paula (2000) indica que o território indígena dos Akwê-Xerente foi palco de muitos conflitos e olhares nacionais e internacionais para as terras ocupadas por esses indígenas; afinal, suas terras ocupavam uma localização estratégica. No entorno dessas terras estão vários projetos de desenvolvimento incentivados pelo governo federal em parceria com a iniciativa privada.

Essa expansão territorial sobre as terras indígenas, de acordo com Martins (2012), tem resultado, como antes, no massacre das populações nativas e sua drástica redução demográfica e até desaparecimento de algumas. Entretanto, resistentemente alguns povos indígenas têm se organizado, assim como nos movimentos da década de 1980, quando lutaram e mobilizaram-se juntos com os demais grupos sociais em prol da aprovação da nova Constituição Brasileira de 1988. Atualmente, no século XXI, a luta é para a efetivação e o acesso a esses direitos sociais.

O modo capitalista de produção que norteia o desenvolvimento econômico do país historicamente fez com que os povos indígenas fossem confinados em frações de terras que não corresponderiam à sua concepção de território. Evidentemente que não se pode atribuir que todas as terras brasileiras eram dos povos indígenas no período anterior à invasão europeia, nem tampouco afirmar que podem ser qualquer terra. Como

mencionou Oliveira Castro (2005, p. 208), a terra indígena /território indígena apenas “[...] pode ser definida no contexto de uma tradição cultural construída e vivida pelo grupo, constituindo um território que, por sua vez, se define por um espaço/tempo/cultura [...]”. A esse respeito relatou uma liderança Akwê-Xerente,

[...] a vida do índio na minha observação culturalmente impactou mais foi a demarcação das terras, quando comecei a entender que índio era nômade viajava, ficava em muitos lugares. Hoje nós estamos em uma área de 16.000 hectares, muito pequena para nós que vivíamos da caça e a pesca. Aqui mais ou menos 1/3 de famílias ainda vivem da pesca. Eu vi diferença, nós tínhamos uma cultura financiada da caça e da pesca, a nossa reserva ficou para cá e aonde tinha mais peixes que era cabeceira ficou de fora, a cabeceira ficou para hidrelétrica. Antigamente nos íamos pescar todo final de semana, porque a escola existe desde o tempo que a gente andava nu. Era naquela cabeceira lá da barragem para cá da ponte, naquelas pedras debaixo da ponte até o limite do território indígena, hoje não conseguimos passar de pé para lá, ficou limitado. (Liderança indígena Akwê-Xerente, novembro de 2015).

A verdade foi que as políticas de desenvolvimento e as indigenistas do Estado-Nação colocaram, por meio das demarcações de Terras Indígenas, as populações em espaços limitados e ainda envoltas por projetos agrícolas e empreendimentos privados que exploram os recursos naturais. Em outras situações, populações indígenas são deixadas no centro dos conflitos agrários. E ainda existem situações de negação da identidade cultural de algumas.

Nesta realidade contraditória e de tensões movidas pelo desenvolvimento econômico capitalista que resistem os Akwê-Xerente. Este povo indígena teve o reconhecimento de parte de seu território em 1972 e apenas em 1982 que a outra parte foi demarcada. São duas terras indígenas: Área Grande Xerente e Funil. Após as demarcações, foram envoltos nas pressões econômicas e impactos ambientais oriundos da criação do estado do Tocantins em 1988; e nos anos seguintes, com a construção da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e outras. E continuam sofrendo com tensões dos projetos de agricultura moderna no entorno de suas terras.

O território indígena dos Akwê-Xerente, com base nos estudos etnográficos e históricos foi reconhecido aproximadamente 200 anos depois do contato com a sociedade nacional. De Paula (2000) trouxe a informação de que a conquista de suas terras somente foi intensificada com apoio da Funai no início na década de 1970, sendo que esse movimento reivindicativo apenas teve resultado final 20 anos depois. Todavia, relatou que houve muitas tensões e conflitos com mortes de índios e não índios até que a terra fosse demarcada.

De Paula (2000) cita um registro histórico no seu estudo que menciona um relatório em que consta um entendimento havido entre os chefes indígenas e líderes de Tocantínia. Datado de 16 de outubro de 1956, faz referência às primeiras conversas na década de 1950 acerca das demarcações das terras destes indígenas. O documento traz a seguir a seguinte situação:

[...] depois de um primeiro contato no P.I. de Tocantínia, no dia 15.10.56, entre o emissário especial do SPI Celso Barreto Franzen e os índios Xerentes, presentes o prefeito da cidade Tarquínio Sardinha e o vigário da paróquia Pe. Pedro Pereira Piagem, no dia seguinte as 3 autoridades acima mencionadas foram procuradas na cidade pelos 2 mais altos chefes indígenas, Capitão Caetano, um dos mais antigos e conceituados e Capitão Joaquim, índio bem esclarecido e credenciado pelo sr Chefe da 8ª IR, para exercer a vigilância e manter a ordem em todos os aldeamentos da zona de Tocantínia e Kraolândia... [o padre então cita a fala do Capitão Joaquim]:... 'Eu venho em nome do meu povo fazer aos senhores uma proposta que nem será como os senhores queriam (Transferência para Kraolândia) nem como nos quiséramos (ficar com todo município de Tocantínia...)' (DE PAULA, 2000, p.52)

Entretanto, a primeira promessa de demarcação de terra, de acordo com Ribeiro (1996), foi feita pelo imperador D. Pedro II. Na ocasião o imperador presenteou uma liderança dos Akwê-Xerente com uma espada. De acordo com história contada pelos indígenas, a espada foi enterrada junto com o corpo dessa liderança, e que aldeia era do outro lado do Rio Sono, por isso ficou de fora da demarcação do território. Fato este presente em duas das muitas conversas realizadas por intermédio das visitas da pesquisa de campo no período (2015-2016). Nos trabalhos de De Paula (2000) e Schroeder (2006) esta informação foi comentada e no livro “O selvagem e o inocente”, de David Maybury-Lewis, de 1990, está presente o seguinte diálogo com um cacique Akwê-Xerente,

Nós costumávamos caçar em todo o território entre o Tocantins e o Rio do Sono. Tínhamos aldeias nas margens do Tocantins a dois dias de viagem rio abaixo. Agora não há aldeias. Os civilizados se instalaram e os Xerente tiveram de sair. Quando lutamos, eles mandaram soldados, e lutamos com eles também. Daí fizeram um tratado. Sim senhor! O próprio Imperador nos deu nossas terras num pedaço de papel. Mas, os civilizados mandaram os rebanhos pastarem lá. Quando matamos o gado, disseram que éramos ladrões e que era impossível viver perto de nós. Agora nossas aldeias estão destruídas e os civilizados trabalham sem parar para nos expulsar até de Tocantínia. Você deve dizer ao governo que queremos de volta as terras em que costumávamos caçar, até a Panela de Ferro. “Mas isto fica a vinte léguas! Exclamei. A três dias de suas aldeias mais próximas. Há cidades entre lá e aqui. “Ela é nossa (terra)”. Ele repetiu. “O Imperador disse. Nós a queremos de volta” (MAYBURY-LEWIS, 1990, p. 69).

Na década 1950, o território dos Akwê-Xerente estava invadido por criadores de gado. De acordo com Schroeder (2006), nesse período os Akwê-Xerente se

concentravam no território compreendido entre os rios Tocantins e seu afluente, o rio do Sono. Agrupados entorno de três núcleos não perfaziam 400 pessoas. Por volta de 1953 o SPI propôs a demarcação de três áreas descontínuas, sendo uma maior no Rio do Sono, local onde havia um posto do SPI, a outra ao redor do posto de Tocantínia, que compreendia as aldeias Gorgulho, Porteira e Baixão, e uma última para a aldeia Boqueirão (Funil atual).

Em 1956, os conflitos entre indígenas e a população de Tocantínia continuaram, pois as disputas pelas terras onde viviam os indígenas eram características neste período da história em que o estado de Goiás assim como os demais estados do centro-oeste e norte do país estava sendo invadidos por uma população de especuladores e compradores de terras. Algo incentivado pela política de desenvolvimento dos governos ditatoriais, criando o que Martins (1995) afirmou como confronto de fronteiras. Nesse período, as terras indígenas que estavam ocupadas pelos fazendeiros que criavam gado foram motivos de inúmeras desavenças e conflitos entre os indígenas e fazendeiros. Maybury-Lewis (1990) destaca que em 1957 os indígenas da aldeia Porteira e os fazendeiros entraram em conflito a respeito de uma região de mata conhecida como Bacia:

Era reclamada por pelo menos três fazendeiros como sua propriedade. Na realidade os índios estavam de posse dela, reclamando-a como parte das terras que possuíam desde muito tempo. No entanto, os criadores de gado diziam que a Bacia era sua. Seu gado pastava ali e eles diziam que tinham planos para arar e plantar a terra. Os Xerente os ignoraram. Os fazendeiros disseram ao prefeito de Tocantínia que os índios estavam matando seu gado. O prefeito mandou telegramas para Goiânia. Goiânia estava a oitocentos quilômetros de distância e nada aconteceu. Os criadores de gado então 'deram' a madeira da Bacia para os membros da Congregação Batista em Tocantínia, esperando envolvê-los na disputa. Quando os membros da igreja foram derrubar a madeira, encontraram-se com Xerente armados e durante um certo tempo. Tocantínia esteve certa de que um ataque índio era iminente. O povo da cidade foi encorajado nessa crença por discursos inflamados do prefeito e mais telegramas foram enviados para Goiânia, dizendo que pacíficos cristãos estavam sendo massacrados pelos índios. Aí, entretanto, os fazendeiros deram um passo em falso. Eles enviaram alguns aventureiros que, felizmente, não encontraram nenhum índio, mas voltaram à cidade gabando-se de terem queimado um acampamento Xerente. Isto fez Eduardo [encarregado do posto do SPI] participar. Ele informou ao Serviço de Proteção aos Índios, que mandou um inspetor do Rio e este exigiu que os índios fossem indenizados (MAYBURY-LEWIS, 1990, p. 201-202).

Pode-se entender que em Tocantínia este processo de conflito é característico pela ausência do Estado em demarcar as terras indígenas. Desde a constituição de 1934 reconhecia-se o direito dos indígenas ao território, mas sem resolver as questões agrárias dos povos indígenas. Como descreve Oliveira (1996), em vez de cumprir a lei

das demarcações, o Estado-Nação promoveu o avanço das frentes pioneiras que trouxeram várias estratégias de invasão dos territórios indígenas,

[...] programas de desenvolvimento, grandes obras (estradas e barragens), titulação de terras com certidões negativas (que dizem não existir índios nas terras) são emitidas pelos órgãos públicos e por particulares. Grileiros agem impunemente, procurando tomar terras indígenas (OLIVEIRA, 1996, p. 58).

Ainda a esse respeito, Martins (1996) ressaltou que os conflitos vivenciados pelos indígenas ocorriam com os camponeses e trabalhadores rurais que também eram expulsos de suas terras uma vez que não tinham os documentos de posse delas, instalando-se assim uma rede de confrontos entre esses diferentes sujeitos. Segundo esse autor:

São eles, por isso, agentes característicos da frente de expansão, embora não sejam os únicos nem necessariamente os decisivos. Por isso, violam a linha da fronteira demográfica e avançam sobre os territórios que são sempre territórios tribais, isto é, território de algum modo incluídos no circuito de populações indígenas que procuram resistir a esse avanço, há também as situações de fuga dos mesmos indígenas, que se deslocam mais para o interior à procura de novos espaços, geralmente às custas de graves conflitos entre próprias populações indígenas, de tribos diferentes ou até do grupo indígena (como tem ocorrido entre facções da grande nação Kayapó) (MARTINS, 1996, p. 42-43).

Nos anos seguintes, já na década de 1970 foi aprovado pelo presidente Médici o Estatuto do Indígena. Em 1972, organiza-se o Conselho Indigenista Missionário-Cimi ligado à organização da igreja católica que teve uma importante atuação nos movimentos dos povos indígenas na construção e reivindicação dos seus direitos sociais e, principalmente, na luta pelos seus territórios e pelo respeito à diversidade cultural das populações indígenas. No âmbito das políticas de governo federal foi aprovado o Estatuto do Índio em 1973. Mesmo com certas contradições de concepções, foi um importante marco legal para reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Neste período, elevaram-se os números de assassinatos oriundos de conflitos agrários. Oliveira (1996) descreve que:

Neste período, o Pará, Maranhão e o extremo Norte de Goiás vão representar a região mais sangrenta do país. Assim se somamos a estas áreas o estado do Mato Grosso, vamos verificar que há uma coincidência entre essa área explosiva, e área de maior concentração de projetos agropecuários incentivados pela SUDAM (OLIVEIRA, 1996, p. 34).

A terra indígena Área Grande Xerente foi demarcada neste período, e, como já informado no texto, neste processo de demarcação ficou de fora a Aldeia Funil. Situação que culminou com constantes ameaças, conflitos, violências e mortes de

fazendeiros e indígenas. Antes da delimitação de 1972, ocorreram também conflitos com a população local. Os fatos desses conflitos tiveram repercussão nacional. De acordo com Farias (1994), em novembro de 1971, os jornais “Estado de São Paulo” e o “Jornal do Brasil” destacaram as seguintes notícias,

[...] o jornal “o Estado de São Paulo” denunciou ataques de fazendeiros às aldeias Xerente “ferindo índios e velhos indefensos” [...] Nessa mesma notícia, o jornal veicula a informação de que uma comissão para demarcar as terras Xerente. O Jornal do Brasil [...] noticia que um destacamento de 15 soldados e um oficial foram deslocados para Tocantínia, a fim de dar cobertura aos trabalhos de demarcação [...] (O ESTADO DE SÃO PAULO; O JORNAL BRASIL, 1971 apud FARIAS, 1994, p.49).

Em De Paula (2000) encontra-se a descrição de outra notícia relacionada aos conflitos com os indígenas da Aldeia Funil que, localizada em território indígena, foi deixada de fora da demarcação de 1972,

[...] as causas da tensão entre índios Xerente e fazendeiros do município de Tocantínia, no norte de Goiás, foram definidas em um relatório elaborado pelo padre Egidio Schadell, em nome do Conselho Indigenista Missionário, que se reuniu na região na semana passada. Segundo o relatório, há poucos dias o fazendeiro Josino de Abreu começou a ameaçar os índios, o que tem causado o clima de tensão [...] “O relatório identifica a aldeia do Funil, localizada fora da reserva, como motivo frequente de hostilidades entre índios e fazendeiros (O GLOBO, em 30/09/1974 apud DE PAULA, 2000, p. 60).

Tal conflito na região de Tocantínia foi expresso por Farias no artigo “Notícias sobre os Akwê-Xerente”, publicado em 1994. Ela apresentou uma síntese de outras notícias sobre essa questão relacionadas a embates da população indígena da Aldeia Funil com os regionais de Miracema do Norte e principalmente com a cidade centro do conflito, Tocantínia:

[...] Não foi bem recebido em Tocantínia o edital afixado em local público de da demarcação de 600 alqueires para o Funil. 52% do município já são dos índios. A reserva já estabelecida é 52000 alqueires e tirou da população uma das melhores áreas de plantio e toda zona da mata (O Popular de Goiás, edição de 11/05/79). [...] Choque entre equipe de demarcação e cidadãos fazendeiros de Tocantínia e Miracema do Norte é iminente (Diário da Noite, edição 03/12/79). [...] Polícia Federal e delegado da Funai na área Xerente. Fazendeiros ameaçados de expulsão da área Xerente. (Folha de São Paulo, edição 08/11/79) [...] No município de Tocantínia a prefeitura, o Posto de Saúde e diversas casas comerciais fecharam as portas por mais de três dias em protesto contra a demarcação da área Funil, determinada pela Funai. Manifestantes pararam também a balsa que liga Tocantínia a Miracema do Norte, sobre o rio Tocantins. (O Dia do Rio de Janeiro, edição, edição de 03/12/79). (FARIAS, 1994, p. 35).

Os conflitos aconteceram até os indígenas conseguirem aprovação da área Funil. Desse modo, a divisão territorial jurídica dos Akwê-Xerente foi a seguinte: Área Grande

Xerente, a partir de 1972, pelo Decreto Presidencial de nº. 71.107 de 14 de setembro de 1972 foi delimitada T.I Xerente e homologada pelo Decreto nº 97.838 de 16 de junho de 1989. E a área contínua do território indígena Funil foi delimitada pelo Decreto Presidencial de nº 1.187 de 24 de fevereiro de 1982 e homologada pelo Decreto nº 269 de 29 de outubro de 1991, com a extensão de 15.703,797 hectares.

Com a demarcação do território dos Akwê-Xerente finalizado, houve ainda resistência de alguns fazendeiros que recusavam a deixar as terras demarcadas. Os próprios indígenas promoveram a retirada dos invasores de suas terras. A respeito da retirada dos fazendeiros do território indígena em 1983,

[...] A retirada dos invasores da área demarcada só se completaria em 1983, promovida pelos próprios Xerente, com a ajuda de índios Xavante e o apoio dos chefes de posto da Funai. Com a área desimpedida, os Xerente encetaram um movimento de retorno, reocupando vários sítios e locais de antigas aldeias e criando novos assentamentos (SCHROEDER, 2010, p. 74)

O território dos Akwê-Xerente foi reconquistado e reconstruído pelo movimento de suas relações com a sociedade nacional. Assim, os Séculos XX e XXI trouxeram mudanças no modo de vida dos Akwê-Xerente. Os conflitos dos Akwê-Xerente historicamente têm se dado no sentido de permanecerem no seu território, mantendo viva sua língua e a cultura frente às novas dinâmicas e interações sociais que culminam com uma nova reorganização social. Martins (2012) destaca que:

As populações indígenas têm mais do que resistido à invasão e à espoliação branca e capitalista de seus territórios. Assim como a violência do branco se manifesta na tentativa de desfigurá-las culturalmente, elas também têm indicado, em suas lutas, o que lhes é insuportável e indecifrável no que para muitas delas é uma nova situação, que é a situação de fronteira, criada pela expansão territorial do grande capital e da sociedade civilizada. [...] aparentemente, em termos muito gerais, o que os povos indígenas estão definindo lentamente, por implicação, em seus confrontos com os brancos é uma situação de convivência marcada pela pluralidade cultural e social e pelo estabelecimento de um espaço inteiramente novo na relação com o *outro*, que seja um espaço de afirmação e reconhecimento da diferença que dá sentido à existência dos diferentes povos (MARTINS, 2012, p. 26).

Os modelos de desenvolvimento econômico adotados pelo Estado capitalista, que têm como viés a lógica da expropriação e acumulação, têm caracterizado e mudado as relações sociais, políticas, econômicas e ambientais nos territórios indígenas. Provocam, segundo Martins (2012, p. 26), “a recriação de mecanismo de acumulação primitiva, confiscando terras e territórios, justamente atingindo violentamente as populações indígenas e camponesas”.

Estas populações têm sido muitas vezes resistentes, lutando para que o direito adquirido pela Constituição Federal de 1988 se cumpra. Em contrapartida a estas relações políticas de poder, vão surgindo como no passado novas estratégias de lutas e de organizações sociais com objetivo de sobrevivência vital e cultural diante do processo de desenvolvimento de uma economia baseada na exploração do trabalho humano e no lucro, provocando em muitos casos a escravidão pelo trabalho e por dívida aos agentes financeiros, patrões, donos de terras e demais dívidas produzidas pela sociedade capitalista.

Essa realidade de desenvolvimento econômico e de agricultura capitalista do Estado-Nação é a causa das discordâncias da população das cidades que fazem divisa com o território indígena e que estão localizadas à margem dos rios Tocantins e Sono. Um dos exemplos que se pode citar é o da cidade de Rio Sono, que se encontra no meio de dois rios: rio Sono e rio Perdida.

Em visita à cidade em 2012, alguns moradores “acusaram os índios” pela dificuldade da cidade em se desenvolver. As tensões e pressões foram em 1994, de acordo com Silva (2015a), para completar a estrutura de fluxo de produção do projeto PRODECER III. E demais projetos do governo do estado do Tocantins tiveram início em um processo de pavimentação da TO-010, rodovia estadual que corta o território indígena (existem outras duas), e com a construção da ponte do Rio Sono, sem consultar a população indígena.

O governo do estado, na época comandado por José Wilson Siqueira Campos, não queria indenizar os indígenas pela construção da ponte e nem pela pavimentação da estrada.

Os indígenas se organizaram e impediram que as obras fossem realizadas. Para a população regional os índios atrapalharam o desenvolvimento da agricultura local (plantio de soja). As obras da ponte foram abandonadas, mas a pavimentação da estrada continuava sempre em constante discussão, com os indígenas, Ministério Público e Estado. Assim como a iminência da construção de uma Hidrelétrica no Rio Perdida, que os indígenas não sabem informar como está este processo de discussão e quais os impactos da construção. Os órgãos como a FUNAI e Ministério Público na ocasião, quando foram consultados, também não tinham informações formais acerca desse processo.

Diante dessa racionalidade, este estudo tem buscado a compreensão de como se dão estas relações e como sujeitos historicamente aliados de direitos e garantias vão se

reorganizar nesse processo de monetarização da vida. Esse entendimento apenas será possível nas leituras sociais do contexto do desenvolvimento atual do capital.

Em síntese, podemos afirmar que os Akwê-Xerente estão vivendo e se reorganizado dentro e fora do seu território, tendo como desafio a perpetuação da sua cultura e as relações interculturais com a sociedade nacional, com o governo do estado e município, principalmente com as relações políticas e econômicas com a cidade de Tocantínia. Esta metaforicamente sendo descrita como uma grande aldeia dos Akwê-Xerente.

3.3 Os Akwê-Xerente

A história de contato dos Akwê-Xerente com a sociedade nacional corresponde a aproximadamente mais de 250 anos. Os povos indígenas em geral e no seu cotidiano utilizam da cosmovisão⁵⁸ para interpretar o mundo ao seu redor. Analogamente a cosmologia dos Akwê-Xerente está diretamente relacionada às experiências e saberes humano, animal, e sobrenaturais, integrados na totalidade da natureza para explicar as ordens das coisas no mundo.

Os Akwê-Xerente, autodenominados *Akwe*, são do tronco linguístico Macro-Jê, da família Jê, e sua língua falada é *Akwe*. Estes indígenas são conhecidos como o povo das metades, pela sua organização social em duas metades de elementos da natureza: *Wahirê* e *Doí*. É uma sociedade patrilinear, pois culturalmente as crianças pertencem à família do pai, sendo o tio uma figura de importância entre eles⁵⁹.

Os clãs da metade *Wahirê*: *Wahirê*, *Krozake*, *Kräiprehi* e os da metade *Doí*: *Kuzâ*, *Kbazi*, *Krito*. Lopes da Silva e Farias (2000) esclareceram que,

Os Xerente chamam todos os grupos sociais como identidade própria e que articulam em contextos específicos de “partidos”, no sentido de uma totalidade (conjunto de membros de uma aldeia) partida, dividida em subgrupos. Assim, são “partidos” que para antropologia são clãs, metades, classes de idades metades rituais etc. E os “partidos” são identificados pela pintura corporal que seus membros ostentam (SILVA; FARIAS 2000, p. 90).

A pintura corporal representada na Figura 2 traz a ilustração organizada por dois acadêmicos indígenas do Campus da UFT de Porto Nacional do curso de História, que

⁵⁸ Cosmovisão indígena explica como os povos indígenas explicam e interpretam o mundo

⁵⁹ Maybury-Lewis destaca que o irmão da mãe é o elo entre os Clãs.

demonstra graficamente como são divididos os partidos/clãs dos indígenas Akwẽ-Xerente.







METADES	<i>Wabirê</i>	<i>Doí</i>
<i>Clãs</i>	 <i>Wabirê</i>	 <i>Kuzá</i>
	 <i>Krozake</i>	 <i>Kbazi</i>
	 <i>Kräiprebi</i>	 <i>Krito</i>

Figura 2: Ilustração Valter Krãirdu Marinho Xerente e Edilberto Waikairo Marinho Xerente

No trabalho de Guimarães (2002), foi apresentado um histórico da etnografiados Akwẽ-Xerente, tendo como destaque três estudos e momentos históricos:

1. Nimuendajú em 1930 e 1937, trabalho esse que foi traduzido para o inglês por Lowie e impresso em 1942;
2. Estudo do antropólogo Maybury-Lewis, que esteve com os Akwẽ-Xerente em 1955 e 1963;
3. Estudo do antropólogo brasileiro Farias (1990) do seu trabalho em conjunto com Lopes da Silva (2000).

Nos registros de Nimuendajú (1942) foram destacadas com detalhes as questões que envolveram a organização da sociedade Akwẽ-Xerente. De acordo com Farias (1990), a descrição de organização da sociedade indígena foi feita por Nimuendajú, e

que atribuía à organização social dos Akwê-Xerente a característica formal da apresentação das casas nos espaços das aldeias,

[...] as duas metades exogâmicas⁶⁰ deveriam estar precisamente localizadas; ao norte a metade Sdacrã e, ao sul, a metade Siptató. Para este autor cada uma dessas metades exogâmicas era composta por três clãs patrilineares e a aldeia tinha a forma de uma ferradura com a abertura voltada para oeste (FARIAS 1990, p. 76).

Acrescenta De Paula (2000) que para o autor em questão,

[...] nem as metades, nem os clãs – importantes somente no preparo dos ornamentos festivos – teriam um papel tão fundamental no funcionamento da sociedade Xerente como aquele desempenhado pelas associações masculinas. Consideradas pelo autor como as “unidades sociais mais importantes”, essas associações, originalmente classes de idade – hipótese que viria ser confirmada em pesquisas posteriores –, seriam as reais responsáveis pela organização econômica política e cerimonial dos Xerente (DE PAULA, 2000, p. 172).

Ainda acerca da monografia de Nimuendajú, Oliveira-Reis (2001) descreveu que a população dos Akwê-Xerente encontrada por Nimuendajú, entre as décadas de 1930 e 1940, era de aproximadamente 300 índios. Entretanto de acordo com os dados da década de 1950 e 1960, Maybury-Lewis encontrou uma população de 330 índios. Esta baixa na população dos indígenas deve-se às muitas doenças trazidas pelos não índios e pela falta de assistência do governo para com os indígenas e os conflitos entre fazendeiros e criadores de gado.

Discorreu Guimarães (2002) acerca do trabalho de Maybury-Lewis, que para o antropólogo o pensamento dos Akwê-Xerente organizava-se na dialética do princípio dual: nós/eles. Essa relação dialética nessa perspectiva dual, nós/eles, tinha possibilitado aos Akwê-Xerente manterem, mesmo com muitas interferências da sociedade dos não índios, a sua identidade cultural, principalmente a comunicação entre eles por meio da língua Akwê e a estrutura social. No seu trabalho, Maybury-Lewis (1990) identifica a concepção de parentesco e facções e o desenvolvimento e atualização do sistema clânico que geram as facções.

Os estudos de Farias e Lopes da Silva (2000) destacaram muitos dos aspectos da organização social Xerente discutidos por Nimuendajú que,

[...] não só as metades patrilineares estão associadas, cada uma delas, a Sol e Lua, como seus clãs respectivos têm certos “direitos associados” ou

⁶⁰ Casamentos entre membros de diferentes grupos.

“propriedades” de onde adquirem sua designação. São os “donos do algodão”, “donos do fogo”, donos do jogo de bola com a batata assada-Krito”: *Kbazitdkwá*, *Kuzaptdekwá* (clã também designado por *Isibdu*). Esses são os clãs das pessoas que pintam seus corpos com o motivo do círculo. Por isso sua metade é conhecida por “Círculos: Doí – só os muitos velhos ainda se lembram da designação registrada por Nimuendajú: *siptato*. A outra metade – a dos que se pintam com traços – é conhecida, hoje também pela referência à pintura corporal: Wahirê (*Wahi* = talo; *Wahirê* = talinho, com o que se fazem os traços) (FARIAS; LOPES DA SILVA, 2000, p. 112).

Farias e Lopes da Silva (2000) concluíram que o sistema de pinturas corporais Xerente constituía uma linguagem ativa, relacionada como a estrutura social e com as definições de funções e relações sociais, entretanto, os autores afirmaram as incertezas e as ambiguidades na pesquisa com os indígenas. Contudo, obviamente não podiam ser consideradas como uma desorganização cultural, mas como analisou citado Maybury-Lewis, o processo incrível como a sociedade dos Akwê-Xerente a despeito do tempo e “[...] da intensidade de seu contato com a população regional. Manteve-se como entidade linguística, cultural e etnicamente diferenciada [...]” (FARIAS E LOPES DA SILVA, 2000, p. 114).

Na realidade os Akwê-Xerente estão reorganizando sua política e cultura, pois estudos mais atuais como os de De Paula (2000) e de Schroeder (2010) trazem análises interessantes acerca da política de parentescos e de faccionismo relacionado às influências da política externa na política interna e nas formações de aldeias e/ou na reorganização do território.

A respeito da cultura, a leitura de alguns indígenas é, sobretudo, que,

A cultura permanece viva, assim nos dias da comemoração da festa cultural, no cotidiano a gente viver de roupa, mas no dia da festa todos estão pintados, a língua *akwe* é 100% falada dentro do território. Aqui dentro da aldeia é 100% materno, as orientações e a educação dentro da aldeia na cultura. Na cidade nós falamos português, mas os universitários e os que moram na cidade, talvez deva ter colocado dentro da cabeça que precisa falar até mesmo com os índios na cidade na universidade em português, mas quando eles vem para cá eles o comportamento é dentro da cultura. Nós sabemos que a cultura é dinâmica a cada ano ela passa por um período de mudança. Então isso depende de cada grupo as influências de não indígenas, a televisão, as tecnologias que entram na aldeia (Professor Indígena, novembro de 2015).

No cotidiano dos acadêmicos indígenas, é comum sempre que precisam realizar algum trabalho sobre a história do seu povo recorrem aos mais velhos. Nas visitas às aldeias foram evidenciadas as preocupações das lideranças indígenas e principalmente dos anciões na permanência da tradição por meio dos contos e cânticos obtidos pela “Oralidade dos Anciões”.

Antigamente o índio trabalhava, nós não precisávamos comprar farinha, tínhamos caça, arroz, ninguém não precisava de dinheiro para fazer a festa indígena, nós juntávamos e matavam veado, peixe, e só com caça fazia um mês de festa. Agora é uma semana de festa e precisa de dinheiro para fazer a festa. [...] antes os índios colocava roça de toco, trabalhava, plantava de tudo, inhame, batata, mandioca, arroz, abóbora. E hoje não, esses novos indígenas só querem ser branco, só querem ser branco, mas não é branco, então eu que sou mais velho, não quero que acabe nossa cultura, não quero que acabe nada de jeito nenhum, porque a nossa cultura é melhor do que a do branco (Cacique, novembro de 2015).

Este posicionamento na pesquisa foi mais frequente por parte dos mais velhos, lideranças, e professores indígenas. As afirmações são sempre as mesmas, que os jovens não estão tendo interesse em aprender a cultura. Entretanto, os jovens têm avaliado a importância da realização das festas culturais nas aldeias. Nas aldeias realizam-se as festas culturais, principalmente nas aldeias maiores.

A festa cultural que acontece atualmente é a da cerimônia de nomeações das crianças, corrida de tora, e também as cerimônias de casamentos na cultura. O povo Akwê-Xerente culturalmente vivia da caça, pesca, coleta e das plantações de roça de toco e vazante. A pesquisa demonstrou que a agricultura comunitária existe em algumas aldeias mais afastadas da cidade. O futebol é um lazer entre homens e mulheres jovens, já que apresentam times organizados e promovem campeonatos entre as aldeias.

No ano de 2015, a seleção indígena masculina de futebol dos Akwê-Xerente foi campeã nos Jogos Indígenas Mundiais sediados em Palmas-TO. Esses jogos trouxeram divergências entre os povos indígenas do estado. Muitos indígenas manifestaram-se contra a participação neste evento, pois, no mesmo período, estava na pauta no congresso nacional a votação da PEC -215. Além disso, os gastos com o evento se mostravam desnecessários tendo em vista a ausência de recursos para as políticas de assistência, saúde e educação para os povos indígenas do estado. Em uma aldeia, um jovem professor Akwê-Xerente manifestou a sua opinião a respeito desse processo,

[...] foi uma jogada do governo federal, no segundo dia dos Jogos Mundiais dos indígenas teve a votação da PEC-215. Os mais velhos sempre falavam para gente que o homem branco não dar nada de graça, dar com uma mão e toma com a outra. Fui convidado para ser voluntário nos jogos indígenas ficar lá, mas vejo esse evento como algo político, os indígenas vai lá apenas para ser exposto. Se alguém quiser me ver vem na aldeia tirar foto comigo. Eu não vejo nada de positivo nada de melhoria para nós se alguém lucrou com isso foi o estado, o município de Palmas os grandes hotéis, não teve nenhum retorno para os povos indígenas, só foram utilizado à imagem do índio nacional e internacionalmente. O índio é bastante utilizado não só nesse evento como em outros o governo passado do estado, mandava um ônibus buscar os indígenas para ir dançar e pular para o governo fazer a média com os empresários. Por isso que não fui, poderia ter ido para conhecer outros parentes, mas esse evento foi planejado para esses empresários e autoridades.

Com relação à PEC 215 muitos caciques estão com medo dizem que agora vão chegar atirando neles como se fossem paca, e invadir a terra deles, mas vou pegar uma terra e cercar quero ver quem me tira de dentro (Professor Indígena, janeiro de 2016).

Contudo, estas são marcas do processo histórico em os povos indígenas foram submersos, como as fortes pressões ideológicas da sociedade ocidental a fim de tornar os índios em civilizados “cristão” e trabalhadores braçais sem terra. Atualmente no território indígena existem, escolas, igrejas, festividades religiosas: de protestantes e católicos, e a tradicional festa cultural dos Akwẽ-Xerente, fato que demonstra a resistência cultural importante no viés da reorganização em curso.

Nota-se que a organização de novos espaços sociais nas aldeias, de certa forma substituir a consulta aos saberes tradicional dos Anciões no cotidiano a exemplo da institucionalização de novas lideranças: jovens, políticas, religiosas, entre outras. Entretanto, esse processo trazem mudanças, mas não anula os conhecimentos e a importância dos Anciões, que traz sempre os “mais novos”, como eles mencionam a retornarem aos “mais velhos” para a perpetuação da história, política e cultural dos Akwẽ-Xerente. Na festa cultural os Anciões fazem os discursos e dirigem as cerimônias junto com outras lideranças.

O presente estudo teve como objetivo o conhecimento do território indígena e analisar as questões socioambientais do território dos Akwẽ-Xerente, entretanto ao longo da pesquisa com o conhecimento da totalidade do território e no universo das visitas e conversas com os indígenas nas aldeias, várias questões foram sendo conhecidas e outras análises foram sendo abertas para trabalhos futuros, pois a realidade demonstrou que os sujeitos da pesquisa estão em um processo contínuo, dinâmico e dialético de reorganização política e cultural. Assim as próximas discussões e apresentação dos capítulos seguintes trazem informações do território e as dinâmicas sociais dos indígenas dentro e fora do território.

4 O TERRITÓRIO DOS AKWĒ-XERENTE E SUA REORGANIZAÇÃO A PARTIR DO PROCAMBIX

Os AkwĒ-Xerente estão localizados a 70 km da capital do estado do Tocantins “Palmas”. Vivem a leste do Rio Tocantins, e estão em duas Terras Indígenas, como apresentado anteriormente: Terra Indígena Xerente denominada “Área Grande”, com superfície total de 167.542.1058 ha, que foi identificada oficialmente pela Funai como área ocupada pelos AkwĒ-Xerente em 1972; e, a Terra Funil com superfície de 15.703.7974 ha, identificada como oficialmente ocupada pelos indígenas em 1982 à margem direita do rio Tocantins, onde está localizada a cidade de Tocantínia.

Pela proximidade da capital e das instituições de ensino superior, recebem muitos pesquisadores e são deveras receptivos, entretanto ficou evidenciada nos diálogos com alguns indígenas nas aldeias, posição crítica dos mesmos em relação aos retornos dessas pesquisas realizadas no território, além de ter sido relatado a preocupação com apoio da universidade aos acadêmicos indígenas, não apenas relacionado à bolsa-auxílio. Mas, de modo especial, os aspectos de convivência, contextualização dos conhecimentos científicos e valorização dos conhecimentos tradicionais que os povos indígenas possuem.

Como mencionado o contato com a realidade dos AkwĒ-Xerente trouxe um conjunto de questões a serem encaminhadas em análises posteriores e projetos acadêmicos. Contudo, salienta-se que mapas, gráficos e demais informações sistematizadas serão disponibilizadas nas aldeias que foram envolvidas na pesquisa, e nas escolas.

Desse modo as informações dos mapas: rebanho bovino e de população estão com dados que foram possíveis conseguir com os órgãos formais do estado, os demais foram construídos a partir da pesquisa de campo. Em relação a possíveis divergências nos dados, esclarece-se que no contexto de trabalho optou-se por construir os mapas, organogramas, tabelas e quadros a partir das visitas e entrevistas nas aldeias, priorizando a apresentação dos dados conforme as descrições dos próprios indígenas.

4.1 O território dos AkwĒ-Xerente

O Território indígena dos AkwĒ-Xerente faz divisa com as cidades de Pedro Afonso, Rio Sono, Tocantínia, e Aparecida do Rio Negro. A seguir foi realizada uma

breve apresentação desses municípios (IBGE, 2016⁶¹). O município de Miracema do Tocantins localiza-se a oeste da Terra Xerente, na margem esquerda do rio Tocantins. Miracema do Tocantins teve sua história iniciada com os garimpos do norte de Goiás que atraíam migrantes no início do século XX. O desmembramento de Araguacema ocorreu em 1948 e em 1988, com a divisão do estado de Goiás, foi escolhida para sediar provisoriamente a nova capital.

Atualmente, possui uma população estimada de 19.340 habitantes. A economia do município é baseada no comércio, indústria de cerâmica e no agronegócio, existe investimentos na criação de bovinos, produção de energia, plantio de abacaxi, soja, e eucalipto.

Município da região central do Tocantins Pedro Afonso faz fronteira ao norte da Terra Indígena Akwê-Xerente. Sua população estimada em 2016 é de 13.097 habitantes. A região era inicialmente habitada pelos índios Xavante. Sua história de povoamento teve início em 1845 com a chegada de missionários que tinham como objetivo a catequese dos índios. No início do século XX a população indígena local chegou a mais de 5000 habitantes vindos principalmente do Maranhão. Sua fundação como município se deu em 1937. O município possui hoje sua economia baseada no agronegócio, com destaque para a produção de soja e milho. Outro forte setor produtivo é o da indústria sucroalcooleira representada pela Bunge.

O município de Rio Sono, localizado a leste da Terra indígena Xerente, faz limite com o rio do mesmo nome. A história do município é bastante recente e data do início dos anos de 1980, quando políticos locais, e moradores pediram a emancipação do povoado, fato que se concretizou em 1982. Conta atualmente com uma população estimada de 6.500 habitantes, que vivem principalmente do setor de serviços e de pequenas propriedades rurais.

Aparecida do Rio Negro, município localizado ao sul e sudeste das Terras Indígenas dos Akwê-Xerente, conta com uma população estimada neste ano de 2016 de 4.672 habitantes. A povoação do município teve início em 1965 quando chegou à região um pequeno grupo de criadores e agricultores, que fixaram moradia no local. A criação do município ocorreu em 1987 e o nome é homenagem à padroeira da cidade e ao rio

⁶¹ Prévía da estimativa do censo, 2016.

local. A economia local está baseada no setor de serviços e na produção agropecuária, principalmente de soja.

Quanto ao município de Tocantínia, não há um dado preciso sobre o ano que houve o povoamento inicial, que viria a dar origem ao município. Sabe-se, porém, que antecedeu 1860 e iniciou-se sua fundação por um padre italiano, de uma catequese para os índios Xerente, nas proximidades do ribeirão Piabanha. Em 1936 recebeu o nome atual e em 1953 foi elevado à categoria de município. A cidade de Tocantínia tem uma população de acordo com o Censo de 2010⁶² de 6.736 habitantes, desses 2.955 são residentes na área urbana e 3.781 estão em área rural. Existe um número significativo de indígenas no cotidiano da cidade de Tocantínia, ou seja, quase 50% da população é composta por indígenas. Apesar desse número expressivo de indígenas, pode-se observar no município um tratamento em relação aos indígenas distante, e com certo descaso por parte de alguns.

Contudo, é fato que a população indígena no município é responsável por uma parte significativa da circulação de dinheiro no município, já tendo ocorrido, inclusive, por parte dos comerciantes locais, que retinham os cartões de benefícios e de bancos dos indígenas, a alienação desses recursos. Há pouco mais de cinco anos uma operação da Polícia e Ministério Público Federal resgatou os cartões de banco, benefícios, entre outros, presos nas mãos dos comerciantes. Acrescenta-se que o município recebe ICMS Ecológico das T.I's⁶³, recurso destinado a compensação ambiental pelas T.I's. A orientação da lei é que esse recurso seja destinado as políticas de meio ambiente, como educação e conservação ambiental. Não foi possível, buscar informações das políticas organizadas pelo município em relação ao ICMS Ecológico junto a prefeitura, entretanto como neste estudo priorizou-se as falas dos indígenas para a compreensão da realidade deles, as visitas muitos mencionaram que a prefeitura no período da pesquisa não estava cumprindo com os serviços de coletas de lixo. É claro que a não coleta de lixo, é algo bastante pontual, e não traz uma base para análise de como está sendo desenvolvidas as políticas de meio ambiente no município de Tocantínia.

É importante informar que os indígenas participam da vida política partidária do município. Nas últimas eleições foram 17 candidatos indígenas concorrendo as vagas

⁶² Censo Populacional do IBGE de 2010.

⁶³ Lei n: 1.323 de 4 de abril de 2002. Referente aporte legal no estado do Tocantins do ICMS Ecológico.

para a câmara de vereadores, tendo sido eleitos apenas três. Esses dados evidenciam algumas contradições presentes no processo de organização e participação política dos Akwê-Xerente, uma vez que mesmo se constituindo como metade da população votante e, ainda, conforme relatado nas entrevistas, reconhecendo que são tratados com indiferença e que sofrem discriminação no cotidiano da cidade, elegem representantes não indígenas.

Este fato evidencia ainda o processo de tutela em curso, pois muitos são pressionados pelos candidatos a prefeitos e vereadores com cestas básicas e com promessas que não são cumpridas. Destaca-se ainda que mesmo com as ameaças vigentes relacionadas às demarcações das Terras Indígenas, e da institucionalização da fronteira agrícola Matopiba, os candidatos indígenas e os três vereadores eleitos no último processo eleitoral, eram vinculados aos partidos da bancada ruralista, principal grupo político defensor da PEC 215 e do Agronegócio. Os indígenas compõem também os conselhos das políticas sociais das esferas, federais, estaduais e municipais, de educação, saúde e demais políticas.

No que diz respeito à circulação de dinheiro movimentada pelos indígenas, a cidade de Miracema do Tocantins também possui um comércio local que é alimentado com recursos dos indígenas, uma vez que, por ser um pouco maior que Tocantínia, é neste município que eles resolvem as questões relacionadas a bancos, empréstimos e outros negócios.

Em Tocantínia, às segundas-feiras, ocorre uma feira onde os indígenas vendem seus artesanatos, principalmente os de Capim Dourado. Nesta feira acontece o que se chama de “escambo”, a troca de produto por produto. Em entrevista realizada com uma senhora indígena, ao abordar sobre essa atividade, foi colocado por ela que,

[...] acontece né, mas eu mesmo não gosto de vender na praça não porque só vende baratinho as coisas, quase dado, hoje em dia, a senhora mesmo sabe por que a senhora é professora, a senhora sabe a carestia das coisas né? e a senhora sabe o preço assim de tecido também, calça, bermuda. (Senhora indígena, em entrevista realizada em Julho de 2014)

Observar-se que população Akwê-Xerente tem aumentado de forma significativa nos últimos dez anos. Apesar dos conflitos com fazendeiros e dos problemas socioambientais vivenciados pelos Akwê-Xerente, esse povo tem resistido bravamente e conseguido manter seu território. A seguir, a Figura 3 e 4 apresenta o aumento

populacional – histórico dos Akwê-Xerente e a evolução/reorganização das Aldeias no território:

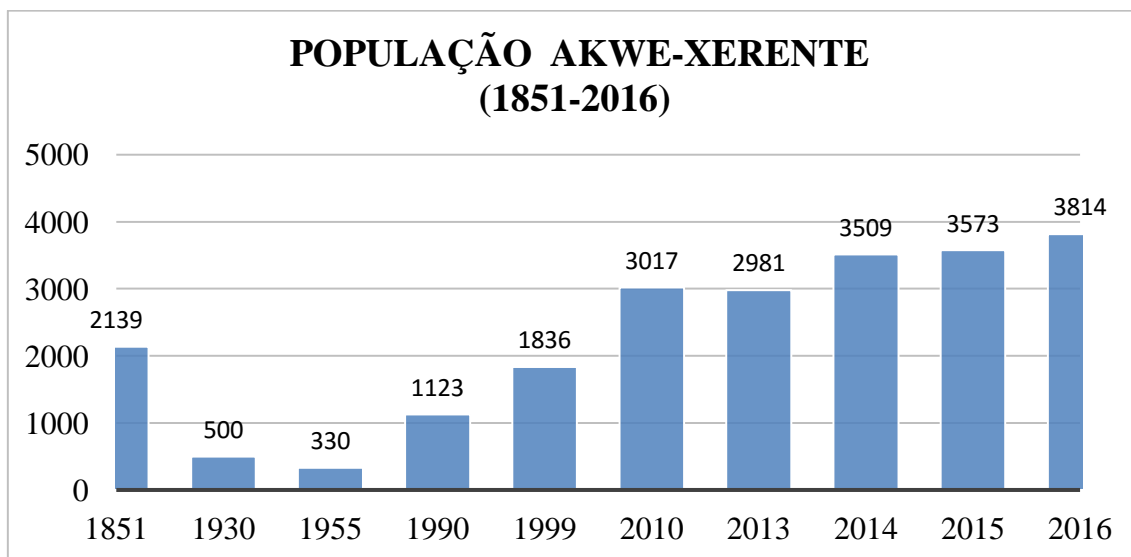


Figura 3: Histórico estatístico da população Akwê-Xerente

Fonte: Diagnóstico Etnoambiental e Pesquisa do Pantanal, Amazônia e Cerrado – GERA/UFMT de 2000, e dados do DISEI-TO, organizado pela pesquisadora, outubro de 2016.

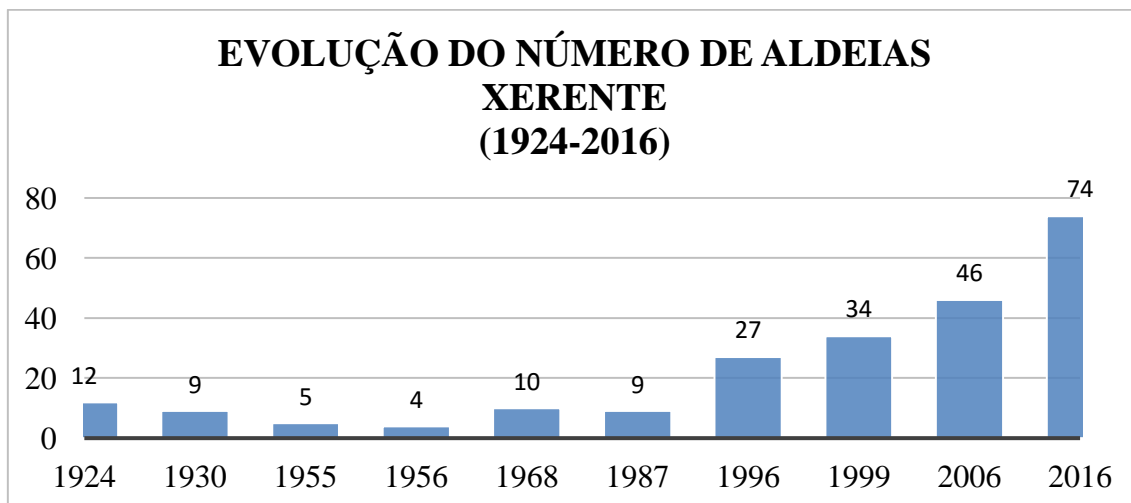


Figura 4: Evolução do número de aldeias Xerente.

Fonte: Dados Relatório Socioambiental, 2000; e dados do DSEI-Tocantínia-TO, organizado pela pesquisadora, em outubro de 2016.

Os gráficos demonstram que no período de 1955 os Akwê-Xerente tiveram próximo de seu desaparecimento (uma população de 330 pessoas); mas de 1990 a 2016, a população só aumentou e a reorganização deles por aldeias também no território foi intensificada.

Considera-se que na década de 90 a recente aprovação da constituição federal e garantia dos direitos sociais dos indígenas pode ser um fato histórico importante na evolução dessa população, e as políticas de assistência social e saúde desenvolvida no âmbito dos últimos governos no Brasil, foram elementos que contribuíram para o significativamente para a sobrevivência da população indígena. Não se pode deixar de considerar que a demarcação das Terras indígenas resultou na diminuição dos conflitos entre os indígenas e proprietários de terras, contudo a demarcação também traga os seus problemas socioambientais como visto na pesquisa.

Desse modo, os indígenas Akwẽ-Xerente, desde o contato histórico com a sociedade nacional sofrem pressões em relação ao seu território. O depoimento a seguir, ajuda a compreender como os indígenas avaliam o estilo de vida do não índio, e a sua relação com o dinheiro:

[...] de primeiro nós vivia sossegado, nós não era perturbado como hoje. (...) antes as “muiezada” e os homens íamos ao mato para caçar, e fazíamos só comer. E hoje nós vive perturbado, perturbado de quê? perturbado do branco, porque o branco está perturbando nós em tudo. [...] Olha essa barragem (relacionando a próxima Barragem que está prevista para ser construída no Rio Perdida, próximo a terra indígena) nós estamos segurando. Vai dar guerra, mas temos que segurar. Olha a barragem lá do Lajeado, no tempo dos Cacique eles eram assim ruins para estudar, ruim para falar eles não falaram bem, ai eles não fizeram a proposta para sempre, a barragem tá lá e porque é que nós estamos assim doente? [...] Nós estamos segurando essa barragem e a estrada, de primeiro nós fazia a festa, cantávamos, dançávamos, botavam o nome de menino era nosso trabalho.

[...] O branco é posseiro, fazendeiro, vive perturbando, por causa do dinheiro. [...] nós não tem dinheiro no banco, nós não tem nada, nós não tem “adonde” tirar dinheiro, a senhora pode verificar essa aldeia toda e a senhora não vê carro em aldeia, mas o branco trabalha para ter as coisas, mas nós não. [...]

[...] De primeiro a saúde nós vivia era pegando raiz do mato, isso aí que era nosso hospital né? Hoje hospital é na cidade, mas eles não dão conta, quantas “muiezada” que já pariu pela estrada. [...] Muitas vezes nós fazia era assim na aldeia na casa nossa, e hoje eles levam para cidade para descansar lá no hospital né. De primeiro nós não fazia cirurgia, nós tem medo né, eu mesmo tenho medo de hospital, quem é que sabe eu já estou nesta idade, meu pai não era vacinado, meu avô não era vacinado, minha mãe morreu sem vacina e agora eu que vou fazer vacina, eu não vacino não.

[...]Antes, era tranquilo, mas hoje nós vive perturbado da vida, pensando da vida, dos netos, e filhos. É por isso que nós falamos que se passar essa estrada vai ter muito bandido e muita coisa. (indígena idosa, em entrevista realizada em Julho de 2014)

A construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado impactou as cidades localizadas às margens do rio Tocantins: Miracema do Tocantins, Lajeado, Tocantínia, Brejinho de Nazaré e Porto Nacional. E o reservatório da hidrelétrica atingiu o território dos Akwẽ-Xerente. Na entrevista com a idosa indígena, ela menciona o fato de que à época da

construção da barragem os caciques não tinham estudos, e que não tinham feito “a proposta para sempre”, isso está relacionado à negociação feita entre os índios e a empresa Investco, no contexto do Programa de Compensação Ambiental que foi acordado entre a empresa, a Funai e os Akwê-Xerente.

4.1.2 UHE – Lajeado – da construção à compensação

Os estudos para a implantação da UHE Luís Eduardo Magalhães, denominada Lajeado, teve início em meados da década de 90 e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) foram desenvolvidos pela THEMAG Engenharia, sob contrato com a CELTINS - Companhia Energética do Tocantins, que recebeu Autorização para Estudos do DNAEE, através da portaria nº 246/95 de 26/06/95. Venceu a licitação o consórcio Investco, formado pela Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Eletricidade de Portugal S.A., Cia Energética de Brasília e Cia Paulista de Energia Elétrica.

A UHE entrou em operação em 2002 e o lago formado ocupa uma área de aproximadamente 750 km², alagando terras dos municípios de Lajeado, Miracema, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. O represamento do rio teve início em 15 de setembro de 2001 e atingiu a capacidade máxima em 07 de fevereiro de 2002, permitindo à UHE a capacidade de geração de 950MW de potência máxima.

A energia gerada objetiva atender a demanda do estado e o excedente é distribuído pela linha de transmissão Imperatriz-Serra da Mesa que interliga o sistema Norte-Nordeste com o sistema Sul-Sudeste. O empreendimento causou profundas mudanças na fauna e flora da região, bem como na vida das populações ribeirinhas, pescadores e principalmente da população indígena que vive em terras à margem direita, cerca de 15 quilômetros à frente da barragem.

Apesar da área indígena não ser diretamente afetada pelo reservatório da barragem, a possibilidade de aumento dos conflitos tende a crescer em função do deslocamento de massas de trabalhadores temporários para a região, levando a aproximação de problemas como prostituição e alcoolismo. A relação entre os avanços tecnológicos e a aproximação desses avanços aos povos indígenas sempre apresenta fatores negativos em proporção inversa: quanto mais este se aproxima, mais prejudicada se torna a comunidade.

Os Xerente estão inseridos no ambiente regional não de um modo passivo, mas reagindo a ele (como, aliás, qualquer outra população humana em contato com acontecimentos novos vindos de fora). O caráter desta reação tem variado ao longo da história, com o modo sob o qual os agentes daquele ambiente regional se apresentaram ou se impuseram aos índios (pacífica ou violentamente, negociando com honestidade ou pra tirar vantagens etc.). Os Xerente já fizeram várias concessões ao desenvolvimento regional (cessão de parcelas significativas do território tradicional para o processo de colonização, cessão de parcelas do território demarcado para estradas, cessão da força de trabalho de seus jovens para o mercado local, etc). Pelo acima exposto, pode-se considerar que o impacto sobre as áreas indígenas será localizado, reversível, temporário, de pequena magnitude e alta relevância. Entretanto, a questão é extremamente delicada e requer a colaboração de planos que tentem minimizar eventuais interferências. (Fonte: Estudo de Impacto Ambiental EIA. Volume III Avaliação de Impactos e Quadros Prospectivos. p.166).

O estudo apontou para a necessidade de se contrabalançar ou transformar os efeitos negativos imediatos em benefícios, apontando para a necessidade do diálogo junto à comunidade como meio de construir programas compensatórios de médio e longo prazo, levando em consideração as vocações e necessidades da comunidade. Neste sentido, Investco, Funai e representantes indígenas assinaram o termo de compromisso que resultou na construção do Programa de Compensação Ambiental Xerente – Procambix, cuja execução se deu a partir de 2002 e envolveu outros órgãos como o Ministério Público Federal e a o Naturatins.

4.1.3 Procambix – Programa de Compensação Ambiental Xerente

Historicamente, os indígenas exploraram o cerrado através de atividades tradicionais como a caça e a coleta de frutos, bem como com as chamadas “roças de toco”. Essas atividades compreendiam, portanto, a posse de um território amplo, como fator necessário para assegurar a subsistência e a reprodução do seu povo. De igual forma, estas atividades produtivas contavam com o ciclo de alternância entre a estação seca, compreendida entre maio e setembro e a estação chuvosa, que vai de outubro a abril.

De Paula (1999), no trabalho “Xerente – Verbete da Enciclopédia dos Povos Indígenas” afirmava que,

[...] as roças localizam-se, em sua grande maioria, nas imediações das aldeias, junto a ribeirões e córregos próximos a matas-galeria. Outro tipo de roça muito utilizada pelos Xerente é feita junto à margem do Rio Tocantins, em quase toda a fronteira oeste do território, ocupando cerca de 12km de extensão. O processo de implementação da maioria das roças (derrubada, queimada, coivara, plantio e colheita) conta com a participação de um determinado segmento residencial (pais, filhos solteiros, filhas casadas e genros), ainda que, em algumas aldeias, sob a liderança do cacique,

organizem-se roças de maior amplitude, que contam com a participação de diversos segmentos residenciais. No primeiro caso, a produção das roças é distribuída entre os membros de um determinado segmento residencial, e no segundo, entre os moradores de toda a aldeia (DE PAULA, 1999, p.3).

Essa realidade começou a se modificar com as mudanças no regime do Rio Tocantins e dos afluentes que banham o território Akwê-Xerente, decorrentes, sobretudo dos grandes projetos hidrelétricos na região, impulsionados pela construção da UHE Lajeado. Tais mudanças criam dificuldades para os povos Akwê-Xerente de realizarem as suas práticas tradicionais. As roças, por exemplo, dependiam sobremaneira do ritmo anual de cheias e vazantes dos cursos d'água, que foram definitivamente modificados com a chegada das grandes obras.

Assim, é possível observar que atividades tradicionais como a pesca, fonte importante de segurança alimentar para os indígenas, veio progressivamente declinando, em razão da construção e operação da UHE de Lajeado. Ademais, junto com esses grandes empreendimentos houve um processo de expansão urbana das cidades vizinhas, com a chegada de uma massa de trabalhadores para essas obras, a abertura e construção de estradas, acompanhada da implementação de projetos agrícolas de grande porte, basicamente voltados para a produção de soja, como o PRODECER III⁶⁴, ocasionando uma pressão sobre o cerrado com a consequente redução de caça disponível. Frente a todas essas pressões os Akwê-Xerente foram pressionados a optar pela criação de gado, atividade esta que impacta o ecossistema da região, mas que ainda assegura uma fonte alternativa para obtenção de carne.

Sobre o impacto desses grandes projetos na região, considera-se importante a afirmação de Mattos (2009), para quem os beneficiários diretos dessas grandes obras são:

O governo Federal interessado em aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola e as exportações visando obter saldos positivos na balança comercial. Este é um dos pontos de sustentação da política econômica implementada com o plano real e presente também nas metas negociadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI); os governos dos Estados da região também interessados em atrair investimentos externos, elevar o PIB

⁶⁴Localizado em Pedro Afonso, município que faz divisa com a terra indígena Akwe- Xerente, na região central do Tocantins, é um dos projetos de colonização colocado em prática pelo Governo do Estado com o apoio financeiro da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). O projeto consistiu na desapropriação de uma área de 43,6 mil ha que foram repassados para 40 produtores de soja (cerca de 1000 ha para cada colono). Foi iniciado em 1997 e vem se transformando desde sua instalação na “ponta de lança” do polo de produção de soja na região Tocantínia. Além de viabilizar a infraestrutura básica necessária à produção e ao escoamento da safra, o governo do Estado avalizou em 50% o risco de sua implantação (REIS, 2015, p. 89)

estadual, gerar divisas e obter apoio político das elites agrárias; os governos dos países consumidores de soja a quem interessa ampliar a área e o volume de soja produzido a baixo custo nos países do hemisfério sul, aumentando a oferta do produto e por consequência, reduzindo o seu preço no mercado internacional a países como Japão. Este é um setor estratégico e relacionado com a sua segurança alimentar o que justificaria o apoio financeiro para os projetos de desenvolvimento tecnológico e atividades produtivas através do Programa de Cooperação Nipo- Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados- PRODECER; os grandes fazendeiros e empresários da soja que encontrarão na região um conjunto de fatores favoráveis a produção e comercialização de grãos destinados ao mercado externo (baixo custo do transporte, da terra e da mão de obra, disponibilidade de recursos naturais e incentivos fiscais oferecidos pelos governos estaduais); os prefeitos dos municípios as margens dos rios e das regiões destinadas ao cultivo de grãos, também interessados na atração de capital externo e elevação da produção e produtividade agrícola com consequente aumento da arrecadação municipal; as empresas empreiteiras interessadas na execução das obras de engenharia e da manutenção do complexo multimodal; e, por fim a elite política da região que vê nos grandes projetos e especialmente nas empreiteiras, uma importante fonte de recursos para o financiamento de suas campanhas eleitorais. (MATTOS, 2009, p. 03)

Acerca da construção da Usina Hidroelétrica de Lajeado, que posteriormente passou a ser oficialmente chamada de UHE Luís Eduardo Magalhães, considera-se relevante destacar que o empreendimento, localizado nos municípios de Miracema e Lajeado, possui reservatório que atingiu também outras localidades, como Brejinho de Nazaré, Porto Nacional e Ipueiras, municípios localizados aos arredores de Palmas, capital do Estado.

A obra, conforme destacou Silva Júnior (2005, p. 79) foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação de massa, ressaltando-se além da sua grandiosidade, os aspectos positivos, relacionados à sua importância estratégica para o desenvolvimento do Estado e do País, destacando ainda todos os cuidados ambientais estavam sendo tomado, o que criou um clima altamente favorável no seio da sociedade para o início do empreendimento.

O trabalho de campo desenvolvido para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) permitiu a identificação da “existência de 1.239 estabelecimentos rurais, que abrigavam um contingente de 997 famílias, 584 empregados permanentes e 489 empregados temporários” (Silva Júnior, 2005: 79). Vale destacar ainda, que o eixo da barragem ficou localizado a uma distância de apenas 15km do território Akwê-Xerente, daí os fortes impactos vividos por esse povo.

A despeito de suas terras não terem sido alagadas são evidentes as mudanças ocorridas nos cursos d'água com os quais mantinham íntima relação, bem como as

pressões geradas pelo incremento populacional acarretado pela atração que uma usina hidrelétrica exerce para diversos segmentos em busca de oportunidades de trabalho.⁶⁵

Diante desse contexto, os Akwê-Xerente com os movimentos sociais com atuação na região, passaram a requerer alguma compensação pelas mudanças que afetavam diretamente os seus modos tradicionais de viver e se relacionar com o mundo. Assim, no âmbito do processo de licenciamento ambiental para a construção da UHE de Lajeado, foi elaborado o Programa Básico Ambiental (PBA) para a Comunidade Indígena Akwê-Xerente.

Esse programa elencou como uma de suas ações imediatas a realização de um diagnóstico étnico-ambiental, cujo trabalho foi realizado por pesquisadores ligados à ONG Operação Amazônia Nativa (OPAN) e ao Grupo de Estudos da Região Amazônica (Gera), instituições indicadas e selecionadas pela Funai. Foi a partir deste diagnóstico que se elaborou o documento contendo as linhas gerais do Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix). Após um período de intensos debates e negociações, a Funai e a Investco⁶⁶, consórcio responsável pela construção da Hidroelétrica de Lajeado, assinaram um convênio e um termo de compromisso, com anuência do Ministério Público Federal (MPF), estabelecendo o fornecimento de R\$ 10 milhões, divididos em parcelas anuais, corrigidas conforme os índices inflacionários, ao longo de oito anos, de 2002 a 2009 (SANTOS, 2015, p.203).

Desse modo, o PROCAMBIX – Programa de Compensação Ambiental Xerente, foi desenvolvido com a finalidade de indenizar a população indígena Akwê-Xerente,

⁶⁵ À título de exemplificação sobre o impactos dessas obras nos municípios e comunidades por elas impactados, o Relatório “As grandes obras de infraestrutura e a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Estado do Tocantins, produzido pelo Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, em 2013, informou, que o Estado do Tocantins é hoje um dos grandes pontos de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Com isso, atrai e recebe um grande fluxo de trabalhadores, que vem em busca de empregos, muitas vezes temporário. Esse aumento populacional não planejado produz uma rápida urbanização irregular e precária, a vulnerabilização de assentamentos já consolidados e a destruição de cadeias produtivas tradicionais. Estes processos concorrem para o aumento dos casos de homicídios, estupro, exploração sexual, trabalho infantil, subnotificação do registro de nascimento, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, drogadição, precarização do trabalho entre outras violações. Ainda a título de exemplificação, o município de Pedro Afonso aparece em 1º lugar no ranking das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, seguido de Palmas. Segundo o Conselho Tutelar de Pedro Afonso, um dos principais motivos de violência é o alto índice de crianças e adolescentes em situação de drogadição e exploração sexual, problemas que concretamente ocorrem em locais impactados por grandes empreendimentos. (OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS/CEDECA; 2013)

⁶⁶ Consórcio formado por CELTINS, Companhia Energética de Brasília (CEB), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema (EEVP), Energias de Portugal (EDP) e Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE)

localizada predominantemente à margem direita do rio Tocantins, cujo barramento para a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, atingiu efetivamente e de forma marcante o modo de vida dessa população.

Iniciada a construção da barragem nos anos de 1990, a obra foi concluída no ano de 2001. Conforme já destacado, provocando impactos socioambientais significativos para o povo Akwẽ - Xerente ao regular o regime de cheias do rio e prejudicar o plantio e cultura em áreas de vazante, dificultando ainda o trabalho de pesca.

A compensação ambiental esta definida na Lei de Licenciamento Ambiental que propõe a compensação ambiental onde a construção de empreendimentos modificou meio ambiente e os modos de vida das comunidades locais. Conforme Lei n.º. 9.985, de 18 de julho de 2000,

Art. 36 - Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º - O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º - Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação. § 3º - Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

Fonte (<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Lei-Federal-9985-00.pdf>)

Apresentado como o objetivo de levar desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental ao povo Akwẽ-Xerente, o Procambix foi resultante de um termo de compromisso firmado entre a Investco e a Funai. O programa, que previa o valor de R\$ 10 milhões a serem investido em diversos programas, dividiu a aplicação do recurso em dezesseis parcelas semestrais a serem pagas em oito anos, corrigidas pelos índices inflacionários do período de 2002 a 2009. Nesse período, o montante pago chegou aos dez milhões e cento e cinco mil reais. A aplicação dos recursos se baseou em projetos voltados para a cultura, segurança alimentar e geração de renda.

Dentre os projetos voltados para a cultura destaca-se a construção da casa da

cultura Akwê-Xerente para incentivar a produção e comercialização e exposição do artesanato e difusão da cultura dos Akwê-Xerente. Vários projetos apresentavam como finalidade garantir renda e alimentação para a população Akwê-Xerente. Dentre eles, destacou-se a implantação de projetos de agricultura mecanizada, em substituição à roça de toco, para o plantio de arroz, feijão, milho e mandioca e ainda a possibilidade de comercialização da produção excedente. Outro projeto orientado foi o da inserção de animais domesticados pelos não índios, como a criação de gado e de galinhas, além da implantação de projetos de pisciculturas.

Outra característica do Procambix esteve relacionada com a proteção do meio ambiente, incluindo o projeto de zoneamento da terra indígena que pretensamente objetivava a capacitação dos índios para as práticas conservacionistas, de monitoramento e preservação ambiental de seu território⁶⁷. O plano previa ainda o direcionamento adequado dos projetos para que a abertura de áreas para a agricultura mecanizada se desse de forma a não prejudicar as várias micros bacias existentes dentro do território.

Após a conclusão em 1996, do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA, adotou-se uma metodologia que previu o parcelamento do investimento em oito anos e a construção de planos anuais de trabalho que efetivou a redistribuição de recursos conforme relatório do resultado apresentado no ano anterior. Tal forma de trabalho permitiu não só a avaliação dos resultados obtidos até então, como a determinação de diretrizes, metas e adequações a serem alcançadas com base na execução do programa como um todo.

Com o parcelamento do investimento e a construção dos planos anuais de trabalho, obteve-se como objetivo geral,

Implementar no ano 2002 ações que venham a mitigar e compensar aos Xerente quanto aos impactos decorrentes do funcionamento da UHE Luiz Eduardo Magalhães - Lajeado, garantindo-lhes a sobrevivência física, cultural e a integridade física e ambiental das Terras Indígenas Xerente e Funil.

(Fonte: Plano Anual de Trabalho 2002 – Procambix)

Quanto aos objetivos específicos, preconizou-se,

⁶⁷ As chamadas etnociências, campo interdisciplinar que estuda as relações que se estabelecem entre as sociedades tradicionais, aborígenes, camponesas etc. e o mundo natural, tem evidenciado em suas pesquisas que os conhecimentos tradicionais adquiridos por estas populações podem ajudar os cientistas e pesquisadores a solucionar problemas comunitários ou relacionados às práticas conservacionistas. A esse respeito ver: DIEGUES, Antônio Carlos (org.) Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. São Paulo, 2000.

- Reduzir impactos ambientais decorrentes da implantação da UHE;
- Garantir a sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas;
- Viabilizar a geração de excedentes de renda;
- Garantir a integridade das Terras Indígenas Xerente e Funil;
- Viabilizar o processo de fortalecimento da organização interna dos Xerente;
- Fortalecer procedimentos educacionais;
- Fortalecer a cultura Xerente;
- Preparar os Xerente para sua inserção e adaptação no contexto desenvolvimentista decorrente da implantação e funcionamento da UHE.

(Fonte: Plano Anual de Trabalho 2002 – Procambix, p. 4)

Assim, em linhas gerais, o programa previa garantir segurança alimentar ao povo Akwê-Xerente com a inserção da agricultura mecanizada, da criação de animais domesticados pelo não índio, como a galinha, o gado e o porco, bem como a manutenção de suas tradições culturais. Observa-se aí uma preocupação inicial com a segurança alimentar da população Akwê-Xerente, de forma que uma das principais queixas daquela população nos dias atuais refere-se aos problemas causados pelo barramento do rio, como a falta de peixes e a inexistência das vazantes do rio que garantiam o plantio das chamadas roças de toco⁶⁸.

Com a conclusão do EIA-RIMA e o resultado do diagnóstico etnoambiental pelas equipes designadas, foram estabelecidos os parâmetros para a construção dos anteprojetos com base nos temas antropologia, agroecologia, saúde, educação e zoneamento.

Na área da antropologia destacou-se a realização de oficinas para a capacitação de lideranças e formação de associações como meio de monitorar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos, oferecendo, através de oficinas e cursos, noções de legislação e gestão. Outro projeto relacionado à área antropológica foi a criação da Casa da Cultura Akwê, objetivando divulgar a expressão cultural Akwê-Xerente promovendo entre outros, a comercialização do artesanato com base no capim dourado. Embora não se tenha notado mudanças importantes neste sentido nos dias atuais, o projeto já reconhecia as dificuldades enfrentadas pelo povo Akwê-Xerente em relação ao convívio com o não índio, especialmente em Tocantínia, aglomerado urbano mais próximo:

O estigma e o preconceito marcaram historicamente as relações entre a sociedade regional e os Xerente. Os valores culturais e os direitos da população indígena são negados, visto como atraso, bizarrice ou obstáculo ao

⁶⁸ Roças de Toco: prática tradicional de preparo da área para plantio com a derrubada, queimada, e coivara para plantio.

desenvolvimento regional. Os Xerente são alvo da intervenção e do proselitismo de várias instituições, além das influências ideológicas difusas em razão de seu envolvimento crescente na vida social e econômica da região. (Fonte: Diagnóstico Etnoambiental das terras Xerente e Funil. Operação Amazônia Nativa – OPAN, Núcleo de Estudos e Pesquisa do Pantanal, Amazônia e Cerrado – Gera/UFMT, p. 3)

Em relação ao zoneamento, o projeto previa o controle da integridade das terras indígenas, diminuindo a pressão sobre os recursos naturais, fiscalizando a pesca e a caça predatória, extração ilegal de madeira e uso de defensivos agrícolas no projeto de roça mecanizada. Previa ainda o controle e o combate aos incêndios com a capacitação dos indígenas e a formação de brigadas de incêndio. Entre outros projetos previstos estavam o da piscicultura, fomentando a construção de tanques para criação de peixes, e o de desenvolvimento da apicultura. Neste último, foi previsto a difusão da apicultura como fonte de renda alternativa, com o manejo de abelhas silvestres.

No grupo agroecológico, foi previsto um projeto de quintais domésticos, enriquecidos com árvores frutíferas de espécies como manga, mamão, limão, laranja, goiaba, coco, tangerina, entre outros. Conforme já sinalizado, anteriormente, dentre os projetos destacava-se como um dos principais projetos o das roças mecanizadas em meio às tradicionais roças de toco.

Tratava-se, de acordo como o Plano Anual de Trabalho de 2002, de um projeto vital, uma vez que tinha como objetivo aumentar a oferta de alimentos, implantando o modelo de roça em todas as aldeias, permitindo a venda da produção excedente e a capacitação técnica dos indígenas para as novas técnicas e para a manutenção e conservação de máquinas e equipamentos. Outros projetos como o aproveitamento dos recursos de extrativismo alimentar e a construção de centros de preservação e propagação recursos genéticos foram previstos.

Como destaque para este último, foi idealizada a construção de viveiros de mudas nativas e frutíferas, cujas mudas e sementes seriam distribuídas às comunidades para a propagação nos quintais.

Na área da saúde o programa previa inicialmente a capacitação de recursos humanos para a prestação de serviços de saúde aos Akwê-Xerente, bem como de professores indígenas para atuar na educação em saúde a serem desenvolvidas nas aldeias. Foi previsto também a criação de oficinas sobre distritalização e atenção à saúde indígena com a participação da Funasa e ONGs. Observaram-se ainda propostas que previam a estruturação do sistema de saneamento básico, monitorando a qualidade

da água e orientando a comunidade em relação à destinação de dejetos e lixo.

Quanto à educação, foram criadas propostas como o fortalecimento ao projeto de formação de professores indígenas e o programa de atendimento à escolarização Akwẽ-Xerente. Dentre as metas, foi destacada a formação em nível médio de todos os professores indígenas preferencialmente em nível de magistério, a capacitação do corpo técnico de educação escolar, a avaliação da infraestrutura das escolas, a regularização das 25 escolas até então existentes e a criação do Conselho de Educação Escolar Indígena para efetuar o acompanhamento das ações.

Além das áreas acima e compondo a segurança alimentar, foi estabelecida ainda a introdução de animais domesticados, como a criação de bovinos, suínos e galinha caipira. Para isso, houve previsão de recursos para a distribuição de matrizes e formação de pastagens artificiais, cercas, currais e construção de granjas, Figura 4.

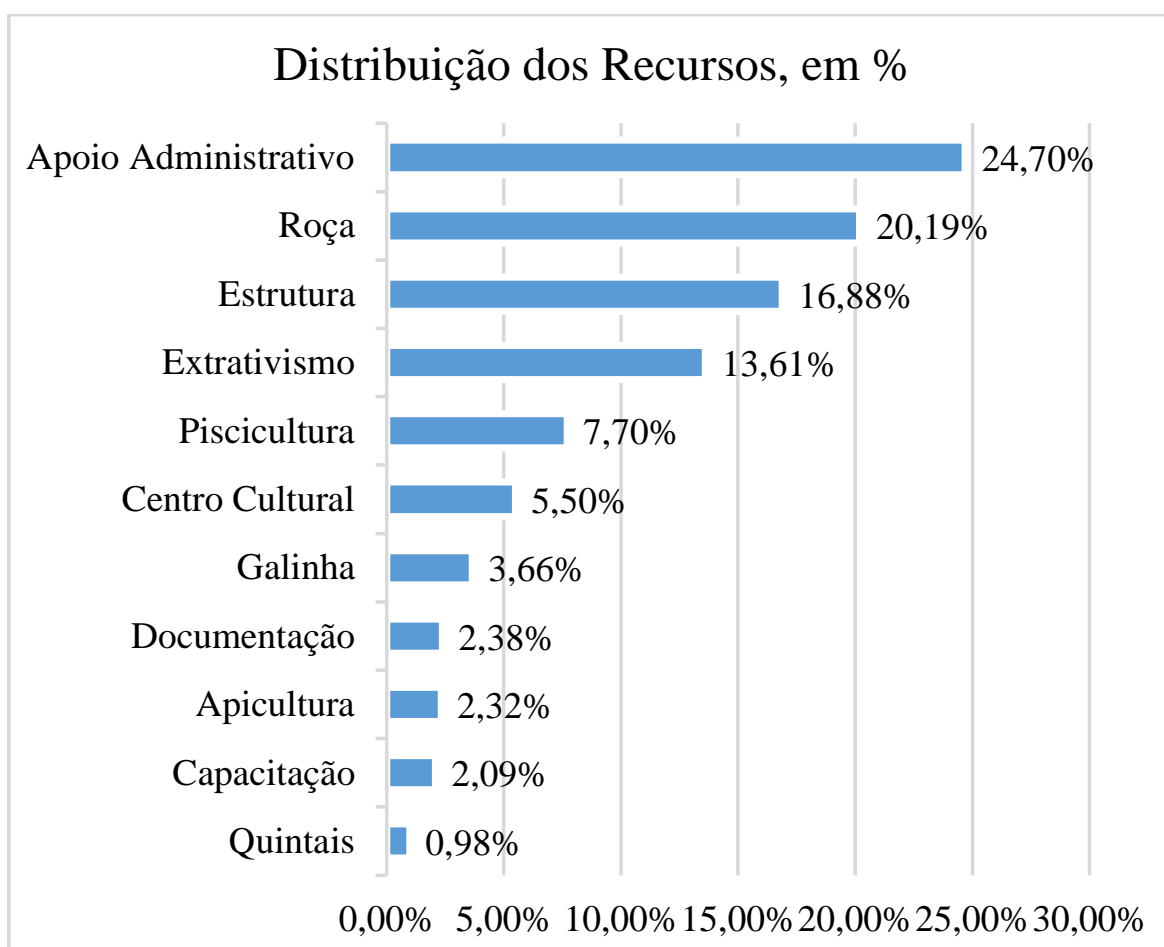


Figura 4: Distribuição de recursos do Procambix

Fonte: Diagnóstico Etnoambiental e Pesquisa do Pantanal, Amazônia e Cerrado – Gera/UFMT de 2000, e dados do DISEI-TO, organizado pela pesquisadora, outubro de 2016.

A Figura 4 demonstrou a forma como os recursos foram distribuídos a partir do

projeto inicial do Procambix. Observou-se que a maior parte dos recursos foram distribuídos para o apoio administrativo e estrutura, cujo montante somado ultrapassou o percentual de 40%. Com o objetivo de garantir o funcionamento das atividades programadas houve preocupação em distribuir os recursos de forma a estruturar a base, adquirindo equipamentos como veículos e máquinas, móveis e equipamentos, Tabela1.

Procambix - QUADRO CONSOLIDADO EM PERCENTUAIS E VALOR TOTAL										
PROJETO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL/MÉDIA	TOTAL EM R\$
Apoio Administrativo-Operacional	12,79	21	26,24	26,24	26,24	26,24	26,24	31,49	24,70	2.495.935,00
Projeto de Galinhas	12,31		8,40		8,55	8,55			3,66	369.843,00
Projeto de Piscicultura		22,55	7,33	6,81	10,75	10,75	6,81		7,70	778.085,00
Projeto de Quintais				3,93			1,38	1,39	0,98	99.029,00
Centro Cultural	14,84		4,12	4,12	4,12	4,12	6,44	6,20	5,50	555.775,00
Estruturação da base	26,95	23,63	20,62	20,62	9,90	9,90	5,77	6,93	16,88	1.705.724,00
Projeto de GCM + EDAMB + Extrativismo	19,79	10,90	9,89	14,31	13,14	13,14	12,37	14,84	13,60	1.374.280,00
Registro e documentação	2,06	2,09	1,48	2,06	2,47	2,47	3,88	2,97	2,38	240.499,00
Projeto de Roça Mecanizada	7,88	17,52	21,90	21,90	21,94	21,94	22,68	25,73	20,19	2.040.199,50
Projeto de Apicultura e Meliponicultura							11,54	6,98	2,32	234.436,00
Projeto de Capacitação	3,38	2,31			2,89	2,89	2,89	3,46	2,09	211.194,50
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	10.105.000,00

Tabela 1: Distribuição de recursos do Procambix

Figura 02. Fonte: Diagnóstico Etnoambiental das terras Xerente e Funil. Operação Amazônia Nativa – OPAN, Núcleo de Estudos e Pesquisa do Pantanal, Amazônia e Cerrado – GERA/UFMT, 2000, organizado em outubro de 2016 pela pesquisadora.

Conforme Tabela 1, verificou-se que o Procambix previa a distribuição de recursos ao longo dos oito anos de projeto de forma a contemplar a maior parte, relacionada à estruturação, nos quatro primeiros anos de aplicação. Quanto ao apoio administrativo operacional tratou-se de dividir os recursos de forma mais equitativa ao longo do período, uma vez que a maior parte dele seria para a contratação de pessoal e capacitação.

Apesar da diversidade de ações do Procambix, o subprojeto que mais criou expectativa entre os indígenas diz respeito às roças mecanizadas. O próprio programa destinou um dos maiores percentuais de recursos para as roças, cujo percentual chegou aos 20% e ultrapassou os 2 milhões de reais distribuídos pelos oito anos de atividades.

Mesmo nos dias atuais quando o tema Procambix foi tratado nas entrevistas, os indígenas lembravam-se prioritariamente do projeto das roças. É aí que se encontra a principal mudança no modo de vida dos indígenas Akwê-Xerente, o controle da vazão do Rio Tocantins significaria o fim da vazante e, conseqüentemente, o fim da prática do plantio nas áreas alagadas, restando apenas o plantio em terra firme, cujo resultado da colheita depende muito da regularidade do ciclo anual das chuvas.

O plantio da roça tradicional de toco demanda conhecimentos dominados pelos mais velhos, cuja participação se estende a todos os membros da família, de forma bastante harmoniosa. Conforme relatou o cacique da aldeia Varjão, localizada às margens do Tocantins,

[...] no tempo em que eu me entendia que acabei de crescer, a gente vive do jeito que a gente está vivendo agora, vivia trabalhando né, a gente colocava a roça, meu pai e meu avô colocava a roça e eu comecei a trabalhar desde pequeno. Nesse tempo era bom para a gente, porque quando a gente plantava, derrubava e depois coivarava e nesse tempo não era só o homem que trabalhava não, as mulheres também trabalhavam na roça.

Depois que a gente cortava, as mulheres iam atrás coivarando e depois ia plantando, a gente plantava de facão, fazia as covas de facão e as mulheres iam jogando arroz atrás. Depois apareceu a enxada, depois que conhecemos a enxada a gente foi plantando do mesmo jeito, cavando com a enxada na frente e as mulheres jogando, e as crianças desse tamanho aqui a gente fazia um rodo de madeira com uma forquilha e as mulheres iam jogando arroz e as crianças tampando. E depois para colher a gente colhe tudo unido, a gente se unia, muita gente para comer aquele arroz de mão. Essa roça é de todos e a gente dividia. Então é isso que a gente vivia.

De primeiro a gente fazia a festa quase todo mês, nesse tempo a gente trabalhava e plantava muito com mandioca e arroz, batata inhame tudo a gente tinha e fazia a festa com essa comida da roça. Para fazer a festa hoje precisa de dinheiro. Vai acabar com a nossa cultura e eu não quero que acabe, temos que trabalhar para fazemos nossa festa.

Eu participei das discussões da hidrelétrica, quando não tinha a hidrelétrica, tinha vazante. O rio enchia, e depois quando descia ficava tudo limpo mesmo, ficava só a lama, aí a gente ia e plantava fumo, todo tipo de fruta a gente plantava na vazante, não tinha mato do jeito que está aí agora. Hoje

depois que construíram essa barragem acabou tudo, não tem mais peixe, e não tem mais como plantar na vazante. Ninguém planta mais, plantam um pouquinho de feijão e milho, porque o mato não deixa. O rio não sobe mais, no inverno o rio enchia muito ficava vermelhinho e quando baixava deixava vazante limpa e a gente plantava e o mato não saía, e agora o rio não enche mais, está mais parecendo água mineral, branquinha, não tem mais jeito de trabalhar na vazante não, acabou (Antônio, ancião e cacique da aldeia Varjão, maio 2016).

Dentre os alimentos consumidos pelos indígenas provenientes de suas roças de toco, destacam-se o arroz, o milho, mandioca e algumas espécies de feijão. Como destaque, o projeto previa prioritariamente o plantio de arroz e milho, sendo obrigatória uma relação com outros subprojetos. O milho, por exemplo, tinha como destino não apenas a alimentação humana, mas também a alimentação das galinhas do projeto. Já o esterco das galinhas teria como destino a adubação das árvores frutíferas a serem plantadas nos quintais. Conforme previa o projeto,

Será adotada a metodologia do aprender fazendo, onde os técnicos agrícolas vão prestar a assistência técnica necessária, cabendo à família interessada a responsabilidade de cuidar no decorrer do tempo para que o projeto se amplie. A comunidade deverá, já no primeiro curso de capacitação, ser orientada a destinar parcela de sua produção de milho para a manutenção do projeto, pois a partir do segundo ano, somente serão fornecidas sacas de milho em caráter excepcional. Deve-se orientar também para o aproveitamento dos dejetos como adubo para os quintais. (Fonte: Procambix, Plano Anual de Trabalho, PAT 2002, p. 28)

O segundo projeto, mais lembrado nas entrevistas é o da criação de galinhas. Sempre lembrados por todos como “galinha de bico cortado”. Tratava-se de galinha caipira melhorada, de bico curto, espécie não habituada a obter sua alimentação no meio ambiente e que, de acordo com os indígenas, acabaram morrendo ou tiveram que comê-las devido ao não fornecimento de ração, como previa o próprio projeto,

[...] O apoio que nós tivemos foram as maquinas, veio o trator. O Procambix realizava o trabalho para nós na correria, não era assim que estava no papel, não deu futuro nenhum para nós até hoje”. O gado que eu recebi foi 5 cabeças, pois nós éramos poucos na aldeia, e hoje nós temos 10 cabeças, eu comprei também cinco cabeças, era para nós ter 22 cabeças, mas morreu 6, morreu muito gado devido que eles comeram erva. Também recebemos galinhas no Procambix, mas também não deu certo, a galinha do pico cortado nós não sabíamos cuidar, quando dava doença, morreu muito. O dinheiro do Procambix foi mal torrado (Cacique A. Entrevista janeiro de 2016)

[...] No projeto Procambix aqui também teve a criação de galinha, não deu certo, pois ninguém cuidou bem, não tinha ração, e elas morreram e também comemos elas. (Cacique B. Entrevista janeiro de 2016.)

[...] nós analfabeto, os velhos são com crianças, as pessoas que mexem com a caneta, as pessoas mais estudadas esses que estão por dentro né? Os que estão a nossa frente, eles não foram direitos. Criou isso ai oh, Procambix, isso ai comeu muito dinheiro, foi motorista, computador, uma coisa e outra, com esse dinheiro que não era nem pra ser feito lá, era pra ser feito aqui nas

aldeias. As coisas que era para ser feito aqui na aldeia que a gente precisa, foi gastado para lá, com petróleo e não sei mais o quê [...]Nós recebemos um pouco de gado. A roça mecanizada nós tivemos, mas acabou porque o dinheiro acabou. A granja aquilo ninguém fala mais não, foi só começar. Porque foi um negócio complicado errado, não podia nem ter feito aquilo, não tem futuro nenhum aquilo. Porque há tanto erro para gente cuidar, como que a gente vai cuidar, é remédio e ração, tem que ter o maior cuidado, e quem é que tem essa paciência para fazer isso (Cacique C, em entrevista em fevereiro de 2016).

Em sua maioria as manifestações dos indígenas acerca dos projetos foram de não terem conseguido levar para frente os projetos, justificando que tinham custos para manutenção. Na verdade perceber-se a inequação de projetos que não relacionavam-se com o modo de vida e as práticas culturais.

Em relação às roças mecanizadas estas foram projetadas para todas as aldeias existentes à época e suas dimensões definidas conforme o número de famílias de cada aldeia. Conforme Tabela 2, a proporção foi de 0,75 hectares por família. Assim, a aldeia Funil com maior quantidade de famílias à época, 65 no total, obteve 48,75 hectares de roça, por exemplo:

Tabela 2: Proporção de hectares por família

Aldeias	Famílias	Área (ha)	Aldeias	Famílias	Área (ha)
Aldeia nova	11	8,2500	Novo horizonte	6	4,5000
Aldeinha	8	6,0000	Paraiso	10	7,5000
Baixa funda	7	5,2500	Porteira	43	32,2500
Karehú	4	3,0000	Recanto Krite	14	10,5000
Bela vista	12	9,0000	Recanto do agua fria	4	3,0000
Boa esperança	12	9,0000	Rio preto	5	3,7500
Boa fé	11	8,2500	Riozinho	11	8,2500
Bom jardim	11	8,2500	Salto	50	37,5000
Brejinho	3	2,2500	Sangradouro	7	5,2500
Brejo comprido	17	12,7500	Santa fé	5	3,7500
Brupré	15	11,2500	Santo Antônio	7	5,2500
Cabeceira do agua fria	12	9,0000	Serrinha	15	11,2500
Cercadinho	10	7,5000	Rio sono	27	20,2500
Funil	65	48,7500	Traíra	11	8,2500
Jenipapo	8	6,0000	Vão grande	7	5,2500
Lajeado	11	8,2500	Varjão	6	4,5000

Mirassol	18	13,5000	Zé Brito	10	7,5000
Morrinho	7	5,2500	TOTAL	480	360,0000

Fonte: Procambix – Dados obtidos no PAT – Plano Anual de Trabalho 2004, organizada pela pesquisadora, outubro de 2016.

4.1.4 Tensões e críticas ao Procambix

As críticas dos indígenas e organizações de apoio a estes, ao programa foram extensas, especialmente em relação à burocracia e aos resultados alcançados abaixo do esperado, principalmente em relação às roças e à criação de galinhas. Contudo os esforços para sua renovação a partir de 2010 também foram extensos. Inúmeras foram as reuniões entre lideranças indígenas, Funai, Investco, Naturatins e Ministério Público em busca de um acordo de prorrogação/renovação. No decorrer do projeto, várias reclamações foram feitas em relação ao andamento do projeto e em relação à burocracia. Uma delas, em 25 de julho de 2007, assinada por mais de 40 caciques das aldeias e protocolando o Ofício 003 CACIQUES/2007 na Procuradoria da República do Estado do Tocantins, onde o principal questionamento diz respeito ao atraso e a lentidão no andamento dos projetos. Com o repasse dos recursos da Investco para a Funai, eles reclamaram que o dinheiro privado teria se tornado público, o que aumentara significativamente a burocracia. (Ofício 003 CACIQUES/2007)

Embora os recursos tenham sido aplicados em sua totalidade, os resultados alcançados nem sempre foram os previstos no projeto inicial. Muitas vezes, o atraso resultante da própria burocracia fez com que roças fossem plantadas fora da época adequada, comprometendo o resultado da colheita. Projetos como o da piscicultura e o da criação de galinhas não teve o adequado acompanhamento e, por falta de fornecimento de ração, acabaram extintos.

Em julho de 2009, a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GTZ avaliou o programa através de um convenio com a Funai. A avaliação destacou que a eliminação do sistema de vazante e a alteração da fauna foi o principal impacto da construção da usina, relacionando-os à segurança alimentar da comunidade indígena. A avaliação relacionou a alimentação como “condição básica para a reprodução social” além da forte tradição cultural alimentar e do manejo dos recursos naturais para a

alimentação e produção de utensílios⁶⁹. Em outubro de 2009, foi elaborado um parecer técnico pela Funai objetivando avaliar o programa e subsidiar a negociação pela renovação do programa. Como resultado, o parecer técnico concluiu que,

A execução do programa tem alcançado resultados consideravelmente satisfatórios em relação aos seus objetivos e sua principal deficiência está diretamente relacionada à segurança alimentar, que por sua vez está relacionada aos principais impactos da operação da UHE nas áreas indígenas, conforme Estudo Etnoambiental e apontamentos da Avaliação dos Projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Compensação Ambiental Akwê-Xerente. Essa última relação estaria ocorrendo devido à eliminação das áreas de vazante, a diminuição das roças de toco e a baixa produção e diversificação provenientes das roças mecanizadas. Dessa forma entende-se pertinente a inclusão de condicionantes na Licença de Operação referentes à elaboração dos estudos de impactos no território após o início da operação da UHE, assim como a possibilidade de renovação do convenio entre a Funai e a Investco, mediante a conclusão dos estudos de impacto e a revisão do programa, considerando as recomendações exaradas em sua avaliação, tendo em vista o fortalecimento da estrutura de gestão territorial (Fonte: Ofício nº 314/2009 – GABIN/IBAMA/TO de 13 de novembro de 2009).

Do projeto, restam hoje apenas algumas cabeças de bovinos criados soltos no cerrado e que tem se multiplicado aos poucos, apesar das constantes queixas em relação ao gado que, eventualmente, destroem as roças. É possível encontrar ainda como resultado do projeto, carcaças de máquinas agrícolas e as lembranças positivas e negativas presente na mente dos indígenas que viveram o período do programa, Figura 5.



Figura 5: Maquinário do Procambix abandonado na aldeia Rio Sono
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisa 2016

⁶⁹ A esse respeito ver também: SCHMIDT, Rosana. Nossa cultura é pequi, frutinha do mato: um estudo sobre as práticas alimentares do povo Akwe;. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

Observa-se que a proposta original do Programa preconizava a garantia de condições para o alcance da sustentabilidade por parte dos indígenas, com destaque para as atividades produtivas. Contudo, o enfoque nas roças mecanizadas, prescindia de investimentos vultosos em maquinário e insumos, o que nem sempre ocorria em compasso com as necessidades dos indígenas relacionados ao tempo de preparo do solo e plantio. Como alternativas produtivas, o Procambix, apresentava ainda,

[...] uma série de projetos alternativos, visando fomentar atividades como piscicultura, bananicultura e apicultura. Eram poucos os caciques que se interessavam por tais atividades: a maioria preferia trocá-los pela pecuária, o que se justificava tanto pela necessidade de encontrar fontes de proteína que substituíssem a caça, reduzida no território Xerente, como por uma maior facilidade de manejo.

Assim, do ponto de vista produtivo, pode-se verificar que não foram expressivos os resultados alcançados pelo Programa. Ao contrário, parecem indicar uma maior fragilização das condições de reprodução da própria existência. Outro aspecto que gerou muitas tensões entre os indígenas, refere-se à seleção dos indígenas para a composição do Conselho Gestor do Procambix, formado por seis representantes indígenas, e um membro das seguintes instituições: Ibama, Investco, Funai, Naturatins, MPF e Sociedade Civil.

Considerando-se as divisões políticas inerentes à própria organização social Xerente, eram comuns os questionamentos em torno da representatividade dos referidos conselheiros, em muitos casos tidos como parciais, por apenas representarem os interesses de suas aldeias, ou ainda, desinteressadas em reivindicar ações que beneficiem sua aldeia. De acordo com Santos (2015),

Cada conselheiro possuía também um suplente, sendo comum a ocorrência de conflitos entre este e o titular, uma vez que nem sempre há clareza quanto aos direitos e deveres de cada um na estrutura organizacional do órgão deliberativo. Quanto aos representantes institucionais, a seleção geralmente era feita pelos dirigentes dos órgãos a partir de afinidades pessoais e/ou profissionais com a questão indígena. Havia, todavia, mudanças constantes nas representações de Naturatins e IBAMA, e uma notável ausência dos “representantes da sociedade civil” (SANTOS, 2015, p.212).

Nesse contexto, destacava-se ainda, a tensão entre as lideranças tradicionalmente legitimadas, dos caciques, e as novas lideranças que iam surgindo. Mesmo participando do processo de escolha dos conselheiros, eram comuns as cobranças dos caciques em relação à atuação das novas lideranças, muitas das vezes cobrando dos conselheiros ações que não necessariamente podiam ser resolvidas ou executadas pelos conselheiros.

Todos esses elementos tensionadores da execução do Programa evidenciaram o descontentamento dos indígenas e suas organizações de apoio com os mecanismos da burocracia estatal, de modo especial em relação à forma de administração e aplicação dos recursos financeiros. Acreditava-se, contudo, que uma formação para os conselheiros poderia ser a solução para esses problemas.

Contudo, foi possível observar nas entrevistas e documentação estudada para este trabalho que a articulação com outros espaços de poder (instituições públicas), se davam muito mais pelas entidades do que pela participação direta dos indígenas, sendo estes considerados apenas e exclusivamente, como beneficiários do Procambix.

Uma segunda observação diz respeito ao entendimento de que os conselhos, enquanto órgãos colegiados, ao se apoiarem numa concepção consensual de participação, naturalizam o embate político entre interesses diversos em vez de politizar os conflitos sociais. Assim, nessa linha de pensamento, um terceiro elemento que merece menção relaciona-se ao fato de que, dentro de uma perspectiva consensual, planejamento e gestão acabam resultando numa identidade territorial reificada que corrobora para formas específicas de organização territorial, sem questioná-las, às quais, por sua vez, reforça a centralidade das instituições criadas para operarem o Programa.

Uma última observação em relação à participação diz respeito ao fato de que contribuiu apenas para representantes das aldeias para participar dos espaços colegiados, o Procambix, contribuiu tão somente para formar e incluir uma pequena parcela dos indígenas, de forma acrítica, no estabelecimento das ações do Programa.

No que tange aos resultados esperados com o Procambix – ou seja, a redução dos impactos ambientais decorrentes da implantação da UHE, a garantia da sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, a viabilização da geração de excedentes de renda; a garantia da integridade das Terras Indígenas Xerente e Funil; a viabilização do processo de fortalecimento da organização interna dos Xerente, o fortalecimento da educação e da cultura Xerente, e sua inserção e adaptação no contexto desenvolvimentista em decorrência da construção da UHE de Lajeado, constituiu-se de fato, muito mais como uma estratégia de subordinação e controle social dos indígenas, e não como um processo de inclusão dos indígenas nas tomadas de decisões sobre seus destinos.

Depreende-se destas observações que a gestão do Procambix, ocorreu de forma verticalizada, de cima para baixo, das instituições executoras, Funai e Investco, em direção aos indígenas, servindo apenas para determinar a atuação dos indígenas, por

meio do controle social. Outro resultado do Procambix que merece destaque refere-se ao incremento da criação de novas aldeias, após tensionamentos e desavenças entre as diferentes lideranças e indígenas. Conforme apontou Santos (2015, p.213),

É sabido que a lógica faccionalista que rege a organização social Xerente favorece a criação de novas aldeias, situação comum após desentendimentos e conflitos de diferentes ordens (familiares, políticos, produtivos etc.). Contudo, a implementação do Procambix fomentou um incremento ainda maior neste processo, que já vinha se intensificando em virtude do aumento populacional ocorrido nas últimas décadas, após a homologação das áreas indígenas e a consequente melhoria nas condições sanitárias e alimentares. Com a possibilidade de cada comunidade, através de seu cacique, definir os tipos de atividades produtivas aos quais queriam se dedicar, muitas famílias extensas ou pequenos conjuntos destas optaram por abandonar suas aldeias de origem, criando novos núcleos populacionais (SANTOS, 2015, p.213).

A compensação ambiental não cobre as perdas imateriais, pelo contrário, traz outras realidades que ameaçam a sobrevivência e a sua continuidade em seus territórios. A incorporação de grandes latifúndios em regiões carentes de serviços públicos de qualidade para população, apenas confirma o desenvolvimento desigual e injusto produzido pela lógica capitalista. Em suma, as populações ditas tradicionais possuem “[...] perfeita consciência dos obstáculos que lhes ameaçam a continuidade, que limitam a capacidade de reprodução [...] de um lado e, de outro lado, o jogo das forças de transformação operando em seu seio e no campo de suas relações exteriores [...]” (BALADIER, 1976, p. 35).

Nos mapas construídos pela pesquisa pode-se observado as divisões/expansão das aldeias no processo de implementação dos projetos do Procambix, o Mapa 3 traz o números de aldeias em 1999 antes da construção da Hidrelétrica, já o Mapa 4 apresenta o número atual de aldeias no Território dos Akwẽ-Xerente, houve um aumento significativo de aldeias após a construção da Hidrelétrica que indica que os projetos do Procambix, foi um dos fatores importantes para esta reorganização do território indígenas, o Mapa 5 apresenta as aldeias que receberam os projetos do Procambix, este mapa foi organizado com o números de aldeias atuais, destaca-se no mapa apenas as aldeias que tiveram a realização dos projetos. Esclarece que as aldeias que não receberam projetos que estão apresentados no mapa são aldeias criadas posteriores ao Procambix, ou que no período as famílias já tinham participado dos projetos em outras aldeias.

O Procambix contribuiu para as divisões/expansão e reorganização das aldeias,

mas não pode ser a única causa dessas, pois as dinâmicas continuam, entretanto por fim, diante do término do Programa em 2009 e do fato de que o processo de negociação que tinha por finalidade a sua renovação, não ter logrado êxito, evidencia-se que os objetivos “explícitos”, inicialmente pelo Procambix, não foram alcançados, mas sem dúvida alguma modificaram sobremaneira a forma de organização dos Akwê-Xerente na região Tocantínia e no território indígena. A população nas aldeias conforme apresentado no Mapa 6, e como já mencionado em outro momento deste estudo, tem uma evolução histórica interessante, que confirma a resistência política, cultural e a reorganização do território indígenas. O mapa 7, traz o número de rebanho de gado que existe em algumas aldeias, na sua maioria o gado veio por intermédio dos projetos do Procambix, mas em algumas conversas com indígenas a informação de anterior aos projetos do Procambix já existia em algumas aldeias a criação de gado. Na pesquisa que foi relatado que na proposição do Procambix, não previa os projetos de gado nas aldeias, porém uma exigência vinda das lideranças na época da realização dos projetos.

Segue os mapas construídos pela pesquisa:

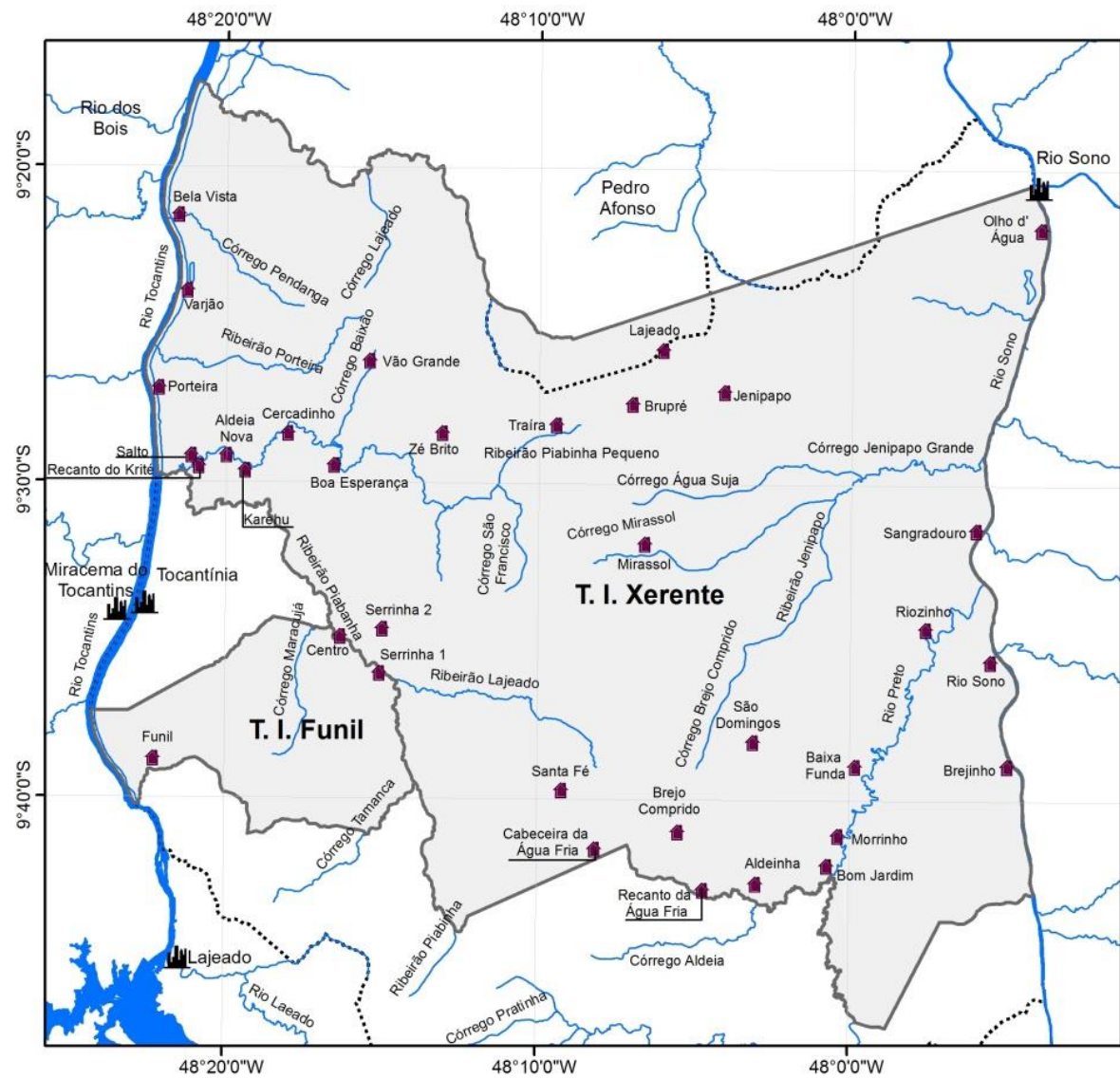
Mapa 3. Aldeias antes da construção da Hidrelétrica (Dados do relatório Etnoambiental, 2000, organizados pela pesquisadora, 2016);

Mapa 4. Atual Território dos Akwê-Xerente (Dados da pesquisa, outubro de 2016)

Mapa 5. Aldeias que receberam Projetos do Procambix (Dados do relatório Etnoambiental, 2000, organizados pela pesquisadora, 2016).

Mapa 6. População indígena nas aldeias do território (Dados DSEI-Tocantínia-TO, organizados pela pesquisadora, outubro de 2016)

Mapa 7. Rebanhos de bovino nas aldeias do território (Dados da Adapec de Tocantínia-TO, organizados pela pesquisadora de 2016)



**MAPA DAS ALDEIAS
1999**

Convenções Cartográficas
Legenda

Aldeias 1999	Limites Municipais
Sedes Municipais	Terras Indígenas

Localização Regional

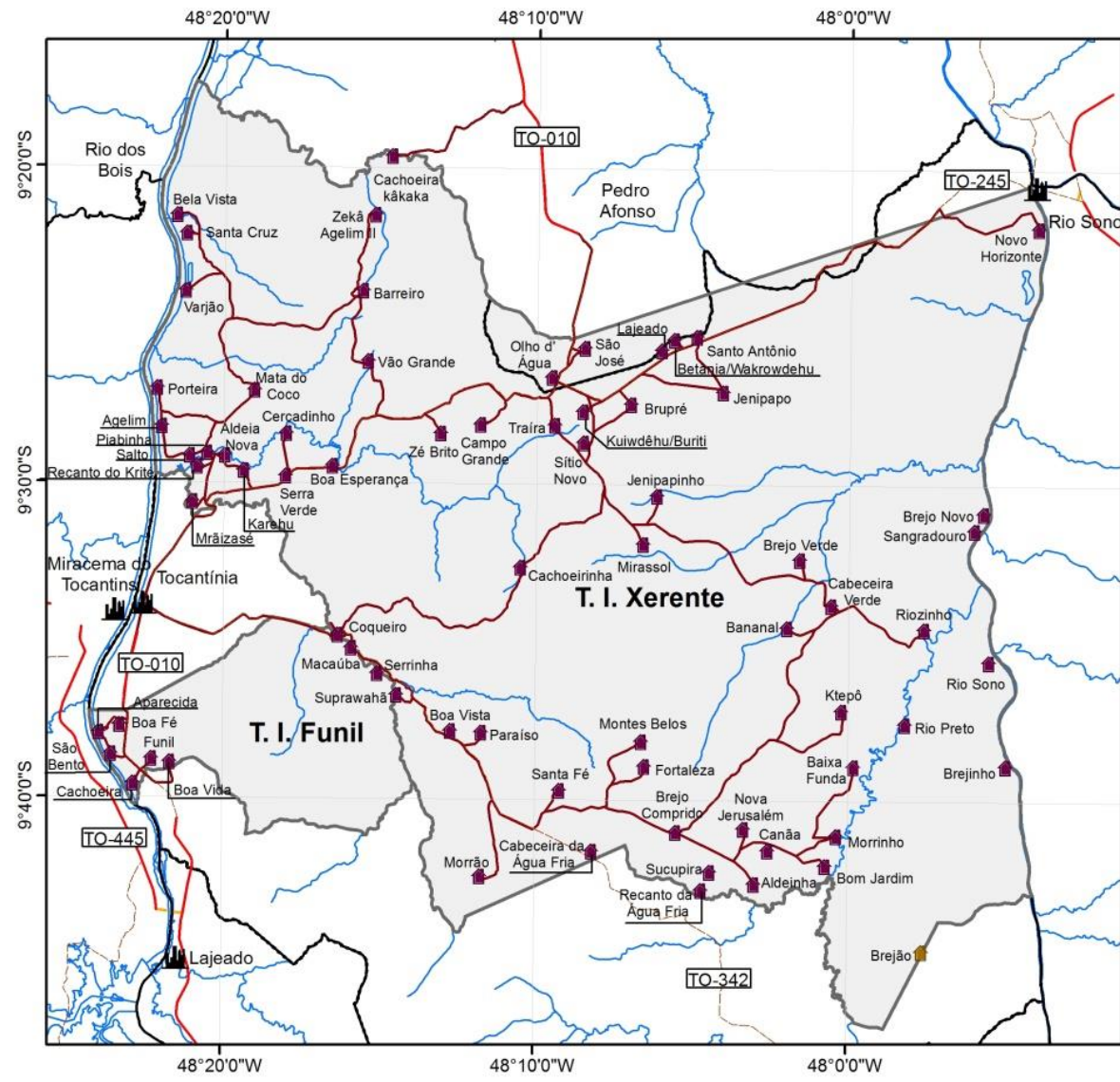
Dados Cartográficos
SISTEMA DE PROJEÇÃO
SAD 69 / Fuso 22 L

Escala 1:300.000

Dados Técnicos
Folha desenvolvida a partir da base de dados geográfica da SEPLAN-TO (2012) e dados levantados em campo.

Fonte
Dados Relatório Socioambiental, 2000.

Desenho Olíria Menezes oliria.eng.amb@gmail.com	Pesquisa Outubro de 2016, LIMA, L.G.B.
--	--



MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS AKWÊ - XERENTE, 2016

Convenções Cartográficas

Legenda

- Aldeias
- Sedes Municipais
- Limites Municipais
- Terras Indígenas
- Acessos
- Estrada Pavimentada
- Estrada não Pavimentada
- Estrada Vicinal

Dados Cartográficos

SISTEMA DE PROJEÇÃO
SAD 69 / Fuso 22 L

Escala 1:300.000

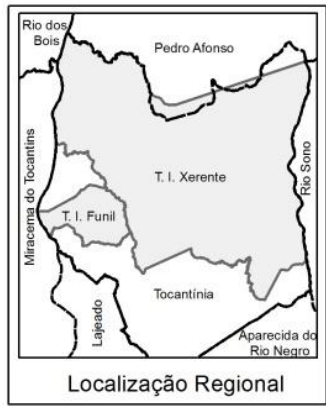
Dados Técnicos

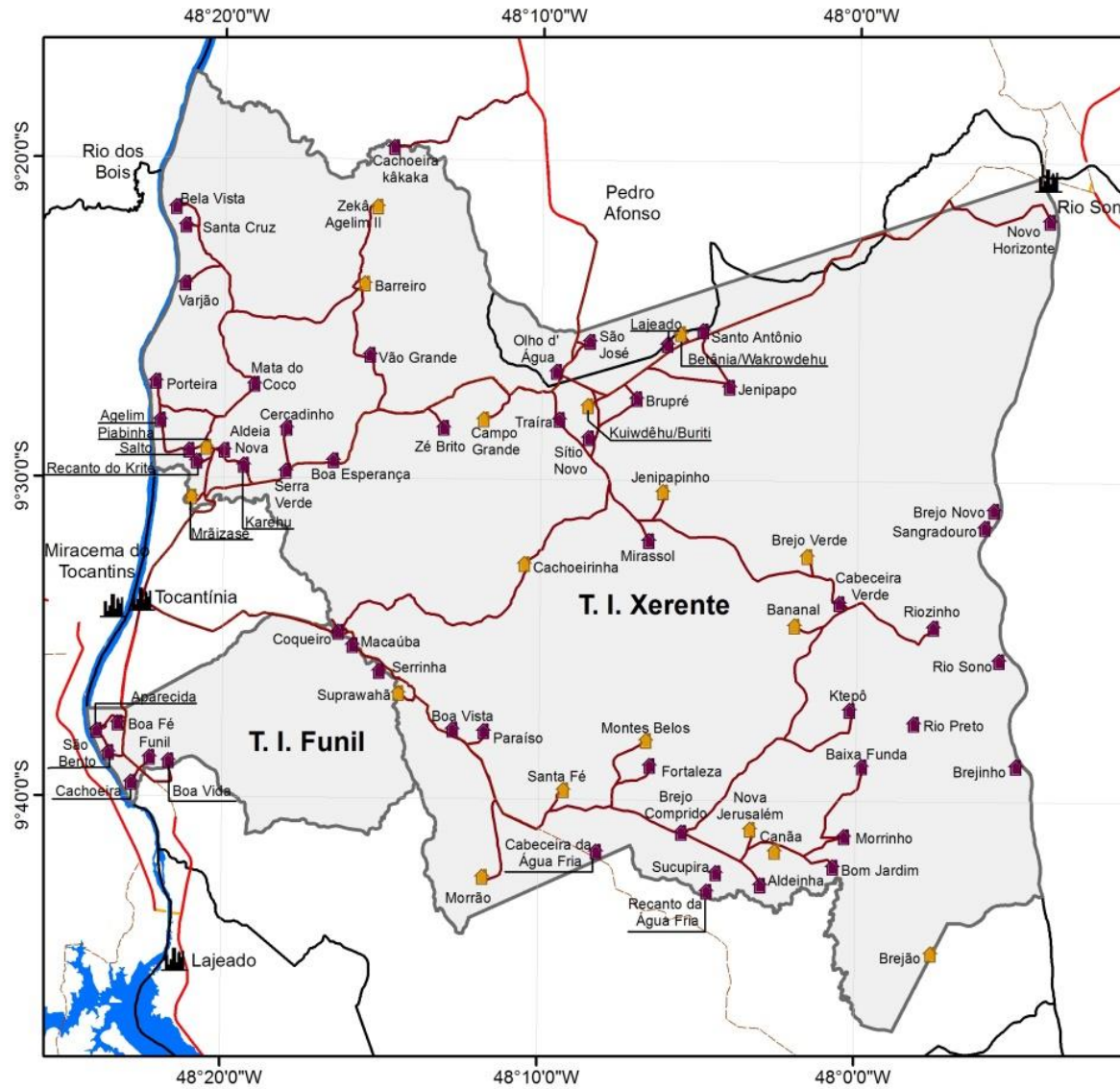
Folha desenvolvida a partir da base de dados geográfica da SEPLAN-TO (2012) e dados levantados em campo.

Fonte

Dados da pesquisa 2015-2016 por Layanna Giordana B. Lima.

Desenho Olíria Menezes oliria.eng.amb@gmail.com	Pesquisa Outubro de 2016, LIMA, L.G.B.
--	--



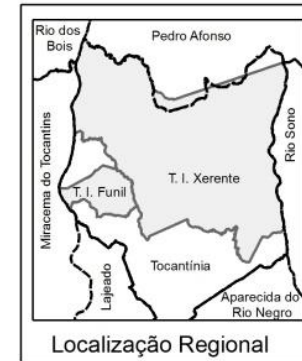


MAPA ALDEIAS QUE RECEBERAM PROJETOS DO PROCAMBIX

Convenções Cartográficas

Legenda

- Aldeia com projeto
- Aldeia sem projeto
- Sedes Municipais
- Acessos
- Limites Municipais
- Terras Indígenas



Dados Cartográficos

SISTEMA DE PROJEÇÃO
SAD 69 / Fuso 22 L

Escala 1:300.000



Dados Técnicos

Folha desenvolvida a partir da base de dados geográfica da SEPLAN-TO (2012) e dados levantados em campo.

Fonte

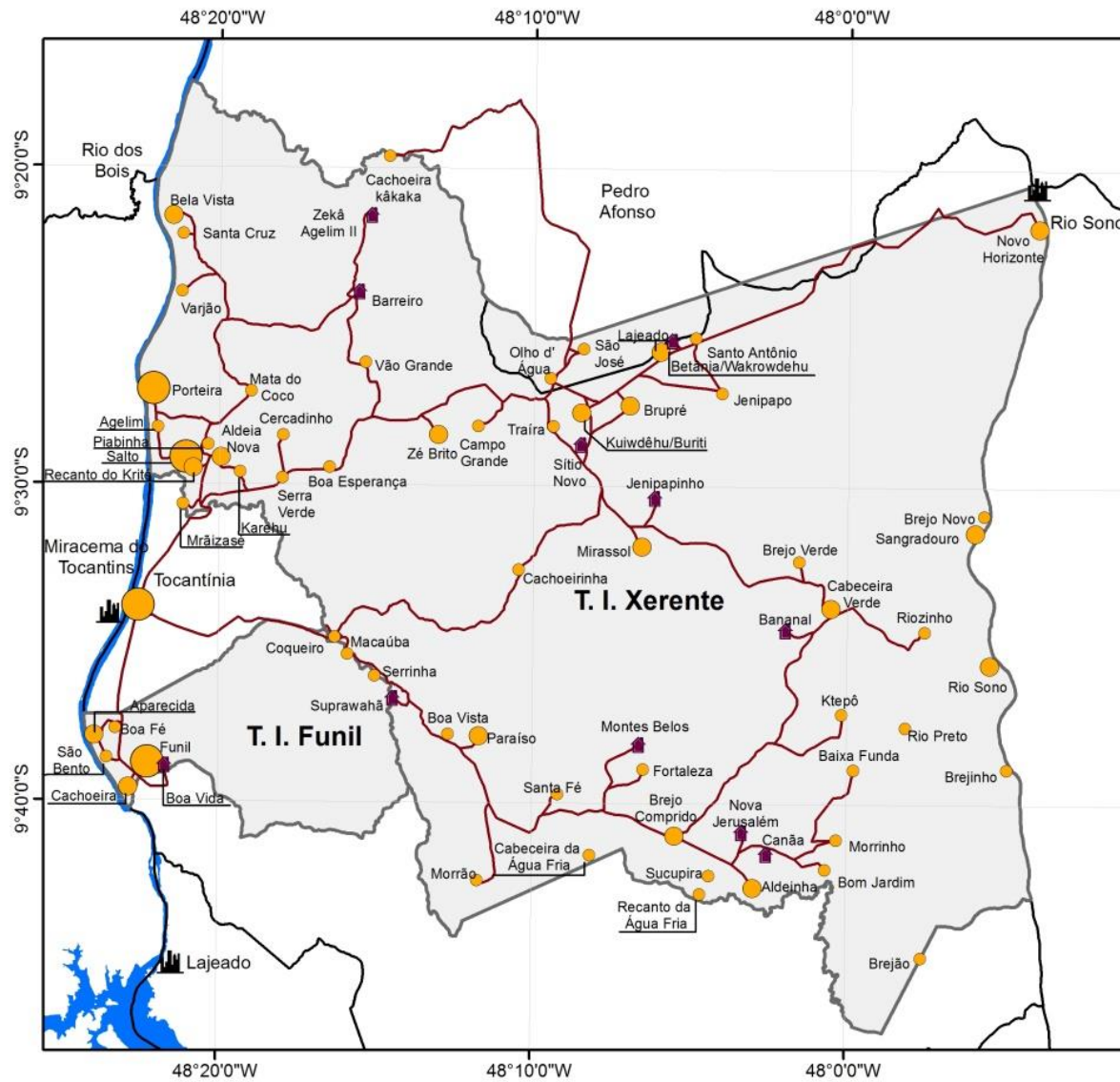
Dados do Relatório do Procambix, 2005.

Desenho

Olírria Menezes
olirria.eng.amb@gmail.com

Pesquisa

Outubro de 2016, LIMA, L.G.B.



MAPA POPULACIONAL DAS ALDEIAS AKWE-XERENTE

Convenções Cartográficas

Legenda		População Indígena
	Aldeias em construção	4 - 50
	Sedes Municipais	51 - 100
	Acessos	101 - 200
	Limites Municipais	201 - 415
	Terras Indígenas	

Localização Regional

Dados Cartográficos

SISTEMA DE PROJEÇÃO
SAD 69 / Fuso 22 L

Escala 1:300.000

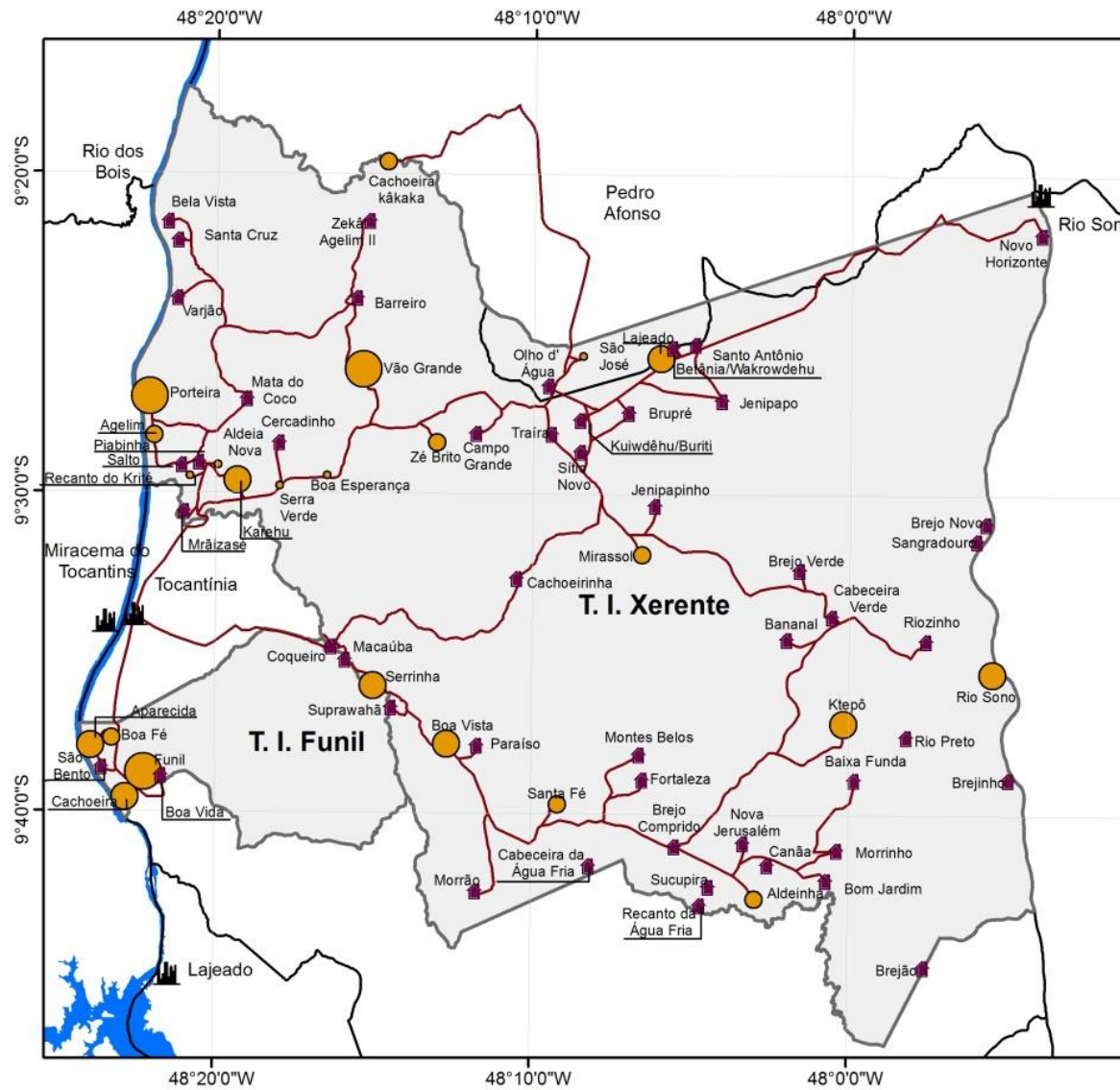
Dados Técnicos

Folha desenvolvida a partir da base de dados geográfica da SEPLAN-TO (2012) e dados levantados em campo.

Fonte

Dados do DSEI-Tocantínia, 2015.

<i>Desenho</i> Olíria Menezes oliria.eng.amb@gmail.com	<i>Pesquisa</i> Outubro de 2016, LIMA, L.G.B.
--	--



MAPA REBANHO BOVINOS - 2016

Convenções Cartográficas

Legenda	
<ul style="list-style-type: none"> Aldeias sem dados Sedes Municipais Acessos Limites Municipais Terras Indígenas 	<p>Bovinos por Aldeia</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - 10 11 - 20 21 - 30 31 - 122

Localização Regional

Dados Cartográficos

SISTEMA DE PROJEÇÃO
SAD 69 / Fuso 22 L

Escala 1:300.000

Dados Técnicos

Folha desenvolvida a partir da base de dados geográfica da SEPLAN-TO (2012) e dados levantados em campo.

Fonte

Número de bovinos baseados nos dados da ADAPEC (Maio de 2016)

<i>Desenho</i> Olíria Menezes oliria.eng.amb@gmail.com	<i>Pesquisa</i> Outubro de 2016, LIMA, L.G.B.
--	--

Retornando a respeito das mudanças e criações de novas aldeias alguns indígenas entrevistados na pesquisa informam que os indígenas não gostam de ficar em um lugar apenas, o que pode ser entendido como uma característica cultural da convivência dos Akwê-Xerente, e da organização política e/ou as contradições do movimento interno e externo das suas relações com o território. Pode ser uma análise, entretanto na interpretação do cacique abaixo de forma bem objetiva e clara afirma que a nossa sociedade não consegue compreender tal dinâmica,

[...] Akwe é assim mesmo, ninguém entende vocês mesmo não entende os Akwe não tem morada certa. Hoje está aqui amanhã em outro lugar. Eu mudei não foi por causa de problema com ninguém eu sou tranquilo, não tenho problema com ninguém. Era vice-cacique, me mudei de lá com minha turma, minha família vim para cá só com minha família mesmo, veio meu irmão, irmã, mãe, sobrinho, cunhado, veio muita gente pra cá. Eu nasci no gorgulho primeira morada minha, fui para Porteira e depois espalhamos igual catitu (Cacique entrevistado em janeiro de 2016).

Afirmção acima possibilita o pensar acerca do entendimento que, para além das definições culturais, que precisa ser entendido são os processos sociais, históricos e culturais que são construídos na interação dialética e nas contradições da realidade vivida, considerando a cultura como algo que interagem, que se modifica, transforma, e que recria e reorganiza os tempos e o território.

Cabe destacar que Farias (1990), descreveu a dinâmica das formações das aldeias no período da sua pesquisa que foi evidenciada em algumas fala dos indígenas este processo como a divisão da antiga aldeia do Posto, que atualmente é a Porteira,

As aldeias Cercadinho e Bela Vista formaram-se a partir de um processo de cisão ocorrido na aldeia do Posto. Os informantes não precisaram uma data (entre 1982 e 1983). Afirmam que os capitães⁷⁰ dessas aldeias – Abel e Valdemar, respectivamente propuseram essa divisão como uma melhor forma de aproveitar os recursos vindos da Funai. Cada um desses líderes tomou a iniciativa de formar um grupo que se dispusesse a iniciar um trabalho de roça coletiva. Pretendiam construir novas aldeias, além de conseguir maiores recursos junto ao Posto Indígena. Estavam descontentes com a forma como esses recursos eram “controlados” pelo capitão da aldeia do Posto (FARIAS 1990, p.56).

⁷⁰ Antiga denominação para a liderança da aldeia, inserida pela política indigenista do SPI nos anos 1930.

Essa estratégia dos indígenas mencionou Farias (1990) basea-se nas formações internas de facções nas aldeias que fortalecidas com número significativo de membros do mesmo clã uniram-se formando novas lideranças. Entretanto nesse desmembramento de aldeias os recursos financeiros que eram escassos foram divididos entre as três aldeias, assim como os recursos materiais existente no Posto indígena da época como veículos, remédios, merenda, e cargos funcionais.

Houve outras divisões que foram causadas por políticas externas que possibilitou outras divisões como as políticas de educação e saúde, sejam na criação de cargo funcionais como professores, agentes de saúde, e outros, ou nas construções de estruturas como escolas, e unidade de atendimento de saúde.

Posteriormente, o recurso do Projeto do Procambix contribuiu, assim como nesses outros momentos históricos, para a formação de mais aldeias, em razão de desentendimentos relacionados à gestão e aplicação dos recursos, e também na consolidação de novas lideranças.⁷¹

4.2 Históricos das aldeias que compõem o território dos Akwê-Xerente - 2015-2016

A apresentação das aldeias indígenas que compõem o território dos Akwê-Xerente no Tocantins, que será desenvolvida ao longo deste trabalho toma como referência o trabalho de campo realizado entre os anos de 2014, 2015 e 2016, que tinha por objetivo conhecer a totalidade deste território indígena e a maneira como estão organizando seu modo de vida.

Para a caracterização do Território dos Akwê-Xerente e das aldeias que o compõem foram utilizados também, para fins de complementação do trabalho de campo, os registros realizados por outros pesquisadores que também se dedicaram ao estudo dos Akwê-Xerentes, tais como Farias (1990).

No início do trabalho de campo existiam segundo dados do Distrito de Saúde Indígena de Tocantínia de 2013 eram de 64 aldeias registradas, este ano dados de outubro foi informado 74 aldeias. Contudo, no decorrer do trabalho de campo, dado o constante desmembramento das famílias, foram identificadas e visitadas 71 aldeias, sendo algumas pequenas com apenas uma ou duas famílias - que não são consideradas

⁷¹ Acerca das divisões das aldeias pode-se observar que por razões culturais, de respeito aos clãs os indígenas de modo geral não aprofundam as causas dos conflitos internos.

por alguns indígenas como aldeias, mas sim como moradas familiares, e outras mais populosas com mais de duzentas pessoas.

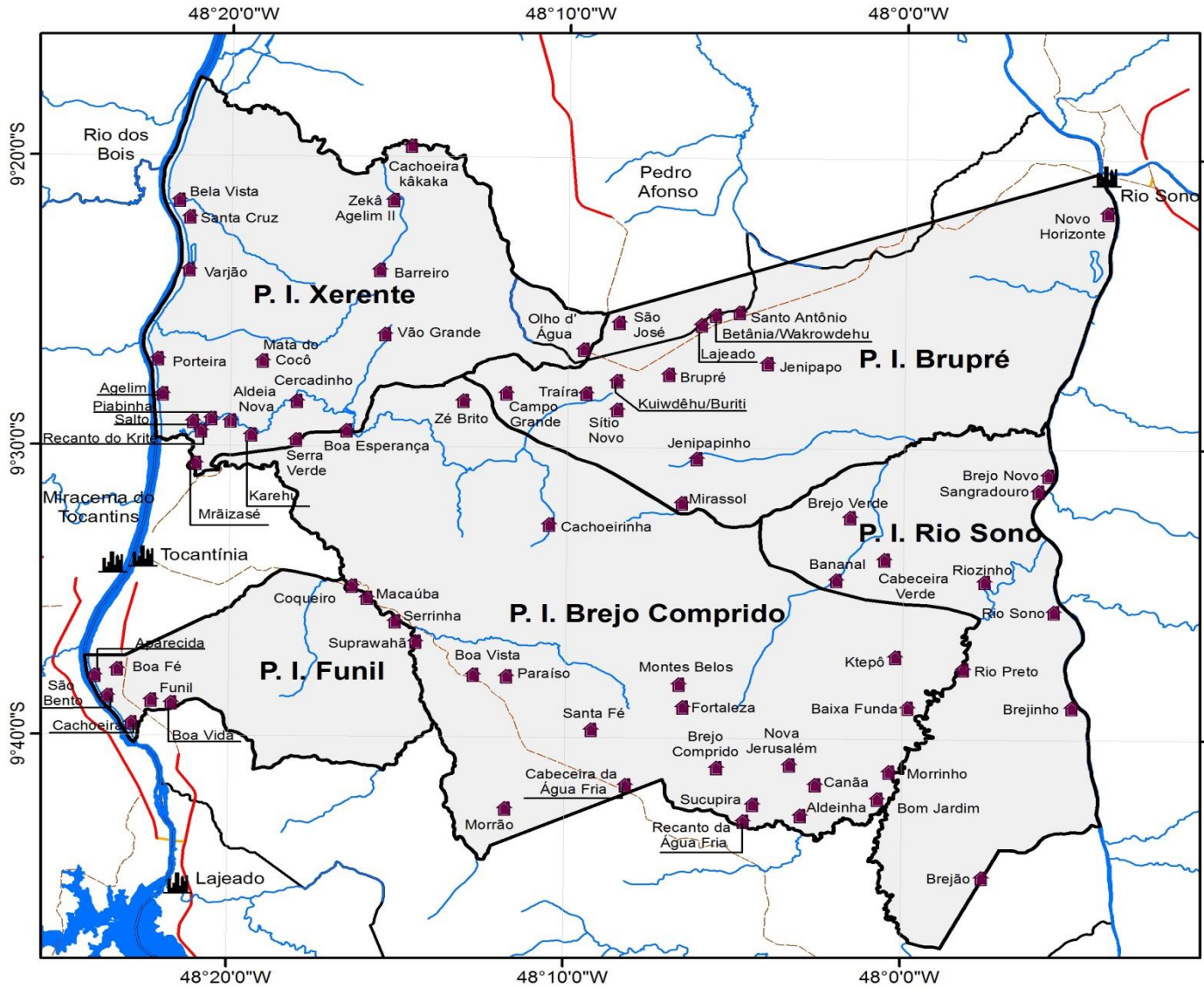
Dentro do território os indígenas no seu cotidiano utilizam da divisão por Regiões para identificarem a localização das aldeias. Essa identificação por regiões foi proposta e organizada pela FUNAI, sendo utilizada até os dias atuais principalmente pelo Departamento da Saúde Indígena e Secretária da Educação. De acordo com essa organização as aldeias estariam divididas nas seguintes regiões: Região PI Xerente, Região do Rio Sono, Região do Funil, Região Brejo Comprido, Região do Brupé.

Dentre as maiores aldeias visitadas destacam-se a Aldeia Salto, com 432 indígenas, Aldeia Porteira, com 334 indígenas e a Aldeia Funil, com 211 indígenas. É preciso ressaltar que durante a realização do trabalho de campo, algumas entrevistas realizadas foram mais extensas e detalhadas possibilitando uma visão mais ampliada sobre a realidade das aldeias. Noutras, em função do interesse dos indígenas, da familiaridade ou não com a pesquisadora, da capacidade de compreensão acerca do trabalho de pesquisa etc, não foram obtidas informações mais detalhadas. Por esta razão, há caracterizações mais pormenorizadas e outras nem tanto.

Considera-se, contudo, que as informações obtidas nas entrevistas e nos trabalhos publicados sobre os Akwẽ-Xerente, possibilitaram a caracterização das aldeias, bem como a análise das questões socioambientais vivenciadas nesse Território Indígena.

A Terra Indígena Funil e Área Grande Xerente compõem a totalidade do território dos Akwẽ-Xerente como foi exposto no histórico dos conflitos dos indígenas para reivindicar a demarcação das T.I's, sendo apresentada neste trabalho separadamente, apenas para uma melhor compreensão e caracterização destas.

A seguir apresentação das formações das aldeias e ano de criação de acordo com as entrevistas e na medida do possível a complementação dos dados foi feito tendo como fundamentação o estudo de Farias (1990), ressalta-se que o processo de visitas às aldeias possibilitou a compreensão de partes das realidades vividas em tempos diferentes pelos indígenas. Seguir Mapa 8 das divisões das regiões por aldeias e figura 6, 7, e 8 apresentação das formações das aldeias.



MAPA DAS REGIÕES DA T. I. XERENTE

Convenções Cartográficas
Legenda

- Aldeias
- Sedes Municipais
- Limites Municipais
- Terras Indígenas
- Região Indígena
- Estrada Pavimentada
- Estrada não Pavimentada
- Estrada não Pavimentada
- Estrada Vicinal

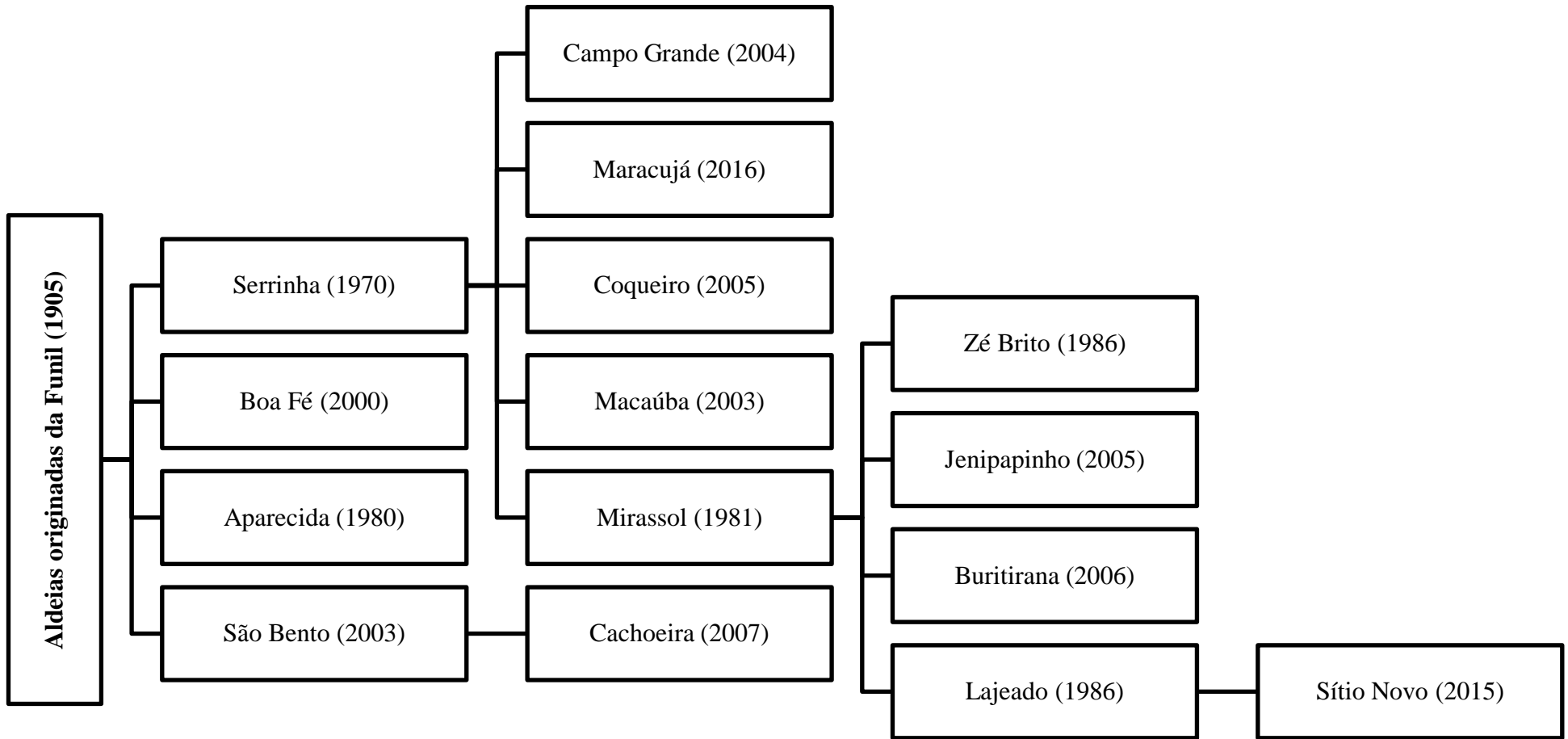
Localização Regional

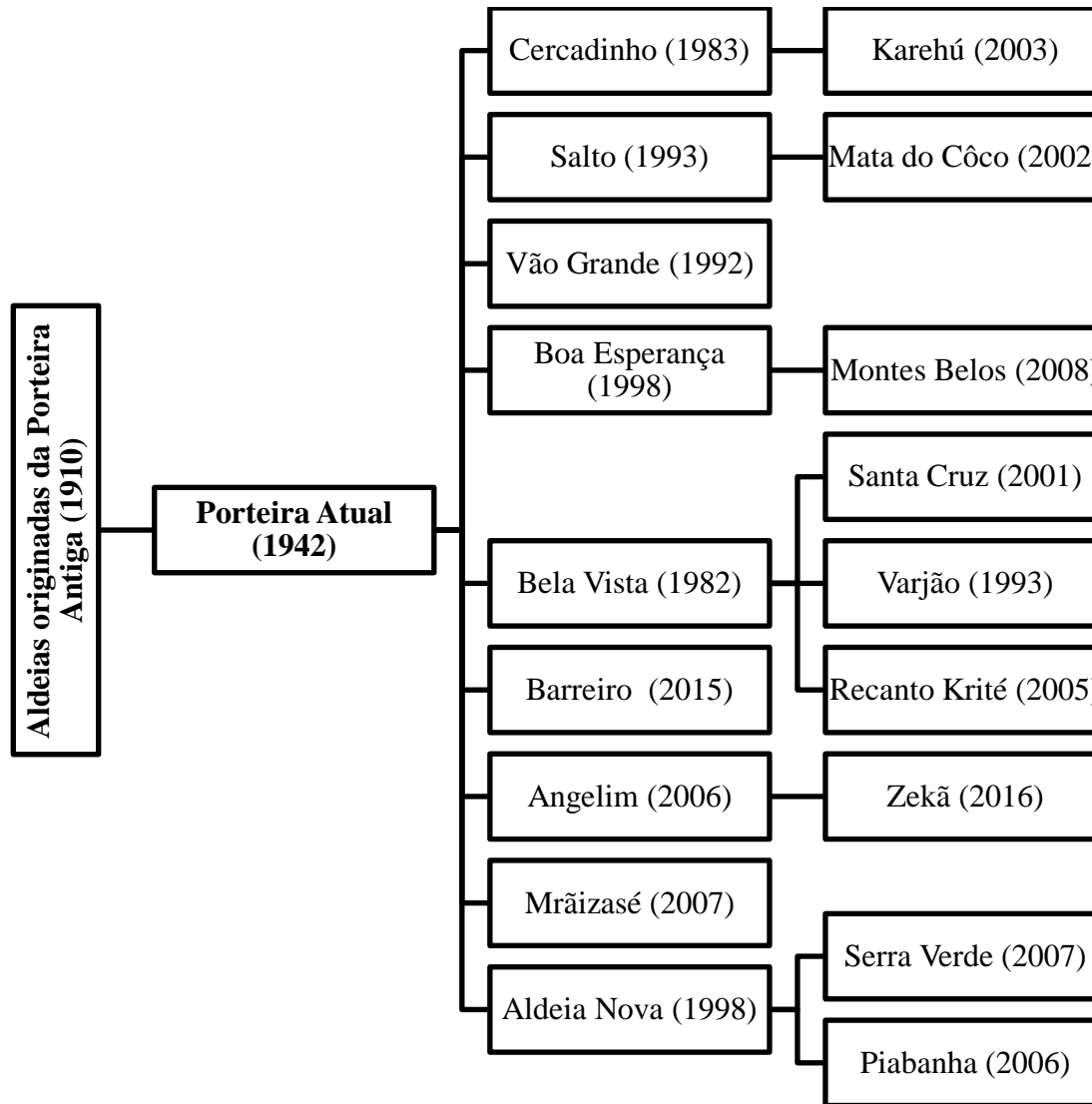
Dados Cartográficos
 SISTEMA DE PROJEÇÃO
 SAD 69 / Fuso 22 L
 Escala 1:300.000

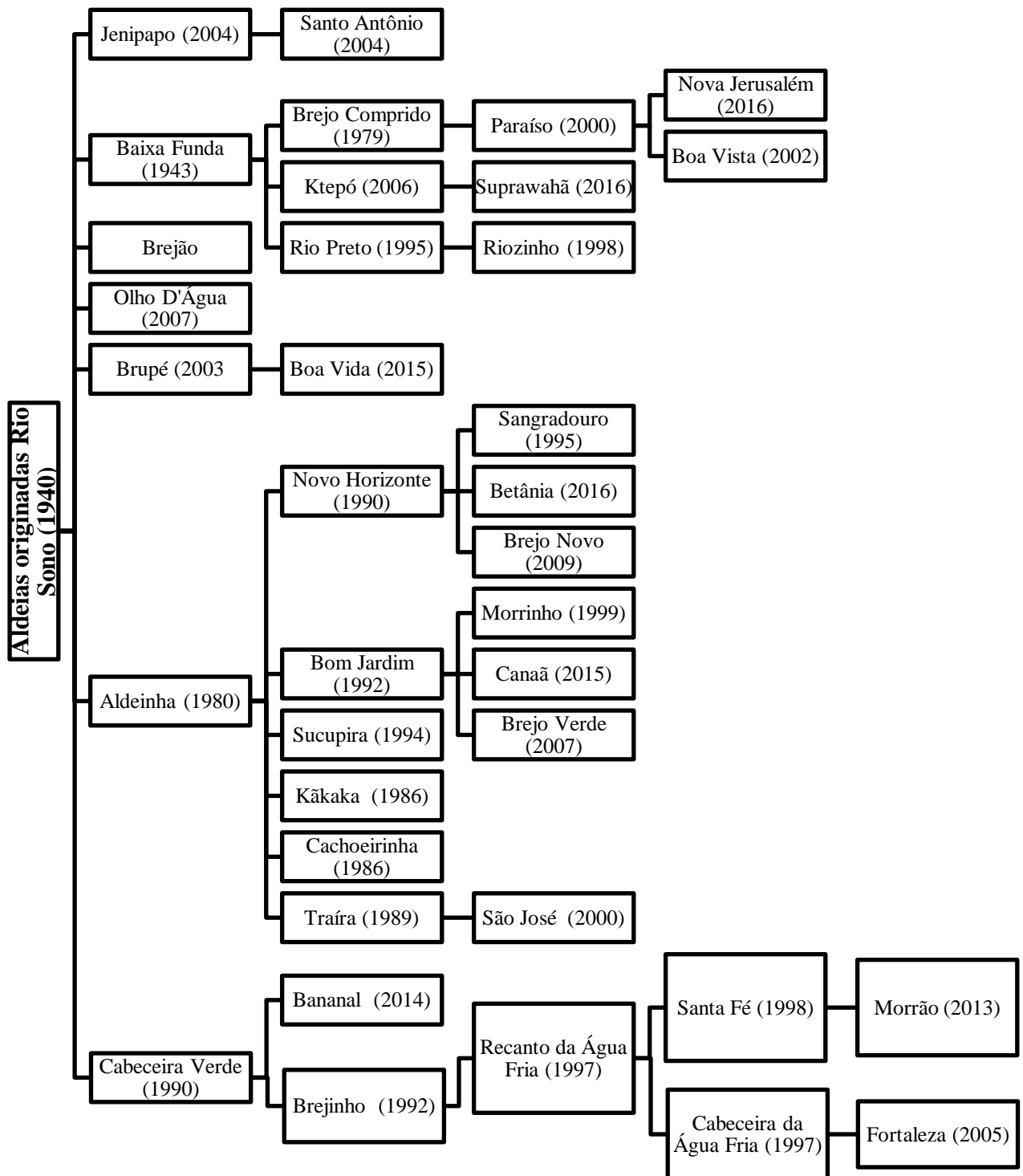
Dados Técnicos
 Folha desenvolvida a partir da base de dados geográfica da SEPLAN-TO (2012) e dados levantados em campo.

Execução
 Os dados foram coletados por Layanna Giordana Bernado Lima no período de Novembro de 2015 a Agosto de 2016.

<i>Desenho</i> Olíria Menezes oliria.eng.amb@gmail.com	<i>Data</i> Agosto/2016
--	----------------------------







Figuras 6, 7 e 8: Apresentação das formações das aldeias e ano de criação.
Fonte: Pesquisa, Lima, 2016

Aldeias da Terra Indígena Funil:

Aldeia Funil

A aldeia Funil é uma das mais antigas, cujo nome remete ao córrego Funil e, de acordo com o cacique da aldeia, sua localização é a mesma há mais de 40 anos e conta hoje com um total de 47 famílias, Figura 8. Entre as principais atividades desenvolvidas na atualidade, está a criação de bovinos, cujo rebanho é de 142 cabeças e o plantio das roças de toco, onde se cultiva principalmente mandioca, batata, inhame e feijão. Ouveu-se muitas queixas especialmente em relação à ausência da vazante e as dificuldades na lida com a roça em função das pragas e à obrigatoriedade da roçagem e controle do mato.



Figura 9: Casa típica da Aldeia Funil.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015.



Figura 10: Roça de Toco com plantio de mandioca na Aldeia Funil
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015.

Aldeia Aparecida

A aldeia Aparecida conta nos dias atuais com 16 famílias, sendo que antes de 1980 deixaram a aldeia Funil e migraram para aldeia São Bento no início da década de 1980, e posteriormente para a atual localização. Segundo o cacique da aldeia, as mudanças ocorreram em razão de conflitos familiares. Dentre as principais atividades desenvolvidas estão a criação de 20 cabeças de bovinos e a prática do artesanato. Quase não há roças, vive-se do trabalho assalariado e outras rendas como o bolsa-família. Queixam-se da falta de peixe e caça, e da falta de interesse dos jovens para com as atividades e o modo de vida tradicional.

Aldeia Boa Fé

Aldeia originária da Funil, fundada no ano 2000. Inicialmente as famílias deixaram a Funil por desentendimento, deslocando-se para a Serrinha II em 1994, onde permaneceram por sete anos. Mudaram então para a atual localização, onde criam 20 cabeças de gado, criados livre no cerrado e em uma pequena pastagem, fornecendo a carne em abates eventuais e o leite para as famílias na aldeia. Plantam mandioca, milho, andu, feijão e abóbora, mas apontam problemas relacionados à falta da vazante,

desbarrancamento das margens do rio Tocantins e também em relação à criação de gado, uma vez que estes comem as roças por eles plantadas.

Aldeia São Bento

A aldeia São Bento conta com 6 casas e 28 moradores, sendo que as primeiras famílias saíram da aldeia Funil em 2003, considerando que já havia muita gente por lá, sendo necessário a busca por um espaço maior. Existe na aldeia criação de galinha caipira e as roças são poucas. As famílias fazem artesanato com o capim dourado como meio de complementar a renda do bolsa-família e daqueles que recebem proventos de funções públicas de professor e agente de saneamento, Figura 11 e 12.

Sobre a relação com o dinheiro e a cultura, o entrevistado explica que,

A maioria vive do artesanato. Aqui na minha casa, vivo do benefício da bolsa família e do artesanato. O trabalho da roça é mais para consumo da família, tem também alguns homens que trabalham de diária para fazendeiro 60 a 50 diárias e nos que procura para trabalho nas roças, e limpando as cercas das fazendas. O dinheiro para indígenas é difícil demais o índio não fica rico. Agora estava ruim porque de primeiro era melhor a gente não precisava do dinheiro, porque nos plantávamos e comia tudo da roça mesmo. E hoje a gente compra e se não tiver dinheiro como é que a gente come? Não tem mais muita caça, porque o branco está entrando aqui para caçar. Nós estamos sendo orientados para fazer a queimada na época certa. No lugar que tem muita gente tem uns que bebem álcool, outros não. Nós estamos quase esquecendo a cultura, porque os mais novos não têm tido muito interesse em procurar as explicações dos velhos. Eles gostam mais do futebol, não querem saber de colocar roça. (indígena da aldeia, em entrevista realizada em setembro de 2016).



Figura 11: Casa da Aldeia São Bento.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, setembro de 2016.



Figura 12: Aldeia São Bento

Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora, setembro de 2016.

Aldeia Cachoeira

A aldeia Cachoeira conta com 11 famílias, foi criada no ano de 2007. Segundo o cacique, foram várias as situações que envolveram as mudanças da aldeia,

O desentendimento entre famílias dentro da aldeia foi um dos fatores que contribuiu para a gente mudar para cá. Esses desentendimentos estavam relacionados ao poder. A pessoa que estava acima da comunidade não estava aceitando as opiniões, as colocações e sugestões da comunidade, então por essa razão o povo se reuniu e decidiu não trabalhar mais em conjunto com essa pessoa. Segundo fator foi uma estratégia que a gente usou para proteger o território. Aqui é um dos pontos mais explorado pelo não indígena, inclusive o rio passa aqui 200 a 300 metros, e é um dos pontos muito explorado durante a noite no período de férias não indígena fica pescando caçando sem autorização (Entrevistado da aldeia Cachoeira, em entrevista realizada em novembro de 2015).

Criam 32 cabeças de bovinos que se alimentam dos vegetais nativos do cerrado, sendo a responsabilidade e o produto resultante dividido entre as famílias. Plantam mandioca, milho, feijão, banana. Apontam como principais problemas, os relacionados à saúde indígena,

O povo no passado vivia mais tranquilo e mais saudável eles não tiveram uma relação direta com o não indígena, usava produto de consumo de alimento só da roça não usavam nada com produto químico, e o contato com o não indígena era menor, hoje o contato é muito mais frequente do que antes, acho que é pela necessidade de gêneros alimentícios, porque a prática de agricultura dentro da aldeia está sendo bem razoável, são poucas famílias que têm sua rocinha, a maioria está optando pela comida industrializada infelizmente, mas tem como colocar a roça. É mais fácil comprar o saco de arroz, é mais complicado ter que capinar e plantar arroz.

Em minha opinião os problemas de saúde têm a ver com alimentação, atualmente nós fizemos opção pela alimentação não indígena, por isso que acho que por essa razão que tem aumentado as doenças entre nós. A diabetes que antes no tempo que eles trabalhavam mais na roça, no tempo que tinham água de qualidade, agora ela não é mais de qualidade, com esses grandes produtores agrícolas acabou poluindo, o ar não é mais puro, são vários fatores que tem contribuindo para prejudicar a nossa saúde. Eu acredito que se nós continuássemos comendo dos alimentos da roça nós não estaríamos com essas doenças que tem hoje (Professor da aldeia Cachoeira, em entrevista realizada em novembro de 2015).

Aldeia Boa Vida

A aldeia ainda estava sendo construída e iriam morar nela sete famílias que deixaram a aldeia Brupré em 2015. Para o cacique entrevistado à época, a mudança resultou do antigo desejo de construir uma aldeia própria, para sua família. O cacique é professor e seus familiares possuem ainda renda proveniente do bolsa-família. Pretendia plantar roça a partir da próxima temporada de chuvas. Em razão da renda demonstrou que já utilizou do próprio salário para o pagamento em dinheiro de serviços prestados na construção de uma casa para o cunhado, cujo valor foi de R\$ 1600,00 em 2006.

Aldeias da Área Grande Xerente – Porteira:

Aldeia Nova

A aldeia nova foi fundada em 1998 e conta hoje com 17 famílias. A mudança da aldeia de origem, a Porteira, ocorreu no início do Procambix e se deu em função de desentendimentos relacionados ao projeto. Em relação às práticas produtivas na aldeia, restam apenas sete cabeças de gado, o restante foi vendido ao não índio. Quanto às roças de toco planta-se arroz, feijão, mandioca e milho em pequenos espaços nas margens do rio Tocantins. A maioria das famílias sobrevive do trabalho assalariado e pagam pelos serviços como a construção de casas, ao invés de mutirão, como ocorria antes.

Aldeia Angelim

Fundada em 2006 a aldeia Angelim, teve origem na aldeia Porteira e os motivos relatados para a mudança foram os conflitos internos. Praticam a agricultura em roças de toco, plantando mandioca e arroz. Às margens do rio Tocantins plantam feijão andu e milho. Partes das famílias dessa aldeia em segunda visita da pesquisa em 2016 estavam construindo uma nova aldeias mais afastada da cidade descrita mais a frente dessa exposição.

Aldeia Barreiro

A aldeia Barreiro conta com um total de 05 casas e 14 moradores que vieram da aldeia Porteira e da Bela Vista em 2014. A ideia de mudança se deu da vontade da família de mudança, de criar uma aldeia só para a suas famílias.

Ainda não há energia elétrica e água encanada. Há apenas roça de mandioca. A alimentação em sua maioria vem da cidade e é obtida coma renda de um indígena funcionário da Funai e outro, agente de saúde, além da produção de artesanato, vendido na feira de Tocantínia. Conforme relato do entrevistado,

O índio não é como o branco que quando pega em dinheiro vai depositar, vai guardar, o índio não, ele pega em dinheiro hoje e amanhã ele já não tem mais, o índio tendo o que comer está bom. A venda do artesanato estar fraco, mas tem que vender mesmo barato, pois tem que pegar em dinheiro. O artesanato nós também trocamos por roupa (indígena da aldeia Barreiro, em entrevista realizada em janeiro de 2016).

Aldeia Bela Vista

A aldeia Bela vista é relativamente antiga e data de 1982, sendo que a família originária vivia na aldeia Gorgulho, mudando-se posteriormente para a Porteira. Os conflitos resultantes da implantação de projetos agrícolas pela Funai no início dos anos de 1980 fizeram com que uma nova mudança ocorra. Atualmente plantam roças de toco

de mandioca, arroz, milho, abóbora, fava e feijão e fazem a troca de alimentos resultante das produções entre as famílias. A maioria das famílias possui trabalhadores assalariados e pagam aos próprios indígenas para a execução de serviços como a construção de casas e serviços da roça.

Aldeia Boa Esperança

Fundada em 1998, a aldeia Boa Esperança, Figura 13, é composta por 11 famílias, as primeiras famílias saíram da aldeia Porteira em razão dos projetos da Funai e moraram por um tempo pelas aldeias Cercadinho e Centro até se estabelecerem no atual local, afastando-se de conflitos familiares.

Nesta são criadas atualmente 10 cabeças de bovinos soltos na natureza, ficando presos no curral à noite. As fontes de renda estão ligadas ao emprego público, bolsa-família e artesanato. Pouco se cultiva, o vice cacique por exemplo, está pagando a um não índio, o valor de R\$ 150,00 por dia para coivarar uma roça com o uso de motosserra.



Figura 13: Casa da Aldeia Boa Esperança
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015.

Aldeia Cachoeira Kakakã

Fundada em 1986, a aldeia Cachoeira foi instalada em uma antiga casa dos agentes ambientais da Funai. Hoje são apenas duas casas com seis pessoas.

Toda vida só tinha eu mesmo nessa aldeia, não tinha nada aqui, a minha família veio da Aldeinha. Quando eu vim para cá eu trabalhava na fiscalização do meio ambiente da FUNAI, aí o chefe do Posto nosso lá do Brejo Comprido que era o Antônio Cardoso ele comprou uma fazenda aqui,

aí ele me trouxe lá da aldeia para eu vim cuidar da fazenda, eu trabalhava a semana e no final de semana eu ia conhecer a reserva, aí como eu conheci esse lugar aqui, que já era reserva indígena e ninguém morava aqui, aí eu gostei, aí quando eu sai da fazenda dele eu já vim para cá, aí eu moro aqui até hoje (cacique da Aldeia Cachoeira Kakakã, em entrevista realizada em janeiro de 2016).

O cacique não é mais funcionário da Funai e cria porco, galinha e 30 cabeças de gado. Há roças de toco de mandioca, feijão, fava e abóbora, Figura 19. A referência comercial é a cidade de Pedro Afonso, cuja relação é considerada melhor pelo cacique.

Eu vendo farinha, feijão, fava, na feira de Pedro Afonso. O meu sustento e da minha família vem da roça. Eu vendo gado também, eu vendo o gado na arrouba, eu mato e vendo na arrouba, eu vendo aqui mesmo na região, eu vendo para índio, vendo para os brancos, eu mato e entrego a carne, é 165 a arrouba, arrouba é 15 quilos, sai 11 reais um quilo de carne, eu mato 2 gados por mês. A fiscalização aqui não proíbe, só proíbe se eu matar e eu transferir para a cidade, eu só vendo aqui dentro do território, e o pessoal que vem buscar aqui (Entrevistado da Aldeia Kakakã, em entrevista realizada em janeiro de 2016).



Figura 14: Roça de Toco na Aldeia Kakakã
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 15: Rio na Aldeia Kakakã
 Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Cercadinho

A aldeia Cercadinho data de 1983 e suas famílias iniciais deixaram a aldeia Porteira em função da enchente de 1980 e dos projetos da Funai, cujo recurso era repassado direto para o cacique. Para a entrevistada, uma anciã,

(...) a FUNAI dava o dinheiro na mão do cacique, então o pessoal viu que tinha que partir a aldeia e partiu 3 aldeias. Naquele tempo o branco não tinha medo de dar o dinheiro na mão do índio, hoje é difícil quando dá é uns 50 reais, o branco ficou mais esperto e o índio também ficou esperto. Mas o dinheiro que davam na mão do cacique de primeiro era assim ele era o administrador ele tinha que ajudar a comunidade, mas alguns não faziam isso ajudava só a família dele. Antes quando cacique pegava no dinheiro ele colocava na mesa e mostrava para comunidade, olha o dinheiro está aqui. Ai, com passar do tempo foi colocando no bolso não contava mais para comunidade, e a FUNAI também nunca mais deu dinheiro. A fundação da Aldeia começou quando teve a divisa da área, os caciques se reuniram, cada um fez um grupo para acolá e outros para cá e decidiram se espalhar porque senão o branco vai tomar o terreno, foi morando, morando hoje está cheio de índios essa área. (Anciã da aldeia Cercadinho, em entrevista realizada em dezembro de 2015)

A renda das famílias vem do emprego público, principalmente da saúde e da educação, além da aposentadoria e do bolsa-família. Em relação às roças, paga-se para o próprio indígena cuidar da roça. De acordo com a anciã,

De primeiro derrubava uma roça grande e fazia mutirão, aí caçava no mato pegava tatu, caititu e fazia almoço e depois todo mundo ia capinar, agora tem que pagar, se falar assim “hoje eu vou cozinhar, amanhã para você trabalhar”

a pessoa não vem só pela comida não (Anciã da aldeia Cercadinho, em entrevista realizada em dezembro de 2015).

Dentre as principais reclamações estão as doenças, como o diabetes, que a anciã associou às mudanças no modo de vida, relacionado ao agrotóxico, ao sal e ao óleo presente na alimentação de hoje, originária em sua maior parte da cidade.



Figura 16: Escola na Aldeia Cercadinho

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, dezembro de 2015

Aldeia Karehú

A aldeia Karehú (planta do mato) foi formada em 2003, cujos fundadores apenas mudaram a aldeia de local devido à falta de água no antigo local e das terras ruins para a prática agrícola. A mudança inicial foi da aldeia Cercadinho. A atual Karehú conta hoje com 06 casas e 23 moradores.

Na aldeia verificou-se a presença de criação de galinha caipira e a confecção de artesanato pelas famílias. Há uma pequena roça, mas essa não garante o sustento das famílias, vindo a maior parte da alimentação dos meios urbanos. Uma família ainda tem gado, 16 cabeças de bovinos criados na aldeia Cercadinho.

A renda vem da aposentadoria, bolsa-família, do artesanato e de funções públicas. O esposo da entrevistada, segundo o relato, é professor e construiu sua casa na aldeia há um ano. Pagou pedreiros para fazer e comprou piso cerâmico para pagar na forma de prestações que confirma a dialética do tradicional *versus* novo.



Figura 17: Casa Típica Aldeia Karehú
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.



Figura 18 – Casa com piso cerâmico e cobertura tradicional de palha na aldeia Karehú
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.

Aldeia Mata do Coco

A aldeia Mata do Coco foi fundada em 2002 e seus primeiros habitantes saíram da aldeia Salto por causa de desentendimento entre seus membros. Há plantação de arroz, feijão, fava e milho. Na vazante planta-se melancia. Poucas pessoas ainda plantam na aldeia. Para o cacique, “hoje só as pessoas que tem coragem coloca roça de

toco”. Têm como renda a função pública, a aposentadoria, o artesanato e o bolsa-família.

Aldeia Mrãizasé

Esta aldeia é oriunda da Porteira e sua fundação ocorreu em 2007. Conta hoje com apenas duas casas e cinco famílias. As famílias têm casas na cidade de Tocantínia, vão aos finais de semana para a aldeia.

Aldeia Piabanha

A aldeia Piabanha possui 03 casas com 14 moradores. Verificou-se a criação de galinha caipira e o trabalho com artesanato.



Figura 19: Aldeia Piabanha.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.



Figura 20: Frutíferas e plantação de mandioca em quintal da aldeia Piabanha
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016

Aldeia Porteira

Segundo os anciãos, a aldeia Porteira é considerada uma das primeiras aldeias dos Akwê-Xerente e os relatos apontam sua fundação no de 1940. Nela vivem hoje 90 famílias que compõem mais de 300 habitantes. Destaca-se a criação de animais domésticos como a galinha caipira e a criação de cerca de 60 cabeças de bovinos. Em relação às rocas de toco, verificou-se a presença de arroz, mandioca, feijão, banana e fava. Na época da entrevista, houve venda de excedente de feijão. Dentre as fontes de renda destacam-se a ocupação de cargos públicos como professor, agente de saúde e saneamento, além do trabalho de “diária” onde paga-se para o plantio e cuidado com as roças, construção de casas e a colheita de palha para cobrir casas. É importante ainda o artesanato e o bolsa-família.



Figura 21: Margens do Rio Tocantins na Aldeia Porteira.
Fonte: Arquivos da pesquisadora, dezembro de 2015.



Figura 22: Escola localizada na aldeia Porteira.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, dezembro de 2016.

Aldeia do Recanto do Krité

A aldeia Recanto do Krité conta hoje com 12 famílias, sendo sua fundação no ano de 2005. Quatro famílias deixaram a aldeia Bela Vista à época, devido aos frequentes conflitos familiares e políticos. A aldeia conta hoje com pouco mais de 20 cabeças de bovinos, onde as despesas com sal e vacinação são divididas com a comunidade. O vaqueiro não recebe salário, ganha um bezerro na proporção de 4 a 1

que nascer. Dentre os produtos proveniente das roças de toco, verificou-se plantações de banana, mandioca, inhame e arroz. A renda das famílias é resultado do salário dos servidores públicos, aposentadoria, bolsa-família e do artesanato produzido e vendido a um comprador que vem mensalmente de Goiânia.

Aldeia Salto

A aldeia Salto é a mais populosa de todas, contando com 106 famílias e mais de 400 pessoas. Foi fundada em 1993 por duas famílias, uma vinda da aldeia Cercadinho e outra da Porteira, que abandonaram suas origens devido a discordâncias e conflitos internos. Atualmente, segundo cacique tem famílias da Aldeia Bela Vista, e de outras Aldeias mais antigas, sempre chega famílias de diversas aldeias na Aldeia Salto. Em 1997-1998 no governo do Siqueira Campos, junto com a Kátia Abreu foi realizado nesta aldeia um projeto de Aldeia Modelo. Nesta época tinham 24 famílias, por intermédio dessa ação do governo do estado foram construídas casas para essas famílias e a escola. Esse projeto teve apenas nesta aldeia, objetivo era executar projetos de educação profissionalizante, o entrevistado relata que chegou a ser realizado o curso de agropecuária e de roça mecanizada. Plantamos na roça mecanizada arroz e mandioca. A roça era comunitária e produzíamos apenas para o consumo. O projeto acabou no final de 1998, as casas ficaram e os cursos acabaram.

A respeito da alimentação foi informado que as reclamações giram em torno das dificuldades ocasionadas em função da escassez de pesca e de caça, sendo que a maior parte do alimento é industrializado. Foi verificado a criação de galinha caipira e o plantio de pequenas roças de vazante e de toco. De acordo com a época, é feito o plantio de feijão e melancia na vazante e mandioca e milho em roças de toco.

Em relação à renda, e de acordo com o relato do cacique,

Antes a renda vinha só da roça, eles vendiam ou trocavam, vendiam farinha, Abóbora, batata doce, e vendiam peixe também, porque na época tinha muito peixe também, vendia porque não dava conta de consumir tudo, vendia ou trocava na aldeia e na cidade (Cacique da Aldeia Salto, em entrevista realizada em julho de 2016)

Hoje a renda vem do trabalho dos assalariados, são aproximadamente uns 25 funcionários na escola e na saúde. Alguns, além do salário, pagam para a colocação de roças, o que termina por gerar movimentação financeira na comunidade. Excedentes de produção também são comercializados na própria aldeia, um quilo de mandioca, por

exemplo, é vendido a R\$ 2,00. Há ainda casos relatados de indígenas, cuja renda tem origem na compra de produtos considerados supérfluos como refrigerantes e bolachas recheadas para comercialização na aldeia, vendendo-os com uma pequena margem de lucro.



Figura 23: Indígenas da aldeia Salto em dia de festividade tradicional
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.



Figura 24: Festa tradicional na aldeia Salto
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.



Figura 25: Roça de mandioca na aldeia Salto, ao fundo o Rio Tocantins
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.

Aldeia Santa Cruz

A aldeia Santa Cruz foi criada em 2001 e sua origem remete à aldeia Bela Vista. Atualmente possui criação de galinha caipira e há roças de feijão e milho. Dentre as fontes de renda destaca-se o bolsa-família e o artesanato.

Aldeia Serra Verde

A aldeia Serra Verde conta hoje com 08 famílias e foi criada no ano de 2007. A primeira família era da aldeia Porteira, de lá foi para a aldeia Cercadinho, em seguida deslocou-se para a Recanto do Krité e posteriormente para a Aldeia Nova. Por fim resolveram criar uma aldeia afastando-se dos conflitos internos. Quanto à criação de animais, há galinhas caipiras e 04 cabeças de bovinos oriundos do Procambix.

Planta-se mandioca, batata, inhame, banana e ananás. Quando há excedente de produção, é comercializado nas feiras de Tocantínia e Miracema. Como forma de

complementação da renda há ainda a comercialização do artesanato produzido na aldeia e de mel silvestre.



Figura 26: Área de cerrado próximo à aldeia Serra Verde
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015.



Figura 27: Aldeia Serra Verde
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2016.

Aldeia Vão Grande

Vão Grande é uma aldeia que foi fundada no ano de 1992. A saída da família da aldeia original, a Porteira, foi motivada por conflitos devido ao projeto da Funai. O atual cacique era filho do cacique da aldeia Porteira à época e foi retirado da condição de chefe pela própria comunidade devido a insatisfações com o seu trabalho. O gado restante do Procambix soma hoje 33 cabeças, mas não pertence a toda a comunidade,

mas a apenas cinco 05 famílias, sendo que os demais optaram por vender o gado. O cuidado com o gado rende ao filho do cacique um salário de R\$ 400,00 na função de vaqueiro. O cacique pretende plantar arroz, mas relatou que as roças da aldeia estão atrasadas por não terem condições de comprar arame para cercá-las, ação necessária para evitar que seja comida pelo gado.

Dentre as fontes de renda, foi verificado a presença de professores, aposentados e beneficiários do bolsa-família, bem como a produção e venda de artesanato, que quase sempre tem como matéria-prima o capim dourado.

Aldeia Varjão

Varjão é uma pequena aldeia com apenas cinco famílias e está localizada às margens do Tocantins e foi fundada em 1993. Segundo o cacique e ancião da aldeia, o motivo da mudança não se deu em razão de conflitos,

Foi identificado roça de mandioca e plantio de banana. O arroz, assim como a maior parte do alimento vem da cidade e é bastante usado para fazer uma espécie de bolo usado como isca para a pesca. Além do peixe, considerado escasso, o principal alimento é a mandioca, usado para fazer o grolado (massa de mandioca, consumido normalmente com peixe assado).

A fonte de renda é oriunda de aposentadoria, bolsa-família e da venda de artesanato do capim dourado, que muitas vezes não é vendido, e sim trocado por peças de roupas usadas na cidade de Tocantínia. O poço de água estava destampado, o cacique reclamou da assistência do saneamento ambiental. Eles não estavam utilizando água do poço para consumo no período da visita.



Figura 28: Antiga escola na aldeia Varjão
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 29: Morcegos infestam poço que abastece a aldeia Varjão
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 30: Canoa usada para pesca no Rio Tocantins, aldeia Varjão
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Zekâ (Angelim II ou Morro de Araras)

Zekâ, Angelim II ou Morro de Araras (o nome ainda não foi definido) é a mais recente das aldeias, fundada em 2016. Seus moradores vieram da aldeia Angelim, em busca de um local com água em abundância e mais distante da cidade.



Figura 31: Casa em construção na aldeia Zekâ
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, setembro de 2016.



Figura 32: Crianças brincam em córrego na aldeia Zekã.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, setembro de 2016.

As Aldeias Rio Sono

Aldeia Bananal

A aldeia Bananal possui formação recente, de 2014 e aguarda a vinda de outras 05 famílias. A aldeia de origem foi a Cabeceira Verde e o motivo da mudança foi o desejo de estabelecer roça separado. Destaca-se no local uma roça de banana relativamente grande e plantações de mandioca e batata doce. Há ainda uma roça de abacaxi com intenções comerciais, embora a dificuldade de transportar o excedente de produção para outros locais tem resultado em perdas. Como complemento de renda, a única família instalada faz artesanato.

Aldeia Brejão

Segundo os dados do DSEI-TO nesta aldeia têm 10 moradores, 2 casas e 2 famílias que vieram da aldeia Rio Sono. Esta Aldeia não foi visitada devido ao acesso, pois no período da pesquisa estava chovendo muito.

Aldeia Brejinho

A Aldeia Brejinho foi fundada em torno de 1990 e conta hoje com 6 casas e 39 moradores. Na roça de toco planta-se mandioca, andu, feijão e milho. No quintal há

laranja e manga. Em relação à renda há agente de saúde indígena e confecção de artesanato para venda nas feiras urbanas.



Figura 33: Frutíferas na aldeia Brejinho. Ao fundo, escola da comunidade
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Brejo Novo

A aldeia Brejo Novo é composta por 06 famílias que chegaram ao local em 2009, saindo da aldeia Novo Horizonte. De acordo com as informações obtidas, a mudança ocorreu devido aos conflitos relacionados à construção da ponte sobre o Rio Sono na cidade de mesmo nome. Ponte esta, que ainda se encontra inacabada.

Os bovinos resultantes do Procambix foram vendidos devido aos casos de mortes, segundo o cacique, o dinheiro obtido encontra-se depositado e pertence à comunidade. O objetivo é construir pastagens cercadas para retomar a criação de gado, cujo projeto deverá ser executado em 05 anos.

Dentre as roças cultivadas hoje, há arroz e mandioca. Obtém-se alimentos ainda da cidade e da pesca. A principal fonte de renda é o trabalho assalariado havendo servidores estaduais e municipais, além das aposentadorias.

Aldeia Brejo Verde

Fundada em 2007, a aldeia Brejo Verde conta com 9 famílias que deixaram inicialmente a aldeia Bom Jardim devido ao seu cacique ter perdido o emprego de professor. Foi acompanhado do genro, como é comum na cultura Xerente.

Atualmente criam galinha caipira e plantam milho, mandioca e arroz na roça de toco. A renda é oriunda de professores, aposentados, do bolsa-família e do artesanato do capim dourado.

Aldeia Cabeceira Verde

A aldeia Cabeceira Verde originou-se de moradores que deixaram a Rio Sono em 2004. Conta hoje com 14 casas e 94 moradores saiu da aldeia Rio Sono segundo entrevistado porque o indígena quando chega uma idade, e família cresce tem que mudar para outro local. Estava na época da entrevista o rio da aldeia secando. Na aldeia uma família organizou a venda de alimentos não perecíveis, venda de combustível a renda para comprar das mercadorias para consumo e para a venda era do salário de dois indígenas que são funcionários contratados, informaram que estava parada a revenda das mercadorias. Na aldeia existem roças de mandioca, a produção de artesanato e renda do auxílio bolsa família.



Figura 34: Casas na aldeia Cabeceira Verde.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, setembro de 2016.



Figura 35: Ponte sobre o Ribeirão das Cobras -Acesso à aldeia Cabeceira Verde
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Rio Preto

A Aldeia Rio Preto possui 05 famílias que vieram da Baixa Funda em 2005 fugindo de conflitos e reclamações. Foi verificado a existência de criações de suínos e galinha caipira além de mandioca, milho e arroz plantados em roças de toco.

Em relação à renda, há indígenas trabalhando na área da educação e saúde, além de aposentados e beneficiários do bolsa-família. Identificou-se ainda uma família revendendo gasolina na aldeia ao custo de R\$ 6,00 por litro, valor majorado em cerca de 50% em relação aos preços praticados nas cidades circunvizinhas.



Figura 36: Aldeia Rio Preto

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 37: Placa indicativa de comércio de combustível na aldeia Rio Preto

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Rio Sono

A aldeia Rio Sono está entre as mais antigas e sua criação remonta aos anos de 1940 formada por indígenas que habitavam a região, inclusive do outro lado do rio

Sono. Farias (1990) menciona que em 1987 famílias da extinta aldeias Sucupira passaram a conviver nessa aldeia.

Ainda restam 29 cabeças de gado do Procambix criados no cerrado. O sal e o remédio são divididos pela comunidade, bem como o produto obtido do rebanho. A base da alimentação é obtida na cidade em sua maior parte, o restante vem das roças, cultivando-se principalmente banana e mandioca.

As principais fontes de renda são obtidas no exercício de funções públicas na área da saúde e da educação e de trabalhos eventuais em roças. O cacique da aldeia substitui seu pai na função desde 1980.



Figura 38: Placa Solar para alimentação de sistema de comunicação a rádio na aldeia Rio Sono
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 39: Equipamentos agrícolas do Procambix abandonados na aldeia Rio Sono
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015.

Aldeia Riozinho

A aldeia Riozinho conta com 09 casas e 48 moradores e sua criação se deu em 1998. Seus fundadores deixaram a aldeia Rio Preto em busca de uma melhor estrutura. Na atual aldeia foi criada uma associação com 5 caciques e que ainda não foi registrada, mas tem como objetivo a busca por melhorias para as aldeias da região. As aldeias que fariam partes dessa nova criação que o entrevistado identificou como “região do Riozinho”: Aldeia Sangradouro, Brejo Novo, Cabeceira Verde, Brejo Verde, Bananal.

Não há criação de bovinos, mas tem de 5 cavalos pertencentes ao cacique que tem a intenção de criar mais. Dentre os cultivos verificou-se nas roças de toco mandioca, milho, fava, arroz, feijão, abóbora melancia, banana e cana.

Em relação a renda há funcionários que atuam na educação e na saúde, aposentados e beneficiários do bolsa-família. Há ainda os que exercem o trabalho braçal nas fazendas do não índio, sendo o valor da diária em torno de R\$ 60,00.

Aldeia Sangradouro

A aldeia Sangradouro data de 1995 e conta hoje com 9 famílias que deixaram inicialmente a Novo Horizonte em razão de conflitos relativos à construção da ponte sobre o Rio Sono (ainda inacabada) e que foi objeto de questionamento pela população indígena.

A principal fonte de alimento vem da cidade, embora haja roças e pesca. Também foi verificado a criação de galinhas caipira e o plantio banana, milho, feijão, andu, arroz e mandioca em áreas de vazante e roças de toco. As principais fontes de renda são resultantes de atividade de professor, agentes de saúde e saneamento, além do bolsa-família, da aposentadoria e da prática do artesanato. Há ainda indígenas que exercem trabalho esporádico em roças ou na construção de casas.



Figura 40: Aldeia Sangradouro

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016



Figura 41: Plantação de milho na vazante, aldeia Sangradouro

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.

Aldeias Brupré

Aldeia Betânia

Trata-se de uma das mais recentes aldeias e conta com duas famílias e 14 moradores que deixaram a aldeia Novo Horizonte em maio de 2016 por conta de conflitos internos, conforme cita um dos moradores,

(...) vem criando problema comigo, não só comigo, mas com minha família toda, então a gente procurou meios de se retirar, esse ano mesmo de 2016 teve um problema muito sério [...] Esse problema vem havendo devido meu

trabalho, eu trabalho de professor, eu acho que a inveja é tão grande que as vezes a comunidade, que uns na comunidade querem brigar por um trabalho. Teve um problema de colocar professores não indígenas da cidade nas escolas na aldeia. E a prioridade é dos professores indígenas, a prioridade é do Xerente ensinar do primeiro ao quinto ano. Esses professores não indígenas são da cidade Rio Sono. (Indígena da Aldeia Betânia, em entrevista realizada em setembro de 2016)

Em relação à renda, há um professor concursado e um aposentado e o bolsa-família como rendas fixas. O cacique citou a intenção de efetuar plantio em roça mecanizada a partir de 2017 com a ajuda do município limítrofe de Pedro Afonso. Fez também, queixa do uso do agrotóxico na soja em fazendas agrícolas nas proximidades.

Outra preocupação do cacique diz respeito à falta de interesse dos mais jovens em relação à cultura,

Os jovens de hoje estão mais envolvidos com o estudo não escutam os mais velhos, dizem que os mais velhos não sabem de nada, os velhos só sabem contar as coisas de antigamente, e quem vai voltar para trás, ninguém é caranguejo, eles não querem ouvi a palavra dos mais velhos. É duro explicar as coisas para os jovens eles só se confiam com a sabedoria deles mesmos. (Cacique da Aldeia Betânia, em entrevista realizada em setembro de 2016)

A estrutura ainda é inicial, não há água encanada e energia elétrica. Há apenas um pequeno córrego ainda perene a poucos metros da aldeia.



Figura 42: Área limpa para a construção da aldeia Betânia Cerrado atingida pela queimada
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, setembro de 2016



Figura 43: Espécie de macaco do cerrado mantido em cativeiro na aldeia Betânia
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, setembro de 2016.

Aldeia Brupré

A aldeia Brupré teve como origem a extinta Aldeia da Ponte, próximo ao município de Rio Sono, mudando-se em 2003 por causa dos conflitos acerca da construção da ponte sobre o Rio Sono, cuja obra não chegou a ser concluída. Um outro motivo que justificou a mudança foi a ocupação estratégica de espaços dentro da aldeia. Antes, as famílias viviam nas aldeias Serrinha e Mirassol. Conta com 12 residências e 78 pessoas.

Ainda hoje restam 10 cabeças de bovinos resultantes do Procambix. Reclamam principalmente da gestão do dinheiro do programa, considerando que as decisões eram muitas vezes tomadas pelos técnicos da Funai sem consulta aos indígenas.

Além da roça de toco, o alimento quase sempre vem da cidade, comprados com a renda obtida de funções como a de professor e trabalhos de diárias eventuais. Como forma de complementação de renda havia à época da pesquisa um bar na aldeia, conforme o proprietário,

Eu fiz esse bar porque a gente hoje tem que se movimentar com as próprias pernas, o bar é uma saída, é uma fonte de renda, eu vendo só a dinheiro, faz uns 6 meses que eu fiz esse bar, aqui era uma casa de farinha. (Indígena da AldeiaBrupré, em entrevista realizada em novembro de 2015)



Figura 44: Campo de futebol, muito comum nas aldeias. Aldeia Brupré
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015



Figura 45: Casa de adobe na aldeia Brupré.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.

Aldeia Buritirana (Wakrowdehu)

A aldeia Buritirana (ou Wakrowdehu) foi fundada em 2006 e é originária da aldeia Mirassol. Antes, as famílias viveram na aldeia Brejo Comprido. Atualmente

contam com 09 casas e 62 moradores. Assim como a maioria das aldeias, a mudança se deu em razão de problemas de convivência, conflitos internos.

Não há mais gado. A renda vem do artesanato e do bolsa-família. Há ainda as roças, que são plantadas para o consumo das famílias, principalmente de mandioca. Foi possível extrair trechos da conversa que indicam a adoção de práticas sociais mais individualizadas entre as famílias da aldeia, a exemplo de “a roça de toco cada um coloca a sua não é comunitária” ou “aqui tem muito lixo, o prefeito não manda recolher, ninguém se junta para recolher o lixo, aqui é cada um por si”.

Aldeia Campo Grande

A aldeia Campo Grande teve origem na Serrinha e suas primeiras famílias se estabeleceram lá em 2004. O cacique deixou a aldeia Serrinha em razão da morte de sua mulher e dos conflitos comuns. Atualmente são 04 casas e 12 moradores.

Há roça apenas de mandioca e os demais itens que compõem a alimentação das famílias vêm da cidade e da criação de galinha caipira. A renda refere-se à aposentadoria e ao bolsa-família.

Aldeia Jenipapinho

Aldeia com 06 casas e 32 habitantes, originária das aldeias Mirassol e Buritirana.



Figura 46: Mata preservada e córrego na aldeia Jenipapinho.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Jenipapo

A aldeia Jenipapo localizava-se inicialmente próximo ao Rio Sono. A mudança de local deu-se em 2004 devido às dificuldades de acesso ao local, que dificultava a ida dos jovens à escola. São 05 casas com 31 moradores. Embora tenha recebido gado do Procambix, estes foram vendidos e não há mais nada do programa. Há roças de toco apenas com plantio de mandioca.

A renda da aldeia é limitada à proveniente de um professor e de um agente de saúde. Há ainda o bolsa-família e o artesanato que complementam a renda, além de trabalhos eventuais.



Figura 47: Igreja Evangélica na aldeia Jenipapo.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 48: Plantio de mandioca, banana e cana na aldeia Jenipapo.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Lajeado

A aldeia Lajeado teve como origem a aldeia Mirassol e a criação da nova aldeia se deu devido a necessidade de melhores terras para cultivo. Além disso, o espaço era pequeno e o novo local tem terra e água boa.

Planta-se nas roças familiares de toco, mandioca, arroz, abóbora, feijão e inhame. A renda é resultado de atividades de professor, agente ambiental, aposentadoria e bolsa-família. Em relação aos problemas ambientais, foi feita referência a ação da empresa BUNGE, devido à proximidade da fronteira da aldeia, com as terras agrícolas no município de Pedro Afonso.

Aldeia Mirassol

A Aldeia Mirassol foi criada entre os anos 1981 e 1982 e foi desmembrada da Aldeia Serrinha. A mudança ocorreu devido a necessidade da busca por mais espaço. A alimentação vem da cidade e da pouca caça que resta, além do peixe.

Há criações de galinha caipira e 20 cabeças de bovinos, cujas despesas com sal e vacinas são divididas com a comunidade. Das roças de toco vem parte do alimento, principalmente aqueles à base mandioca, mas a maior parte do alimento tem como origem a cidade e é comprado com a renda resultante de atividades de funcionalismo público, aposentadoria e bolsa-família.

Aldeia Novo Horizonte

A aldeia Novo Horizonte é composta por 69 indivíduos que vivem nas 09 casas que compõem a aldeia. Mudaram da aldeia Aldeinha em 1990 para ficarem mais próximo da cidade de Rio Sono, mas também participaram das discussões em relação à construção da ponte. Para o cacique que cuida da aldeia desde 1994,

Também teve a questão da ponte, essa história de ponte, é assim, todas as coisas que é do governo, é os políticos que mandam, não é nós que manda, nós somos como vaqueiros aqui nessa terra aqui, nós não podemos fazer nada, só morar e botar roça, vender não pode mais, alugar para fazer roça aí mecanizada não pode, então o que nós estamos fazendo? Só olhando a terra por enquanto, mas sempre Deus ajuda nós. Então essa ponte aí, foi político que embargou, quem veio de lá para embargar isso aí, foi o procurador geral. Isso aí foi política, uns queriam a ponte e outros não queriam, os indígenas não queriam a ponte, a maioria não queria, mas a minoria queria. Se saísse essa ponte aí, até os bandidos ficariam bem aí na ponte, se abrisse estrada bem aqui que o governo está querendo, o movimento vai ficar pouco lá na BR, aqui dizem que é reto para o Maranhão e Piauí, então foi só político que embargou, que o índio mesmo não embarga não. O político queria pôr tudo, naquele tempo. Eles não construíram a ponte porque a FUNAI fez o projeto

um livro bem grande para o Xerente, aí entregou na mão do Governo, aí o Governo pulou longe, nunca que um governador ia pagar isso aí em um projeto, eles não quiseram pagar indenização, não quiseram pagar nadinha para o indígena, queriam fazer de graça.

O pessoal do Rio Sono ficou brabo com nós, naquele tempo, eu estava lá no estudo lá em Tocantínia e o pessoal daqui tinha se mudado, para aqui ficar sem ninguém, nessa viagem que a Aldeia Sangradouro ficou nessa briga Sangradouro foi embora, ficou lá com família. Aí acabou meu estudo, meu parente, minha tia, ela não queria que eu voltasse para cá devido essa briga, estávamos com medo do conflito aqui, aí passou um tempo nós voltamos para cá.

O delegado naquele tempo falou assim, que era para nós sairmos uns dias, ficar vazio aqui por enquanto, aí quando passou um tempo eu voltei com minha sogra para cá, aí até hoje estamos aqui. (Cacique da Aldeia Novo Horizonte, em entrevista realizada em dezembro de 2015).



Figura 49: Ponte inacabada sobre o Rio Sono.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, dezembro de 2015.

Em relação às roças, planta-se mandioca, andu, feijão e milho. O excedente da produção costuma ser comercializado na feira da cidade de Rio Sono. Além da roça, a cidade é responsável por fornecer a maior parte da alimentação. Para o cacique, “a comida está vindo mais da rua e a doença também vem da rua, a gente compra a doença”. A equipe de saúde faz visitas mensais à aldeia.

A renda das famílias é proveniente de três funcionários públicos, além do artesanato e do bolsa-família.

O índio trabalhava só na roça, ele não se preocupava com nada, nós plantavam muito milho, mandioca, arroz, feijão, todas essas coisas. E com essas mudanças agora de projetos, depois de barragem quando dinheiro acabou, acabou foi tudo (Cacique da Aldeia Novo Horizonte, em entrevista realizada em dezembro de 2016)



Figura 50: Criação de galinha caipira na aldeia Novo Horizonte.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, dezembro de 2015.



Figura 51: Igreja evangélica na aldeia Novo Horizonte.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, dezembro de 2015.

Aldeia Olho D'água

A aldeia Olho D'água conta com três famílias que vieram da Aldeia Rio Sono em 2007. A mudança ocorreu em função da distância da cidade e ao fato de a família já estar bastante numerosa, o que significaria a necessidade de criação de uma nova aldeia.

Nas roças de toco planta-se batata, milho, mandioca, macaxeira, fava, arroz e feijão para o consumo das famílias da aldeia. Embora haja ainda a criação de galinha caipira, a maior parte do alimento consumido vem da cidade.

A renda costuma ser em sua maior parte das roças, do artesanato e do bolsa-família. Para a produção do artesanato compra-se o capim dourado e depois o produto final é vendido ou trocado por roupas na feira de Tocantínia.

Aldeia Santo Antônio

São 04 famílias que vivem na aldeia Santo Antônio, sendo que saíram em 2004 da aldeia Jenipapo devido a conflitos internos e divergências. Na aldeia há roças de toco que é dividida entre as famílias, embora neste ano ninguém tenha colocado roça nova. Apenas o cacique possui duas cabeças de bovinos que ficam em outra aldeia.

A renda é basicamente do artesanato e do programa bolsa-família. Alguns trabalham na busca do capim, outros exercem trabalho de diária em aldeias e em fazendas vizinhas.

Aldeia São José

A aldeia São José foi fundada no ano 2000 e conta hoje com 36 famílias que residem nas 4 casas da aldeia. O pai do cacique veio da aldeia Traíra com o objetivo de lecionar na aldeia, pelo Estado.

Existem ainda 06 cabeças de gado proveniente do Procambix, mas pertence à mãe do cacique e não à comunidade. O gado da comunidade foi abatido para alimentação ou vendido.

Tem plantações em roças de toco de mandioca, feijão e milho. A maior parte da alimentação é de origem urbana, adquirida com a renda de funcionários públicos, bolsa-família, trabalho braçal em fazendas e aldeias e do artesanato. Neste último caso, a produção é quase sempre feita pelas mulheres e o produto é vendido na feira de Tocantínia ou trocado por roupas usadas na feira. Para o cacique,

O capitalismo acabou com a coletividade, as pessoas estão mais individualistas na aldeia, por exemplo, a troca é mais difícil, hoje em dia as pessoas fazem é vender a produção da roça com os demais, não compartilha (Cacique da Aldeia São José, em entrevista realizada em novembro de 2015)

Aldeia Sítio Novo

Sítio Novo é uma aldeia recente, fundada em 2015 e conta com 5 casas e 26 habitantes oriundos da aldeia Lajeado. A família do cacique queria um local só para eles e que pudesse criar melhor o gado. O local já foi pastagem na época do Procambix e encontrava-se abandonado. A criação de gado conta hoje com 12 cabeças de bovinos.

Em relação às roças verificou-se mandioca, milho e banana em roça de toco e de vazante. A renda familiar vem do bolsa-família, do artesanato, da construção de casas e do trabalho braçal em aldeias e fazendas. De acordo com o cacique, “a construção de uma casa de índio sai por R\$ 1.000,00 e a diária de trabalho nas fazendas de Pedro Afonso, custa R\$ 60,00 se for para o branco, já para o índio custa R\$ 50,00”.



Figura 52: Cavalos da aldeia Sítio Novo.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015.



Figura 53: Criação de gado em área de pastagem na aldeia Sítio Novo.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015.

Aldeia Traíra

A aldeia Traíra teve origem na Aldeinha, cujos primeiros moradores vieram em 1989, trazidos pelo pai da cacique, já falecido. Portanto não conhecem o motivo que gerou a mudança.

A alimentação vem da roça, principalmente da mandioca, e da cidade, onde compram entre outros, sal, óleo e o açúcar, que substitui o mel, usado antigamente. Para isso, conta com a renda proveniente do artesanato e do bolsa-família ou ainda de trabalho em fazendas. Quanto ao gado, resta apenas uma vaca e um bezerro. De acordo com a cacique, havia 24 cabeças, “mas os fazendeiros mataram porque elas entravam no canavial” (cacique, entrevista realizada em novembro de 2015)

Aldeias do Brejo Comprido

Aldeia Aldeinha

Trata-se de uma aldeia relativamente antiga, datada de 1980, com 10 casas e 63 habitantes. A mudança de aldeia se deu em razão da falta de espaço e devido ao projeto da Funai no início dos anos de 1980. Na aldeia foi verificado a criação de galinha caipira e alguns perus. Do Procambix restam ainda 17 cabeças de bovinos pertencentes à comunidade.

Para o entrevistado, as terras são bastante produtivas, mas há pouca roça. Ele cita certo desinteresse por parte dos mais jovens, “os jovens daqui estão muito interessados em bola, televisão e celular”. A maior parte do alimento vem da cidade, comprado com a renda de funcionários da educação e saúde, do bolsa-família e do artesanato.

Foi relatado ainda a presença de indígenas de outras aldeias retirando madeira de forma ilegal para a comercialização com o não índio. A madeira ilegal normalmente é usada como moeda de troca por motos ou carros, na maioria das vezes sem documentação.



Figura 54: Quintais com frutíferas na aldeia Aldeinha.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015.



Figura 55: Aldeia Aldeinha.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2016.

Aldeia Baixa Funda

A aldeia Baixa Funda está entre as mais antigas e seus primeiros moradores deixaram a aldeia Rio Sono e a fundaram em 1943. A mudança ocorreu dada a necessidade de buscar um local mais próximo da cidade, e o entrevistado afirmou que região se tornou atrativa pela grande quantidade de mata nativa. Conta hoje com 07 casas e 38 famílias. Farias (1990) mencionam que em 1987 existiam apenas duas famílias que moravam nas ruínas das casas do antigo posto indígena.

A maior parte do alimento vem das cidades, embora ainda se plante roças em pequenas áreas, por causa do pouco interesse pelo cultivo, especialmente da população mais jovem.

A renda é oriunda do trabalho de funcionários públicos, aposentados, beneficiários do bolsa-família e do artesanato. Conforme relatou o cacique,

Hoje arrumar e construir casa e trabalhar na roça é tudo por dinheiro, na diária e troca não tem mais mutirão de comida. Hoje em dia pago para trabalhar na minha roça porque não dou mais conta, não enxergo direito, pago 50 reais na diária. Hoje em dia está mais fácil o sujeito que gosta de trabalhar, e bom de trabalho de roça aqui mesmo pega o dinheiro (Cacique da Aldeia Baixa Funda, em entrevista realizada em janeiro de 2016).

Aldeia Boa Vista

A aldeia Boa Vista com 38 moradores de 4 casas, cuja construção teve início em 2002, após deixarem a aldeia Paraíso. Farias (1990) afirmou que nesta aldeia existiam famílias da antiga aldeia Sucupira extinta. A mudança se deu em decorrência da necessidade de se fixarem em um local próprio, depois de peregrinarem por várias aldeias, pois na época existiam poucos professores.

Na aldeia há plantações de banana, além de mandioca, arroz e abóbora cultivados em roças de toco, cuja produção é dividida entre seus moradores, conforme cita a entrevistada, “esses alimentos da roça são divididos entre nós, nós comemos juntos, o Akwe não come sozinho não”.

A renda vem das funções de professor e agente de saúde, do artesanato e de programas sociais, como o bolsa-família. Reclamam principalmente da não valorização do artesanato, sendo vendidos a baixos valores ou mesmo trocados por roupas usadas, não tendo habilidade na lida com o dinheiro,

O Akwẽ não sabe lidar com dinheiro, se ele receber hoje ele gasta ele vai comprar, ele não está pensando em futuro, ele compra as coisas só de comer, hoje já compra moto, carro usado, não compra novo, ele não sabe gastar (Liderança indígena da Aldeia Boa Vista, em entrevista realizada em janeiro de 2016).

Aldeia Bom Jardim

A aldeia Bom Jardim é originária da Aldeinha e foi fundada no ano de 1992. Sua população reduziu nos últimos anos e conta hoje com 11 moradores e 4 casas. Os problemas familiares e de desentendimento foram responsáveis pela mudança.

Plantam roças de toco com mandioca, milho, feijão e abóbora. Criam galinhas carpira e obtém os demais itens alimentícios das cidades. Tem como principal fonte de renda funcionários públicos na educação e na saúde, além de aposentados e beneficiários do bolsa-família. Complementam a renda com a venda de artesanato.



Figura 56: Casas na aldeia Bom Jardim.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, Janeiro de 2016.



Figura 57: Frutíferas na aldeia Bom Jardim.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Brejo Comprido

Aldeia fundada em 1979, conta hoje com 94 pessoas que habitam 17 casas. Na época da criação, deixaram a aldeia Baixa Funda em razão de brigas internas resultante de projetos de plantio de arroz conduzido pela Funai, onde o dinheiro para o investimento era entregue aos caciques. Além disso, a aldeia de origem possui relevo mais acidentado, dificultando a implantação de roças mecanizadas.

Nos dias atuais houve uma redução considerável das roças, sendo que a maior parte dos indígenas trabalha em empregos fixos ou são estudantes. Há roças de mandioca, arroz, milho, feijão, andu e fava. Como não há mais o trabalho comunitário, faz-se necessário o pagamento de diárias para a construção das roças. Quase todas as atividades, como a construção de casas, são feitas com pagamento de diárias em dinheiro, desaparecendo o trabalho de mutirão. A relação com o dinheiro é assim entendida pelo entrevistado,

O dinheiro é a maldição para o nosso povo, porque a gente não vivia antes desse maldito dinheiro, porque a gente vivia da pesca, da caça e da coleta de frutos, e hoje a gente não consegue viver isso, porque a interferência está a mil, acelerada para destruir mais e mais a cultura do índio. O dinheiro para o indígena é só para o consumo, ele não guarda, ele compra o que é necessário, o seu sustento. Pega o dinheiro hoje e gasta tudo hoje mesmo, amanhã já não tem mais nada. O dinheiro ajuda na comida e atrapalha, pois a comida traz várias doenças. A comida que nós comemos agora tudo é comprado tudo é envenenado (Liderança da Aldeia Brejo Comprido, em entrevista realizada em janeiro de 2016).

A renda das famílias vem do funcionalismo público, aposentadoria, bolsa-família e do artesanato produzido que é vendido na feira de Tocantínia ou mesmo trocado por roupas. Ainda assim, há dificuldades financeiras,

Hoje existem indígenas que passam fome aqui na aldeia. Aqui cada um se vira, não tem mais essa coisa comunitária. É assim chega na casa de um pede uma coisa aí o outro arruma, pede emprestado, aí vai se virando até chegar o dia de receber a bolsa família. Aqui na aldeia tem serviço de capinar terreiro, construir casa, trabalho na roça, tudo é pago, é pago na diária, a diária aqui é 50 a 60 reais, poucos participam de mutirão (Liderança da Aldeia Brejo Comprido, em entrevista realizada em janeiro de 2016).



Figura 58: Casas na aldeia Brejo Comprido.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 59: Cemitério Indígena na aldeia Brejo Comprido.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 60: Igreja evangélica na aldeia Brejo Comprido.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Cabeceira da Água Fria

A aldeia Cabeceira da Água Fria foi fundada em 1997 e conta hoje com 31 habitantes que vivem em suas 7 casas. Naquela época houve um conflito em razão da construção de uma escola, com isso a aldeia acabou dividida e foram construídas duas escolas, uma em cada.

São poucas as famílias com roças, segundo o cacique, apenas duas estão plantando mandioca, banana, feijão e andu. Justificam a falta de roça pela relação com o trabalho assalariado que não sobra tempo para os cuidados com a roça. Criam ainda galinha caipira como meio de complemento à alimentação. A maior parte do alimento é comprado na cidade coma a renda obtida em trabalho de professor, agente de saúde e saneamento, atividades escolares, aposentadoria e artesanato, além do bolsa-família.

O entrevistado falou que tem problemas na região da aldeia de desmatamentos, ausências de políticas públicas voltadas para as populações indígenas e mencionou o desinteresse do jovem pela cultura e à forma como são tratados pelo não índio. Apontam para o preconceito, para o trabalho que, quando ofertado, é quase sempre braçal e com pagamento muitas vezes inferior ao do não índio.



Figura 61: Aldeia Cabeceira da Água Fria.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Cachoeirinha

A família está morando em Tocantínia.

Aldeia Canaã

Aldeia fundada em 2015 possui uma casa e entrevistado informou que 15 moradores saíram do Bom Jardim e moram 10 anos na aldeia Morrinho antes de construírem aldeia. O motivo relatado foi à vontade de ficarem apenas com a família. Aldeia ainda está em construção.

Aldeia Coqueiro

A aldeia Coqueiro foi criada em 2005 e conta hoje com 5 casas onde vivem 44 pessoas. Saíram da aldeia Serrinha naquele ano, alegando que já havia muitos moradores. Atualmente criam galinha caipira e vivem somente com o salário recebido por funcionários públicos, do bolsa-família e do artesanato produzido na aldeia.



Figura 62: Sala de aula em escola da aldeia Coqueiro.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 63: Mandioca sendo preparada para fazer farinha na Aldeia Coqueiro.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Fortaleza

A aldeia Fortaleza conta com 7 casas onde residem 34 habitantes desde sua construção em 2005, quando deixaram a aldeia Cabeceira da Água Fria em razão de conflitos familiares.

Foi relatado pelos os indígenas da aldeia que plantam roças de milho, batata, abóbora, mandioca, fava, feijão, andu, sendo que duas famílias colocaram roça comunitária. Como complemento à renda é confeccionado artesanato e trabalho de diária, cujo valor é de R\$ 50,00 além de funcionários do setor público.



Figura 64: Barracão na aldeia Fortaleza.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.



Figura 65: Lixo acumulado na aldeia Fortaleza.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.

Aldeia Ktêpo

A aldeia Ktêpo possui 2 casas onde vivem 7 pessoas que a construíram em 2006. Inicialmente moravam na aldeia Baixa Funda e foram para a cidade de Tocantínia, depois decidiram retornar para o território indígena e criar uma aldeia. Na época que

saíram da Baixa Funda, o principal problema relatado foi a falta de água, com a constante seca dos córregos.

Apesar da água em abundância, a entrevistada relata que as terras não são boas para o cultivo, ficando mais restrito ao cultivo da mandioca. A alimentação vem quase toda da cidade, um pouco da roça e da caça. A renda vem do trabalho assalariado em funções públicas, bolsa-família e artesanato.

A comida está vindo da cidade, muito da cidade, pouco vem da roça, tem caça. Na minha visão o dinheiro mudou muito, aumento a concorrência nas divisões entre nós, os mais jovens estão se dedicando mais aos estudos, querendo alcançar os espaços... de qualquer forma tem a sua contribuição o Akuen tem desenvolvimento também, ele está se inserindo nas novas tecnologias, nessas novas mudanças e também contribuiu um pouco para os mais novos não se identificarem como indígenas. A gente mesmo como pai não quer ver o filho ficar para trás, sem perceber a gente acaba contribuindo também, comprando aqueles instrumentos tecnológicos, eles começam a acessar e não tem mais o contato não tem mais aquela aproximação, aquele diálogo, porque antigamente a gente era mais unidos por não haver essas novas tecnologias, porque todo mundo ficava dialogando, hoje só por meio de celular, aí tudo muda né (Indígena da Aldeia Ktêpo em entrevista realizada em setembro de 2016).

Foi criada uma associação envolvendo as aldeias Ktêpo, Serra Verde, Sucupira e Boa Vista com o objetivo de captar recursos para projetos nas comunidades.

Aldeia Macaúba

Trata-se de uma aldeia fundada em 2003 onde vivem atualmente 30 pessoas em 7 casas. Quando mudaram da aldeia Serrinha, justificaram a mudança ao fato de haver muitos moradores na aldeia.

Há criação de galinha caipira e roças de toco, onde se planta mandioca, milho e feijão. A renda para a compra do alimento vem do trabalho assalariado como vigilante e do bolsa-família. Alguns trabalham informalmente na construção de casas e outros trabalhos braçais, recebendo normalmente R\$ 50,00 por dia trabalhado.



Figura 66: Aldeia Macaúba.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, novembro de 2015.

Aldeia Montes Belos

Aldeia fundada em 2008, originários da aldeia Boa Esperança. Conta com 3 famílias que estão morando em Tocantínia nos últimos 6 meses em razão de tratamento de saúde de seu cacique e da necessidade de estudo para as crianças. Manifestaram interesse em retornar para a aldeia nos próximos dias.

Não há roças recentes. No ano anterior plantou-se mandioca, fava, batata e banana. O cacique apontou a necessidade do estudo e sua importância para a disputa pelo emprego, mas demonstra preocupação com os prejuízos trazidos à cultura, especialmente em relação ao dinheiro.

Eu estava conversando com o meu genro, fazer festa cultural para esses jovens não compensa, eles não têm interesse. O conselho de anciãos, no meu conhecimento, quando eu comecei a andar com os caciques e fui apresentado ao delegado da Funai, para ser cacique continuei o meu trabalho e na medida que o caboclo vai madurando ele pode ser um ancião. Eu li a bíblia e vi que Deus falou pra Moisés, você reúne os anciãos e conversa com eles para ver os planos deles para a gente trabalhar em cima daqueles planos, de conhecimento e de sabedoria, mas os jovens agora pensam que estuda e tem conhecimento e não tem interesse. Antigamente branco não chegava lá na festa não, só se o cacique desse a permissão, hoje não. O dinheiro é o mal. O cara só fica pensando em ganhar, esquece de trabalhar na roça, branco e nem índio quer trabalhar na roça. Eu comprei um machado e o cara me disse eu nem sei para onde vai isso aqui (Liderança indígena da Aldeia Montes Belos, em entrevista realizada em julho de 2016).

A renda das famílias é proveniente da aposentadoria, do bolsa-família, do artesanato e se um funcionário da concessionária de energia elétrica.

Aldeia Morrão

Esta aldeia é recente e foi criada em 2013, onde deixaram a aldeia Santa Fé em razão de confusão local. Contam hoje com 8 casas e 40 moradores.

Criam galinhas e fazem roças de toco, plantando mandioca, feijão, andu, batata-doce e inhame para a subsistência. A maior parte do alimento vem da cidade, principalmente arroz, sal, açúcar e café, comprados com a renda de funcionários públicos, aposentados, bolsa-família e da venda do artesanato.

Dentre os problemas comuns, destaca-se a dependência do dinheiro e o meio ambiente. Para o cacique entrevistado,

Antigamente o índio trabalhava, nós não precisávamos comprar farinha, caça nós tínhamos muito, arroz, ninguém não precisava de dinheiro para fazer a festa indígena, nós se juntava e matava veado, peixe, só com caça fazia um mês de festa. Agora é uma semana de festa e precisa de dinheiro para fazer a festa. A questão do meio ambiente, o pessoal do prevfogo chega aqui, pergunta como era que o pessoal antigamente utilizava o fogo, aí eu expliquei para eles. Antigamente era o seguinte, os índios controlavam o fogo, antigamente tinha muito fruto no cerrado, hoje não tem fruto, passarinho, filho de veado, queima tudo, por isso que a caça acaba. Antigamente botava fogo no mês de abril, ao redor da mata, vai botando de pouco. Hoje colocam fogo em junho a julho e queimam tudo. Hoje os ambientais são poucos eles não dão conta, aí eu falei para eles essa quantidade do prevfogo é pouco, eles não dão conta, porque a área é grande (Cacique da Aldeia Morrão, em entrevista realizada em janeiro de 2016).

Aldeia Morrinho

Morrinho é uma aldeia antiga, fundada em 1980, mas conta com apenas três casas e 26 moradores que saíram da aldeia Bom Jardim devido a desentendimentos entre eles.

O gado do Procambix foi vendido pela comunidade devido à falta de pastagens. Atualmente poucas famílias colocam a roça de toco, vindo a alimentação da cidade, sendo adquirida com dinheiro proveniente de trabalhos eventuais, bolsa-família e do artesanato produzido.



Figura 67: Caixa D'água e igreja evangélica na aldeia Morrinho.
 Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Nova Jerusalém

A aldeia Nova Jerusalém ainda está em construção e as três famílias compostas de 15 pessoas que se mudaram pra lá migraram da aldeia Aldeinha para aldeia Paraíso. O cacique relata que tinha a criação de uma aldeia como um projeto de futuro para si e para seus filhos. Também citou a existência de conflitos na aldeia anterior.

O principal problema a ser enfrentado no local é o desmatamento. Conforme relatou o cacique,

Nessa região estar tendo muito desmatamento, e é uma preocupação que eu tenho como líder, acho que a madeira, nós temos que usar a madeira para usufruir dela fazer uma casa, tirar para fazer um curral, um cercado bem feito, mas agora para vender eu não apoio. O desmatamento tem nessa região e em outras, eu tenho essa preocupação com essa venda de madeira ilegal, aqui mesmo, aqui em baixo tinha índio tirando e vendendo, aí quando eu mudei para cá eu falei que quando eu fundar a aldeia eu não vou aceitar vender madeira. Nessa venda de madeira o indígena troca por carro, moto (Cacique da Aldeia Nova Jerusalém, em entrevista realizada em janeiro de 2016).



Figura 68: Área de cerrado ao redor da aldeia Nova Jerusalém.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Paraíso

A aldeia Paraíso tem 14 casas e sua população é de 84 índios. A aldeia foi fundada em 1998 foi formado por indígenas que saíram da aldeia Brejo Comprido. Embora a aldeia tenha sido formada em 1998, houve mudança de local em 2005 para o local atual. De acordo com o entrevistado, que informou apenas a renda de sua família, é proveniente de salário de função pública.



Figura 69: Casas na aldeia Paraíso.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro 2016.

Aldeia Recanto da Água Fria

A aldeia foi criada em 1998, sendo a família vinda da aldeia Brejinho e a decisão do cacique de fazer a mudança foi para acompanhar o irmão, que se mudou posteriormente, mas sua família decidiu permanecer na aldeia. Hoje são 4 casas e 19 moradores.

O gado do Procambix foi vendido pela comunidade e restaram apenas os pastos. Estes estão sendo alugados ao valor de R\$ 20,00/mês por cabeça, contando hoje com um total de 31 cabeças.

Em relação às roças, planta-se mandioca e milho. Os demais gêneros alimentícios são obtidos na cidade de Aparecida do Rio Negro, local mais próximo e, segundo o cacique, há uma relação de respeito com o indígena melhor que em Tocantínia. Para isso, contam com o dinheiro do aluguel dos pastos e do bolsa-família.



Figura 70: Aldeia Recanto da Água Fria.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Santa Fé

A aldeia Santa Fé conta hoje com 7 casas e 26 habitantes. A aldeia foi fundada em 1998 e seus primeiros habitantes vieram da aldeia Água Fria, conforme dados da entrevista, em função do aumento populacional daquela aldeia. Atualmente cultivam roças de toco com mandioca e inhame.

Aldeia Serrinha

A aldeia Serrinha é antiga e sua fundação data aproximadamente de 1970 sendo que seus primeiros habitantes vieram da aldeia Funil e Mirassol. Hoje existem 6 casas e 41 moradores. No estudo de Farias (1990) consta que 1987 eram pouco seus moradores e que o local não tinha água por perto. A Funai construí um posto indígena na aldeia com o intuito de atrair os indígenas da Funil para a primeira área delimitada em 1972. Mas, aos moradores da aldeia Funil não permaneceram na aldeia e continuaram a luta pelo seu território da segunda área indígena que foi delimitada em 1982.

Em relação à criação de animais existem ainda 15 cabeças de gado bovino, além de suínos. Para a subsistência, planta-se milho, arroz, feijão, andu e banana. Os demais produtos alimentares são obtidos na cidade com a renda proveniente do emprego público e do bolsa-família.



Figura 71: Aldeia Serrinha

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.



Figura 72: Antiga casa dos funcionários da Funai em ruína na aldeia Serrinha.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Sucupira

A primeira família chegou para fundar a aldeia Sucupira em 20 de dezembro de 1994, saindo da Aldeinha e ocupando o local de uma antiga aldeia, existe em Nimunendajú (1942) referencia a esta antiga aldeia que tinha o nome de Sucupira. Habitam o local hoje 22 pessoas residindo em 3 casas. A mudança se deu devido ao cacique ter se casado à intenção de criar animais, como suínos, bovinos e galinha.

Na aldeia apenas o cacique tem roça, embora conte com a ajuda de outras famílias. Nas roças há milho, mandioca e arroz. A renda da aldeia vem do excedente das roças, do trabalho de professor e do artesanato comercializado, preferencialmente na cidade de Aparecida do Rio Negro. Aqui, o cacique faz uma avaliação da relação com as cidades de Tocantínia e Aparecida do Rio Negro,

A relação com não índio na cidade de Aparecida é melhor que em Tocantínia, em relação ao comercio é bom porque em Aparecida é mais barato que em Tocantínia. O tratamento do não índio com o indígena em Aparecida eles tratam bem, não tem preconceito (Cacique da Aldeia Sucupira, em entrevista realizada em janeiro de 2016).

São muitas as queixas dos indígenas em relação ao convívio social em Tocantínia, compreende-se que os processos de conflitos de terras em indígenas e fazendeiros seja uma explicação, todavia, não justificada para atitudes de preconceitos e exploração da população indígena. Tais posições reafirma uma sociedade etnocêntrica, e desrespeitosa, seja no âmbito das relações pessoais, comerciais e das políticas do município.



Figura 73: Equipamentos agrícolas proveniente do Procambix abandonados na Aldeia Sucupira.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016.

Aldeia Suprawahã

Trata-se de uma aldeia recente, fundada em 2016. Conta com 3 casas e 9 habitantes vindos da aldeia Ktêpo. Mudamos no mês de julho de 2016. São 7 famílias que vieram, mas ao todo são 10 famílias, vieram de Tocantínia, que estão retornando para o território. Quando a gente teve essa iniciativa foi por causa das dificuldades das aldeias, principalmente das crianças, eles estudam e a dificuldade é enorme pela distância, saem 4 da manhã. A gente procurou um local mais perto do colégio e também da cidade.



Figura 74: Cerrado no período da seca na aldeia Suprawahã.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, setembro de 2016.



Figura 75: Aldeia Suprawahã.
Arquivo pessoal da pesquisadora, setembro de 2016.

Aldeia Zé Brito

A aldeia Zé Brito foi fundada em 1986 por famílias que deixaram a aldeia Mirassol. Hoje são 10 casas onde vivem 61 pessoas. Há criação de galinha caipira e cerca de 20 cabeças de bovinos criados livres no cerrado. Às vezes a comunidade se reúne para comprar coletivamente sal para o gado. Eventualmente há abate de gado para o fornecimento de alimento à própria comunidade.

Há roças de toco, principalmente de mandioca e feijão, mas são individuais e as produções excedentes muitas vezes são vendidas na cidade ou para os próprios indígenas. A renda vem das funções públicas de professor, agentes de saúde e de saneamento, aposentadoria, bolsa-família e do artesanato.

Segundo relato do cacique, existe um projeto de plantio de árvores nativas na aldeia,

Nós fizemos uma associação da Aldeia e vamos fazer viveiro na aldeia só dos frutos do cerrado, como bacaba, buriti e oiti, vamos vender e doar para as outras aldeias que quiserem. Através do Procambix teve dois rapazes que foram capacitados em técnico agrícola estamos pagando diária para eles pela associação, concorreremos um projeto e recebemos recursos, foi professor da UFT que ajudou a gente (cacique da Aldeia Zé Brito, em entrevista realizada em janeiro de 2016).

Enfim, foi um trabalho árduo e enriquecedor as muitas idas e vindas dentro do território dos Akwẽ-Xerente. As entrevistas, conversas e vivência com homens e mulheres, jovens e idosos, acerca das muitas histórias construídas nas lutas, trabalho, e nos conflitos com a sociedade envolvente e Estado, foram se constituindo como

elementos importantes para a compreensão das atuais questões socioambientais que os Akwê- Xerente enfrentam.

As lutas e as conquistas deste povo estão presentes nas falas dos indígenas, neste território em que se encontram os traços da intervenção e da influência das políticas indigenistas e dos projetos de desenvolvimento agrícola, bem como as ressignificações e resistências empreendidas por esta população.

5 AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E O PROCESSO DE MONETARIZAÇÃO DA VIDA DOS AKWÊ-XERENTE

Nesta parte do trabalho, buscou-se, por intermédios das observações feitas nas entrevistas pelos indígenas acerca das dinâmicas do território indígena, analisar as questões sociais e ambientais e o processo de monetarização da vida dos Akwê-Xerente.

As histórias das aldeias e as suas formações possibilitaram a compreensão de como a população indígena interage com o território, que deve ser entendido ultrapassando as delimitações das T.I's, pois a cidade de Tocantínia está diretamente ligada a essas relações sociais do cotidiano dos Akwê-Xerente. Novamente, são evidenciados os movimentos que modificam as dinâmicas sociais dos indígenas dentro do território e os que também são modificadas por eles no contexto externo das relações com o poder em Tocantínia.

Desse modo entende-se que apenas indicá-los como vítimas do processo de acumulação do capital que promove o desenvolvimento econômico e territorial desigual, seria uma ideia simplista. E tampouco afirmar que não são mais índios, ou são "índios capitalistas" um equívoco de análise. Assim, para o desenvolvimento deste capítulo apontam-se as novas dinâmicas sociais no modo de vida dos Akwê-Xerente que buscam existir como povo indígena no século XXI.

5.1 Fragilidades socioambientais no Território Indígena dos Akwê-Xerente

Antes de adentra as questões socioambientais do território dos Akwê-Xerente, faz se necessário considerar a concepção de natureza para os indígenas, pois esta difere da organizada, e pensada pela nossa sociedade. Em, visita a uma aldeia em 2014, o cacique explica como seu povo relaciona-se com a natureza,

[...] a natureza tem vida essa vida é igual a nossa, nós acreditamos que tudo na natureza, tem seus donos e vida, são os dons espirituais que a gente fala. Por exemplo, essa árvore tem dono, se eu derrubar então dono vai ficar triste. A gente tem essa concepção de que a natureza é a vida. Então na minha cultura não existe essa separação, porque a vida que nós temos é mantida através da natureza, e temos a obrigação de manter a natureza. O mundo, não tem essa concepção e o homem está matando a natureza, mas só que a natureza ultimamente também está se levantando ao seu favor.

Ao contrário do relato do cacique, a nossa sociedade tem uma concepção fragmentada acerca da natureza, a relação que mantermos é de exploração e de dominação. Desse modo, as questões socioambientais do território dos Akwê-Xerente, traz a dinâmica da concepção de natureza compreendida pela integração do humano e o natural. Ressalta que os problemas socioambientais dos indígenas não estão apenas relacionados às suas relações sociais no território, mas do movimento dialético das contradições dessas relações dentro e fora do território indígena.

Tomando como referências o trabalho de campo empreendido, bem como as pesquisas bibliográficas realizadas ao longo desta pesquisa, foi possível identificar algumas das principais fragilidades vivenciadas pelos Akwê-Xerente. Resultantes das várias mudanças e interações que sofreram ao longo de sua história,

[...] os jovens querem estudar não trabalhar, é bom porque nosso tempo não tinha como estudar. A televisão não tem atrapalhado com a linguagem, porque os mais velhos ensinam a linguagem, mas tem jovens que esquecem a linguagem. Principalmente os que moram na cidade, que não ensinam as crianças à linguagem dos índios, e pode ser porque casam com branco e esquece a conversação do índio. (Liderança indígena idosa, novembro de 2015).

[...] povo está muito misturado os índios estão estudando e esquecendo muita a nossa cultura. Tem gente conversando só conversando a linguagem do branco. Dizem que os Karajá já estão perdendo as sua linguagem, mas aqui nos conversamos muito na nossa língua. As festas estão demorando porque precisa comprar comida, antes fazíamos com caçar, pescar e com alimentos da roça (Liderança indígena A, novembro de 2015.).

No processo de reorganização social os Akwê-Xerente experimentam as mudanças internas e externas que vão dando os contornos dos movimentos que realizam. Nesse sentido, considera-se, conforme Balandier (1976, p.26) que a sociedade "[...] nasce do movimento, mantém-se pelo movimento tanto quanto muda por efeito dele [...]", assim Balandier procura, explicar as dinâmicas que atravessam as sociedades por todos os lados, conformando uma história que estará sempre marcada por rupturas e recomeços, a um fazer-se e refazer-se que ditam o ritmo das mudanças e transformações que vão sendo operadas.

Desse modo, a sociedade seria sempre uma provisoriedade, uma vez que comportariam em seu próprio interior os deslocamentos e desligamentos contínuos entre os seus membros, o que produziria um regime de mudanças permanentes nas suas configurações internas e externas no que tange a grupos sociais, práticas, organização

social ou outros fenômenos sociais. Nas citações acima, a preocupação está voltada para a linguagem e a festa cultural, entretanto o reconhecimento das mudanças eminentes ficou claro no sentido de compreender que não podem permanecer alheios, passivos a essas interações, mas avaliam criticamente este processo, demonstrado quando mencionam as intensificações culturais que envolvem o modo de vida dos indígenas atualmente, a citar algumas como: as tecnologias, a mídia, consumo, religião, políticas, e assim por diante.

No percurso da pesquisa os fatores apontados e considerados importantes para a manutenção da cultura estão relacionados com a linguagem (uso do Akwê, entre eles) o convívio no território, e a realização da festa cultural, pois entendem que estes são mecanismos que fortalecem a vivência da cultura do povo Akwê-Xerente.

As fragilidades socioambientais que foram identificadas no Território dos Akwê-Xerente, são de certa forma, compreendidas como resultantes do movimento realizado por esse povo, resultante da força propulsora das dinâmicas sociais que agem por dentro e por fora das formações sociais e que também está associado aos diversos processos que se desencadeiam a partir das relações entre os sujeitos destas formações.

5.2 Obras de grande impacto e modos de exploração

Tradicionalmente os Akwê-Xerente exploravam o cerrado através da caça e da coleta, associadas a uma agricultura de coivara complementar. Desse modo, a dimensão territorial foi sempre condição fundamental para a existência e reprodução do grupo. A caça, a pesca e a coleta, bem como a agricultura, são atividades diretamente relacionadas ao conhecimento que os Akwê-Xerente tem da natureza, suas potencialidades e limites.

Conforme já destacado em passagens anteriores deste trabalho, o ciclo das atividades relacionadas à agricultura dividia-se entre os meses de estação seca, “o verão”, compreendido entre maio e setembro, e estação das chuvas ou do “inverno”, entre os meses de outubro e abril.

As roças, conforme evidenciam as entrevistas realizadas com os indígenas, localizam-se, em sua grande maioria, nas proximidades das aldeias, junto a córregos e ribeirões. Também, conforme os relatos dos indígenas utilizam-se as roças feitas às margens do rio Tocantins.

No passado a produção das roças que era feita através da derrubada, queimada, coivara, plantio e colheita era utilizada a força de trabalho tanto de membros da família como pais, filhos, filhas, genros e noras. Existiam também as roças de maior amplitude “as roças comunitárias”, sob a liderança dos caciques, que utilizam mão de obra de várias famílias. No primeiro caso, a produção das roças era distribuída entre os membros da família e no segundo, entre os moradores de toda a aldeia. Na pesquisa encontra-se referencia em relação à organização atual das roças,

[...] as roças tem diminuído talvez pela interferência da escola, hoje alguns trabalham, tudo isso contribui na interferência dessa questão, de diminuir o trabalho na roça de toco, mas ainda a gente trabalha. Hoje a maioria da comunidade não coloca roça, vive só de compra da cidade, ninguém quer ir mais para a roça, e nem caçar. Mas aqui tem gente que coloca roça mais é uma minoria. Por causa do salário ninguém quer ir para a roça, só alguns que trabalham nas roças. O que plantamos na roça aqui é só para o consumo, ninguém vende, plantam arroz, milho, mandioca, é só para comer. Aqui cada um se vira, não tem mais essa coisa comunitária. É assim chega na casa de um pede uma coisa aí o outro arruma, pede emprestado, vai se virando até chegar o dia de receber a bolsa família. [...] ainda existe, também o mutirão, mas poucos participam, mas existe (Entrevistado indígena, janeiro de 2016).

Hoje a roça que o pessoal faz é pouquinha não dá para vender é só para comer. Hoje o trabalho na roça é pouco [...] eu pago para trabalhar na minha roça, pois não dou mais conta de trabalhar na roça, eu pago 50 reais a diária (Ancião indígena, em novembro de 2015).

Com as mudanças no regime do Rio Tocantins e dos afluentes que banham o território Akwẽ-Xerente, em razão da instalação da UHE de Lajeado, essas práticas tradicionais sofreram prejuízos grandes, principalmente as aldeias que estavam mais próximas do rio Tocantins e aos córregos, uma vez que as roças por eles desenvolvidas na vazante dependiam basicamente do ritmo anual de cheias e vazantes dos cursos d'água, “[...] hoje a plantação na vazante é igual à roça de toco, porque temos que roçar para podermos plantar[...]” (Cacique, novembro de 2016). Existem nas aldeias também as plantações organizadas nos quintais das casas quase sempre são plantações de mandiocas.

Contudo, outro fato a considerar são as ocupações dos indígenas com o trabalho em cargos funcionais assalariado, que foi indicado pelos entrevistados como uma dificuldade para as produções das roças,

Nós atualmente não estamos colocando roça, a roça nossa é no mercado, para quem não é assalariado isso é ruim, que não ganha um salário coloca muito

pouco a roça. Para as pessoas que são assalariadas ficam muito ocupada para colocar roça, para quem trabalha é complicado, pois para você fazer a roça tem que ter tempo, no final de semana não tem como, pois não tem como você ficar só mexendo no final de semana com a roça, desse jeito é melhor ficar sem a roça. Quando alguém planta que é uma minoria, eles plantam banana, feijão andú, eles plantam só isso, e é muito pouco, essa plantação é feita de roça de toco, eles plantam só para o consumo da família, aqui na aldeia só têm duas pessoas que tem roça” (Cacique, janeiro de 2016).

Nós plantamos arroz, milho e mandioca. Minha esposa é professora, e eu continuo colocando roça. [...] aqui na aldeia só eu coloco roça, as outras famílias estão me ajudando na roça. A gente esta plantando se der muita colheita a gente vai vender, quando da muito, a gente sempre vende em Tocantínia (Vice cacique, janeiro de 2016).

Eu trabalho como funcionário. Quem não tem emprego assalariado trabalha de roça, coloca sua roça para tirar o seu sustento. Aqui ninguém paga diária para trabalhar na roça, o próprio dono da roça que trabalha nela. Quem não tiver emprego procura trabalho em outros lugares, em outras aldeias como trabalhador braçal. Quando vai construir uma casa na aldeia paga uma diária para o ajudante na construção da casa (Cacique, novembro de 2015).

Sobretudo, existem outros vivendo da roça e desenvolvendo atividade comercial com a população indígena do território, o próximo depoimento o entrevistado informa que plantou uma roça de toco aproximadamente de 16 tarefas (o que corresponde a 4,8 hectares) de banana e abacaxi para comercializar entre os indígenas e a população das cidades vizinhas, a aldeia só tem a família dele e foi pago diária para outros indígenas ajuda-lo,

[...] a banana que a gente planta é para o consumo e para vender na cidade e nas aldeias para os indígenas. A renda vem da roça, do artesanato. [...] aqui tem plantação de banana, mandioca, batata doce e estamos querendo plantar abacaxi agora. Nós vamos plantar abacaxi para vender, e banana também vamos vender. A nossa dificuldade é o transporte, ano passado desperdiçou demais banana, nós levávamos de moto, mas não dava de levar muito, eu levava umas dez caixas por dia, mas não compensa, era bom se tivesse um “saverinho” ou uma caminhonete. Nós plantamos muita banana aí a gente dar e vende para os indígenas nas outras aldeias, como as Aldeias Brejo Verde, Sangradouro e outras aldeias (Cacique, janeiro de 2016).

Nesta visita em janeiro o cacique mostrou a plantação, expôs os planos de comercializar a produção, entretanto em setembro de 2016, ainda em pesquisa no território, um professor indígena de outra aldeia, informou que estava organizado por intermédio da associação da escola comprar a produção de banana, mas a colheita não foi possível, porque segundo o professor deu praga na plantação de banana, Figura 77.



Figura 76: Plantação de Banana no território indígena
 Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, janeiro de 2016

Outra atividade importante que sempre foi fonte de alimentação para os indígenas, é a pesca. Conforme relatam em suas entrevistas os indígenas, especialmente, os mais velhos, vêm sofrendo um forte declínio, em razão da construção e operação da barragem da UHE de Lajeado, a delimitação da terra indígena, que mesmo sendo uma conquista de direito, traz a contradição do limite, e com aumento da população e das formações de aldeias, esta atividade vai ficando cada vez mais difícil.

Soma-se a isso, a redução na quantidade de caça disponível, em função tanto do alagamento de extensas áreas pela barragem, da expansão urbana das cidades mais próximas, como pelo fato de o território dos Akwẽ-Xerente estar sitiado por grandes fazendas de plantação de soja, que desmatam grandes áreas de cerrado, afetando toda a biodiversidade da região. Daí, a opção também pela criação de gado, como uma possível alternativa de suprir a necessidade da pesca e caça, todavia que traz outra problemática que são as manutenções das roças,

[...] nós cacique temos conversado em relação à criação de gado na aldeia, mas nem todos entendem, porque cada um tem seu pensamento. Tem muitos índios que matam os gados da aldeia que destroem suas vazantes, por isso que o gado teve ser preso [...] Em relação à comida hoje os jovens não querem mais comer caça, só querem comer carne de gado, carne de porco, galinha de granja, comprar comida na cidade (Cacique A, janeiro de 2015).

[...] antes da demarcação era bom, porque os índios trabalhavam na beira do rio plantavam as coisas, e hoje não tem acabou com tudo, hoje não tem peixe, ninguém está colocando roça na beira do rio, nos estamos passando por momentos difíceis. Não tem mais peixe por causa da barragem. Se você ver

uns dias desse passei pela barragem dava dó maior judiação, se eu pudesse ia processar essa empresa. O rio está baixo e os peixes estão morrendo, não está aproveitando nada, só urubu que está aproveitando. Para índio não tem mais saída. Mas, de primeiro a gente trabalhava e colocava roça, mas agora acabou foi a própria Funai que quebrou o índio. No tempo do SPI era bom depois mudou para Funai. A Funai começou com a roça e depois acabou no fim não deu nada. Ainda dá para colocar a roça manual, mas o gado não deixa, eu quero trabalhar mais é difícil por causa do gado. Eu tenho roça, ano passado coloquei e o gado comeu, dá para plantar mais tem que cercar nós não têm dinheiro. (Cacique B, julho de 2016).

A hidrelétrica trouxe mais progresso para os fazendeiros, para nos indígenas não, porque antes nos plantávamos, caçávamos e tinha peixe, agora ninguém hoje come nenhuma piabinha [...] (Cacique C, dezembro de 2015).

Destaca-se ainda que outros itens importantes da alimentação básica dos Akwẽ-Xerente, como mel, frutos e raízes diversas, que eram assegurados pela coleta, atividade por meio da qual também se obtinha os remédios naturais tem declinado ao longo do tempo, em razão das mudanças do modo de vida dos indígenas, a exemplo dos impactos da hidrelétrica sempre lembrado pelos indígenas. O direito reconhecido de terem o território indígena traz a garantia de certa forma de segurança para a existência da população, uma vez, que não estão diretamente expostos as lutas e conflitos armados do passado, todavia as novas dinâmicas reais do território encaminham outras demandas e conflitos em que os Akwẽ-Xerente vão tendo de lidar.

Frente a esses desafios, contudo, os Akwẽ-Xerente tem procurado outras fontes de renda, com destaque para a produção do artesanato, conforme relatam nas entrevistas, que, a despeito de serem pouco valorizados pela população local, tem se constituído como uma das principais atividades desenvolvidas nas aldeias, bem como tem obtido os recursos financeiros necessários para garantir a aquisição de itens e serviços básicos, outrora assegurados pela própria natureza, em trabalhos formais junto a órgãos estatais como a Funai, a Secretaria de Educação e de Saúde do Estado ou ainda através da aposentadora dos mais velhos e da inserção em programas de assistência social como o Programa Bolsa Família.

O artesanato em sua maioria é uma tarefa das mulheres de acordo com alguns entrevistados que a venda do artesanato garante a complementação da renda familiar, e outros casos junto com o Programa Bolsa Família são as fontes principais de renda, mas são explorados pelo não índio que vende a matéria prima para o índio,

[...] artesanato da para juntar com a Bolsa Família e assim da para sobreviver (cacique, janeiro de 2016).

[...] fonte de renda vem do trabalho braçal, funcionário público, Bolsa Família e a maioria parte vem do trabalho das mulheres o artesanato. para produzirem o artesanato estamos comprando capim dourado dos atravessadores o branco [...] para o arrancar o capim é longe dessa aldeia [...] minha mãe diz que antigamente o capim dourado era utilizado como chá, depois que ficou conhecido a sua utilização como artefatos de artesanatos. Minha mãe leva para Palmas tem dia que vale a pena, mas às vezes não é valorizado. As mulheres trocam na feira de Tocantínia a mandala (pequena vai de 2,00 a 1,00, grande por ser até 3,00), por roupas usadas em forma de bazar. Eles colocam as roupas na praça espalhada para gente escolher para troca. Nas lojas de roupas novas compra só com dinheiro, às vezes a gente consegue troca para não trazer de volta a mandala (Professor indígena, dezembro de 2015).

A minha família depende do meu salário e da minha esposa, ela faz artesanato, no mês tira uns 600 a 700 reais, depende dos compradores que vêm das outras cidades, eles não vêm todos os meses, é muito difícil. Ela vende na feira de Tocantínia, minha esposa tem muito comprador, vende para Fortaleza, para Brasília, faz a entrega no correio, vende para fora, nessa temporada de férias vende muito. [...] ela não estar ligada em associação, divulguei o trabalho dela pela internet através do meu facebook, tiro a foto e divulgo, a minha esposa também vende o artesanato das outras indígenas que tem dificuldade para vender, pois conhecem os compradores, ela não cobra para fazer essa venda para as outras indígenas, ela só repassa o dinheiro, ela vende em Tocantínia e pela Internet os artesanatos (Entrevistado indígena, em setembro de 2016).

Hoje vendemos o artesanato, só que a venda é fraca, barata, eu não vendo fora do meu preço, quando faço é porque alguém pediu, faço por encomenda (Professora indígena, janeiro de 2016).

Com o dinheiro da venda do artesanato dar para viver, vendemos na feira, com o dinheiro do artesanato compramos roupa, e comida (Indígena idosa, janeiro de 2016).

A maioria das entrevistas, tanto os homens como as mulheres afirmaram que fazem sempre o artesanato, tem uma renda variável de 100 reais a 300 reais por mês. Nas aldeias que não tem o capim dourado eles compram a matéria prima de outras pessoas que pode ser indígena ou não índio. Interessante, foi que o artesanato com capim dourado, de acordo com entrevistados as índias aprenderam em uma reportagem que passou na televisão, o artesanato tradicional dos Akwẽ-Xerente era feito com palha do buriti, as indígenas reorganizaram a técnica com o capim dourado,

De 2003 para cá o índio começou a vender o artesanato do capim dourado, porque antes a gente fazia só artesanato do buriti. Foi através da televisão passou que o pessoal do Jalapão que fazia o artesanato do capim dourado. Teve uma índia que aprendeu e passou para outras índias e começaram a fazer. (Entrevistada indígena, dezembro de 2015)



Figura 77: Produção do artesanato.
Arquivo pessoal da pesquisadora, julho de 2016.

Observou-se ainda, no decorrer da pesquisa, que com o desenvolvimento do Prodecer III e o avanço da produção de soja, cana-de-açúcar e arroz em grandes propriedades em áreas que fazem divisa com as Terras Indígenas dos Akwẽ-Xerente, além do desmatamento, uso dos mananciais, tem ocorrido à utilização de produtos químicos e agrotóxicos nas lavouras que tem provocado à contaminação dos cursos hídricos que abastecem de água e de peixes o território dos Akwẽ-Xerente. Essa poluição tem se dado também em relação ao ar. Conforme relata os indígenas que moram em aldeias que fazem divisa como os projetos agrícolas do município de Pedro Afonso:

[...] aqui nós estamos com o impacto ambiental causado pela Bunge, inclusive a gente tem audiência marcada para o dia 25 desse mês agora, Funai e a Bunge, e os Xerente, a gente esta tendo um impacto, eles estão pegando agua daqui, e esta faltando água para a gente, nós vamos recorrer, e também sofremos com o agrotóxico, todo final de mês aparece muita gripe, por causa da pulverização do veneno, nós estamos com muitas dificuldades, como a gente está próximo da Bunge (Agente de saúde indígena, dezembro de 2015).

[...] aqui nós temos problemas com agrotóxico, pois aqui próximo da divisa da reserva tem uma plantação de cana (Cacique, dezembro de 2015).

Nós temos problemas com agrotóxico, e água secou esse ano porque eles puxam água para as plantações deles, foram umas 11 aldeias que ficaram sem água por causa desse canal [..] Já levamos para Ministério Público eles ainda não fizeram nada, faz de conta que não estão ouvido nada (Cacique, dezembro de 2015).

Nós temos problemas ambientais com o Projeto do PRODECER (plantação de cana) a 30 quilômetros daqui fica a Usina que é a Bunge, nos enfrentamos

aqui todo dia o problema de doenças por causa do veneno, uma vez por mês eles passar aqui perto pulverizar veneno. O Veneno que eles jogam o vento traz as crianças estão ficando doente. Água daquele córrego também tem mudado quando não chove água do córrego da coceira por causa do veneno e no tempo da seca eles colocam 4 motores 24 horas para puxar água para irrigar as plantações e o córrego diminuiu muito água esse córrego nunca secou . E quando eles colocam fogo no canavial quando é de noite a gente tem dificuldade de respirar porque a noite a fumaça desce. Nós somos os únicos prejudicados. A Naturatins deu favorável para nós estamos esperando uma audiência pública para ano que vem com Bunge, FUNAI, e Ministério Público (Professor indígena, dezembro de 2015).

Existem muitas lideranças indígenas atuantes que participam de movimentos e de atividades de formação política, organizada por órgãos governamentais, e não governamentais, e instituições de ensino e pesquisa. Nas entrevistas nota-se um envolvimento de alguns indígenas nas discussões relacionadas às questões ambientais, no geral são professores, caciques, agentes de saúde que fazem parte de conselhos ligados às políticas sociais.

Observou-se que apesar das lideranças caciques, professores, estudantes, agentes de saúde e conselheiros de educação e saúde terem uma postura crítica a respeito dos descumprimentos dos direitos indígenas, existe as dificuldades de articulações, e de acesso às informações dessas discussões importante nas aldeias relacionado às políticas públicas no território. Um complicador pode ser as distâncias das aldeias e/ou ausências de estruturas dos órgãos responsáveis por estas políticas públicas, de realmente estarem presentes nas aldeias. Dessa forma, as informações ficam limitadas a um pequeno grupo de lideranças que estão sempre participando dos espaços colegiados de discussão, mas sem força política ou econômica para ampliar as discussões para um maior número de indígenas.

Atualmente as equipes da saúde e educação conseguem visitar as aldeias, mas as demais, de assistência social e da Funai, não estão presentes no cotidiano das aldeias, por isso houve muitas falas em que os entrevistados criticam muito trabalho da Funai.

Outra questão que se fez presente no desenvolvimento desta pesquisa diz respeito ao desmatamento e à retirada ilegal de madeira. Nos municípios próximos ao território dos Akwê-Xerente, como já destacado em outras passagens deste trabalho, há grandes projetos de agricultura mecanizada voltados para a produção de grãos, como soja, arroz e milho. Essa produção, por sua vez, destina-se à exportação e tem contado com apoio de poderosas instituições privadas, bem como do próprio governo do Tocantins. Assim, essa atividade relacionada ao agronegócio tem provocado o

desmatamento de grandes áreas de cerrado e de matas ciliares próximas às áreas dos Akwê-Xerente, muita erosão, assoreamento e poluição dos cursos hídricos e do solo, conforme destacado anteriormente.

Dentre os problemas relatados a retirada e venda ilegal de madeira das matas da T.Is em algumas regiões por indígenas da própria aldeia e/ou por não indígenas. Entende-se que essa prática está certamente relacionada às necessidades que foram sendo, construídas em razão da política desenvolvimento econômico predominante, que consequentemente orientou o histórico de políticas indigenista dos projetos agrícolas nos territórios indígenas. No caso dos Akwê-Xerente a execução dos projetos dos Procambix que previa a sustentabilidade produtiva dos indígenas, que na teoria foi planejado a valorização e contextualização das práticas agrícolas e do modo de vida tradicional desse povo, mas na prática trouxe outras realidades. Ainda é dado um destaque as políticas de assistência social, unicamente pela efetivação do recebimento do auxílio do Programa Bolsa Família, assim de acordo com entrevista dos indígenas,

Os problemas ambientais na aldeia existem pessoas que estão cortando a madeira na Mata grande, têm pessoas daqui da aldeia que corta a madeira, eles tiram a prancha aí já vendem, os índios vão procurar os compradores, aí as pessoas vêm comprar, tem aqui madeira de lei, os índios vendem mais é para Palmas, [...] os índios vendem escondido à madeira. Nós já debatemos muito sobre isso, mas a gente também tem que ver as dificuldades que o povo Xerente passa. Nós não temos mais a assistência como nós tínhamos antes. A Funai praticamente está acabada, o Governo do Estado não olha para nós, não vê que nós somos índios. O governo municipal é a mesma coisa, então praticamente nós estamos abandonados. [...] Eles acostumaram com os projetos de roça mecanizada, e hoje não tem mais, então eles acostumaram o indígena até mesmo a abandonar sua própria roça tradicional. [...] então acostumaram em uma coisa, e agora para o índio voltar de novo é difícil [...] os programas do governo o Bolsa Família, aposentadoria, o emprego, essas questões todas, eu acho que acabou ajudando a gente perder muita coisa, mudou o modo de vida. [...] Eu tenho falado com os indígenas sobre o corte da madeira, mas eles têm resistido, devido a necessidade que os obrigam, eles fazem escondido. Eu penso assim, para eles não cortarem essa madeira é preciso que o governo tenha essa consciência que tem que voltar a ajudar o nosso povo, porque senão, eles cortam porque eles têm necessidades (Liderança indígena, janeiro de 2016).

[...] o desmatamento que está acontecendo dizem que é escondido, ninguém sabe quem é, mas existe desmatamento [...] (Cacique B, janeiro de 2016).

Nessa região esta tendo muito desmatamento, e é uma preocupação que tenho como líder, acho que a madeira, nós temos que usar a madeira para usufruir dela fazer uma casa, tirar para fazer um curral, um cercado bem feito, mas agora para vender eu não apoio. O desmatamento tem nessa região e em outras, eu tenho essa preocupação com essa venda de madeira ilegal, aqui

mesmo, aqui em baixo tinha índio tirando e vendendo, aí quando eu mudei para cá e falei que quando fundar a aldeia não vou aceitar vender madeira. Nessa venda de madeira, o indígena negocia por troca em carro, moto, às vezes até sem documentação (Liderança indígena, construído nova aldeia, janeiro de 2016).

[...] aqui tem desmatamento, mas é o branco que desmata, é na divisa e está entrando na reserva indígena, eles estão passando do limite [...] (Cacique C, fevereiro de 2016).

[...] tem desmatamento na área lá para lado da Mata Grande. O pessoal vende para Tocantínia, Palmas e Aparecida do Rio Negro. (Vice-cacique, janeiro de 2016).

Alguns indígenas fazem trocas de madeira por moto, por carro, dinheiro. Os índios estão vendendo uma estaca de madeira por 10 reais, uma árvore dar aproximadamente 50 a 60 estacas (professor indígena, dezembro de 2015).

[...] a venda da madeira as vezes é por troca, eles trocam a madeira por carro velho, moto sem documento (Entrevistado indígena, novembro de 2015).

Nota-se que o corte da madeira está acontecendo, entretanto não na totalidade do território. Alguns indígenas estão negociando com compradores das cidades vizinhas, a preços irrisórios, muitas vezes retirados pelos próprios indígenas, que servem para assegurar itens básicos para a sobrevivência, bem como para a aquisição de produtos de consumo. Mas o que ficou evidente foi às negociações de troca por veículos, moto ou carro, uma necessidade atual dos indígenas na mobilidade dentro do território. Não raras vezes, a madeira é retirada de forma ilegal por pequenos proprietários e também por grandes proprietários de terra, haja vista que a vigilância e a fiscalização ambiental são bastante precárias, como pode-se analisado no depoimento abaixo,

[...] os problemas ambientais daqui estão relacionados com a invasão do território, e existe desmatamento na cabeceira do rio, a margem do rio Gorgulho, beirando a reserva, bem na divisa, eles estão levando tudo, eles estão abrindo tudo [...] abrindo para plantar, mas não sei o que eles vão plantar (Entrevistado, janeiro de 2016).

Em contrapartida, verificou-se a preocupação e o desejo das lideranças em pleitear projetos de reflorestamento das áreas impactadas pelo desmatamento sejam pela retirada de madeira nas situações relatadas, nos espaços das antigas roças mecanizadas e pelo desmatamento nas divisas das T.I's. Na ocasião da pesquisa estas lideranças que foram entrevistadas em momentos diferentes, relataram que precisa de apoio para buscar medidas formativas, que pense em alternativas para as famílias nas aldeias obterem a renda familiar. E ao mesmo tempo, fazer uso racional do território, questão

complexa por hora para análise, será que se pode pensar no retorno as práticas culturais de plantio, mediadas por todas essas opções atuais?

A ideia de uma dessas lideranças é de retomar as roças de toco nos espaços aberto pela roça mecanizada, mas como eles mesmos afirmaram, [...] com a barragem nos acostumamos todo dia com energia e quando fica sem a gente acha ruim. [...] a gente faz coisa errada e a gente paga, a gente luta para conservar a natureza e muitos não consegue, isso foi um raio que caiu e estragou a fiação e ficou sem energia (Cacique, janeiro de 2016).

Dentre as questões socioambientais que foram trazidas pela pesquisa é importante destacar as referentes ao saneamento básico na terra indígena dos Akwê Xerente.

Dados do IBGE (2010) informavam que de 451 residências das terras indígenas dos Akwê-Xerente, no Tocantins, apenas 54 possuíam acesso à água da rede geral de distribuição. Apesar do valor sagrado que é atribuído a água pelos povos indígenas, de forma recorrente os indígenas tem sofrido com surtos de doenças decorrentes da falta de saneamento básico entre suas populações. A situação precária de saneamento e acesso à água potável tem contribuído para o desenvolvimento de doenças conhecidas pelos profissionais da saúde de veiculação hídricas como doenças gastrointestinais, esquistossomose, amebíase, doenças de pele e diarreia entre outras.

De igual maneira uma constatação bastante presente durante as visitas às aldeias foi a presença de diversos resíduos sólidos, tais como embalagens de refresco, biscoitos recheados, bolachas cream cracker, refrigerante, temperos prontos, flocão de milho, milho em conserva, leite em pó, latas de óleo, sardinha enlatada, margarina, cachaça e cerveja entre outros, espalhados pelas aldeias. Tais resíduos podem ser considerados, entre outros elementos, como um indicativo de mudança nos hábitos alimentares dos Akwê-Xerente.

A circulação de dinheiro nas aldeias, dada à situação de assalariamento de alguns de seus membros, bem como de inserção de parcela dos Akwê-Xerente em programas de assistência social, como o benefício de prestação continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família, tem possibilitado uma associação dos Akwê-Xerente com o modo de vida capitalista, que tem como uma de suas características sociedade de consumo.

Considera-se importante destacar também, entre as questões socioambientais observadas e analisadas neste trabalho de pesquisa que os Akwê-Xerente encontram-se

também inseridos nos programas sociais de transferência de renda do governo federal. Em relação a essa distribuição de recursos os indígenas têm vivenciado algumas situações problemáticas como a retenção dos cartões de benefícios sociais por comerciantes das sedes municipais onde ficam as terras indígenas, em decorrência de dívidas contraídas.

Atualmente segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em fevereiro de 2014 existiam 642 famílias recebendo o benefício do Programa Bolsa Família. Em relação aos benefícios como aposentadorias e salário maternidade, pôde-se observar que foram se ampliando ao longo do tempo. Dados do Serviço Social/Coordenação Técnica Local de Tocantínia/Funai, informavam que em 2012 havia 15 aposentadorias e 131 salário maternidade rural; em 2013 havia 28 aposentadorias e 228 salário maternidade rural; em 2014, 12 aposentadorias e 221 salário maternidade. Em 2015 havia 26 aposentadorias e 152 salários maternidade rural. Existe a renda proveniente da função de servidor público como: professores, agentes de saúde, cargos administrativos (comissionados) na Funai, no Departamento de Saúde Indígenas – DSI e outros empregos temporários, e de empresas terceirizadas.

As dívidas geradas em razão da compra de mercadorias nos comércios locais faz com que sejam criados laços de dependência entre as famílias indígenas e os comerciantes locais. Considera-se que essa é uma forma estratégica dos Akwê-Xerente para conseguirem gêneros alimentícios, equipamentos e outros tipos de materiais, que ultrapassam a disponibilidade de seus recursos, ainda que assim fiquem endividados. Ressalta-se que a maneira como os indígenas planejam sua economia doméstica é bastante diferente da maneira como os não índios a realizam, visto que para os indígenas a apropriação, distribuição e consumo dos bens é imediata, não há, por exemplo, uma intenção de acúmulo de excedentes.

Ainda sobre as questões socioambientais que afetam a vida dos indígenas e que se relacionam às demais problemáticas acima mencionadas, refere-se ao alcoolismo nesta população. A introdução de bebida alcoólica em terras indígenas ocorre desde o primeiro contato com os não índios, haja vista que ela era utilizada como moeda de escambo. A inserção da bebida alcoólica entre a população Akwê-Xerente tem como consequência uma série de prejuízos físicos, mentais e socioculturais. Como relata alguns dos indígenas, especialmente os mais velhos, uma série de preocupações que não faziam parte do universo desta população, hoje são causa de muita perturbação.

Contudo, é preciso destacar que, de acordo com relatório da área técnica de saúde mental do DSEI-TO, em pesquisa realizada por profissionais da saúde e da UFT, junto às terras indígenas do Tocantins em 2013, apenas 13,27% da população indígena aldeada, do estado do Tocantins, fazia uso problemático do álcool. E, entre esses povos, os Akwẽ-Xerente tinham o menor percentual em consumo geral. Um dos maiores problemas, contudo, relaciona-se ao estigma do “índio alcoólatra”, conforme destaca Silva e Sousa (2015), que é reforçada na imagem dos indígenas alcoolizados e expostos: os não índios olham para um índio alcoolizado e veem três mil (aproximadamente a população Akwẽ-Xerente). Esta realidade foi confirmada nas menções feitas por alguns indígenas nas entrevistas quando relataram a preocupação com o alcoolismo entre os jovens.

Outro aspecto que merece destaque neste trabalho diz respeito ao direito à educação escolar. Nesse sentido foi possível observar que a respeito da educação tradicional das famílias os Akwẽ-Xerente demonstram um cuidado com a educação das crianças na cultura, mas avaliam as interferências causadas pelos conteúdos e métodos de educação formal do estado. Portanto não negam a participação das crianças e jovens as escolas formais e a universidade, mas avaliam que esta interação possuem aspectos contraditórios, como mencionado nas falas,

A música de fora, escola algumas às vezes contribui para a perda da cultura, pois a carga horária para língua materna nossa é pouca. Fora da aldeia é a cultura do branco que predomina, mas na aldeia não, mesmo tendo tecnologias aqui no meu ver não prejudica. Meu pai antigamente trabalhava só na roça e às vezes tinha plantação de banana, batata inhame, mandioca e revendia, e comprava para consumo da família açúcar, sal se não tivesse na aldeia azeite feito por eles comprava óleo, e quando ele trabalhava para os outros índios pegava o dinheiro e fazia compra para consumo da família. (Cacique, janeiro de 2016).

Antigamente os velhos não tinha muita preocupação em nada com branco, não índio, nesse tempo existia liberdade para índio era livre para caçar e sobrevivia da roça, e vivia sem preocupação de nada. Porque os brancos moravam longe não tínhamos contato com os brancos eles não vinha muito nas aldeias e os índios não iam muito à cidade, não viviam com alimentação dos brancos nós éramos mais livres. [...] Os jovens não tem procurado os anciões para saber sobre a cultura, alguns tem interesse outros só querem saber da cultura do não índio (Cacique, janeiro de 2016).

A presença na universidade tem sido uma esperança para os anciões e jovens que veem como uma forma do acadêmico indígena falar e escrever a história do seu povo, bem como se apropriar de conhecimentos necessários para mediar suas ações em face das lutas cotidianas: políticas, econômicas e culturais. O que vai ao encontro de Arruda

(2001, p. 59) quando mencionou que este é um “processo extremamente contraditório e ambíguo e diferenciado em cada grupo e região”.

Dados da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Figura 79, demonstram que as populações indígenas do estado estão buscando a formação superior, o gráfico apresenta que desde 2005 quando a universidade aderiu às cotas indígenas tem aumentado o número de ingressantes.

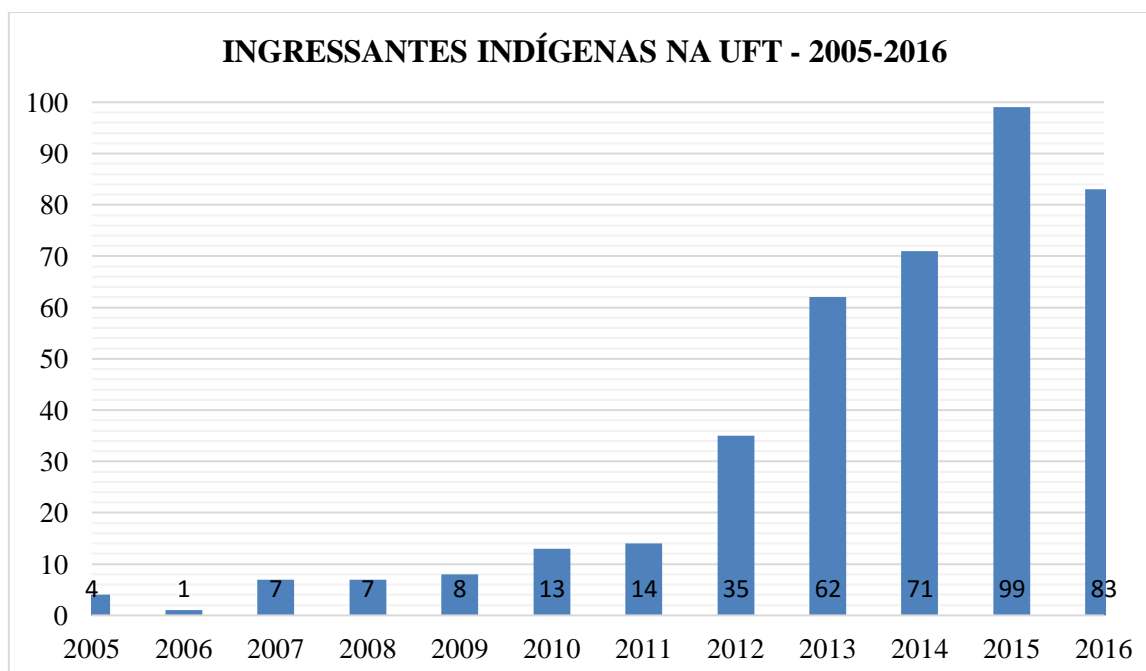


Figura 78: Indígenas que entraram na universidade
Fonte: Dados do SIE, Prograd/UFT, 2016

Precisa-se, como em todos os processos políticos pedagógicos, avaliação continua das ações de apoio e de permanência aos acadêmicos indígenas; além da necessidade de metodologias diferenciadas que valorizem a pluralidade cultural desses povos indígenas, ou seja, não basta apenas o acesso, é primordial avaliar que formação está sendo proporcionada e quais as mediações do conhecimento acadêmico com o do mundo dos indígenas, no caso do Campus de Miracema da UFT, quais as contribuições reais da formação acadêmica dos jovens Akwê-Xerente para seu povo e para o território.

Ainda no campo dos direitos sociais dos Akwê Xerente, destaca-se a questão da saúde. Na pesquisa, o que ficou evidenciado foi que os indígenas avaliaram que

antigamente vivia-se e comia-se melhor. E que as doenças que estão sendo acometidos agora são oriundas das mudanças que foram sendo apresentadas no cotidiano deles,

Antigamente uns 40 anos atrás só vivia do mato, caçá, ninguém ia à rua, não comia arroz da rua, agora está todo mundo acostumado comprar na cidade as coisas [...] ninguém falava em hipertensão e diabetes, agora a comida tem tudo veneno e gado é vacinado (Cacique, novembro de 2015).

Os Xerente viviam na roça derrubando a roça com enxada e enxadinha e a Funai dava uns instrumentos era tudo no braço. O passado foi bom para Xerente, hoje não está bom de jeito nenhum, não tem remédio, não tem enfermeira, não tem quem cura era raiz do mato que a gente se cuidava. (Indígena idosa, janeiro de 2016).

[...]a festa cultural antigamente era feita com a comida que vinha da natureza a mandioca, batata e outras coisas, a carne era da caça, agora hoje em dia para fazer uma festa de casamento tem que comprar frango, muitas vezes tem que esperar a cabeça de boi (carne de boi) chegar para pode começar a festa e de primeiro não tínhamos essas dependências. De primeiro no meu tempo eu não via esse negócio de refrigerante antigamente o pessoal mais velho não tinha esse habito de beber refrigerante na festa assim, agora atualmente isso é visto normal assim (Cacique, janeiro de 2016).

As doenças citadas na maioria das entrevistas foram diabetes e hipertensão, doenças relacionadas à alimentação e que exigem uma dieta equilibrada de acordo com os profissionais da saúde. Os indígenas são unânimes em afirmar que a dieta que tinham antes era mais saudável, e o estilo de vida também, bem como apresentado os problemas ambientais causados pela contaminação da água e solo, e das queimadas que prejudicam a saúde humana, a fauna e flora. Muitos foram os entrevistados que não concordam com as queimadas no território, alguns dizem que tem o tempo certo de ser feito as queimadas nos cerrados e que os mais novos tem que aprender com os mais velhos. Na Figura 80, estão os problemas ambientais apresentados pelos indígenas na pesquisa.

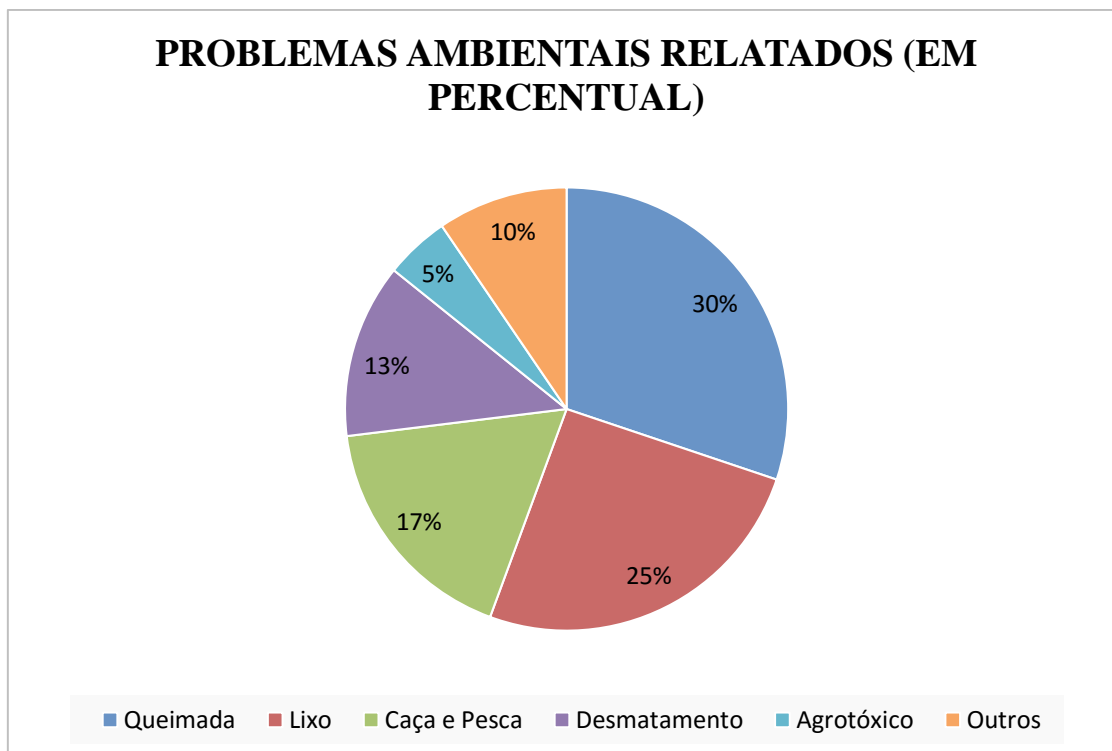


Figura 79: Problemas ambientais apresentados pelos indígenas
 Fonte: Dados da pesquisa, LIMA, 2016.

As queimadas no território dos indígenas são um problema constante que se repetem a cada ano, principalmente nos períodos de seca, entre junho e setembro. Existe uma equipe de brigadistas formada por indígenas que está há dois anos orientando a respeito das queimadas tradicionais e combatendo os incêndios. Entretanto, neste ano, segundo os relatos, a incidência foi maior dentro do território indígena e nas propriedades rurais. Os outros problemas citados pelos indígenas estão relacionados à falta de frutos no cerrado e ao fim das vazantes.

Em relação aos problemas ambientais citados como a venda ilegal de madeiras por eles e por não índio que entram em seu território e roubam madeira; queimadas; agrotóxico pulverizado pelos proprietários de projeto de agrícolas entre outras demandas, demonstra ausência do Estado na resolução desses problemas apontados, mas muitas lideranças indígenas tem clareza desse abandono e com frequência cobram os posicionamentos das autoridades e órgãos competentes para a discussão dessas pautas e encaminhamentos concretos para tais questões.

5.3 O Procambix e as novas dinâmicas sociais e econômicas no território dos Akwê-Xerente

Antes da construção da Hidrelétrica, os indígenas afirmaram que tiveram outros momentos em que as políticas externas tiveram influências nas mudanças sociais das aldeias. Um marco foi na década de 1980, em que os caciques recebiam o dinheiro para ser aplicado em projetos para as aldeias,

[...] a partir de 1982 a Funai e o Governo começou soltar dinheiro para o índio, e devido isso foi surgindo novas aldeias, e se espalhou demais (Cacique A, janeiro de 2016).

Naquele tempo o branco não tinha medo de dar o dinheiro na mão do índio hoje é difícil quando dá é uns 50 reais. O branco ficou mais esperto e o índio também ficou esperto. Mas o dinheiro que davam na mão do cacique de primeiro era assim ele era o administrador ele tinha que ajudar a comunidade, mas alguns não faziam isso ajudava só a família dele [...] Antes quando cacique pegava no dinheiro ele colocava na mesa e mostrava para comunidade: olha o dinheiro está aqui. Aí com passar do tempo foi colocando no bolso não contava mais para comunidade, e a Funai também nunca mais deu dinheiro[...] O povo esfomeado do dinheiro que ensinou para nós. Quem foi o governo! Foi do projeto do Lajeado, e o começo de roça mecanizada lá na Porteira que fez com que o povo fosse acostumando. Acostumando que hoje é difícil andar nas aldeias que tem roça, alguns que tem. Sabe que está dando doença para nós? Arroz envenenado plantado que nós compramos na cidade, a soja envenenada óleo que nós estamos recheado a comida. De primeiro derrubava uma roça grande e fazia mutirão, ai caçava no mato pegava tatu, caititu e fazia almoço e depois todo mundo ia capinar, agora tem que pagar se falar assim hoje eu vou cozinhar amanhã para você trabalhar a pessoa não vem só pela comida não (Senhora idosa, janeiro de 2016).

Outro momento foi o registro nas entrevistas que nos anos de 1990 os empregos na área da educação e saúde iniciaram com uma ampliação na virada do milênio. As referências às essas políticas foi aprovação da Constituição Brasileira de 1988, em que mencionado garante os direitos a educação, saúde e assistência social as populações indígena, seguida no caso dos Akwê-Xerente, assim com o os demais povos indígenas do norte goiano, a criação do Estado do Tocantins.

De acordo com Barroso (2009) foi em 1991 que a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins assumiu os trabalhos da educação indígena. Essa autora mencionou que entre os Xerente, encontraram um grupo de professores que havia estudado com os missionários e desse modo, assumiram a função de professores bilíngues entre o povo Xerente alfabetizado em sua língua. O relato de uma professora indígena, em entrevista em janeiro de 2016, complementou esta informação “[...] foi aproximadamente em 1990 que surgem indígenas professores, indígenas e os agentes de saúde e demais na área da saúde”.

Neste estudo, priorizou-se o marco importante dos projetos promovidos pelo Procambix, que mesmo não atendendo a expectativa dos indígenas, modificou de forma ampliada as relações sociais da população indígena, dado o valor repassado para órgão responsável em administrar este recurso, e os inúmeros conflitos gerados nas instalações e execuções desses projetos nas aldeias, a esse respeito uma liderança indígena explicou que:

Lógico que a gente hoje tenta e procura plantar, mas não é igual, essa barragem acabou com o povo. A muito tempo atrás eu trabalhei com meu pai na vazante, desde criança até eu ter a minha família, eu casei, eu ajudei ele na vazante na roça. Melancia, feijão arroz mandioca. [...] Exatamente, meu pai sempre buscou, 8 filhos dele, todos trabalharam. Todos sabem trabalhar e sabem da importância da natureza, por isso que tenho esse sentimento muito forte com a natureza, porque a gente plantava para produzir, para a subsistência.

[...] o café a gente não tem como plantar, açúcar tem como a gente inventar, sabão também tem como, mas tem coisa que não tem como igual o sal, a gente transforma o produto plantado e compra aquilo que necessita como, por exemplo, a roupa.

[...] ao uns 20 a 30 anos, na verdade isso não parou, a outra cultura é que faz com que nós ficamos cegos e ter a sensação que aquilo não existe mais, mas existe sim. A minha cultura permanece da forma que está, da forma que Deus nos deixou, mas algumas coisas que ela misturou e aí a gente não percebe. Principalmente através da mídia o que faz com que a cabeça, se alguém chegar aqui e tentar me convencer, se no momento não me convenceu, mas em outra oportunidade eu posso virar.

Exatamente. É igual a este vento, eu dizer para vento, vai parar de ventar? Não vai. Algumas coisas têm que impedir e limitar isso. E a gente trabalhar a mente a consciência da nova geração, porque essa geração antiga e essa geração que estar bem infectada, cabeça da nova geração [...] Então o que é que trouxe, música, estilos de roupas diferentes, até o modo de corte de cabelo, jeito de se expressar misturando a língua. [...] Fala português assim, é uma coisa que eu uso, mas eu falo português não é porque eu quero eu tive muita dificuldade para poder aprender, eu aprendi depois dos 12 anos, e foi na escola não foi falando não, então é uma necessidade, para não ser passado para traz.

[...] procuro manter o que eu aprendi com meu pai, mais emprego também acaba nos escravizando porque uma coisa assim que toma o tempo da gente, hoje eu percebo eu tenho 10 anos na educação de antes eu tinha total liberdade, eu sair para pescar, para ver alguém para coletar frutas e hoje eu sou limitado. O meu tempo que era para ser dedicado na roça, na plantação na vazante, eu acabo dando um tempo pra escola. Então os que são desempregados ainda mantém essa cultura plantando, trabalhando, colhendo, vendendo. A forma de comercialização mudou um pouco. Como trabalho e não tenho muito tempo, aquele trabalho me procura e se eu quiser comprar alguma coisa eu compro. Não mais diretamente para a cidade, então essa renda já vai circular aqui.

O dinheiro é uma coisa que é novidade para gente, porque dinheiro não é da nossa cultura, é uma coisa que por mais que eu faça um curso como controlar sempre vai ter uma coisa que não vai ficar certinho (Professor, novembro de 2014).

Meu avô quando era vivo contava para gente que antes eles não ganhavam dinheiro eles faziam trocas. Rachavam lenha e levavam para rua e trocavam por alguma coisa por sal, porque comida não era tanto, porque tinha muito no mato que era caça. [...] Agora a maioria ganha dinheiro por meio no trabalho braçal nas fazendas e nas aldeias para os próprios parentes. [...] Eu nunca vi índio rico aqui não! O dinheiro para família indígena maior parte vai para alimentação sobrevivência (Professor indígena, dezembro de 2016).

Essas fragilidades socioambientais mostram exatamente as contradições internas e a complexidade do processo de reorganização social e resistência indígena frente às formas de pressão externa a que estão suscetíveis, a monetarização da vida por meio das políticas sociais e compensatórias que possibilitou ao longo de um processo contínuo e contraditório recriar novas dinâmicas sociais no território,

[...] devemos prestar alguma atenção aos hesitantes relatos etnográficos sobre povos indígenas que se recusavam tanto a desaparecer quanto a se tornar como nós. Pois acontece que essas sociedades não estavam simplesmente desaparecendo há um século atrás, no início da antropologia: elas *ainda* estão desaparecendo - e estarão sempre desaparecendo. [...] Pois, ao menos aqueles povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo o que lhes foi infligido. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo. (SHALINS, 1997, p.52)

Os Akwê-Xerente estão utilizando dos elementos do capitalismo, “exploração da “força de trabalho”, “dinheiro” e “consumo”, nas relações em que pagam as diárias para trabalho nas roças, construção de casa nas aldeias e demais atividades. A comercialização dos produtos da roça, caça, e pesca; a negociação ilegal da madeira com o não índio; a comercialização de mercadoria alimentos e combustível; os serviços de borracharia dentro do território e demais atividades. Entretanto, não estão na lógica da acumulação do capital, não estão se apropriando e explorando da força do trabalho para enriquecimento. A lógica do uso que dão ao dinheiro pode ser analisada na distribuição feita por eles da renda mensal, veja Tabela 3:

Tabela 3: Renda mensal

ALDEIA	FUNÇÃO	SALÁRIO	RENDA FAMILIAR*	PESSOAS QUE DEPENDEM DO SALÁRIO	FAMÍLIAS COM ROÇA NA ALDEIA	DESPESAS FAMILIAR
Funil	Aisan	R\$1.134,00	R\$1.284,00	5	Não	Alimentação, roupas
	Professor	R\$1.165,00	R\$1.345,00	3	Não	

Porteira	Alunobolsista	R\$900,00	R\$900,00	1		
	Professor	R\$2.600,00	R\$2.700,00		Sim	Alimentação, roupa
	Professor	R\$3.490,00	R\$3.490,00	10	Sim	Alimentação, roupas
	Professor	R\$1.200,00	R\$1.200,00	7	Sim	Alimentação, roupa, gás, energia
Brejo Comprido	Professor	R\$3.500,00		15	Não	Alimentação, roupa
Recanto Kité	Aisan	R\$1.035,00	R\$1.265,00	10	Não	Alimentação, roupa, sapato, energia
Vão Grande	Técnico de Enfermagem	R\$1.800,00	R\$2.100,00	9	Não	Alimentação, roupa, combustível, moto
	Motorista	R\$1.600,00	R\$2.300,00	6		
Brupré	Agente de Saúde Indígena	R\$1.150,00	R\$1.950,00	11		-----
	Agente de Saneamento Indígena	R\$1.100,00	R\$1.540,00	8		Alimentação, roupa
Sangradouro	Agente de Saúde	R\$ 1.088,00	R\$ 1.702,00	6		
Rio Sono	Aisan	R\$ 1.030,00	R\$ 1.370,00	6	Não	Alimentação, roupa
Cabeceira Verde	Auxiliar administrativo	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	10	Sim	Alimentação, roupa
Tocantínia	Motorista	R\$ 1.600,00	R\$ 2.200,00	8	Não	Alimentação, roupa, remédio, moto
Ktêpo	Professora	R\$ 2.500,00	R\$ 3.300,00	12		Alimentação, energia, roupa, veículo

*Renda acrescida da venda de artesanato e do bolsa família.

Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2016.

Renda mensal *per capita* calculada de R\$ 237,76

O dinheiro como mencionam os entrevistados, faz-se necessário nesta nova dinâmica, mas a utilização é diferente da adotada pela lógica mundial do capitalismo. O que fica evidenciado também ao longo das falas dos indígenas é que não são apenas vítimas da história nem tampouco não sujeitos, mas protagonistas que inventam, criam e recriam as condições para sua sobrevivência e reprodução social da família. Neste sentido, os indígenas sabem muito bem a lógica predominante de desenvolvimento que estão expostos, “[...] O dinheiro que Ktawano (branco) deram para os projetos, nós estamos devolvendo tudinho com esses *talões* de energia caros porque não temos nada assim para pagar esse valor” (Cacique, em novembro de 2015).

Enfim, os povos indígenas possuem uma forte relação simbólica com o mundo e com a natureza e não interpretam o mundo a partir da nossa lógica. Os Akwê-Xerente conseguem articular aspecto da vida que fragmentamos como, por exemplo, natureza, trabalho e cultura. A ideia defendida neste estudo, não é de negação da cultura indígena, mas que os processos de mudanças vividas pelos Akwê-Xerente em relação ao trabalho, educação, produção de alimento, trabalho assalariado dentro e fora das aldeias demonstram uma reorganização social mediada pelos conflitos no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado junto aos Akwê-Xerente, localizado no Município de Tocantínia, no estado do Tocantins, possibilitou uma maior compreensão acerca da história deste Povo. Ao longo de sua história, eles viveram inúmeras situações de conflitos, sejam políticos, sociais, ideológicos, territoriais e/ou culturais, cuja natureza conduziu a situações de engano, de escravidão, de massacres, de doenças e de muitas mortes. Tais conflitos se deram primordialmente pelo fato de que os povos indígenas procuraram defender suas terras, bem como seu modo de vida.

Assim o histórico das políticas indigenistas desde o Período Colonial deu origem a situações patrimoniais diversas entre os índios assimilados ou em processo de assimilação, sendo tais circunstâncias condicionadas pelo momento histórico-social de incorporação desses povos à sociedade dominante.

Desse modo, no processo de colonização das terras brasileiras, o modo de vida dos indígenas não foi considerado. Na verdade, foram evidenciadas às várias normas de leis e as violências contra eles que, por sua vez, aprenderam a lidar e a se defender dos crimes cometidos contra eles. Na luta, muitos povos foram extintos, entretanto, na contramão das teses de extinção total das populações indígenas, continuaram na busca de seus direitos e de reconhecimento de seus territórios.

No Brasil o monopólio fundiário foi construído nas destruições dos territórios indígenas. As lutas foram travadas nas fronteiras das frentes de expansão e pioneira, sendo a segunda atrelada ao modelo de desenvolvimento capitalista que resultou na lógica das políticas de projetos de desenvolvimento agrícola dentro dos territórios indígenas - uns dos principais fatores, como vistos na pesquisa, de alteração da organização da produção e do trabalho nas roças de toco e vazante. As mudanças de técnicas agrícolas, da enxada até o trator da roça mecanizada, modificaram as relações sociais e interferiram na política de organização cultural dos indígenas.

Outra mudança histórica foi a participação das populações indígenas nos movimentos sociais em 1988. Estes exigiam aprovação do texto da lei que reconhecia aos povos indígenas os direitos sobre as suas terras, além dos direitos sociais e o fim da tutela e da ideia de integração e de assimilação à sociedade brasileira. Depois de 1988, o

governo realizou demarcação de terras indígenas. Contudo, os povos indígenas continuam convivendo com as oscilações das leis e das políticas públicas do país.

As sociedades indígenas tornaram-se sujeitos da luta pelos direitos à perpetuação de sua cultura e de serem respeitados em seu modo de vida. Entretanto, a conjuntura atual da política do Brasil tem ameaçado esses direitos conquistados, a exemplo dos projetos de leis e emendas parlamentares que trazem propostas devastadoras aos direitos indígenas, principalmente no que diz respeito aos seus territórios. Assim, em uma outra realidade, uma nova reorganização, os povos indígenas pós-constituição de 1988 são ativos e participam dos conselhos, ONGs, e associações. E mesmo com as dificuldades, buscam a abertura para o fortalecimento deste diálogo e de respeito à diversidade cultural desses povos.

A pesquisa possibilitou o conhecimento de que a participação social dos indígenas não é fácil, pois os conflitos e contradições, os processos sociopolíticos das políticas públicas do Estado dificultam esta participação. Outro agravante é o número reduzido de representações nesses espaços de debates. A concepção é de que muitas vezes essa participação também se configura em um conflito conceitual e político, pois, afinal, tem-se claro o que se quer ouvir deles? É preciso estar atentos as nossas próprias contradições de como vemos esta população, que queremos ouvir dos indígenas apenas frases de proteção das florestas? Os indígenas atuais estão falando e querendo ser ouvidos para além dos discursos ambientais. Querem espaços de diálogos políticos para apresentar seus problemas socioambientais e reivindicar que o Estado cumpra o que está garantido na lei, por intermédio da efetivação das políticas sociais, de educação, saúde, assistência social e respeito à diversidade cultural.

A pesquisa de campo possibilitou conhecer os Akwẽ-Xerente com toda a sua complexidade organizacional e cultural, resistente com uma população de 3.814 integrantes. Destes, 357 moram na cidade de Tocantínia. Estes indígenas vivem uma relação econômica e política intensa com esse município. Os Akwẽ-Xerente estão inseridos nas relações das políticas partidárias, aspecto que não foi possível aprofundar neste estudo. Assim como as dinâmicas das associações indígenas de captação de projetos com recursos destinados às políticas de gestão de território, meio ambiente e questões afins.

O foco era entender as dinâmicas das questões socioambientais do território, conhecer essa população e suas demandas. Assim, foi encontrado um número significativo de aldeias dentro do território que trazem em suas origens histórias

marcadas pelas características culturais e evidentemente os reflexos das políticas de desenvolvimento capitalista dentro e fora do território.

Notou-se que existe uma análise provável de que os Akwê-Xerente estão reorganizando sua política cultural caracterizada pelos parentescos (faccionismo) à medida que as influências das políticas externa e interna vão sendo implicadas nas formações de aldeias e/ou na reorganização do território. Cabe destacar que os indígenas, neste movimento dialético, também influenciam as dinâmicas sociais das cidades que estão ligadas ao seu cotidiano. Como mencionado neste estudo, são os indígenas que mantêm os comércios de Tocantínia. As relações sociais, comerciais dos habitantes de Tocantínia são pautadas no preconceito, marginalização, desrespeito com os indígenas.

As análises das questões socioambientais do território dos Akwê-Xerente têm aberto outras, pois o conhecimento da realidade vivenciada demonstrou que os sujeitos da pesquisa estão em um processo latente de reorganização política e cultural. Algo que pode ser evidenciado nos desdobramentos das formações das aldeias e na organização do trabalho, das políticas de educação e saúde. E, principalmente, quando trazem novas dinâmicas para a vida dos indígenas, como o trabalho assalariado, o pagamento nas aldeias da força de trabalho, e as demais mudanças oriundas do uso do dinheiro e consumo.

A problemática criada pela construção da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, e que teve o desdobramento nos projetos do Procambix, acelerou o processo de monetarização. Antes dos projetos é claro que o dinheiro já fazia parte da vida dos Akwê-Xerente, mas a expectativa de um valor de recurso alto, fez com que houvesse conflitos e divisões entre eles. No final, avaliam que não resultou em nada de positivo os projetos para o povo e que foram enganados pelos administradores do dinheiro.

Somos frutos de uma sociedade que vivencia e planeja a vida com base na lógica de ter dinheiro para consumir, para manter este estilo de vida e de consumo. Cresce cada vez mais na política de desenvolvimento econômico a busca de capital, de lucro na exploração da natureza, É a mundialização do capital na produção agrícola e no modelo de consumo.

O desenvolvimento do capital, como afirmou Godelier (1977), não tem por objetivo a satisfação das necessidades da sociedade, mas da exploração das forças do trabalho na acumulação do lucro da classe capitalista. Os indígenas estão inseridos no capitalismo, usam o dinheiro para a existência humana e cultural do seu povo,

contraditoriamente fazem uso deste, mas buscam a resistência cultural frente a esta nova reorganização. Mudou a alimentação, os vestuários, o corte de cabelo, até mesmo as prioridades. Contudo, continuam em movimento dialético, respeitando a comunhão com as famílias, a partilha do alimento, a permanência no território e o desafio de manterem a língua *Akwẽ* viva nas suas interações sociais.

Na pesquisa a universidade foi mencionada como uma oportunidade para os jovens terem uma formação está nas perspectivas dos Akwẽ-Xerente para continuarem lutando pela sua permanência no território. E pelos espaços de diálogos em que possam ser ouvidos. No estado do Tocantins, as políticas de desenvolvimento do agronegócio sempre trazem uma incerteza para os territórios indígenas. O Tocantins está incluído nos estados da nova fronteira agrícola Matopiba, e os representantes políticos dele favorecem a exploração, apropriação das terras dos cerrados para mais um monopólio da agricultura capitalista.

Enfim, as entrevistas, conversas e vivência com os Akwẽ-Xerente acerca das muitas histórias construídas nos conflitos com a sociedade envolvente e o estado, foram como elementos importantes para a compreensão das atuais questões socioambientais que os Akwẽ-Xerente enfrentam e quais são as suas lutas reais e constantes.

O território dos Akwẽ-Xerente é o exemplo das lutas de homens mediados pela contradição. É neste contexto que se encontram os traços da intervenção e da influência das políticas indigenistas e dos projetos de desenvolvimento agrícola, bem como as ressignificações e resistências empreendidas por esta população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Terras de Goiás: estrutura fundiária (1850-1920)**. Goiânia: Edu. UFG, 2003.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroás e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII**. Goiânia: Kelps, 2006.

ARAÚJO, Ana Valéria et al. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Imagens do índio: Signos da Intolerância. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli. **Povos Indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Seminários 6; Ciência, Cientistas e Tolerância II). p. 43-62.

ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

BALADIER, Georges. **As dinâmicas sociais: sentido e poder**. Tradução Gisela Stock e Hélio de Souza. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita (Org.). **Constituições Nacionais e Povos Indígenas**. Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2012. p. 206-227.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira Amazônica: Projeto Rio Formoso**. Campinas, SP: Papirus; Goiânia: Elege Publicidades e Editora LTDA, 1996.

BARROSO, Lídia Soraya Liberato. **Âzêsikutôri para não esquecer: a oralidade e conhecimento da escrita**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2009.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BERNARDO LIMA; GIORDANA, Layanna. O Processo de conquista do território dos Akwẽ-Xerente no estado do Tocantins. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S.l.], n. 19, p. 61-85, dec. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/85267/111284>>. Acesso em: 20 de jul. 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998.

BUZATTO, Cleber César. De Projetos a Projéteis: a trajetória da violência contra os povos indígenas no Brasil. In: **Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2015**. Brasília, CIMI, 2015.

CALAFATE; Jaqueline Silva N.; GRÁCIO, Héber Rogério; DA SILVA, Reijane Pinheiro. Suicídio: Apontamentos e Caminhos percorridos para a compreensão do fenômeno junto ao povo Javaé. In: **Povos indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos**. Palmas: Nagô, 2015. p. 220-236.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de formoso e trombas**. Dissertação (Mestrado). Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1988. (Coleção Teses Universitárias, 42)

CASTELANAU, Francis, Expédition dans Les Parties Centrales de L'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Para, Ptie 1, Hsitoire du Voyage, Paris, P. Bertrand, 1850.

CAVALCANTE, Maria do E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003,

CHAIM, Mariovone Matos. **Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749 – 1811)**. 2 ed. rev. São Paulo: Nobel, Brasília; INL, Fundação Nacional Pró – Memória, 1983.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos dos índios no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela C. da. Política Indigenista no século XIX: In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras/FAPESP/SMC-PMSP, 1992.

DAVIS, H. Shelton. **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Tradução Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DE PAULA, Luís Roberto. **A dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DE PAULA, Luís Roberto. **Xerente – Verbete da Enciclopédia dos Povos Indígenas**. ISA, Instituto Socioambiental. 1999. Disponível em: <
<http://www.socioambiental.org/pib/epi/xerente/xerente.shtm>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.) **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo, 2000.

DOLES, Dalísia Elisaberth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1972.

DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do Norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Brasil: colonização escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 45-55.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Território Indígena: direito imemorial e o devir**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia/FFLCH-USP, São Paulo /SP, 1997.

FARIAS, Agenor. **Notícia Histórica sobre os Akwen-Xerente**. Bol. Mus. Para. Emílio. Goeldi, sér. Antropol. 10(1). 1994.

FARIAS, Agenor José T.P. **Fluxos sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre aldeias**. Tese (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

GAGLIARD, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli. **Povos Indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Seminários 6; Ciência, Cientistas e Tolerância II). p. 167-188.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terras ocupadas? Território? Territorialidades?** In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v p.37-41.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na Economia**. Tradução Maura R. Sardinha. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977. p. 310-394.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **Os índios da América Central e a construção de uma cultura de tolerância**. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli. **Povos Indígenas e tolerância: construído práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Seminários 6; Ciência, Cientistas e Tolerância II). p. 87-131.

GUIMARÃES, Susana Martelletti Guimarães. **A aquisição da escrita e diversidade cultural: a prática de professores Xerente**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002.

HECK, Dionísio Egon; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (Org.). **Povos Indígenas: aqueles que devem viver – manifestos contra os decretos de extermínios**. Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012.

HOBBSAWM, J. Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Era do Capital: 1848-1875**. Tradução Luciano Costa Neto. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LACERDA, Rosane. **Os Povos Indígenas e a Constituinte**. CIMI-Conselho Indigenista Missionário: Brasília, 2008.

LACOSTE, Yves. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de Willian Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas-Tocantins: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia legal**. Goiânia: Kelps, 2011.

LITTLE, E. Paul. Territórios sociais e Povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília, Número 322, 2002.

LOPES DA SILVA, Aracy. **Dois Séculos e meio de história Xavante**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FASPESP, 1992. p. 357-378.

_____; FARIAS, Agenor José T. P. Pintura corporal e sociedade: os “partidos” Xerente. In: VIDAL, Lux (Org). **Grafismo Indígena: Estudos de antropologia estética**. São Paulo: Nobel/Fapesp: Universidade de São Paulo, 2000. p. 89-116.

MARÉS, Frederico Carlos. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo social; Revista Sociologia Usp, São Paulo, 8(1):25-70, maio de 1996.

_____. A chegada do estranho. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis/RJ: Vozes; Rio de Janeiro/RJ, Fase; Belém/PA: NAEA, UFPa, 1991.

_____. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

_____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

_____. **Fronteira:** degradação do outro nos confins do humano. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Jornal [Estado de São Paulo. Suplementos: Por invios caminhos. Marãiwatsédé, Terra Xavante.](#) Em 17 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.maraiwatsede.org.br/content/por-%C3%ADnvios-caminhos>> Acesso em: 13 out. 2016.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra S/A, 1985.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857 – 1858 esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman) São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Para a crítica da Economia Política:** manuscrito de 1861-1863 (cadernos I a V) Terceiro Capítulo – O capital em geral. Tradução Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Economia Política e Sociedade; v.1/coordenador João Antonio de Paula)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã:** Feuerbach – A contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista. 3 ed. Tradução Editora Martin Claret. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção a Obra – Prima de cada autor).

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Agroescravidão:** a degradação do humano e o avanço do agronegócio no Brasil contemporâneo. Gurupi/TO: Editora Veloso. 2013.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Os grandes projetos do PAC e a resistência popular no Araguaia Tocantins.** 2009. Disponível em: <www.laurocampos.org.br>. Acessado em: 15 abr. 2014.

MAURO, Vitor Ferri; OLIVEIRA, Jorge Erenites de. **Violência e expropriação fundiária na chegada da frente pioneira à micro-região do médio Tocantins-Araguaia.** Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 1,n.2, p. 93-118, 2010.

MAYBURY-LEWIS, David. **O selvagem e o inocente.** Tradução Mariza Corrêia. Campinas: Ed.Unicamp, 1990. (Coleção repertórios).

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2007.

MENDES, Chico. **A luta dos povos das florestas.** In: Terra Livre. Geografia, pesquisa e práticas sociais. São Paulo: Editora Marco Zero AGB, 1990. p. 9-21.

MENEZES, Maria Lucia Pires. **Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal.** Campinas, SP: Editora da Unicamp: São Paulo: Imprensa Oficial (Coleção Antropologia dos Povos Indígenas), 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A geografia e o processo de valorização do espaço: da geografia nova à geografia crítica.** In: SANTOS, Milton. (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira.* 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 111-130.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A política indigenista durante o século XIX.** Tese (Doutorado) –FFCL de Rio Claro, Rio Claro, 1971.

MOREIRA, Vania Losada. **Terras Indígenas no Espírito Santo sob regime territorial de 1850.** *Revista Brasileira de História.* Volume 22, n. 43. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-01882002000100009>. Acesso em: ago. 2012.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. **Aldeamento Carretão: “marco zero” da história das relações étnicas dos Tapuios.** *Dimensões,* n. 18, 2006.

NIMUENDAJÚ, CURT. **The Serent.** Los Angeles: Publications of the Frederick Webb Hodge, Vol. IV, 1942 .

_____. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1981.

OLIVEIRA, Antônio Miranda de. **Territorialidades camponesas na educação de assentados: assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins.** Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG , 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no Campo Brasileiro.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). 5 ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. (Caminhos da geografia).

_____. **A geografia das lutas do campo: conflito e violência, movimentos sociais e resistências, os “sem terra” e o neoliberalismo.** 6. Ed. São Paulo: Contexto, 1996. Coleção Repensando a Geografia.

_____. **BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização.** In: TORRES, Maurício (Org). *Amazônia revelada os descaminhos ao longo da BR-163.* Brasília: CNPQ, 2005.

_____. **Integrar para não Entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas, SP: Papirus, 1988.

_____. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Novos caminhos da geografia.* São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência.** Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **O modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA CASTRO, Bernadete. **Todo dia é dia de índio: terra indígena e sustentabilidade.** In: In: TORRES, Maurício (org.). **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

_____. **Uma etnologia dos “índios Misturados”? Situação colonial, Territorialização e fluxos da Cultura.** In: MANA 4 (1): 47-77, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

OLIVEIRA; Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1972.

OLIVEIRA-REIS, Francisco Carlos, 2001. **Aspectos do contato e formas socioculturais da sociedade Akwen-Xerente (Jê).** Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília.

PALACÍN, Luís G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista.** São Paulo, SP: Editora Loyola. Goiânia, GO: CEGRAF, 1990.

PALACIN, Luiz. **Goiás, 1722-1822 estrutura e conjuntura numa capitania de minas.** [Goiânia]: DEC [i.e. Departamento Estadual de Cultura], 1972.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)** In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FASPESP, 1992. p. 133-154.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil.** Tradução Milton Amado e Eugenio Amando. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 30. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução Maria Cecília Franca. Trad. Ver Rosemarie Zenith de Oliveira. São Paulo: Ática, 2011.

RAMOS, Alcida. **Sociedades indígenas.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. **A agropecuária e os Aldeamentos indígenas goianos.** Perspectivas, São Paulo,9/10: 119-143, 1986/1987.

TOCANTINS. Ministério Público Federal do Tocantins. **Relatório Sócio Econômico da Etnia Xerente. Zoneamento Sócio-Ecológico Participativo Das Áreas Indígenas Xerente e Funil PROCAMBIX: Programa de Compensação Ambiental Indígena Xerente.** FUNAI: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, MPF-TO: Ministério Público Federal do Tocantins. Relatório Final, abril de 2005.

REIS; Cleivane Peres dos. **Estado de lutas de classe e políticas públicas de educação para o campo no Tocantins.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos,São Carlos – SP, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo; Companhia das Letras, 2006.

_____. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICARDO, Carlos Alberto. **Passado 500 anos, sequer sabemos seus nomes.** In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli. **Povos Indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Seminários 6; Ciência, Cientistas e Tolerância II).p. 63-70.

SADER, M. Regina C. de Toledo. **Espaço e luta no Bico do Papagaio.** Tese de doutorado apresentada à FFLCH – Departamento de Geografia – da Universidade de São Paulo, SP,1986.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência Etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção.** (Parte I) MANA 3(1):41-73, 1997

STEDILE, João Pedro. (org). **A questão Agrária no Brasil: Debate tradicional: 1500-1960.**2.ed:São Paulo: Expressões Popular,2011.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Administração Colonial e Legislação.** In: DEL PRIORE; GOMES (Orgs.). **Os senhores dos rios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SANTOS, Marcio Martins dos. **Além dos impactos: reflexões sobre o licenciamento ambiental e o programa de compensação ambiental Xerente.** In: SILVA, Reijane Pinheiro da (Org). **Povos indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos.** Palmas: Nagô, 2015. p. 201-218.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Povos indígenas no Brasil contemporâneo: De tutelados a “organizados”?**.In: SOUSA, Cassio Noronha, et al (orgs) Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II / Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: Laced, 2010.

SCHMIDT, Rosana. **Nossa cultura é pequi, frutinha do mato:** um estudo sobre as práticas alimentares do povo Akwe. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SCHROEDER, Ivo. Os Xerente: estrutura, história e política. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 67-78, 2010.

_____. **Política e Parentesco nos Xerente.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

_____; POZ, Dal João. **Diagnóstico Etnoambiental das Terras Indígenas Xerente e Funil.** Operação Amazônia Nativa – OPAN/Núcleo de Estudos e Pesquisa do Pantanal e Cerrado-GERA/UFMT – INVESTCO. Relatório Final. Relatório da Área de Antropologia. Junho de 2000.

SILVA, Cleube Alves da. Os Xerente e suas lutas em defesa de suas terras. In: SILVA, Reijane Pinheiro da (Org). **Povos indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos.** Palmas: Nagô, 2015a. p. 179-200.

SILVA, Reijane Pinheiro. **Índio negado e o índio desejado: a “pacificação” dos indígenas na construção da identidade do Tocantins.** In: SILVA, Reijane Pinheiro da (Org). Povos indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos. Palmas: Nagô, 2015b. p. 11-30.

SILVA, Reijane Pinheiro; DE SOUSA, Apoliana Ribeiro. Alcoolismo e uso do álcool entre os Akwen Xerente do Tocantins: a perspectiva indígena. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 42, p. 109-120, dez de 2015. ISSN: 1676-8965.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Renascer dos povos indígenas para o direito.** 8. reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do outro.** Tradução Beatriz Perrone-Moisés. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Biblioteca do Pensamento Moderno)

VALADÃO, Virgínia Marcos; AZANHA, Gilberto. **Senhores destas terras: os povos indígenas no Brasil da colônia aos nossos dias.** Coord. Maria Helena Simões Paes e Marly Rodrigues. São Paulo: Atual, 1991. (História em Documentos).

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina. **A Rodovia Belém – Brasília: um estudo de geografia regional.** Rio de Janeiro: IBGE: **Serie A**, Biblioteca Geografia Brasileira, publicações nº 22, 1967.

VARGAS, G. **A nova política do Brasil.** 5. v. O Estado Novo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

XERENTE, Edilberto Waikairo. M. **As relações dos estudantes Akwẽ-Xerente** com os conhecimentos indígenas e não-indígenas. In: SILVA, Reijane Pinheiro da (Org). Povos indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos. Palmas: Nagô, 2015. p. 77-100.

APÊNDICE

POPULAÇÃO XERENTE POR ALDEIAS				
ALDEIA	POPULAÇÃO 2013	POPULAÇÃO 2015	POPULAÇÃO 2016	NÚMERO DE RESIDÊNCIAS
ALDEIA NOVA	38	54	58	16
ALDEINHA	37	61	63	10
ANGELIM	23	29	31	7
APARECIDA	25	55	65	9
BAIXA FUNDA	31	41	38	7
BANANAL			7	1
BARREIRO			14	5
BELA VISTA	39	54	54	9
BETÂNIA			14	2
BOA ESPERANÇA	37	48	49	11
BOA FÉ	20	29	32	8
BOA VIDA			20	4
BOA VISTA	21	38	38	4
BOM JARDIM	15	19	11	4
BREJÃO	11	9	10	2
BREJINHO	37	39	39	6
BREJO COMPRIDO	87	91	94	17
BREJO NOVO		5	30	7
BREJO VERDE	49	39	40	9
BRUPRÉ	78	81	78	12

BURITIRANA (Kuiwdehu)	57	63	62	9
CABECEIRA DA AGUA FRIA	23	31	31	7
CABECEIRA VERDE	77	84	92	14
CACHOEIRA	49	51	52	11
CACHOEIRINHA		0	5	2
CACHOEIRINHA (KAKAKA)	28	6	6	2
CAMPO GRANDE		12	12	4
CANAÃ			15	1
CERCADINHO	35	47	49	12
COQUEIRO	24	47	44	5
FORTALEZA	22	31	34	7
FUNIL	187	210	211	45
JENIPAPINHO (BRUTUWDEHU)			32	6
JENIPAPO	37	29	31	5
KAREHÚ	18	27	23	6
KETPÔ		37	7	2
LAJEADO	60	79	80	13
MACAÚBA	17	28	30	7
MARACUJÁ			4	1
MATA DO CÔCO	24	28	31	6
MIRASSOL	37	63	69	16

MONTES BELOS				3
MORRÃO	36	33	40	8
MORRINHO	34	25	26	3
MRÃIZASÉ	23	5	5	2
NOVA JERUSALÉM			15	3
NOVO HORIZONTE	33	58	69	9
OLHO D'ÁGUA		18	19	5
PARAÍSO	38	80	84	14
PIABANHA (KÃZASÉ)		14	14	3
PORTEIRA	293	325	334	65
RECANTO DA AGUA FRIA	18	14	19	4
RECANTO DO KRITÉ	76	72	76	12
RIO PRETO	26	28	29	3
RIO SONO	66	54	58	10
RIOZINHO	44	49	48	9
SALTO	325	414	432	79
SANGRADOURO	63	85	57	9
SANTA CRUZ	24	34	35	5
SANTA FÉ	10	18	26	7
SANTO ANTÔNIO	39	23	24	4
SÃO BENTO	53	25	28	6
SÃO JOSÉ	41	34	36	4
SERRA VERDE	15	13	13	5
SERRINHA	39	38	41	6

SÍTIO NOVO	16		26	5
SUCUPIRA	16	21	22	3
SUPRAWHÂ			9	3
TRAÍRA	32	37	37	7
VÃO GRANDE	62	46	51	8
VARJÃO	30	16	18	4
ZÉ BRITO	62	60	61	10
ZEKÃ (ANGELIM II ou MORRO DE ARARAS)				2
DESALDEADOS TOCANTÍNIA	224	369	357	
TOTAL	2981	3573	3814	651

Fonte: Dados do DSEI-Tocantínia -TO